

PATRICIA GRESSLER GROENENDAL DA COSTA

**BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS:
NA TRILHA DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MATO
GROSSO DO SUL (1948 - 2010)**

DOURADOS – 2010

PATRICIA GRESSLER GROENENDAL DA COSTA

**BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS:
NA TRILHA DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MATO
GROSSO DO SUL (1948 - 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História, Região e Identidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria do Carmo Brazil.

DOURADOS – 2010

PATRICIA GRESSLER GROENENDAL DA COSTA

**BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS:
NA TRILHA DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MATO
GROSSO DO SUL (1948 - 2010)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ **de** _____ **de** _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Prof^a. Dr^a Maria do Carmo Brazil - UFGD - _____

2º Examinador:

Prof^a Dr^a Ana Paula Mancini – UFGD- _____

3º Examinador:

Prof. Dr^o. Solimar Oliveira Lima - UFPI- _____

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é fruto de um extenso processo de descobertas sobre história e identidade cultural, numa interessante busca que se iniciou na origem da minha família, através das histórias que meus pais me contavam e que guardo na memória. Por um lado, histórias sobre os meus avós maternos, descendentes de italianos e alemães; gente “de origem”, como os mais velhos costumavam dizer na minha cidade natal, Ijuí, Rio Grande do Sul. E de outro lado, sobre meus avós paternos, com um legado negro e holandês, comprovação prática que a identidade étnico-racial do brasileiro é fruto de grande miscigenação. Coisas para mim tão interessantes como o fato de meu avô Daniel, em 1904, ter chegado ao Brasil de navio, pequenino, vindo da Holanda em uma viagem que, segundo meu pai também ouviu contar de seu pai, parecia que não teria fim, tamanhas eram as dificuldades enfrentadas.

As narrativas familiares desta história foram se juntando às narrativas historiográficas durante minha vida escolar e ampliaram a vontade de perceber e de entender minha própria construção identitária cultural, que havia se iniciado de modo solitário, tornando-se ao longo da minha vida uma busca coletiva, na medida em que eu tomava consciência que a minha história não era única, e isso era muito instigante; a própria materialização do “caldeirão de cultura” que muitos diziam ser o Brasil.

Outro fato que marcou minha trajetória de descobertas que antecederam o projeto de pesquisa de Mestrado, foi a mudança de minha família, em 1989, de Ijuí, RS, para Guia Lopes da Laguna, Mato Grosso do Sul. Eu, na época, com catorze anos, comecei a pensar que as coisas que já tinha visto e vivido, eram insuficientes para oferecerem respostas sobre minha própria identidade cultural, já que agora estava em um lugar novo, com referências também novas.

Era preciso fazer certo esforço para superar barreiras culturais, como exemplo a linguagem, a paisagem e os hábitos alimentares, tão diferentes de uma região para outra. Contudo, estas adaptações culturais passaram a ser uma constante em minha vida.

Ao completar dezessete anos, fui aprovada na UFMS no curso de Pedagogia, mudando para Campo Grande, MS, em seguida para Lins, São Paulo. E já no ano de 1995, mudei-me para Bonito, MS, com minha nova família constituída, marido e filho. A cidade despontara no cenário do turismo de natureza, em meados da década de 1980; nova mudança e reordenação

de projetos de vida que acabaram gerando novas dúvidas, cada vez mais difíceis de serem digeridas no âmbito das minhas próprias construções identitárias.

Agora eu estava frente a um dilema social, já que havia me tornado uma professora e as questões como as colocadas acima me provocavam diariamente na profissão.

Em 2004, resolvi então fazer uma especialização em Turismo, contando que estes estudos me auxiliariam na interpretação da minha nova cidade: Bonito que, com quinze mil habitantes na época, parecia, ao mesmo tempo, tão simples e tão complexa. Com dados quantitativos e qualitativos sobre o fenômeno do turismo local, e com uma experiência de cidadã envolvida com questões da cidade e suas transformações, me lancei em um universo que, para muitos, era totalmente alheio ao meu *locus* original, a educação.

Sentia-me pronta para iniciar nova etapa de busca e reflexão, agora empenhada em enveredar pela área das ciências humanas como um meio de discutir estas questões de modo sistematizado e dialogado com áreas como a História, o Turismo, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Educação.

Em 2008, conheci o programa de pós-graduação em História da UFGD, e comecei a esboçar um pré-projeto capaz de tornar a minha aspiração possível. Para minha grande felicidade, fui aprovada no programa e acolhida pela professora doutora Maria do Carmo Brazil. A ajuda foi decisiva para a formulação deste projeto de pesquisa que agora, enfim, passamos a apresentar, como demonstração do que fora feito neste período da pesquisa de Mestrado.

Por tudo que foi exposto, esperamos, com esta pesquisa, trazer mais luz ao debate sobre a história, o cotidiano e as identidades culturais dos bonitenses, todos agentes produtores e produzidos pelo lugar.

Aos meus filhos amados, que são a razão maior de meu empenho e da minha existência. A vocês, dedico este trabalho, por amor incondicional em tempo integral.

AGRADECIMENTOS

Embora o trabalho de elaboração de uma dissertação seja essencialmente individual, sinto-me feliz em referendar aqueles que me auxiliaram, de uma forma ou de outra, deixando suas marcas nesta dissertação. Pessoas que tiveram a sensibilidade e paciência para compreender minhas intenções e me apoiaram, mesmo quando isso implicou em menos tempo de convivência, lazer e mais horas de trabalho árduo. Por isso, agradeço muitíssimo:

À colega Rosemeire, pelo impulso inicial dado a mim, durante inúmeras conversas na UEMS, sobre minha candidatura no processo seletivo da UFGD em 2008; conversas que me fizeram ver a possibilidade de superar minhas limitações e realizar meu sonho de pesquisa.

À minha orientadora, professora doutora Maria do Carmo Brazil, pelo empenho que mostrou na tarefa de orientação, desde nosso primeiro encontro; uma guia exemplar que me serviu sempre como modelo a ser seguido, parceira de angústias e trilhas, por vezes desanimadoras e por outras restauradoras.

Aos professores doutores Ana Paula Mancini e Solimar Oliveira Lima, que compuseram a minha banca examinadora e me brindaram com suas importantes contribuições e elogios, que valeram o esforço da caminhada.

Ao professor doutor Paulo Roberto Cimó Queiróz, pessoa com sensibilidade ímpar que promove excelente clima acadêmico no PPGH, sob sua direção.

Ao professor doutor Eudes Fernando Leite, ex-coordenador do programa de Mestrado em História da UFGD (período de 2008 a 2009), dono de uma fórmula que une sabedoria e humanidade, admiráveis. Ser humano que aprendi a admirar ao longo do mestrado.

Aos colegas do mestrado, em especial ao Fábio, a Izabel e a Ilsyne, constantes presenças amigas na minha trajetória,

Aos funcionários da UFGD, que promoveram um espaço adequado para que nossas atividades corresse com toda a tranquilidade.

Ao colega historiador, educador e mestre em História, Saulo, profissional em que me espelho sempre, colaborador atento dos meus escritos e reflexões.

Aos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Sagrada Família, turma 2010, especialmente, a Coralina, Renan, Kelly, Otávio e Kristieli.

Aos moradores mais antigos de Bonito, que confiaram suas memórias a mim, em horas de trabalho de elaboração de relatos escritos, em entrevistas prolongadas pela demasiada empolgação da pesquisador/entrevistadora.

Aos amigos e amigas do projeto “Na luz de Bonito”, Boni, Edméia, Erondina, Fátima, Ilda e Priscila, parceiros dos sonhos de preservação do patrimônio cultural local.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Bonito, sempre prontos a me ajudar, que fizeram dos seus espaços de trabalho o meu espaço de pesquisa.

As funcionárias da Biblioteca Municipal de Bonito Simplicio de Assis, que com redobrada paciência, auxiliaram-me na busca pelas pistas da história de Bonito nos arquivos já marcados pelo tempo.

Aos colegas professores de Bonito, que deste o início de minha trajetória acompanharam minhas batalhas e vitórias em prol da permanente melhoria do ensino oferecido, através do meu aperfeiçoamento pessoal e acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, órgão do governo federal que promove ações em prol da pesquisa nacional, que viabilizou financeiramente meu projeto de pesquisa, através de bolsa de estudos durante todo período.

Aos meus pais, Carlos e Clarice; meus sogros, Jonas e Glicéria, pessoas que jamais deixaram de acreditar na minha capacidade de superação, me oferecendo sempre importante apoio.

Ao meu marido e amigo, Jonas, meu agradecimento amoroso, pelas inúmeras vezes que me auxiliou a olhar as coisas com clareza, acreditando no meu sonho; sonho este que passou a ser o nosso sonho: realização da pesquisa de mestrado.

Aos meus filhos, Rafael e Fernanda, pela imensa paciência que tiveram comigo, mesmo eu tendo dedicado muito tempo ao trabalho e pouco tempo a eles; pelas vezes que não me viam, pois estava trabalhando; ou ainda pelas vezes que me viam, mas preferiam não me ver, tamanha era minha aflição, debruçada na pesquisa. Obrigada, por acreditarem na grandeza do meu sonho.

A todos vocês, muito obrigada com toda minha alma.

Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória.

Simon Shama, 1996.

RESUMO

O presente trabalho se inscreve na corrente de esforço acadêmico, no sentido de explicar aspectos ligados à memória, à história e à identidade de Bonito, como parte dos processos de tentativas de construções identitárias de Mato Grosso do Sul, delineados nos projetos políticos locais ou regionais. Com sessenta e dois anos de emancipação política, a cidade tem raízes vinculadas ao passado minerador e agropastoril. Suas origens mais remotas vinculam-se à história dos povos indígenas *Guaicuru*, ao passado colonial luso-castelhano e à antiga vila de Miranda. A pesquisa revelou que as posses, especificamente, a de nome Rincão Bonito, adquiridas por Luis da Costa Falcão, ainda no século 19, transformaram-se, anos mais tarde, no município hoje conhecido por Bonito, cujo passado recente caracteriza-se pelo referencial do turismo. Percorremos predominantemente a trilha do processo de mudanças econômicas, sociais e políticas, ocorridas em Bonito, a partir da década de 1980, considerando os fatores da atividade produtiva agropastoril e mineradora, além da inserção da atividade turística enquanto preocupação central, movimento social de viés político que desponta. As fontes históricas utilizadas foram as crônicas memorialistas, os jornais, os folhetos, os poemas, as fotografias e os mapas do período determinado. Nesta época, o município foi descoberto como um local de refúgio e lazer; lugar *paradisíaco*, projetado como patrimônio da humanidade. Investigamos nesta etapa a problemática da recriação de identidades locais a partir do referencial do turismo e a promoção, manutenção e releitura de símbolos tradicionais da sociedade local, assim como a construção de novos símbolos, pautados na natureza; lugares de constante visita turística e importante elemento produtor da mais recente representação do lugar, a cidade das águas, transformada em mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Bonito; História; Turismo; Identidades.

ABSTRACT

This work is part of the current academic effort to explain the aspects related to memory, history and Beautiful identity as part of the processes of identity construction attempts of Mato Grosso do Sul, delineated in local or regional political projects. With sixty-two years of political emancipation has roots that are linked to the city passed an agricultural and miner. Its origins more remote linked to the history of indigenous peoples, the colonial past Guaicuru luso Castilian and the old village of Miranda. The survey revealed that the possessions, specifically the Cute name Rincão, acquired by Luis Costa Falcão, even in the 19th century, became years later in the municipality now known simply by beautiful, whose recent past characterised by referential tourism. Come predominantly to track the process of changing economic, social and political occurring in bonito since the 1980s, whereas the factors of an agricultural and mining productive activity and the insertion of tourist activity while central concern, social movement of political bias, peeping. The historical sources used were the Chronicles memoirists, newspapers, handouts, poems, photographs and maps of the period. This time, the municipality was discovered as a place of refuge and leisure; a paradisiac place designed as a world heritage site. We investigate this step the problematics of rebuilding local identities from referential tourism and the promotion, maintenance and rereading of traditional symbols of local society, as well as the construction of new symbols, all based in nature, in places of constant tourist visitation, important producer of the most recent representation of the place, city of waters, transformed into merchandise.

KEYWORDS: Custe; History; Tourism; Identities.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	14
Lista de Tabelas e Quadros.....	16
Lista de abreviaturas e siglas	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS: UM OBJETO HISTORIOGRÁFICO	26
1.1 - A produção da UFGD no programa de pós-graduação em História: campo das identidades.....	27
1.2 - Escritos históricos sobre a região de Bonito.....	30
1.3 – Outros trabalhos acadêmicos: debates e tendências.....	34
1.4 - Métodos e Fontes.....	44
1.4.1 - Abordagens metodológicas.....	45
1.4.2 - Fontes oficiais.....	49
1.4.3 - Crônicas e relatos memorialísticos.....	51
1.4.4 - Imprensa.....	52
1.4.5 - Impressos promocionais.....	54
1.4.6 - Materiais iconográficos.....	55
1.4.7 - Depoimentos orais.....	56
CAPÍTULO II - BONITO E A HISTÓRIA DO ANTIGO MATO GROSSO UNO	63
2.1 - Os Guaicuru e os castelhanos.....	60
2.1.1 - Guaicuru na mira dos portugueses.....	65
2.1.2 - Os Kadiwéu.....	67
2.1.2.1 - Levi-Strauss e os Kadiwéus.....	67
2.1.2.2 - Os Kadiwéu da Bodoquena atualmente	69
2.2 - O presídio de Miranda.....	73
2.2.1 - Frentes mineiras e cuiabanas na formação de Bonito.....	81

CAPÍTULO III - CONTANDO A HISTÓRIA DO LUGAR.....	
3.1 - As terras de Luiz da Costa Leite Falcão.....	91
3.1.1 - O mapa das posses que deram origem a Bonito.....	93
3.2 - Nova onda migratória alcança a região de Bonito.....	97
3.3 - Bonito, distrito de Miranda.....	103
3.3.1 - Bonito e a marcha para oeste.....	107
3.4 - Construções Identitárias em Mato Grosso do Sul e em Bonito.....	112
3.4.1 - Desdobramentos da divisão do Estado.....	115
3.5 – Personagens, lugares e símbolos tradicionais.....	116
3.5.1 – O busto de um desbravador.....	118
.....3.5.2 -- Odes ao desbravador.....	119
3.5.3 – O brasão de Bonito.....	121
3.5.4 - Cânticos de veneração.....	122
3.5.5 - Vias públicas e os nomes para se lembrar.....	124
3.5.6. – Praças.....	129
CAPITULO IV - A INVENÇÃO DO TURISMO EM BONITO: NOVAS	
CONSTRUÇÕES.....	
4.1 - A natureza ganha espaço nos discursos e nas sensibilidades.....	133
4.2 – Surgimento do turismo.....	135
4.3 – Nasce a cidade das águas.....	137
4.4 – Novos símbolos e lugares da memória.....	151
4.5 –E o turismo avança.....	151
4. 6 –Novos ícones da identidade local.....	158
4.7 – Escola e identidade local.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
BIBLIOGRAFIA E FONTES	185
ANEXOS.....	199

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – - Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque a Bonito	19
Figura 2 – Quantitativo de dissertações defendidas – temáticas	39
Figura 3 – Uma bela Kadiwéu em 1895 (segundo Boggiani)	72
Figura 4 – Planta Presídio de Miranda	84
Figura 5 - Mapa das posses que deram origem ao município de Bonito	98
Figura 6 - Famílias de fazendeiros (Rugendas-1820-1825)	106
Figura 7 - Representação de uma venda à beira da estrada	107
Figura 8 - Estação da NOB em Miranda, Mato Grosso	108
Figura 9 - Medição dos lotes de Bonito - 1927	110
Figura 10 - Primeira Escola de Bonito: seus alunos e a professora	111
Figura 11 - Casa São Pedro, anúncio comercial	113
Figura 12 - Sr. Francisco Jaques e família	114
Figura 13 - Posse do primeiro Prefeito de Bonito, em 1948	117
Figura 14 - Mapa do Estado de Mato Grosso antes da divisão em 1977	118
Figura 15 - O busto de um desbravador	123
Figura 16 – Placa ao desbravador	123
Figura 17 - Brasão de Bonito	126
Figura 18 - Rua Pilad Rebuá: em frente a Igreja	131
Figura 19 - Rua Pilad Rebuá: em frente a Praça da Liberdade	132
Figura 20: Morador passeando em Bonito, com uma novilha: área predominante rural	133
Figura 21 – Praça da Liberdade – Festa de São Pedro	135
Figura 22 -. Capa original do livreto Bonito, o gigante adormecido	149
Figura 23 - Folheto publicitário da Prefeitura Municipal de Bonito de 1980	152
Figura 24 - Anúncio sobre o Balneário Municipal publicado em 1986 no Jornal	157

Figura 25 - Primeira tiragem do Jornal O Machete	161
Figura 26 – Monumento natural Gruta do Lago Azul	166
Figura 27 - Família bonitense tomando banho no Rio Formoso: local do atual balneário municipal	166
Figura 28 - Decks de concreto ao longo do balneário Municipal Rio Formoso	167
Figura 29 - As piraputangas no Rio Formoso	167
Figura 30 - Telefones públicos na Rua Pilad Rebuá: motivos da fauna e flora regional	168
Figura 31 - O jovem laçador fazendo seu treino no Clube de Laço Nabileque em Bonito	170
Figura 32 - I Encontro das famílias pioneiras de Bonito, ocorrido no Salão Paroquial da Igreja Católica, pronunciamento Sr, Taica, 2006.	175
Figura 33 - Monumento “As piraputangas”, construído no período da reforma na Praça da Liberdade em 2008, que deu lugar a fonte luminosa construída em 1980	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de dissertações e teses catalogadas por temática nos Programas de Pós Graduação do país - 1998 e 2009	38
Quadro 2 – Quantitativo de dissertações e teses catalogadas por temáticas em MT e MS	38
Quadro 3 - Posses pertencentes a Luis da Costa Leite Falcão	100
Quadro 4 - Doenças mais comuns no Distrito de Bonito entre os anos de 1931 a 1941	115
Quadro 5 - Homenagem ao desbravador de Bonito	125
Quadro 6 - Hino a Bonito I	127
Quadro 7 - Hino de Bonito II	128
Quadro 8 - Texto informativo e promocional sobre Bonito na década de 1980	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIRK - Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu

AGTB – Associação de Guias de Turismo de Bonito

ATRATUR – Associação dos Atrativos de Turismo de Bonito

CAPES – Coordenação de Apoio à Pesquisa de Ensino Superior

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Bonito

FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação e Cultura

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IESF – Instituto de Ensino Superior da Funlec

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MBTC – Movimento Brasil de Turismo e Cultura

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério do Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

MTur – Ministério da Cultura

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

A dissertação *Bonito, cidade das águas: na trilha das construções identitárias de Mato Grosso do Sul (1948-2010)*, tem como objeto de estudos a identidade cultural da cidade sul mato-grossense de Bonito, e se inscreve na corrente de esforço acadêmico no sentido de explicar os aspectos ligados à memória, à história e à identidade de Bonito, como parte dos processos de tentativas de construções identitárias de Mato Grosso do Sul, delineados nos projetos políticos locais e regionais.

A origem de Bonito remonta à história da cidade de Miranda, e as suas origens mais distantes vinculam-se à história dos povos indígenas *Guaicuru*, como ainda ao passado colonial luso-castelhano e à antiga vila de Miranda. As posses de terras, especificamente, a de nome Rincão Bonito, adquiridas por Luis da Costa Falcão, ainda no século 19, transformaram-se, anos mais tarde, no município hoje conhecido por Bonito. Sua área, localizada no maciço da Serra da Bodoquena, teve como base econômica local as atividades mineradoras e agropastoris, sendo aos poucos, sobrepostas por novos elementos, até a invenção do turismo, a partir da década de 1980.

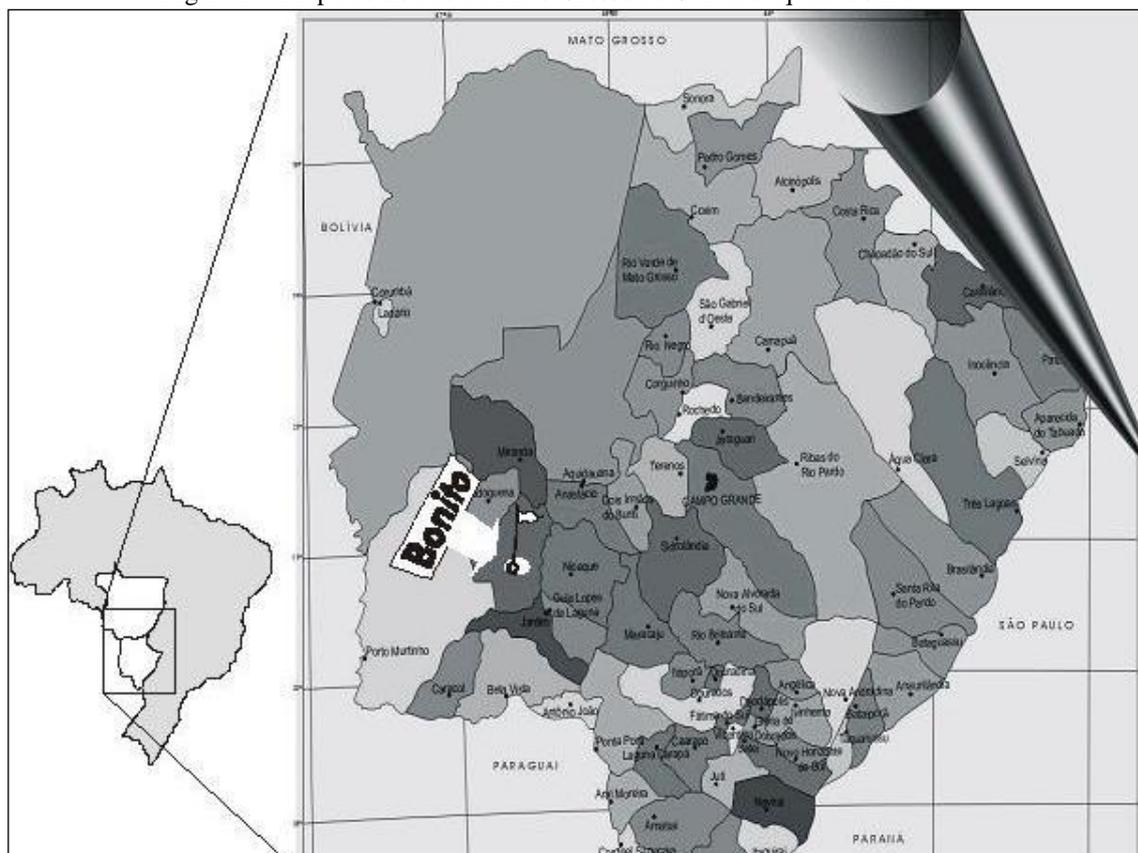
Os objetivos deste trabalho foram:

- a) reconhecer algumas construções identitárias culturais de Bonito, especialmente a partir de 1948;
- b) identificar alguns elementos sociais constituintes e promotores desta identidade cultural e
- c) contribuir para a produção de um futuro inventário e registro sistematizado destes aspectos da cultura e história local como meio de conservação de parte desta cultura.

Os municípios do estado de Mato Grosso do Sul encontram-se nos dias atuais agrupados em quatro mesorregiões geográficas, a saber: a) Pantanal sul mato-grossense; b) Centro-Norte de Mato Grosso do Sul; c) Leste de Mato Grosso do Sul e d) Sudoeste de Mato Grosso do Sul. Já as mesorregiões, por sua vez, estão subdivididas em onze microrregiões: Bodoquena, onde Bonito está inserido; Alto Taquari; Aquidauana; Baixo Pantanal; Campo Grande; Cassilândia; Dourados; Iguatemi; Nova Andradina; Paranaíba e Três Lagoas. Entre as onze microrregiões, Campo Grande e Dourados agregam mais de 50% da população do estado e se destacam quanto ao dinamismo econômico.

Bonito situa-se na porção norte da microrregião de Bodoquena e em relação ao Estado, localiza-se na região sudoeste, precisamente na encosta da Serra da Bodoquena, abrangendo grande parte dela. Faz divisa com os municípios de Bodoquena e Miranda ao Norte; Aquidauana e Nioaque à Leste; Guia Lopes da Laguna e Jardim ao Sul; Porto Murtinho ao Oeste.

Figura 1 -: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque a Bonito.



Fonte: LUNAS, 2000.

Compondo seu território, estão o distrito sede e o distrito de Jabuti, além de duas colônias, Guaicurus e Santa Lúcia.

Até o ano de 1948, Bonito era um distrito de Miranda, núcleo urbano significativo desde o período colonial, mas a partir daí, começou a construir sua própria história, embora mantivesse estreitas relações com Miranda, seu município-mãe. Hoje, Bonito é um dos municípios sul mato-grossense que serve de apoio às regiões do Pantanal do Nabileque, tendo também proximidade de acesso às fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

Segundo censo agropecuário, em 2006, havia 776 unidades agropecuárias de propriedade individual; 14 unidades de condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas; 26

unidades de sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada e nenhuma cooperativa ou instituição de utilidade pública.

Em um levantamento preliminar da atual produção científica sobre as identidades e história de Bonito, constatamos que não há nenhum trabalho científico deste teor, provando que existe uma lacuna a ser preenchida. Na produção tanto de natureza científica como técnica, também observamos que os trabalhos eram nas áreas da economia, da administração, do turismo, da biologia e da ecologia, quase sempre voltados para responder às demandas do sistema ou *trade* turístico local dos últimos dez anos. Nenhum desenvolve análises multidisciplinares, como sugere William Theobald, em seus escritos na obra *Turismo global*¹,

Na pesquisa e revisão de literatura, nos surpreendemos com a ausência de estudos históricos sobre a região, constatando-se que quase nada existe na produção acadêmica envolvendo o passado de Bonito, em período que ainda era vinculado a Miranda e do momento mais recente, a partir da década de 1980, só encontramos pesquisas de cunho econômico ou ecológico, envolvendo fatos relacionados ao turismo e às mudanças por ele provocadas. Concernente aos últimos 30 anos, as produções de artigos, teses e dissertações foram na maioria voltadas à ordenação do turismo e pouco encontrou-se no campo da história, a não ser estudos que apenas tangenciaram a região. Portanto, acreditamos que nosso trabalho tenha dado o primeiro passo no sentido sistematizar a história do município.

Chamou a atenção o grande movimento social em torno da nova atividade econômica e o impacto que ele passou a provocar na localidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE², em 2006, o produto interno bruto (PIB) de Bonito no segmento de serviços, incluindo o Turismo, foi de 77.293 mil reais, bem superior ao segmento agropecuária, que foi de 37.435. Já o produto interno bruto per capita de 2007 foi de 9.111 reais. Na pesquisa de 2008 sobre *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas*³, registraram-se 613 empresas atuantes no município. No mesmo ano, em relação à produção agrícola, com lavoura temporária, obteve-se maiores lucros, com os seguintes produtos: a mandioca rendeu 428 mil reais; a cana-de-açúcar rendeu 378 mil reais; o trigo rendeu 252 mil reais; e a soja que rendeu 22.175 mil reais.

No relatório *Análise das atividades características do turismo 2003*, o IBGE postula que a análise econômica do turismo faz-se, principalmente, a partir da mensuração dos

¹ THEOBALD, W. F. Turismo global.

² Segundo dados do site do IBGE Cidades acessado em 04/09/2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

³ IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2002/default.shtm>

produtos (bens e serviços) que os visitantes consomem durante suas viagens e dos impactos que a oferta desses produtos exerce sobre as variáveis macroeconômicas e sua interrelação com as demais atividades da economia. Dentre os bens e serviços consumidos pelos visitantes, destacamos o alojamento, o transporte, a alimentação e o entretenimento, os quais, em um sentido amplo, podem ser considerados como característicos do turismo.

Em 2009, entre os períodos de janeiro a maio, foram contabilizadas 18.780 visitas no maior atrativo turístico local, a Gruta do Lago Azul, e 4270 visitas ao atrativo mais popular (que congregam turistas e moradores locais), o Balneário Municipal⁴. Estes dados nos servem como demonstração da grande mobilização de recursos no setor de Turismo e do grande impacto econômico, e constituem campo fértil de análise para além da lógica econômica, com uma contribuição para um diagnóstico do impacto social e cultural da atividade em Bonito.

Segundo seu conceito básico, o turismo é fenômeno de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante, o turista; este que pode ser diferenciado do viajante pelas características como tempo de permanência fora de sua casa, objetivo da viagem e até o estado de espírito apresentado durante a viagem. Entendemos que ele agrega outros valores que consideramos relevantes, como práticas socioculturais de cunho humanista de integração de diferentes culturas, que podem gerar a cooperação entre povos em situações econômicas distintas; o intercâmbio educacional; o diálogo entre religiões; a conservação da biodiversidade entre outros impactos positivos.

O discurso sobre conservação da biodiversidade teve diferentes fases, a exemplo do ano de 1972, quando se realizou a Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento humano, em Estocolmo, onde aconteceu um debate frutífero sobre desenvolvimento e meio ambiente e iniciou-se a busca por elementos de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas que resultou na Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Esta estipulava ações para que as nações estabelecessem planos que resolvessem os conflitos entre as óticas e as práticas de preservação ambiental e do desenvolvimento. Desde então, os discursos voltam-se crescentemente para a realização efetiva dos princípios estabelecidos em Estocolmo, postulando sobre a salvaguarda de patrimônios naturais diferenciados ao redor do mundo. Mas poucas ações têm tido sucesso em colocar em prática as intenções. O Brasil inscreve-se neste último grupo contando com vários problemas desta ordem. Bonito colocou-se na contra-mão da história ambiental brasileira e vem promovendo práticas socioambientais consideradas exemplo para o país e para o mundo.

⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO. Central do ISSQN: relatório de totais por passeio. 01/01/2009 a 30/04/2009.

A problematização nos sinalizou algumas perguntas:

- 1) Como o processo de mudança em Bonito vem sendo analisado?
- 2) Como a cidade construiu e assimilou o *neomito* da cidade das águas?
- 3) Que discursos e conhecimentos estão sendo priorizados na construção identitária local, nesta nova fase da produção do espaço, no plano cultural?
- 4) O que falta a este modelo de gestão e governança no aspecto de respeito às identidades locais?
- 5) Quais são as referências presentes ainda hoje sobre a história contemporânea de Bonito possíveis de serem identificadas?
- 6) Que construções identitárias culturais locais passaram a compor o *neomito* da cidade das águas?

A partir desta problematização, propomos uma reflexão inicial sobre o processo contemporâneo de construção identitária, que possa ampliar o frutífero debate já estabelecido, referente aos impactos socioambientais do turismo em Bonito, para o campo dos impactos socioculturais do turismo, como forma de reforçar o direito já garantido na Constituição Federal de 1988. A lei magna brasileira passou a prever, em seu artigo 215, que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, além de proteger manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.⁵

Apesar de sabermos da complexidade da temática e dos limites da ciência social contemporânea, entendemos que o fato de Bonito viver hoje o chamado “auge” da economia do turismo em âmbito local, faz-nos buscar com vigor esta resposta e pensar sobre as mudanças culturais, advindas desta atividade, como parte de uma transformação global, reflexo de mudanças nas identidades pessoais que interagem com as ideias que temos de nós mesmos como sujeitos integrados.

Entendemos, portanto a grande importância de avançarmos nos estudos dos aspectos históricos, assim como em relação aos impactos sociais e culturais das mudanças para a região. Este fato justifica e reforça nosso esforço em seguir estudando os processos ideológicos de construção identitária da região.

Arrolar essa produção permitiu enxergar novas nuances do município, ainda inexploradas, mas tão importantes para avaliar a dimensão e repercussão da produção do

⁵ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro 1988.

espaço no período que nos propomos investigar. Entendemos que existe um grande vazio historiográfico a respeito de Bonito, se comparado ao quantitativo de produção nos campos da ecologia, geografia e economia do turismo.

Em nossas pesquisas de campo, em busca de material de análise, nos deparamos com arquivos públicos, como o da Câmara municipal e o da Biblioteca municipal em estado crítico de conservação, e constatamos que seria necessário um trabalho urgente de catalogação e conservação de pelo menos uma pequena parte destes documentos, já que os arquivos já escassos estão em situação irregular e correm risco eminente de serem perdidos em curto espaço de tempo. Para arquivos particulares de relevância histórica, citamos os mesmos problemas, em especial acervos de jornais locais da época de 1970, 1980 e 1990.

Importa registrar que a problemática dos acervos de Bonito encontra-se inserida num contexto maior que são as políticas de incentivo à construção, manutenção e ampliação destes arquivos, como parte de um plano municipal de cultura e patrimônio, plano que o município não possui, nem tão pouco, ações esparsas neste sentido. Estes problemas mencionados têm sua relevância para a construção identitária regional e justificam o tema da pesquisa, trazendo à tona desdobramentos que procuramos tratar ao longo do trabalho.

Por estas constatações, relativas ao patrimônio material do município, tivemos a impressão que Bonito está na contra-mão do movimento de valorização destes bens, já que nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural adquiriu um peso considerável no mundo ocidental. Algumas localidades passaram da valorização dos monumentos artísticos de períodos mais remotos, para um novo entendimento de patrimônio, concebido como o conjunto de bens culturais relacionados às identidades coletivas. Nestas localidades, as múltiplas paisagens, tradições, economia e documentos passam a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Não nos parece o caso de Bonito nem de Mato Grosso do Sul.

Em relação ao suporte teórico-metodológico utilizado, procuramos contemplar a perspectiva historiográfica da história cultural, aberta ao estudo das representações, que vem sendo desenvolvida desde final do século XX com uma proposta voltada para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Michel de Certeau estão inscritos no extenso grupo de pensadores deste campo, contribuindo para o levantamento de estudos acerca de noções como “práticas” e “representações”, as quais são primordiais para o historiador da cultura.

Para as análises realizadas, adotamos, prioritariamente, as categorias de análise, *tradição, mito, turismo, natureza, cultura e identidades*, nas abordagens de autores referências

em suas áreas. Os britânicos Eric Hobsbawm (1917) e Terence Ranger escrevem sobre tradição inventada no livro *A invenção das tradições*, escrito em 1997⁶; o cientista social brasileiro Antonio Carlos Diegues (1943) aborda o tema mito na obra *O mito moderno da natureza intocada*⁷; a turismóloga brasileira Margarita Barreto problematiza a noção de turismo no livro *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*⁸; o geógrafo brasileiro Milton Santos empreende sobre o tema natureza em 1996 no livro *A natureza do espaço*⁹; o britânico Raymond Williams (1921-1988) postula sobre cultura na obra *Cultura de 1992*¹⁰, e o antropólogo estadunidense Glifford Gertz (1926-2006) analisa o mesmo termo cultura na sua obra *A interpretação das culturas*¹¹. Além destas obras, também citamos Alan Corban e sua obra *O território do vazio*, e Thomas Keith, com o livro *O homem e mundo natural*.

Ao analisarmos os diferentes momentos da história e o processo de surgimento do município de Bonito, decidimos pelo recorte temporal que partisse da origem do povoado e criação do município em 1948, passando para as décadas de 1980 e 1990, considerando que os fatos desta época sinalizavam para a fase que chamamos de invenção do *neomito* da “cidade das águas”. Estendemos o recorte até os dias atuais em função do interesse em revelar algumas marcas identitárias que permanecem ou não na cidade até os dias atuais.

Levantamos a hipótese de que as décadas de 1980 e 1990 serviram para que o turismo fosse engendrado como saída para a crise agropecuária, dando início ao *neomito* da “cidade das águas”, que começava a ser inventado. Daí em diante, a atividade turística ganhou fôlego na cidade, recebendo consideráveis investimentos e sofrendo um processo de institucionalização, gerando mudanças em diferentes âmbitos da comunidade local.

Crônicas memorialistas, jornais, folhetos, poemas, fotografias e mapas do período determinado foram materiais utilizados como fontes históricas.

Estas mudanças promoveram a recriação de identidades locais a partir do referencial do turismo, além da manutenção e releitura de símbolos tradicionais da sociedade local e a construção de novos símbolos, pautados na natureza, locais de visitação turística, transformados em mercadoria.

O primeiro capítulo tratou dos aspectos historiográficos, metodológicos e das fontes utilizadas, com o título *Bonito, cidade das águas: um objeto historiográfico*, e a reflexão sobre a construção das identidades, através de revisão de literatura no âmbito acadêmico e nas

⁶HOBSBAWM, E.; RANGER, T. A Invenção das Tradições.

⁷DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada.

⁸BARRETO, M. (Org.); BANDUCCI JR., A. (Org.). Turismo e identidade local: Uma visão antropológica.

⁹SANTOS, M. A natureza do espaço.

¹⁰WILLIAMS, R. Cultura.

instituições, que de um modo ou de outro contribuem neste processo em Mato Grosso do Sul. Apresentamos ainda a metodologia por nós adotada, além da tipologia das fontes consultadas.

O segundo capítulo foi destinado às questões referentes à problemática *Bonito e a história do Mato Grosso*, refletindo sobre revisões historiográficas relativas aos discursos fundadores do Mato Grosso. Procuramos analisar os fatos ligados ao passado de Bonito, vinculado à Miranda, desde o período colonial, passando pelo período imperial, procurando dar visibilidade aos índios *Kadiwéu*, ao projeto da construção do Presídio de Miranda e à influência das frentes mineiras, paulistas e sulinas que alcançaram a região nos séculos 19 e 20.

No terceiro capítulo, *Contando a história do lugar*, desenvolvendo reflexões sobre a origem do povoado de Bonito, sua constituição histórica e marcos de memória que se estabeleceram nos discursos mais recentes sobre este passado. Enfim, procuramos discutir, neste capítulo, as construções identitárias verificadas ao longo de sua história.

E no quarto capítulo, explanamos sobre *A invenção do turismo em Bonito: novas construções*, promovendo análise marcadamente interdisciplinar, permitindo extrair das fontes do período de inserção do turismo, dados que comprovassem a reinvenção de uma tradição: o turismo. Reservamos a esse capítulo uma reflexão sobre o processo de mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas a partir da década de 1980, quando Bonito passa a ser vista como um local paradisíaco de refúgio e lazer, projetando-se como patrimônio da humanidade.

¹¹ GEERTZ, C. A interpretação das culturas.

CAPÍTULO I:
BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS: UM OBJETO
HISTORIOGRÁFICO

1.1 A produção da UFGD no programa de pós-graduação em História: campo das identidades

Com o objetivo de conhecer as dissertações defendidas no programa de Mestrado em História da Universidade da Grande Dourados – UFGD, procuramos no *site* e no banco de dados do mestrado, as dissertações defendidas, que seriam relevantes a essa pesquisa. Assim, em nossas observações, percebemos que não havia nenhum trabalho envolvendo os temas *Turismo* ou *Bonito*, e dessa forma, optamos por destacar as pesquisas relacionadas à temática sobre *Identidade*, em ordem cronológica.

O programa de Mestrado em História foi implantado em 1999, no então campus de Dourados da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), e ao longo desses anos seus alunos produziram 108 dissertações nas mais diversas temáticas. Ressaltamos que entre as pesquisas, o tema dedicado aos indígenas apresenta um número mais significativo.

As dissertações estão disponíveis em versões digitais apenas para as versões produzidas após o ano de 2003 e as versões impressas podem ser consultadas na Biblioteca Central da UFGD, no Centro de Documentação Regional (CDR – FCH/UFGD) ou no arquivo do próprio Programa.

A dissertação de Carlos Magno Meires Almarilha, de 2006, *Os intelectuais e o poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso Sul* analisou as construções culturais sul-mato-grossenses realizadas pelos sócios do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e pela Academia de Letras (ASL). O autor fez ponderações sobre a criação de identidades mato-grossenses e sul-mato-grossenses nos períodos de 1918 a 1922 (Cuiabá), e de 1932 a 1934 (Campo Grande), e de 1943 a 1946 (Ponta Porã), estudando a narrativa do movimento divisionista e os discursos históricos publicados depois da efetivação do estado do MS, por meio do governo militar, em 1977. Por fim, estudou a construção cultural dos hinos de MT e MS, bem como o epônimo e o gentílico de MS, escolhidos pelos *Homens da Terra*.

Ricardo Souza da Silva defendeu sua dissertação intitulada *Labirintos da memória*, com uma abordagem sobre a memória, do período de criação de Mato Grosso do Sul com análises de obras de Barbosa Rodrigues, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães,

contemplando suas lógicas e definições temáticas que receberam status de mito e logo foram instituídas como obras de referência em textos oficiais, campanhas publicitárias, concursos públicos e livros didáticos.

Na dissertação de Gilmara Yohihara Franco, de 2007, intitulada *A construção da identidade Mato-Grossense na escrita de Virgílio Correa Filho – 1920 – 1940*, a pesquisadora apresentou uma análise historiográfica de parte da obra Virgílio Correa Filho (Mato Grosso, Monografias Cuiabanas e as Raias de Mato Grosso, revelando as características da construção da identidade do mato-grossense.

Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul é uma dissertação defendida no ano de 2007, por Edna de Falchi, que contribuiu com o complexo debate referente ao uso e ocupação do espaço e das terras em MS. Contemplou análise e uma breve etnografia de três acampamentos que existiram nessa região – acampamento Oito de Março (1997), em Itaquiraí, acampamento Laguna Peru (1999), em Eldorado e acampamento Mambaré (1999), em Mundo Novo, construindo uma narrativa da luta cotidiana de sujeitos envolvidos no contexto e abordando todos os conflitos, contradições e dificuldades oriundas do espaço/tempo do acampamento.

Nessa mesma perspectiva, em 2008, temos a pesquisa de Ana Cláudia Marques Pacheco, *As representações sobre o Bandeirante: Heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade Mato-Grossense (1922-1946)*, que investigou a influência da figura do bandeirante paulista na tentativa de formação da identidade mato-grossense especificamente na produção historiográfica de Virgílio Correa Filho e na poesia produzida pelo bispo Dom Aquino Corrêa. Teve como elementos conclusivos desse trabalho os aspectos evidenciadores de que a escrita de Correa Filho e os versos de Dom Aquino seguem, claramente, o viés épico da historiografia apologética paulista, que heroiciza e glorifica mateiros e desbravadores que nada tinham de heróis.

Tal qual ocorreu em relação aos autores de São Paulo, a figura do bandeirante foi também evocada em Mato Grosso. Nesse caso especificamente pela escrita de Correa Filho e pela poesia de Dom Aquino, buscando associar o herói paulista à formação da sociedade mato-grossense, configurando-se, portanto, como uma evidente tentativa de formação identitária.

Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980/2005) foi a dissertação defendida por Leandro Baller, que teve como objetivo compreender o amplo fluxo migratório entre os dois países, através do movimento de pessoas que contempla os recortes estipulados. Para este trabalho, lançou mão de diferentes tipologias de fontes como

entrevistas, matérias jornalísticas e imagens. Assim, tentou identificar cultural e socialmente os agentes fronteiriços que vivem entre Brasil e Paraguai e vice-versa.

Márcia Bortoli Uliana, em 2008, apresentou o trabalho *Reler páginas e interpretar falas: Pato Bragado – cidade, identidade e memória (1985-2005)*. Esta dissertação analisou a construção de Pato Bragado, entre 1985-2005. Nesse período, o poder público municipal e jornais elaboraram uma visão do município através da “cidade imagem”. Aos discursos produzidos, atribuíram-se sentidos. Pato Bragado foi nomeado “município pujante” e por meio da publicidade veicularam-se valores como o progresso e o trabalho, onde os diferentes sujeitos constroem e (re) constroem a cidade de maneira singular através de suas experiências, lembranças, inquietações, etc. Os discursos, que não surgem naturalmente, ainda foram utilizados em favor de grupos que buscam se autoafirmar, bem como o município por eles construído. Neste sentido, alguns discursos fundiram-se, como o progresso e a tradição, para gestar a cidade, estabelecer determinada identidade e memória que são (re) inventadas.

A dissertação sobre a colônia agrícola de Dourados *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto. Os colonos da Colônia Agrícola de Dourados-CAND (1943-1960)*, foi apresentada no mestrado em 2008, por Suzana Gonçalves Batista Naglis. O trabalho teve como objetivo estudar como o colono se inseriu no processo de criação da colônia e quem eram os personagens que se mobilizaram para a construção do empreendimento de expansão desta fronteira agrícola.

No ano de 2009, Ana Maria Melo e Souza defendeu sua dissertação intitulada *Ritual, identidade e metamorfose: representações do kunumi pepy entre os índios kaiowá da Aldeia Panambizinho*. A proposta deste trabalho foi refletir sobre as representações sociais referentes ao ritual *Kunumi Pepy* entre os Kaiowá da Aldeia Indígena Panambizinho, compreendendo seus sentidos simbólicos, na atualidade, para a formação da identidade masculina e da identidade étnica do grupo. O tema foi abordado a partir de uma visão psicossocial, em um diálogo entre a Psicologia Social, a História e a Antropologia, especificamente como “identidade-metamorfose”, constituída na interação entre indivíduo e ambiente social, sendo um processo dinâmico de transformações permanentes.

A pesquisa de Fernanda Lorandi Lorenzetti, desenvolvida em 2009, *Terra de lírios bravos e homens fortes: notas acerca das atribuições de identidade ao Paraná por Domingos nascimento (1895-1914)* analisou um conjunto de sete textos, de autoria do paranaense Domingos Virgílio do Nascimento, escritos entre 1895 e 1914. A construção identitária propagada nas obras de Domingos Nascimento filiava-se a determinadas concepções muito em voga na época, tais como: progresso, racionalidade, desenvolvimento técnico,

fortalecimento corporal e moral, ordem, trabalho profícuo, entre outras. Seus discursos são reveladores das principais referências que deram suporte à sua escrita, como o engajamento a um determinado republicanismo com facetas autoritárias, sua crença no positivismo como modelo de organização social, seu desejo de militarizar a sociedade, entre outros. Seu projeto era construir um Paraná mais moderno e dinâmico, desenvolvido e integrado. Para tal, preocupou-se em construir uma identidade homogênea com a instauração de um Estado mais forte e participativo na vida dos cidadãos. Assim, o foco desta pesquisa foi analisar a pretensão de Domingos Nascimento em criar uma identidade una, forjando determinadas feições.

A dissertação de Mercolis Alexandre Ernandes, de 2009, denominada *A construção da identidade douradense (1920 a 1990)*, avaliou a construção de identidades para os douradenses entre os anos 1920 e 1990. Uma construção polifônica para a qual contribuíram os discursos da imprensa e da Igreja Católica, dos memorialistas e do governo municipal, dos monumentos públicos e dos símbolos oficiais. Nessas décadas, a cidade passou por inúmeras transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Tais transformações provocaram a superação do estigma da fronteira sertão, transformando-a em um espaço criativo e de referência identitária. Por meio da criação de mitos fundadores, heróis, símbolos oficiais e monumentos, datas e fatos importantes a serem celebrados, procurou-se administrar a multiculturalidade com o discurso de uma sociedade ordeira, trabalhadora, feliz e hospitaleira. Para tal, foi necessário criar laços de solidariedade a fim de homogeneizar as diferenças e representar Dourados como uma terra sem conflitos, repleta de oportunidades e sentinela da brasilidade, a terra de todos os povos.

Tendo em vista que o programa de Mestrado em História se propõe a realizar investigações inscritas nas linhas da *história indígena; movimentos sociais e instituições* e ainda *fronteira, identidades e representações*, pudemos perceber, com isso, que a direção das pesquisas voltou-se, conseqüentemente, ao debate identitário em torno da constituição da região e do Brasil. Dessa forma, pelo que foi analisado até o momento, concluímos que esses trabalhos muito contribuíram para o avanço das pesquisas nesta área e devem ser vistos como um dos grandes mananciais de conhecimento da cultura sul-matogrossense.

1. 2. Escritos históricos sobre a região de Bonito

Durante nossa revisão de literatura, observamos a grande carência de produções técnico-científicas ou literárias, que tratassem especialmente da história da região de Bonito. Do material arrolado, foram encontrados estudos de natureza jurídica, técnica ou científica, artigos, teses e dissertações sobre temas envolvendo ecologia e turismo, fase mais recente de estudos sobre a cidade, mas nada que tratasse da história do lugar.

Os relatos e crônicas de Thodorico de Goes Falcão, um antigo morador, hoje já falecido, popularmente chamado *seu Bijo* (neto do reconhecido “desbravador” da cidade) são tomadas como referencial da história local. Nas décadas de 1980 seu Bijo escreveu livretos sobre a história local, que chamavam-se respectivamente *Bonito: terra prometida* e *Bonito: o gigante adormecido, cidade turística*. Este material, de cunho popular e memorialístico, baseou-se na tradição oral e ofereceu pistas sobre as primeiras famílias de migrantes que chegaram na região no final do século 20. Em capítulos posteriores trataremos destas obras de modo pormenorizado.

Do ponto de vista da produção historiográfica de Mato Grosso uno e Mato Grosso do Sul, temos a obra *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*, de Valmir Batista Correa, de 1995, em que autor tratou tangencialmente da história local, destinando o capítulo onze da obra ao tema sobre os *Bandidos e bandos em Mato Grosso* e os “feitos” de Silvino Jacques em Bonito e região.¹ A obra se propôs a abordar o quadro das estruturas econômicas e sociais na região de Mato Grosso, com enfoque especial para a política republicana regional e suas características.

À esteira de Valmir Correa, o livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul mato-grossense*²; escrito por Brígido Ibanhes em 1997, também tangenciou a história local, ao se referir aos relatos sobre a fronteira Brasil-Paraguai, onde bandoleiros fizeram investidas, inclusive no município de Bonito, como se pode constatar no seu capítulo intitulado *Atropelos na região*.

Outra importante contribuição para a historiografia de Mato Grosso, em geral, e para Bonito em particular, foi dada em 1999, pelos historiadores Cezar Benevides e Nanci Leonzo, ao publicar *Miranda Estância-Ingleses, Peões e Caçadores no Pantanal Mato-grossense*, resultado de detido estudo a respeito do fim do empreendimento britânico *The Miranda Estância Company Limited*, no Brasil no ano de 1952. A obra merece ser analisada tendo em vista que seus autores contam parte do processo de ocupação da região de Miranda pelas

¹ CORREA, V. B. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. p. 193.

² IBANHES, B. *Atropelos na região*. In: IBANHES, B. S. J. *O último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul mato-grossense*. p.176.

famílias ditas pioneiras, com destaque para os descendentes dos Alves Correa. Segundo Benevides e Leonzo, essas foram terras adquiridas a partir “da obtenção de posses, cuja regulamentação se deu na segunda metade do século 19, em obediência ao Regulamento da Lei de Terras, de 30 de janeiro de 1854. No século XX, essas terras começaram a despertar o interesse do capital inglês, representada pela *The Miranda Estancia Company Limited*, firma que em 1912 adquiriu, por compra, as fazendas Catepa, Barranco Vermelho, Bahia e Santa Delphina, e de propriedade de Geasone Rebuá, Juvenal Alves Correa, Diogenes Alves Correa e Odorico Alves Correa, respectivamente.

Por uma série de razões, entre as quais o interesse nacionalista varguista, ocorreu, a partir de 1945, o processo de venda da referida fazenda, pelo valor de 300 mil libras. A venda foi realizada em três etapas, cujo encerramento se deu em 1952. Seus compradores foram os sócios Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Joaquim Monteiro de Carvalho, Luis Pontes Bueno e Alfredo Ellis Netto, sob garantia do Decreto nº. 30359 de 3 de Janeiro de 1952, assinado por Getúlio Vargas, que via na interiorização do Brasil (Marcha para Oeste) uma forma de defender os interesses da nação.

Outra contribuição foi dada por Lori Alice Gressler e Luiza Mello Vasconcelos³ em obra publicada em 2005 sob o título *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. As autoras se propuseram, essencialmente, a atender à demanda daqueles que buscavam informações gerais sobre o estado de Mato Grosso do Sul e sua história, voltando-se à questão da preservação das raízes do estado. A obra apresenta um formato didaticamente facilitado ao leitor que procura por temas específicos, trazendo desdobramentos de aspectos históricos e aspectos geográficos.

No campo da geografia, foi possível contar com o artigo de José Luiz de Souza, *Tradição e mudança: uma geografia da arte indígena Kadiweu*, apresentado em 2005, cuja abordagem consiste num estudo preliminar sobre a arte deste grupo, com contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas. O grupo vive na *Reserva Indígena Kadiwéu*, a maior área indígena do Centro-sul brasileiro, no município de Porto Murtinho, estado de Mato Grosso do Sul, uma área limítrofe ao município de Bonito que colabora para que sua cultura seja percebida e marcante também no município vizinho. Os *Kadiwéu* são considerados como os criadores de uma das melhores cerâmicas indígenas brasileiras, pela forma e decoração. Esse aspecto da tradição Kadiwéu sofreu importantes mudanças através

³ GRESSLER, L. A. VASCONCELOS, L. M. Mato Grosso do Sul.

dos tempos e espaços, mas, ao contrário do que ocorreu com outras tradições dessa sociedade, a arte de modelar a argila continua viva através das mãos das mulheres.

No mesmo ano de 2008, veio a lume o artigo *Conhecendo o Município de Bonito/MS através do Olhar de seus habitantes: paisagens, lugares e a valorização da experiência*, de Karina Basílio Cerdoura, envolvendo o campo da geografia, da história e do turismo. A partir de um levantamento baseado em relatos orais, a autora destacou a importância do material como fonte de análise sobre a representação da cidade, baseada no olhar e no imaginário dos moradores locais. O artigo foi escrito com base nos dados da sua pesquisa de dissertação, que desenvolveu no mesmo período e que defendeu em 2009, com mesmo tema. Sobre a dissertação discorreremos em item seguinte.

Na linha que aborda os espaços como patrimônio natural e cultural, a pesquisadora Maria Margareth Escobar Ribas Lima escreveu, em 2009, um artigo sobre *O IPHAN⁴ e a preservação do patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul*. Neste ela disserta sobre o rol de bens materiais e imateriais registrados no Estado, com enfoque para Bonito e as grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida. Estes sítios turísticos foram tombados através do processo nº. 0979-T-1978 e inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o número 074, de 1 de novembro de 1978.

Em 2009, a pesquisadora Elaine Cancian escreveu o artigo *Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda*, que foi publicado na obra *Peões, vaqueiros e cativos e campeiros⁵*. Sua abordagem pondera sobre a fundação, em 1797, do forte de Miranda, onde mais tarde se assentaria a vila histórica de Miranda. Aspecto importante ressaltado pela autora refere-se ao passado pastoril da região, constituída por sesmarias, fazendas e sítios. Sua base empírica foram os inventários *post mortem*, pertencentes ao acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Dessa documentação, a autora construiu parte da história da região, envolvendo latifúndios que, mais tarde, através de mudanças administrativas, originaram os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.

Enfim, nossa revisão de literatura evidenciou que as produções foram, quase sempre, voltadas à ordenação do turismo local, como forma de minimizar prováveis impactos ambientais desta atividade, sob óticas economicistas e ecológicas, em que estes aspectos foram contemplados prioritariamente, o que denunciou a existência de supervalorização

⁴ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia do governo do Brasil, ligada ao Ministério a Cultura.

⁵ CANSIAN, E. *Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda*.

destas temáticas numa ordem de importância, e colocando em último plano os impactos socioculturais, quando estes eram contemplados.

Com isso, vimos que existe um grande vazio historiográfico a respeito de Bonito, se comparado ao quantitativo de produções nos campos da ecologia, geografia e economia do turismo, e entendemos a grande importância de avançarmos nos estudos dos aspectos históricos, assim como em relação aos impactos sociais e culturais das mudanças para a região. Este fato justifica nosso esforço em seguir estudando os processos ideológicos de construção identitária da região. Arrolar essa produção nos permitiu enxergar novas nuances do município, ainda inexploradas, tão importantes para avaliar a dimensão e repercussão da produção do espaço no período que nos propomos a investigar.

1.3. Outros trabalhos acadêmicos: debates e tendências

Com o intuito de elaborarmos um quadro referente à revisão de literatura acerca do nosso objeto, *as identidades culturais*, realizamos uma busca no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES⁶, na ferramenta intitulada *Banco de Teses*, no subitem *Resumos*, nas modalidades de mestrado e doutorado, sendo arroladas trinta (30) dissertações de mestrado e oito (8) teses de doutorado, possibilitando uma visualização da produção sobre o tema entre os anos de 1998 e 2009.

QUADRO 1 – Quantitativo de dissertações e teses catalogadas por temática nos Programas de Pós Graduação do Brasil - 1998 a 2009.

Mestrado		Doutorado	
Ano	Número de Dissertações	Ano	Número de Teses
1998	03	1998	-
1999	01	1999	-
2000	02	2000	01
2001	01	2001	-
2002	01	2002	01
2003	02	2002	02
2004	01	2004	01
2005	01	2005	-
2006	05	2006	01
2007	01	2007	01
2008	07	2008	01

⁶ O site faz parte do portal de periódicos da CAPES/MEC e pode ser acessado através do endereço eletrônico <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

2009	05	2009	-
Total de Dissertações	30	Total de Teses	8

Fonte: CAPES – GRESSLER, 2010.

Inicialmente, a busca foi definida com os temas *Bonito e Identidades culturais*, porém, pelo fato de não termos encontrado nenhuma referência aos temas, redefinimos os temas a serem pesquisados, elegendo: Mato Grosso, História de Mato Grosso do sul, Município de Bonito, MS, História de Bonito, e Turismo em Bonito, com período pesquisado entre os anos de 1998 até 2009. Dentre estes temas, observamos diferentes temáticas indiretamente relacionadas ao nosso objeto, elencadas no quadro 2:

QUADRO 2: Quantitativo de dissertações e teses catalogadas por temáticas em MT e MS

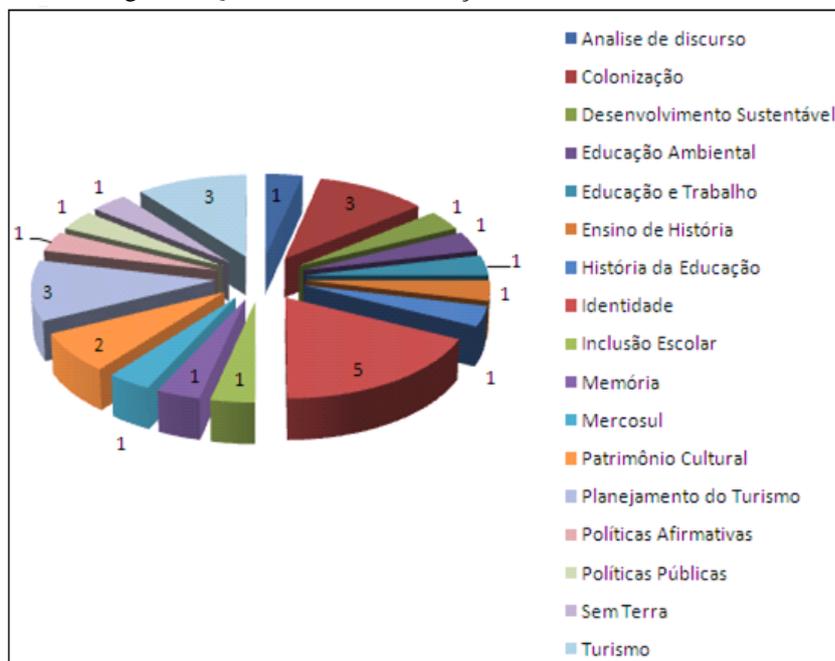
Temáticas	N. de Dissertações/Mestrado	N. de Teses/Doutorado
Análise de discurso	01	-
Colonização	03	-
Desenvolvimento Sustentável	01	-
Ecoturismo	-	01
Educação Ambiental	03	-
Educação e Trabalho	01	-
Ensino de História	01	-
Espaço Urbano	-	01
História da Educação	01	01
Identidade	05	02
Inclusão Escolar	01	-
Língua Indígena	-	01
Memória	01	-
Mercosul	01	-
Patrimônio Cultural	02	-
Planejamento do Turismo	03	-
Políticas Afirmativas	01	-
Políticas Públicas	01	-
Reforma Agrária	-	01
Sem terra	01	-
Turismo	03	01
Total	30	08

Fonte: CAPES – GRESSLER, 2010.

Com o tema *Município de Bonito*, não encontramos nenhuma pesquisa que se relacionasse com o nosso objeto: *Identidade e História de Bonito*, mas com o tema *Turismo* foram encontrados diversos trabalhos, que de modo indireto, abordaram o tema, como: *Turismo, Desenvolvimento Sustentável, Ecoturismo, Educação Ambiental, Planejamento do Turismo, Políticas públicas*. Dentre estas dissertações e teses, um número bem reduzido tratou de aspectos históricos, de modo superficial e secundário. Destacamos teses e dissertações, nas áreas das ciências sociais e humanas, referentes ao Mato Grosso do Sul e a região da Serra da Bodoquena, onde Bonito encontra-se inserido. Constatou-se a existência de 38 trabalhos,

sendo 8 teses e 30 dissertações, inscritas em variadas áreas do conhecimento, como: História, Antropologia, Educação, Educação Ambiental, Desenvolvimento Local, Geografia, Linguística, Turismo e Planejamento.

Figura 2: Quantitativo de dissertações defendidas - temáticas



Fonte: COSTA, Patrícia G. G. da, 2010.

De acordo com nossas análises, verificamos que as temáticas *Identidades*, *Planejamento do turismo*, *Turismo* e *Colonização* foram predominantes, seguidas de pesquisas sobre o *Patrimônio cultural*, e entendemos que estas pesquisas contribuíram de modo direto ou indireto para o debate sobre as identidades na região de Bonito. Apresentamos alguns trabalhos relevantes que contribuem para o campo de pesquisa em que estamos inscritos, os quais foram apresentados em ordem temporal, dos mais recentes para os mais distantes.

A dissertação de mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, defendida em 2009, por Cinthya Maria dos Santos Salumoni, pesquisou sobre *O processo avaliativo na disciplina de História do Ensino Médio*, e teve como objetivo geral analisar o processo de avaliação dos professores/as de História do Ensino Médio de uma Escola Estadual do Mato Grosso do Sul e como um dos objetivos específicos a caracterização do processo de ensino e aprendizagem no cotidiano dos professores de História do Ensino Médio, com uma abordagem qualitativa baseada em análise de documentos oficiais,

entrevistas e bibliografia. O trabalho abordou a questão do currículo da disciplina de História, e dentre algumas conclusões afirmou que é difícil romper com a forma hegemônica de avaliação e que o conflito no cotidiano em relação ao tema é permanente.

No mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB foi defendida a dissertação *A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá, MS, no contexto do desenvolvimento local*, por Helenemarie Dias Fernandes, em 2009. Esta priorizou as narrativas de moradores estabelecidos há mais tempo na cidade, como fonte de pesquisa, para entender a questão da inclusão e exclusão destes atores sociais no processo de desenvolvimento local.

A dissertação de mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, de Delaine Márcia Martinelli, defendida em 2009, *A gênese do estado de Mato Grosso do Sul: matizes de uma identidade – análise semiótica do Manifesto/Requerimento da Liga Sul-Mato-Grossense de 1934 e de textos jornalísticos veiculados em 1977*, analisou textos que abordam a criação do estado de Mato Grosso do Sul, com objetivo de elucidar a identidade do Estado impressa nestes textos, com apoio teórico-metodológico de linha francesa de Greimas e Fiorin. Ao concluir a pesquisa, a autora afirma que a identidade do sul mato-grossense é uma colagem decorrente das influências das culturas de migrantes nacionais e estrangeiros.

Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues apresentou em 2009, dissertação em Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitulada *Histórias de vida de professores migrantes: culturas e contextos de Mato Grosso do Sul*. Contou com um estudo sobre o cotidiano de professores que atuam na educação básica em MS, com pesquisa voltada à construção das identidades docentes em questão, baseada em histórias de vida e autores como Pollak, Bosi e Halbwachs, considerando que os professores são personagens de uma história viva; se transformam, trocam de papéis, mudam a roupagem, constroem e marcam o seu tempo com suas vivências.

A dissertação de mestrado *Das margens do rio ao interior do discurso: de ribeirinhos a sem rios*, de Neuraci Vasconcelos Reginaldo, defendida em 2009, no mestrado em Letras da UFMS, abordou os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos de ribeirinhos desalojados de suas terras e assentados em outra região em decorrência da construção da usina Nova Porto João André, em Bataguassu, MS. A pesquisa foi fundamentada nos conceitos e procedimentos da corrente francesa da Análise do Discurso e no filósofo Michel Foucault (1996), por sua crítica dirigida às relações de poder-saber, exclusão e resistência e concluiu que os atores demonstram, através dos discursos que produziram, uma relação dinâmica de

apropriação/desapropriação de poderes, a partir do sentimento de exclusão percebido inicialmente.

Em 2008, foi defendida a tese de doutorado '*Koenukunoe emo'u: a língua dos índios Kinikinau*', na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, de Ilda de Souza, com objetivo de descrever a língua de um reduzido grupo indígena de mesmo nome, pertencente à família Aruak, grupo existente na região da Serra da Bodoquena, próximo a Bonito – MS, e que vivem nas terras dos Kadiwéu, com quem se relacionam em situação de vassalagem, desde os mais remotos documentos históricos. Devido a esse contato, havia hipótese sobre a língua, que possivelmente teria sido substituída pela língua do dominador. Outra hipótese é que a língua, em contato com as línguas kadiwéu, terena e portuguesa, teria sido crioulizada. E, ainda, uma terceira hipótese, que a língua falada pelos Kinikinau seria a língua terena. O resultado desta pesquisa refuta as três hipóteses e vem afirmar que existe uma língua kinikinau, muito semelhante ao terena, conforme foi percebido por Sanchez Labrador (1910), porém com diferenças em aspectos gramaticais relevantes.

Paula Sant'anna Batassini apresentou em 2008 a dissertação no mestrado na UCDB em Desenvolvimento Local, *Educação ambiental na ótica do desenvolvimento local: iniciativa do projeto reciclagem no município de Bonito, MS, Brasil*. O trabalho teve como objetivo principal conhecer e analisar o comportamento e percepção dos segmentos envolvidos em relação à redução, reutilização e reciclagem do lixo e o papel da educação ambiental na construção de um território com base conservacionista.

Ainda em 2008, foi defendida a dissertação de mestrado em Educação na UCDB, *O que interessa saber de índio?: um estudo das manifestações de alunos de escolas de Campo Grande sobre as populações indígenas do Mato Grosso do Sul*, por Carlos Magno Naglis Vieira, que buscou explorar e interpretar a identidade indígena e os sentidos e significados que circulam no contexto de Campo Grande, através de metodologia qualitativa. Seus estudos indicam uma visão unilateral, presente em livros didáticos, que reforçam estereótipos, o preconceito e a crença de uma superioridade em relação a culturas indígenas.

A dissertação de mestrado em Educação, de Lauro Cristiano Guedes da Silva, intitulada *Políticas de ações afirmativas: a experiência do projeto Negraeva*, apresentada na UCDB, constituiu-se em análise do *Projeto Negraeva*, e disserta acerca do acesso e manutenção de afrodescendentes na educação superior, como também de sua importância como estratégia de ação afirmativa da sociedade civil e a investigação das estratégias criadas pelo *Negraeva* para oferecer condições de acesso, como exemplo o curso preparatório para o vestibular.

Sérgio Roberto Jorge Alves defendeu dissertação de mestrado em educação na UFMS, em 2008, sobre *Os discursos da inclusão escolar no Brasil e no estado de Mato Grosso do sul (1998-2008)*, analisando para isso os discursos da inclusão e seus conceitos coadjuvantes com análise documental acerca das regulamentações internacionais, nacionais e locais e que remetem ao tema inclusão escolar. Com isso, demonstrou que o discurso da inclusão está ancorado no seu extremo, a exclusão, de onde surgem diferentes tendências institucionais voltadas a vigiar e controlar os indivíduos.

A pesquisa de Silvino Areco sobre *As reduções jesuíticas do Paraguai: a vida cultural, econômica e educacional* foi defendida no mestrado em Educação da UFMS em 2008, que contou com estudos sobre a Companhia de Jesus e a educação, sua contribuição para formação da sociedade na América colonial, sobretudo nos aspectos, de um lado, das atividades econômicas jesuíticas no momento da gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista; de outro, da compreensão das atividades educativas jesuíticas.

A dissertação de Volmir Meneguzzo, intitulada *Avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor no desenvolvimento turístico do município de Bonito, Mato Grosso do Sul*, defendida em 2008 no mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, teve como objetivo investigar de que modo as organizações não governamentais atuam em Bonito, nas áreas de ecoturismo e educação ambiental, quais as estratégias de avaliação de resultados utilizadas e concluiu que existem falhas consideráveis neste processo de avaliação e acompanhamento, mas que as mesmas vêm desenvolvendo projetos importantes que podem ser melhorados no aspecto da gestão.

Em 2007, a pesquisadora Carla Villamaina Centeno defendeu tese de doutorado em Educação na UNICAMP, com tema sobre *Educação e fronteira na historiografia mato-grossense (1870-1950)* abordando produções historiográficas e educação sobre a fronteira com o Paraguai no período referido, com referencial teórico norteado pela ciência da história e utilizando-se de obras clássicas, obras historiográficas e documentos oficiais.

O pesquisador José Roberto da Silva Lunas, em sua tese de doutorado na UnB, em 2006, pesquisou sobre o turismo em Bonito, com a tese *Ecoturismo sociedade anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena, MS*, concluindo que o sistema em questão encontrava-se em um momento crucial, em que estavam sendo definidos os princípios para ser reconhecido como um destino de ecoturismo ou de turismo de massa.

Em 2006, a pesquisadora Marta Maria Lopes Soller Amaral apresentou dissertação de mestrado na UCDB sobre *A atividade turística e o perfil do profissional no município de*

Bonito/MS, com alternativas para o desenvolvimento local, fruto de uma década de estudos na região, com a finalidade de analisar a atividade turística e o profissional que trabalha no setor, dificuldades enfrentadas, alternativas e propostas para que fosse entendido o presente e melhor planejado o futuro.

A dissertação *O estado da arte dos estudos de educação ambiental em Mato Grosso do Sul: a produção dos cursos de pós-graduação stricto-sensu*, defendida por Marta Olinda dos Santos Cara, em 2006, na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, no mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, tratou do Estado da Arte dos estudos de Educação Ambiental nos Cursos de Pós-Graduação Stricto-Sensu, em Mato Grosso do Sul, em três Cursos de Mestrado de universidades sul-mato-grossenses: Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - UNIDERP; Mestrado em Educação, - UFMS, e Mestrado em Desenvolvimento Local, - UCDB. O resultado pontuou que o tema em questão ainda é incipiente num estado que possui uma das maiores áreas inundáveis do mundo e que era preciso ir além do trabalho com temas transversais e constituir programa formal no currículo regular para efetivação da educação ambiental nas escolas de educação básica em MS.

Em 2006, Mauro Mallmann Arenhardt apresentou dissertação no mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, com pesquisa sobre *Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS*, na qual buscou demonstrar os espaços através da cultura e das identidades, relacionamentos comunitários e interpessoais entre vizinhos e demais moradores. Ficou constatada a dificuldade para estabelecerem relacionamentos confiáveis entre si, em parte, pela grande diversidade cultural, presente no assentamento e em função do modelo proposto não possibilitar boa organização comunitária imprescindível para o desenvolvimento local.

A dissertação de mestrado intitulada *Políticas públicas de turismo e o contexto de Mato Grosso do Sul entre 2003-2006. Seus interesses correlatos*, defendida por Ricardo Lanzarini Gomes Silva, no mestrado em Geografia da UFMS em 2006, propôs discussões referentes à política pública do turismo em MS e concluiu que tais políticas estavam sendo produzidas em meio a um contexto de desorganização entre as esferas federal e estadual, refletindo num plano de ações também desarticulado localmente.

A dissertação de mestrado em Geografia da UFMS, defendida em 2005 pela pesquisadora Evellyn Izumi de Camargo, com o título *Políticas públicas para o turismo e suas implicações no ordenamento territorial de Bonito-MS*, explorou o caráter da mudança

ocorrida no período na cidade, a partir do turismo, e de que modo as políticas públicas do setor contribuíram na reordenação sócio-espacial do lugar.

A questão da terra em Mato Grosso do Sul: posse/uso e conflitos foi tema da tese apresentada em 2004 no doutorado em Geografia da Universidade de São Paulo, USP, pelo estudioso Francisco Avelino Júnior. Este abordou a tensa relação estabelecida nas terras em MS, fruto da acumulação de capital e concentração de renda, baseada na economia agropastoril, que gerou exclusão de camponeses do campo. Segundo o pesquisador, parte deste contingente de trabalhadores se inseriu na luta pela posse da terra, no movimento de reforma agrária.

As ruínas de Xeres: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593-1632) compreendeu o tema da dissertação de Sandra Nara da Silva Novais, no mestrado em História da UFMS, no ano de 2004, e abordou a fase da historiografia brasileira do período referido, que contemplou o projeto castelhano de colonização no interior da América do Sul, na busca por metais preciosos. O trabalho voltou-se para a análise da ocupação denominada Campos de Xerez e o insucesso do projeto povoador pioneiro em MS.

No campo da Geografia, foi proposta a pesquisa intitulada *Campo Grande e a rua 14 de julho: tempo, espaço e sociedade*, pelo pesquisador Antônio Firmino de Oliveira Neto, em 2003, com objetivo de analisar relações estabelecidas entre a sociedade campo-grandense e o espaço em que ela está inserida, enfatizando o papel desenvolvido por essa rua, segundo três recortes analíticos principais: Estrutura Urbana, Economia e Cotidiano Social.

Roberto Figueiredo defendeu dissertação no mestrado em Educação da UCDB no ano de 2003, com o título *Patrimônio cultural visto pela e na educação escolar em Campo Grande* quando investigou o comportamento do sul-mato-grossense em relação às diversas políticas adotadas a respeito de Patrimônio Cultural e entre os recém-chegados à universidade. Pesquisou sobre o grau de dificuldade com que chegam à universidade, com relação à concepção de patrimônio cultural. O seu estudo pode constatar que os professores trabalham sem ainda ter consciência dos conceitos e concepções acerca do tema, e por isso, não contribuem para desalienação e a afirmação cidadã.

A pesquisadora Rosemeire Aparecida de Almeida defendeu tese de doutorado em Geografia, no ano de 2003, com o título *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, UNESP, promovendo discussões referentes aos acampamentos, às relações conflitivas e ao significado dela para os seus agentes. Analisou ainda a pluralidade de práticas

e de sujeitos envolvidos na luta pela terra no Mato Grosso do Sul e do seu *modus operandi*, ouvindo os seus protagonistas.

Reginaldo Donizete Alves defendeu em 2003, a dissertação de mestrado em Educação na UFMS, sobre *Passos e descompassos da educação profissional: a experiência do turismo em Mato Grosso do Sul*, com estudos referentes aos Planos de Qualificação Profissional do Estado de Mato Grosso do Sul para o turismo entre o período de 1998 e 2000, objetivando conhecer os limites desta educação profissional.

Em 2002, Dores Cristina Grechi desenvolveu dissertação no mestrado em Desenvolvimento Sustentável na UnB, intitulada *Resgate histórico do sistema e gestão do turismo em Bonito*, onde pesquisou sobre o processo histórico de constituição do sistema gestor de turismo de Bonito, estado de Mato Grosso do Sul, investigando mecanismos inovadores com relação ao planejamento e organização do turismo local, e o período estudado compreendeu os anos de 1991 a 2001.

Magdalena Fernandes da Silva escreveu em 2002 sobre os *Impactos ambientais do ecoturismo: o caso de Bonito* em sua tese de doutorado, na UFPR. O termo ecoturismo, com seus diferentes equivalentes, refere-se a modalidades diversificadas de turismo, em que a natureza é objeto de atração, incluindo ainda como requisitos a sustentabilidade ecológica, a conservação da biodiversidade e o respeito aos valores da comunidade local. Esta tese teve como objetivo analisar criticamente essa atividade, desvendando as relações sociais que fazem a mediação entre a biodiversidade e o lazer humano na atual etapa histórica, com o propósito de identificar os principais impactos ambientais impostos pelo ecoturismo.

Alvina Denize Boeira defendeu dissertação de mestrado, em 2001, pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, na área de Geografia, abordando tema *A população paraguaia no município de Jardim em Mato Grosso do Sul: cultura e identidade*, procurando compreender as características culturais expressas na territorialidade envolvendo a nacionalidade paraguaia e seus descendentes, bem como as diferenciações em seus aspectos gerais e específicos. Propôs-se a entender ainda uma população diferenciada dentre tantas no universo brasileiro, onde a pluralidade cultural é efetivamente vasta, os paraguaios, de origem hispânico-guaranis, com a finalidade de olhar o território nacional além do nacional, além do caráter globalizante da sociedade atual, que aponta, através de um imaginário coletivo, caminhos, onde o processo de globalização avançava.

Carla Villamaina Centeno desenvolveu a pesquisa intitulada *A Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): Crítica da Histografia Regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*, em seu mestrado em Educação na UFMS no

ano de 2000. O trabalho procurou investigar obras que abordam esse trabalhador, ressaltando divergências encontradas, ponto de partida para a crítica, construída com base nas investigações e também como se deu a educação deste trabalhador.

O pesquisador José Roberto da Silva Lunas defendeu dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília, UnB, em 2000, sobre *Turismo Sustentável: descrição e avaliação da gestão de turismo de Bonito/MS*, em que abordou a estruturação do sistema turístico na cidade, através de entrevistas, análise de legislação e da estrutura física existentes. O trabalho propôs-se a realizar discussão nas áreas da Teoria de Sistemas, da Sociologia, da Administração e Desenvolvimento Sustentável, com o levantamento de aspectos de sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural e espacial.

Jerri Roberto Marin desenvolveu tese de doutorado com o título *O acontecer e o desacontecer da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*, no doutorado em História da UNESP, Assis. O pesquisador analisou o processo de romanização da Igreja Católica no Mato Grosso uno, a partir do estudo de caso da diocese de Santa Cruz de Corumbá. Trata-se de um estudo sobre a cultura, a religiosidade e a presença da Igreja na região sul-mato-grossense. A militarização da fronteira, a atividade pecuarista e extrativa, aliada à heterogeneidade cultural e aos intercâmbios fronteiriços gerou uma sociedade cuja mentalidade dispensava o recurso à submissão das normas institucionais da Igreja Católica.

A política de colonização do estado novo em Mato Grosso, dissertação defendida no mestrado em História da UNESP, Assis, em 1999, é de autoria da pesquisadora Benícia Couto de Oliveira. Esta abordou a política de colonização do governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), no sul do Mato Grosso uno, hoje Mato Grosso do Sul. Inicialmente, discutiu as políticas desencadeadas pelo governo Vargas na década de 30, sobretudo aquelas voltadas para a solução dos problemas dos trabalhadores em geral e para o homem do campo em particular. Em seguida, mediante discursos de Vargas, em específico aqueles que se referem à questão da ocupação dos espaços ‘vazios’, analisou o aspecto ideológico de salvação e de ‘construção da Nação’.

Em 1998, Claudionora Azevedo Ito desenvolveu tese de doutorado na USP, na área da Geografia, sobre *A consolidação do Mercosul: mito e perspectivas de impactos em Mato Grosso do Sul*, objetivando entender como está ocorrendo a implementação do Mercosul, considerando as mudanças no panorama da economia mundial, as diversas tentativas anteriores de integração regional; o marco normativo do Tratado de Assunção; o crescimento das relações comerciais intra-Mercosul, ressaltando-se as relações entre Brasil e Argentina.

Como proposta central do trabalho, pretendeu-se analisar as potencialidades e perspectivas da inserção de Mato Grosso do Sul no âmbito do Mercosul.

Em 1998, Icléia Albuquerque de Vargas escreveu dissertação sobre *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito, MS: elementos para uma educação ambiental*, no programa de mestrado em Educação da UFMS, na qual descreveu e analisou a educação ambiental desenvolvida em Bonito, com forte manifestação ambientalista e, dadas as belezas naturais, apresenta grande poder de atração turística, pesquisadores, aventureiros, curiosos, organizações, indivíduos e grupos que interferem de alguma maneira na visão de mundo da população da região. Partindo do referencial da ciência da história, ela contextualizou o desenvolvimento sócio-econômico da região e detectou o momento em que as forças produtivas foram redirecionadas na sua relação com a natureza, é quando surge o movimento ambiental e, com ele, uma nova necessidade: preparar o cidadão para conviver com seu meio de forma mais harmoniosa, valorizando a natureza local.

Ao concluirmos nossa busca e análise das produções em programas de mestrado em História da UFGD nos programas de mestrado e doutorado cadastrados no site da CAPES (anos de 1998 e 2009), constatamos que ocorreu um crescente interesse pelo tema Turismo, mas com poucos estudos voltados para a história de Bonito.

As pesquisas aqui elencadas são suporte importante de discussão de temas relacionados à identidade sul-mato-grossenses, assim como os são os escritos da nossa história dedicados à região.

1.4. Métodos e Fontes

Não foi nada fácil realizar parte da síntese histórica sobre Bonito, dada à carência de produção historiográfica regional. O historiador de ofício sabe que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência⁷” envolvendo livros, manuscritos, impressos e outras fontes capazes de dar sustentação ao estudo. Faltava-nos, portanto, análises sobre o passado anterior à década de 1980, momento em que os estudos regionais experimentaram significativos avanços, sobretudo no âmbito acadêmico. Entretanto, a “onda” produtiva, que alcançou Bonito como objeto de pesquisa, voltou suas lentes, não para a construção histórica

⁷ CERTEAU, M. de. A escrita da história. p. 67.

do lugar, mas, para atender interesses político-econômicos e, assim, levantar o potencial do turismo ecológico, atividade que projetou a cidade para o mundo.

Perscrutar as fontes oficiais envolveu um esforço hercúleo, pois elas se misturam com fontes de Miranda, distrito do qual pertencia Bonito até 1940. Não obstante essa dificuldade, foi possível refletir sobre parte das mudanças e permanências nos modos de vida material desde o surgimento do núcleo urbano de Bonito, abarcando impactos dos movimentos migratórios ocorridos em direção à região Centro-Oeste do Brasil no final do século 19 e as mudanças econômicas, sociais e políticas referentes ao século 20.

Dentre as fontes utilizadas para dar sustentação à abordagem, estão os relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸ referentes à gestão pública sobre as cidades de Miranda, e Bonito; os dados contidos no *Anuário do Oeste Brasileiro*, Atas da Câmara Municipal de Bonito, Relatos da Memória; periódicos locais; impressos promocionais, fotografias da época. Tivemos relativo acesso aos materiais impressos, atas, gráficos, relatórios produzidos pelas instituições públicas local. As memórias escritas, crônicas, artigos jornalísticos e fotografias foram obtidos com o apoio da comunidade bonitense, que ofereceu depoimentos e também disponibilizou seus arquivos particulares.

1.4.1 Abordagens metodológicas

As grandes mudanças políticas, econômicas e sócio-culturais do século 20 tiveram sua gênese plasmada entre 1900 e 1930. Os efeitos oriundos destas transformações propiciaram debates contundentes no campo epistemológico e historiográfico, ensejando novos moldes de reflexões acerca da realidade. Os paradigmas tradicionais passaram a ser questionados, sobretudo, em relação à especialização das disciplinas científicas e a legitimidade das conquistas alcançadas pela ciência tradicional. Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁹, mostrou a fragilidade do discurso construído pela razão iluminista, tratado por ele como paradigma tradicional, anteriormente exaltada, e pautada na grande narrativa, provocando, em muitos estudiosos, uma nova forma de conceber o mundo, a ciência e a

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: histórico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500560>. Acessado em 30/12/2009.

⁹ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

sociedade; emergindo, por volta de 1930, as ideias germinais para se construir o discurso pós-moderno¹⁰.

O conceito *pós moderno* foi cunhado por Frederico de Onís, que o descreveu como o “refluxo conservador dentro do próprio modernismo”¹¹. Em 1954, Arnold Toynbee conceituou a *idade pós-moderna* na obra *Study of History*¹² referindo-se à Guerra Franco-Germânica (19 de julho de 1870 a 10 de maio de 1871), que redundou no capítulo final da unificação alemã.

Contudo, segundo Perry Anderson¹³, a primeira reflexão filosófica sobre a pós-modernidade emergiu em 1979, com a obra intitulada *A Condição Pós-Moderna*, escrita por Jean-Francois Lyotard, que a relacionou ao colapso das narrativas grandiosas e às transformações experimentadas pela sociedade pós-industrial, principalmente, “no campo tecnológico, na produção econômica, na cultura, nas formas de sociabilidade, na vida política e na vida cotidiana”. Para ele, a circunstância pós-moderna correspondia às experiências culturais e condições de vida depois das repentinas mudanças ocorridas nos diversos campos científicos.

Neste cenário de mudanças epistemológicas é que nasceram as preocupações com o campo da história da cultura, economia e política, tornando-se conhecida como História Cultural e oferecendo novas chaves para se fazer a leitura da realidade. A História Cultural ampliou os espaços temáticos, elucidando novos objetos de pesquisa e fontes, com destaque para a preocupação com o simbólico e suas interpretações.

Peter Burke, na obra *A Escrita da História: novas perspectivas*¹⁴, apontou a evolução do conceito de História Cultural, desde seu período clássico, entre 1800 e 1950, passando pela década de 1930, com destaque para a história social da arte. Os anos mais frutíferos referem-se àqueles da década de 1960, quando se discutiu intensamente a história da cultura popular, consolidando-se efetivamente a partir da década de 1980, com o surgimento da chamada Nova história cultural, NHC. Para Burke, não há uma definição clara para o termo ‘história cultural’, entretanto afirma que “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”¹⁵.

¹⁰ LIMA, R. de. Para entender o pós-modernismo.

¹¹ ANDERSON, P. O fim da história

¹² TOYNBEE, A. A study of history. Oxford University Press, London y New York.

¹³ ANDERSON, P. O fim da história.

¹⁴ BURKE, P. (org). A escrita da História: novas perspectivas.

¹⁵ BURKE P. *O que é história cultural?* p.10.

A história cultural, segundo Burke, tem suas origens remotas na chamada história das mentalidades, ramo que surgiu a partir da historiografia francesa, a Escola dos Annales, e que valorizava o mental, trabalhava o papel das idéias e dos sentimentos, na criação e conservação de mundos sociais. Seus principais expoentes foram Lucien Febvre, Marc Bloch e Carlo Ginzburg.

A História das Mentalidades estabeleceu ligações com os sentimentos, com a singularidade dos objetos e com as diferenças e discontinuidades, destacando-se como um dos expoentes principais o historiador Roger Chartier¹⁶, com a obra *A História Cultural, entre práticas e Representações*¹⁷, na qual trouxe contribuições importantes para se pensar o mundo social, seus símbolos, práticas cotidianas, representações artísticas e literárias..

Para José D'Assunção Barros, os “objetos culturais seriam produzidos entre práticas e representações, e os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos ‘modos de fazer’ e aos ‘modos de ver’”¹⁸.

Conforme a historiadora Marie-Paule Caire-Jabinet, a história cultural desponta hoje como inestimável campo de pesquisa, preocupando-se com a história dos gestos, das cores, dos intercâmbios entre a cultura popular e a cultura erudita, das abordagens religiosas, dos modos de leitura, ou manifestação dos sentimentos:

Finalmente, entre os canteiros recentes, encontra-se o da historiografia. Durante muito tempo, considerada como um simples inventário desprovido de interesses, a historiografia é atualmente objeto de novas pesquisas que realçam os diferentes modos de escrever a história conforme as épocas¹⁹.

A partir das categorias *práticas e representações*, procuramos perscrutar os aspectos sociais, construções e reconstruções identitárias de Bonito, desde o seu surgimento, num contexto de uma produção material voltada basicamente para a criação de gado, até o momento em que a cidade passou a ser vista como “o paraíso das águas cristalinas”, a partir da perspectiva do mercado do turismo.

As construções identitárias da sociedade bonitense assentaram-se sobre o passado pastoril da região, pautadas nos valores da elite local, oriunda de sucessivos movimentos migratórios ocorridos desde o século 19, alguns provenientes do norte de Mato Grosso uno,

¹⁶ BURKE P. *O que é história cultural?*

¹⁷ CHARTIER, R. Introdução/Capítulo I. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*.

¹⁸ BARROS, J. D'Assunção. *A História Cultura e a Contribuição de Roger Chartier*. p. 125-141.

¹⁹ CAIRE-JABINET. M-P. *Introdução à historiografia*. p. 143.

em decorrência da eclosão de rusga política entre liberais e conservadores, que ocuparam o sul do Mato Grosso uno em 1834, sobretudo, o vale de Miranda, além das levas de entrantes mineiros, paulistas e rio-grandenses, que, atraídos pela água, pastagens e solo, propícios às roças de subsistência e manejo do gado, apossaram-se de imensas glebas do sul mato-grossense. Mario Monteiro de Almeida (1951) ressalta estes aspectos num trabalho dedicado ao processo de povoamento do sul do Mato Grosso uno:

Foi no vale do Miranda e dos tributários de sua margem direita, a sudeste do presídio, que se verificou, por volta de 1844, o contato das duas correntes de povoadores, a procedente de Cuiabá, que antecederá, e a subsequente, originária de Minas e das terras paulistas limítrofes das mineiras, em especial de Franca, vila próxima dos sertões de Farinha Podre²⁰.

Até recentemente, essa parte da história regional era contada de forma tradicional, pelo viés político, ou seja, atrelada ao interesse do Estado e de seus representantes. Essa forma de escrever a história oferece, como diria Peter Burke, uma visão de cima, concentrada nos grandes feitos do *pioneiro-colonizador*. Ainda hoje ainda se encontram eventos e escritos apologéticos referentes à ação dos pioneiros no espaço em questão.

Em Bonito, o processo de apossamento dos terrenos devolutos da região é comumente atribuído à obra do desbravamento, imbricada na construção da história regional e nacional. Evidentemente que a historiografia, um dos viçosos canteiros da história, tem lutado no sentido de superar o discurso de culto aos heróis, à genealogia ou de exaltação aos valores da classe dominante. Entretanto, ainda é comum se encontrar no conjunto dos escritos regionais permanências de abordagens conservadoras.

A partir de 1980, com o avanço do turismo ecológico, descortinou-se uma nova perspectiva para a região de Bonito que plasmou novas construções identitárias. No lugar daquele passado pastoril, liderados pelos *intrépidos desbravadores*, cantado pelos poetas românticos ou bucólicos ou por escritos atrelados à tradição, foi sendo construído um novo imaginário, voltado aos interesses políticos e econômicos turísticos.

Nesse novo cenário construído, os símbolos da cidade de Bonito já não mais privilegiavam o passado marcado pelo campo, mas realçam a cidade vestida pelas belezas naturais, tais como a Ilha do Padre, a Gruta do Lago Azul, o Rio Formoso, a Piraputanga, peixe nativo da região, imortalizado no monumento da entrada da cidade. A partir de então, ganharam espaços as atividades ligados ao turismo globalizado, como sítios de ecoturismo,

²⁰ ALMEIDA, M. M. Povoamento do sul de Mato Grosso. p. 230.

agências, hotéis, bares e o Festival de Inverno, que atrai dezenas de milhares de pessoas para apreciar as atrações musicais e, conseqüentemente, insuflarem o mercado local e regional.

Na perspectiva de dar historicidade à criação do imaginário paradisíaco em Bonito, é indispensável explorar o papel desempenhado pelo ex-prefeito e pároco da cidade o senhor Roosevelt Sá Medeiros. Conhecido popularmente por Padre Roosevelt, o sacerdote foi o idealizador da *Ilha do Padre*, local turístico que recebeu o referido nome em virtude do mesmo ser o proprietário do lugar. Roosevelt Sá Medeiros foi prefeito da cidade de Bonito no período entre 1977 e 1983 e, segundo o relato do próprio padre, a cidade “começou a ser projetada para o mundo a partir da nossa administração”²¹.

1.4.2 Fontes oficiais

Na obra *A escrita da história: novas perspectivas*, Peter Burke deu ênfase à surpreendente revolução no campo da história e da historiografia ocorrida no século 20. Segundo o autor, as diversas escolas históricas, sobretudo a francesa, realizaram críticas contundentes às fontes oficiais, apresentando suas principais fragilidades e limites. Até pouco tempo, conferia-se a estas fontes o caráter objetivo passíveis de comprovar a autenticidade dos acontecimentos, cuja ênfase era dada pelo viés dos homens públicos ou daqueles que ocupavam espaços de poder. Tratava-se da história *vista de cima*. A crítica a essa tendência, verificada desde a década de 1930, tem alcançado sucesso e, segundo Marie-Paule Caire-Jabinet (1994), “o historiador utiliza os mesmos documentos explorados pelas gerações que o antecederam, mas com um olhar diferente”²². Esse olhar voltou-se à crítica e inquirição das fontes, contudo agora, considerando sua multiplicidade.

Referentes ao histórico mais conhecido sobre as cidades de Miranda e Bonito, recorreremos aos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),²³ ao Anuário do Oeste Brasileiro e às leis e atas da Câmara Municipal de Bonito, perscrutando parte dos vestígios materiais das atividades sociais e políticas de Bonito durante o século 20²⁴.

²¹ JORNAL CORREIO DO ESTADO, 23 de abril de 2006. *Padre exige indenização de R\$ 1,5 milhão da Igreja Católica*. In. <http://www.overbo.com.br/portal/2006/04/23/1116/>

²² CAIRE-JABINET, M.-P. *Introdução à historiografia*.

²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: histórico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500560>. Acessado em 30/12/2009.

²⁴ CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F. (Ed.). *Álbum Gráfico do Estado de Mato- Grosso*.

Do IBGE, retiramos dados do período histórico mais recente de Bonito, principalmente, os ligados ao turismo na região.

No *Álbum Gráfico*, buscamos elementos para ajudar na construção da escrita sobre o passado republicano de Miranda, município em que Bonito esteve vinculado até 1948. Nesse material, encontramos alguns fragmentos envolvendo o comércio de Miranda especificamente a casa comercial de importação e exportação *Angelo Rebuá & Irmãos*. Num anúncio esboçado no item *Casas Comerciais no Estado de Mato Grosso*, consta que os irmãos Rebuá importavam mercadorias diversas através da Bacia Platina e exportavam principalmente crinas e couros vacuns. Os anunciantes davam conhecimento da criação de gado vacum e de suínos mestiços de excelente qualidade, nas fazendas Pastinho e Bocaina:

Na quinta da residência particular do sócio capitalista, a firma mantém um bem cuidado campo de experimentação para a lavoura, empregando máquinas modernas, aratorias [arado; instrumento para lavrar a terra], de irrigação e de sulfatagem [solução de sulfato, contra certas doenças]: dedicam-se com preferência à flori-, horti- e fruticultura, bem como à experiências à aclimatização de plantas exóticas.²⁵

O entrelaçamento desse material com as Atas da Câmara Municipal de Bonito oferece explicações do papel político e econômico da família Rebuá em Miranda e região:

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e vinte e sete [1927], no distrito do Bonito no edifício da escola mista, presente o senhor coronel intendente do município, Pilad Rebuá, o presidente da Câmara, senhor Rafael Candia, o senhor Ângelo Rebuá, membro do diretório de Miranda... ficava inaugurada a sede do distrito de Bonito.

Nesse sentido, as Atas da Câmara Municipal de Bonito deste período são de reconhecida importância, por trazerem dados essenciais sobre a origem do município, especialmente, dados sobre a vida material e política dos moradores locais.

²⁵ Anúncio LVIII. In: CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F. (Ed.). *Album Graphico de Matto Grosso*.

1.4.3 Crônicas e relatos memorialísticos

Para abordagem do nosso objeto, analisamos também relatos crônológicos e escritos memorialísticos, materiais que, submetidos à crítica textual, trouxeram vestígios e testemunhos sobre o passado social de Bonito. As memórias escritas são quase sempre organizadas sob forma de biografias, genealogias, diários, narrativas e reminiscências e não há dúvidas que estas fontes têm uma série de limitações, cuja superação depende do trato crítico que o historiador despense sobre elas.

Entre os trabalhos de caráter memorialístico voltados para Bonito, estão os relatos de cunho narrativo e folclórico de Teodorico de Góes Falcão, o *seu Bijo*, já referido, neto de Luis da Costa Falcão, considerado o *desbravador* de Bonito. Seus relatos foram reconhecidos como obras de valor histórico para a cidade, segundo acadêmicos da Universidade de Cuiabá, do Projeto Rondon, em 1973, além dele mesmo, que se autointitulava, historiador e poeta²⁶, com obras conhecidas localmente, por moradores mais antigos: *Um gaúcho predestinado: capitão Silvino Hermínio Jacques*; *Geografia de Bonito*, e *Amor, justiça e verdade: o Senhorzinho*.

Nestes escritos, ele narrou episódios da história local, eventos como a aquisição das terras onde se desenvolveu o primeiro núcleo habitacional urbano, acontecimentos ligados à religiosidade e tradição local. Estas obras memorialistas foram impressas em forma de pequenos livretos, brochuras e apostilados encadernados, e alguns poucos volumes encontram-se na biblioteca municipal de Bonito, em estado avançado de deterioração e em péssimas condições de conservação.

A escrita da história de Bonito é oriunda dos relatos de memória dos moradores que vêm constituindo a base da historiografia local, desde a criação do núcleo habitacional urbano até os dias de hoje, relatos que compõem um pequeno acervo historiográfico de cunho ensaísta. Este acervo serviu e continua servindo de fonte para os mais diversos trabalhos, tanto de natureza acadêmica, técnica, didático-pedagógica, jornalística ou publicitária.

A guardiã desses relatos do seu Bijo, a Biblioteca Municipal *Simplício de Assis*, tem esta denominação, em homenagem a um pecuarista bonitense, protagonista nos relatos de Teodorico de Góes Falcão, cuja atuação no cenário social de Bonito foi intensa. Ex-proprietário da Serradinho, fazenda localizada nas cercanias de Bonito, grande propriedade

²⁶ No livreto de sua autoria “Bonito: a terra prometida”, Teodorico faz uma dedicatória ao amigo, onde indica sua posição de historiador e poeta.

onde se desenvolvia a atividade agropastoril, *Simplício de Assis* desenvolveu atividades com engenho de cana, fábrica de farinha de mandioca, saladeiro entre outros e sua produção era comercializada com dificuldades em toda região, levada com carros de boi até outros municípios vizinhos, como Bela Vista, Porteiras, Porto Murinho, Nioaque, Ponta Porã, Maracaju e Miranda. Era grande entusiasta da política e segundo relatos de seu Bijo, teve uma desavença com Manoel Faria, este que prendeu e assassinou seu filho. *Simplício* faleceu em 1954.

1.4.4. Imprensa

Na obra *Teoria da História*²⁷, publicada originalmente em 1949, o historiador José Honório Rodrigues teceu significativas considerações sobre o uso do jornal como principal fonte de informação histórica, mas ponderou que estas fontes devem ser tomadas com parcimônia, já que nem sempre são independentes e exatas; ao contrário, escondem uma intenção, implícita ou explícita. Assim também advertiu Jean Glenisson, em sua obra *Iniciação aos Estudos Históricos*²⁸, cuja primeira edição foi em 1961, sobre a dificuldade de saber quais influências ocultas se apresentavam sobre o meio de imprensa em questão, a exemplo, o nível de importância da publicidade e a pressão exercida pelo governo.

Apesar das considerações tecidas por José Honório Rodrigues e Jean Glenisson, Carla Pinsky²⁹ ressaltou que a escrita da história do Brasil, por meio da imprensa, não tinha grande importância até década de 1970, traduzindo um cenário mundial de menosprezo pelas fontes não tradicionais. Havia ainda o peso de uma história “verdadeira” dos fatos, que se imaginava possível de ser atingida somente por intermédio de documentos oficiais com a chancela da “objetividade, neutralidade e fidedignidade”.

Na referida década, desenvolveu-se um profícuo debate no campo de produção historiográfica, tomando o jornal como objeto e nesse embate, Arnaldo Contier se destacou, em 1973, com sua tese de doutoramento *Imprensa e ideologia em São Paulo*³⁰. Desde então, os movimentos sociais emergentes nas cidades passaram a ser estudados através dos jornais,

²⁷ RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*.

²⁸ GLÉNISSON, J. *Iniciação aos Estudos Históricos*. (O volume original dessa obra, publicada em 1961, contou com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa).

²⁹ PINSKY, C. B. (org). *Fontes Históricas*. p. 120.

³⁰ CONTIER, A. *Imprensa e ideologia em São Paulo*.

já que constituíam um instrumento primordial de arregimentação e politização desta época, no seio destes movimentos:

O novo cenário citadino do início do século 20 abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e industriais; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, ate os grandes matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava.³¹

Para utilizar o jornal como fonte, Pinsky propõe a historicização das fontes impressas, tendo em conta as condições técnicas de produção da época em questão; assim como a verificação do que foi escolhido; os seus porquês e seus critérios, como a tipificação da imprensa em folhas, gazetas, pasquins e jornais, sem depreciar os recursos que cada um destes meios de imprensa escrita se valem para atingirem seus objetivos.

O material da imprensa que consultamos foi descoberto em conversa com Dorival Conde, jornalista e fotógrafo local, colaborador do jornal *Bonito para todos* (distribuição quinzenal), sob a responsabilidade dos jornalistas André Luis Avalos e Boni Miranda. Na seleção deste material jornalístico, foi observado, que o acervo disponibilizado, de jornais de circulação local e regional datavam, na sua maioria, de períodos entre 1980 até 1994.

Fizemos uma leitura inicial das notícias destes jornais e selecionamos aquelas que deveriam auxiliar na compreensão do período que vínhamos investigando, e dentre elas, aquelas que sinalizavam caminhos percorridos pela comunidade em processo de construção identitária local.

Foram selecionados alguns artigos, manchetes, propagandas e editoriais, em seguida lidos, transcritos, analisados e confrontados com um aporte teórico que vínhamos construindo. E ao longo do trabalho de construção do relatório, entremeado com avanços e recuos; intercalamos momentos de discussão teórico-metodológica, com momentos de idas a campo, revisão de fontes, característicos do ato de construção do saber científico.

Alguns bonitenses relatavam nos jornais locais, a partir de 1995, alguns aspectos da história local, a exemplo de Osterno Prado de Souza, o seu *Taica* e do jornalista *Cabeça de Leitoa*, este último que registrou fatos significativos sobre a região, através da edição do jornal quinzenal *O Machete*. A tiragem especial do jornal, edição de número 218, de 15 de outubro de 1995, continha inúmeras homenagens à cidade, que completara em dois de

outubro, 47 anos de sua fundação. Nessa edição, os moradores, principalmente políticos e comerciantes, registravam frases de gratidão, elogios à cidade e ao seu povo.

O referido jornal já apontava a necessidade de cuidados em relação ao uso dos recursos naturais, principalmente dos rios, alertando para sua exploração em atividades turísticas como, o passeio de bote.

1.4.5. Impressos promocionais

O levantamento de fontes impressas relacionadas à propaganda e publicidade sobre Bonito, especialmente impressos e folhetos promocionais, deu-se em tempo anterior à proposta de pesquisa no mestrado, mas no trabalho como docente no curso de turismo do IESF, como colaboradora no projeto *Na luz de Bonito*. O projeto *Na luz de Bonito* (iniciativa do governo federal voltada ao incremento do turismo regional), e como consultora em turismo. Fizemos a montagem de um banco de documentos de natureza publicitária, e a coleta deste material foi útil, para que pudéssemos construir o nosso próprio laboratório de estudos sobre identidades, turismo e cultura local, proporcionando uma gama de material para análise, que nos levou a aprimorar os critérios de escolha.

O material informativo *coletado in loco*, como folheteria turística, materiais de divulgação dos festivais, guias e roteiros turísticos eram oriundos da publicidade e propaganda de agências de turismo, dos boletins informativos e sites oficiais, promotores da cidade aos públicos interessados em ecoturismo, descanso e lazer.

Além de folhetos sobre Bonito, escolhemos elencar alguns folhetos de outras localidades, que também buscavam representar sua região através dos elementos da paisagem local nos folhetos, chamando a atenção e atraindo visitantes, elegendo entre estes, impressos de diferentes origens e finalidades: órgãos públicos, eventos, meios de hospedagem, comercial e educativo.

Nestes folhetos constatamos o forte apelo identitário, com referência a “cidade das águas” e selecionamos parte que pudesse representar o ideal do lugar e o esforço em produzir a identidade coletiva, por intermédio do conteúdo publicitário.

Em fase posterior, em trabalho de seleção destes folhetos, constatamos o forte apelo identitário com referência à “cidade das águas” e por isso, priorizamos o acervo que pudesse representar o ideal do lugar e o esforço em produzir a identidade coletiva, em relação aos

elementos destacados nos seus conteúdos, presente em quase totalidade das peças que tivemos acesso.

No Turismo, também discute-se a função do *souvenir*³², como meio de rememoração da experiência vivida e criação do imaginário do lugar visitado que, certamente, se transforma em fonte histórica de significativo valor para o historiador de ofício. Estas lembranças podem ser miniaturas de lugares, personagens e paisagens, além de fotografias, vídeos etc. Apesar de interessante abordagem, optamos por não aprofundar esta questão.

1.4.6. Materiais iconográficos

Jacques Le Goff, na sua obra *História e Memória*³³, refletiu sobre o trabalho do historiador e as relações entre os instrumentos da reflexão histórica indispensáveis para a construção do discurso. No que se refere à fotografia utilizada como fonte, o autor adverte para a necessidade do desmembramento dos elementos da fotografia, para uma análise detida e profunda. Ela pode ser encarada como imagem/documento ou como imagem/monumento, dependendo do nível de interesse que se tem em eternizá-la, ou como um simples documento que se recorre quando se torna necessário; ou como um símbolo máximo do feito de alguém ou de um lugar, ou uma cultura, etc.

De acordo com Charles Monteiro³⁴, a imagem vem seguindo o ser humano ao longo de sua socialização, desde a pré-história, em concomitância com aspectos sociais da sua vida e da organização social, representando estas relações entre os homens, deles com o visível e o invisível e suas diferentes representações, como tentativas de prolongar a vida em relação à sua constatada finitude.

Segundo Ana Maria Mauad, “entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver”³⁵. A fotografia é uma construção do vivenciado e fruto de um ato permeado de sentidos, uma representação do real que envolve várias técnicas. Entre

³² Souvenir (do francês, para la memoria) é um objeto que resgata memórias que estão relacionadas ao destino turístico. Isto é análogo à exploração psicológica do condicionamento clássico. Se um viajante compra um souvenir nas férias, ele irá associar muito provavelmente o souvenir às suas férias. Recordará esse momento especial cada vez que o olhar.

³³ LE GOFF, J. “Memória”. In: História e Memória.

³⁴ MONTEIRO, C. A pesquisa em História e Fotografia no Brasil: Notas bibliográficas. Anos 90 p. 169-185, p. 170.

³⁵ MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. p. 73-98. p. 76.

o objeto fotografado e a fotografia existem convenções sociais, culturais e históricas, portanto a abordagem deve ser transdisciplinar, e deve levar em consideração os seguintes aspectos: a relação signo e imagem; a fotografia enquanto mensagem de si e das próprias escolhas; a relação do plano do conteúdo e o plano da expressão.

Ao elegermos a fonte iconográfica como um suporte à nossa investigação sobre história e identidade cultural de Bonito, nos vimos enredados no permanente esquadramento de fotografias que pudessem nos fornecer dados do vivido, nas diferentes fases da formação e do desenvolvimento do espaço da cidade.

Na medida em que surgiram novas indagações, a fotografia se configurava como a “ponta do novelo” que tentávamos desenrolar; e possibilitava, em outros momentos, um profundo entendimento de práticas e costumes do lugar, permitindo que nosso olhar se voltasse para ícones da memória, da história, dos mitos e das lendas tradicionais, perpetuados em registros fotográficos.

1.4.7. Depoimentos orais

Gwyn Prins, professor do *London School of Economics and Political Science*, no texto “História Oral”, publicado no livro *A escrita da História: novas perspectivas* (1992)³⁶, discute as restrições estabelecidas por significativo número de historiadores das sociedades modernas industriais alfabetizadas, em relação ao valor das fontes orais na construção do passado humano. Segundo ele, esses historiadores apontam a fragilidade do material construído a partir de depoimentos orais, mas poucos dão conta de apontar um método para se construir a história das sociedades não alfabetizadas, de tradição oral. Nessa reflexão, Prins pontua alguns dos ofícios do historiador:

Alguns historiadores acham que seu ofício é descrever e, talvez, explicar por que as coisas ocorrem no passado”. Entretanto, para Prins isso não é suficiente, pois acredita que a continuidade histórica deve ser explicada, sobretudo nas sociedades orais: “[...] a tarefa do historiador é proporcionar ao leitor confiança em sua competência metodológica. Para demonstrar consciência das ciladas da tradição inventada, e a partir daí, das explicações oferecidas, o historiador deve também revelar o que é provável que houvesse ali”.³⁷

³⁶ BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. p. 163-198.

Suas significativas observações são úteis, sobretudo, quando não se dispõe de recursos para suprir algumas lacunas deixadas pelas fontes escritas:

É para essas partes vitais da tarefa do historiador que a história oral – tradição e reminiscências, passado e presente – com seu detalhe, sua humanidade, freqüentemente sua emoção e sempre seu muito desenvolvido ceticismo com relação a todo o empreendimento historiográfico – é principalmente dirigida.³⁸

Utilizamos também entrevistas abertas e semi-estruturadas realizadas pela pesquisadora Karina Basílio Cerdoura, coletadas durante os festivais de Inverno e da Guavira no município de Bonito, com depoimentos que testemunharam ou participaram de algum cenário episódico do passado local. Os depoimentos dão conta de que “*a cidade, ainda nos anos de 1950, 1960 e 1970, possuía apenas a avenida principal, Pilad Rebuá*”³⁹.

Nós também utilizamos entrevistas e questionários sobre as famílias pioneiras de Bonito, coletados durante a execução do *Projeto Na Luz de Bonito*⁴⁰, vinculado ao Instituto de Ensino Superior da Fundação Lowtons de Educação e Cultura. Os moradores ouvidos foram inicialmente indicados por outros moradores, como conhecedores dos gostos, tradições locais das famílias consideradas “pioneiras”, ou mesmo por serem pessoas idosas nascidas na região. Os voluntários passaram a formar uma rede detentora de dados sobre estes moradores mais antigos e chegar até os matriarcas e patriarcas.

Ficou estabelecido que as famílias denominadas “pioneiras”, a serem contatadas, seriam as famílias chegadas entre os anos de 1935 a 1955 na cidade e que os entrevistados deveriam nos fornecer, de preferência, dados sobre do patriarca e da matriarca, sua vinda a Bonito, fatos marcantes, estrutura geral da cidade, festas e tradições. As entrevistas aconteceram em diferentes locais de Bonito, entre os anos de 2006 e 2007, os depoimentos foram sendo anotados e depois transcritos.

Esse exercício metodológico ampliou nosso entendimento sobre o valor das fontes orais na construção do discurso histórico, na medida em que forneceu elementos que a história fundada somente nas fontes escritas, não é capaz de revelar. Se os muitos documentos oficiais deixam de mencionar a participação dos segmentos mais simples da sociedade, as fontes orais

³⁷ BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*.

³⁸ *Idem*.

³⁹ CERDOURA, K. B. *Conhecendo o município de Bonito/MS através do olhar de seus habitantes: paisagens, lugares e a valorização da experiência*. p. 43.

⁴⁰ O projeto foi coordenado por mim durante todo período de realização, de 2005 a 2007, e falaremos mais dele no capítulo 4.

evidenciam detalhes sobre sua luta diária, cujo testemunho é repleto de sensibilidades, conforme foi possível observar.

As sensibilidades observadas no discurso são um meio de análise da realidade histórica, e no projeto Na Luz de Bonito elas afloraram e estabeleceram uma narrativa que reforçou o poderio de alguns segmentos sociais, como os ditos “pioneiros”, deixando forte indício de que a pesquisa estava inacabada. Seria preciso rever relatos e retomar pesquisas para incluir nos escritos das origens da cidade de Bonito, outras comunidades e atores sociais da região, como as comunidades indígenas.

**CAPITULO II –
BONITO E A HISTÓRIA DO MATO GROSSO UNO**

2.1. Os Guaicuru e os castelhanos

Os processos sociais se realizam dinamicamente no espaço vivido, onde a cultura ganha sua dimensão simbólica e material, combinando diversas matrizes, do âmbito global ao local e constituindo o lugar.

A técnica é o instrumento para essa realização e explicação da sociedade e dos lugares. É a técnica que materializa a história, o tempo e o espaço. O espaço se impõe através das condições para a produção, a circulação, a residência, a comunicação, o exercício da política, das crenças e do lazer, portanto, sendo capaz de realizar conexões. É o lugar que atribui às técnicas a realidade histórica. A técnica, da qual fala o pesquisador Milton Santos, é um meio na qual se constrói e reconstrói o espaço, formando uma paisagem estética. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e local, convivendo dialeticamente.

Ciente da importância de se estudar os lugares, tomamos a cidade de Bonito como objeto, e procuramos captar dele os elementos centrais, suas virtudes, e compreensão das possibilidades de interação das ações hierárquicas. Como Milton Santos¹, entendemos o espaço geográfico como “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”².

É nesse espaço de realização humana e acréscimos que se materializou a cidade de Bonito, cuja origem se situa num tempo de ocupação, conquistas, conflitos entre assuncenhos/espanhóis e nações indígenas, entre elas, os *Guaicuru*.

Anteriormente ao período colonial, praticamente toda a porção ocidental do atual estado de Mato Grosso do Sul era habitada pelos índios *Guaicuru*, região que serviu de cenário para disputas de terras entre Portugal e Espanha. Porém, a região tornou-se mais conhecida e desbravada após a expedição comandada pelo conquistador espanhol *Cabeza de Vaca* em 1542, que penetrou pelo rio Paraguai, Pantanal e *Chaco*.

Cabeza de Vaca partiu do Porto de Cádiz, na Espanha, em novembro de 1540, em direção à América Meridional, desembarcando em março de 1541, na Ilha de Santa Catarina, com objetivo de assumir seu posto de Adelantado no Paraguai. E partindo da ilha em dois de novembro de 1541, com 250 homens, entre arcabuzeiros, besteiros, frades franciscanos, guias,

¹ SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. p. 51.

² *Idem*. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. p. 49.

carregadores nativos e 26 cavalos³, avançando em direção ao Paraguai. Após 19 dias, fadigados e sem víveres, foram socorridos pelos índios Guarani.

Em 1543, decidiu fazer uma entrada em busca do Rei Branco e suas fabulosas cidades, com 400 soldados e 800 guaranis, “[...] partiu de Assunção, rio acima, atravessou o Pantanal, para chegar quase às cabeceiras do rio Paraguai, sem encontrar as decantadas riquezas”⁴.

Para o historiador Gilson Rodolfo Martins, Mato Grosso do Sul, no século 16 era densamente povoado por um painel variado de comunidades indígenas, abrigando milhares de indivíduos. Dentre estes indígenas, os mais numerosos eram os filiados à família Guarani do tronco tupi-guarani.

Os índios Guarani foram, e são, excelentes agricultores, cultivando principalmente o milho, base de sua alimentação. Conheciam e eram desenvolvidos também, no cultivo e tecelagem do algodão, para confecção de redes e vestimentas. Produziam ainda uma variada coleção de potes de cerâmica, inclusive para o sepultamento de seus mortos. No Mato Grosso do Sul e centro-oeste do Estado⁵.

Segundo a historiadora Maria de Fátima Costa⁶, os Guaicuru surgiram na literatura ocidental nos relatos de Alvar Núñez Cabeza de Vaca. Segundo os espanhóis, eram mais violentos que outros povos, altos, ligeiros, possuidores de grande força e invencíveis. Essa invencibilidade foi quebrada pelo próprio Cabeza de Vaca em 1542, quando derrotou os indígenas, graças à utilização dos cavalos, até então desconhecidos por estes indígenas.

Para Maria Fátima Costa, os relatos de Cabeza de Vaca, publicados na Europa no século 16, criaram e difundiram a imagem de uma região banhada pelo Rio Paraguai, abundante em alimentos, habitadas por tribos indígenas possuidores de metal: “A circulação destas imagens, criadas por Schmidl e Cabeza de Vaca, passaram, então, a ser um referencial deste ambiente e ganharam perenidade”⁷.

O caminho palmilhado por Cabeza de Vaca era o Peabiru⁸, grande trilha utilizada pela nação Tupi-guarani. O Caminho do Peabiru passava pelos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraguai, Bolívia e Peru.

3. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. p. 208.

⁴ COSTA, M. F. História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII. p. 72.

⁵ MARTINS, G. R. Breve Painel Etno-Histórico do Mato Grosso do Sul. p. 29.

⁶ COSTA, M. F. *Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal*. In: PRIORE, M. del; GOMES, F. *Os Senhores dos Rios*. Amazônia, Margens e Histórias. p. 72

⁷ COSTA, M. F. História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII. p. 75.

⁸ Os *peabiru* (na língua tupi "pe" – caminho; "abiru" - gramado amassado) são antigos caminhos, utilizados pelos indígenas americanos desde muito antes do descobrimento pelos europeus, ligando o litoral ao interior do continente.

Os ataques luso-espanhol ao território Guarani no final do século 16 e início do 17, abriram clareiras demográficas, desequilibrando a correlação de forças entre os grupos tribais que viviam às margens do Rio Paraguai. Assim, “aproveitando-se do esfacelamento do universo Guarani, várias tribos de origem chaquenha, Aruake e Guaicucu atravessaram o rio Paraguai e em levas sucessivas, a partir do século 17, ocuparam a região do Pantanal no Estado”. Ulrico Schmidl⁹, soldado alemão a serviço da Espanha, esteve na expedição de Cabeça de Vaca, e descreveu as terras da bacia do alto Paraguai. Através de suas impressões contidas na *Viajem ao Rio da Prata*¹⁰, contribuiu para difundir a imagem das terras encharcadas como paraíso evanescente junto ao imaginário europeu.

Maria Fátima Costa ressalta que desde o século 16, os Guaicuru, ao defenderem seu espaço, tornaram-se inimigos ferrenhos dos castelhanos, expansionistas implacáveis dos espaços destes povos. Resistindo a este avanço, os indígenas atacavam com sua carga de cavalaria os estabelecimentos espanhóis ao longo do interior da bacia paraguaia, chegando até alcançar Assunção, capital da Província do Paraguai. Impossibilitados de vencê-los, os espanhóis tentaram aldeá-los em missões religiosas, a exemplo da Missão de Belém, sob a responsabilidade do jesuíta José Sanchez Labrador. Nos aldeamentos, como não se acostumavam à vida sedentária e nem à agricultura, continuaram a correr pelos campos.

Quando os monçoeiros setecentistas começaram a transitar por seus espaços, tornaram-se também suas presas. Aliaram-se aos Paiaguá¹¹ e juntos foram praticamente imbatíveis, pois “no período dessa aliança, ...[era] praticamente impossível cruzar a paisagem fluvial-lacustre do Pantanal: na água espreitavam os Payaguá, em terra, os Guaikuru”¹².

Os Guaicuru ocupavam a antiga Província do Itatim, território assenhoreado pelo assuncenho/castelhano, do qual o futuro povoado de Bonito viria a fazer parte. Estes colonizadores impuseram seu domínio sobre as demais nações indígenas, alcançaram o rio Apa e o Mbotetey (atualmente chamado rio Miranda): “Desde o chaco eram temidos por sua força e valentia. No entanto, ao aprenderem a domesticar o cavalo e a montá-lo com maestria,

⁹ A fim de registrar suas impressões sobre a expedição de Cabeza de Vaca e Bacia do Alto Paraguai, escreveu: ULRICO, Schmidl. *Viaje al Rio de lá Prata*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1942. Sobre a vida e obra de SCHMIDL, ver: KALIL, L. G. A. *A Conquista do Prata: análise da crônica de Ulrico Schmidl*.

¹⁰ ULRICO, S. *Viaje al Rio de lá Prata*.

¹¹ Sobre os paiaguá, consultar: JESUS, N. M. de. *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. _____. *A guerra justa contra os payaguá (1ª metade do século XVIII). História e Reflexão*; CARVALHO, F. A. L. de. *Os “Senhores dos Rios” e suas alianças políticas*. p. 1-17, COSTA, M. de F. *Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal*. In: PRIORE, M. del; GOMES, F. *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. p. 63-90. MOURA, C. F. *Os paiaguás, “índios Anfíbios” do Rio Paraguai*. SUSNIK, B. *Los aborígenes del Paraguay*. t. 2. *Etnología del chaco Boreal y su periferia (siglo XVI y XVIII)*.

¹² COSTA, COSTA, M. F. *História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. p. 80-1.

ganhando uma mobilidade desconhecida por qualquer outro grupo indígena, tornaram-se praticamente invencíveis”¹³.

Segundo o IBGE, Ruy Dias de Melgarejo, aparece em histórico sobre a cidade de Bonito, como fundador de Santiago de Xerez, sob as ordens de Domingos Martinez de Irala. No sentido de viabilizar os empreendimentos assuncenhos/castelhanos, fundou, em 1557, a Cidade Real de Guairá, localizada num ponto estratégico na margem esquerda do Rio Paraná, na foz do Rio Piquiri, onde atualmente esta situada a cidade paranaense de Terra Roxa¹⁴. Em 1570, sob os mesmos determinantes conjunturais, surgiu um novo povoado assuncenho, Cidade de Vila Rica do Espírito Santo, “Dessa forma nas décadas seguintes, o projeto colonizador/mercantilista castelhano-paraguaio, progressivamente, construiu a infraestrutura necessária à sua reprodução”¹⁵.

Após a fundação de Vila Rica do Espírito Santo, Melgarejo, acompanhado de soldados e colonos espanhóis, fundou Santiago de Xerez. O engenheiro militar espanhol Felice de Azara¹⁶, ao comentar sobre essa cidade, dá conta de que Ruy Diaz de Melgarejo, a fim de aproveitar mão-de-obra nativa, instalou esse núcleo espanhol que denominou Santiago de Xerez. Porém, essa empreitada não deu certo, em virtude da resistência dos indígenas Nuara, Guaxarapo, Guató e Guaicuru, à entrada dos assuncenhos/espanhóis em seu território. Os ataques indígenas e o isolamento em relação à Assunção fizeram com que o povoamento fosse abandonado.

Nesse ambiente de disputas territoriais, deu-se a refundação do núcleo assuncenho/castelhans, de Santiago de Xerez, reerguida em 24 de março de 1593, sobre algum ponto do Rio Ivinhema, no atual município de Naviraí, por Ruy Diaz de Guzman e aproximadamente trinta pessoas¹⁷.

As reivindicações dos colonos foram atendidas e coube ao Capitão André Diaz fazer o levantamento e escolha da área para onde a cidade seria trasladada, fato este que ocorreu em 1600, com a fundação da segunda Santiago de Xerez, acarretando a denominação da área do seu entorno, como Campos de Xerez, nos atuais municípios de Miranda e Aquidauana¹⁸.

13 COSTA, M. F. História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII p. 51.

14 MARTINS, G. R. Introdução dos ANAIS do Rio da Prata, p. 13. In: GUZMAN, R. D. de. Anais do Descobrimento Povoação e Conquista do Rio De La Plata. p. 76; 92.

15 *Idem.* p. 245.

16 Felix de Azara foi enviado a América Meridional em 1781 pelo rei da Espanha Carlos III, como membro de uma comissão bilateral Luso-espanhola, para dar forma aos limites entre as duas coroas ibéricas. Ver: AZARA, F. de. Viajes por la América Meridional.

17 MARTINS, G. R. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. p. 243-265. p. 245-6.

18 MARTINS, G. R. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. p. 247.

As impressões do historiador Gilson Rodolfo Martins, ancorado em fontes históricas (cronistas coevos do episódio, relatos bandeirantes, documentos elaborados pelas metrópoles ibéricas), em que discute as imprecisões e polêmicas envolvendo a fundação desse núcleo espanhol, enquanto espaço colonial. Para compreender esses eventos históricos, é basilar a obra produzida pelo fundador de Xerez, Ruy Diaz de Gusman, *Anais do Descobrimento Povoação e Conquista do Rio De La Plata*¹⁹. Para Martins, “Descobrir onde, hoje, localizam-se esses sítios, plataformas iniciais para a posterior localização europeia em Mato Grosso do Sul é um dos desafios que o passado legou para a História Regional e para a Arqueologia Histórica”²⁰.

Através dos escritos de Guzmán, visualizamos o passado do lugar, palmilhado pelos assuncenhos/castelhanos pelo olhar de um dos seus protagonistas, a partir de onde ele nasceu, Assunção. O espaço colonial assuncenho, nos séculos 16 a 18, abrangia limites mais extensos que do Paraguai atual. Limitava-se ao norte com a Capitania de São Vicente; ao sul com o Rio da Prata; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com a Província de Túcuman, atualmente pertencente a Argentina. Nessa configuração geográfica, o Paraguai possuía jurisdição sobre os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sul de Mato Grosso do Sul (antiga Província do Itatim)²¹.

Os assunsenhos, à procura de nativos para escravizar, perscrutaram as terras encharcadas do Sul do Mato Grosso uno, palmilhando nessa busca o atual município de Bonito. Nesse sentido, é possível perceber que Bonito fazia parte da Província do Paraguai.

Dentro dessa polêmica sobre a fundação, refundação e traslado de Santiago de Xerez acerca do passado histórico de Mato Grosso do Sul, situa-se o município de Bonito e sua etno-história, como espaço onde viviam várias comunidades indígenas e transitaram assuncenhos/castelhanos com a finalidade de fundar um núcleo espanhol, concretizado com a fundação do núcleo xerezano em 1593.

¹⁹ GUZMAN, R. D. de. *Anais do Descobrimento Povoação e Conquista do Rio De La Plata*.

²⁰ MARTINS, p. 11. Apresentação de GUZMAN, Ruy Dias de. *Anais do Descobrimento Povoação e Conquista do Rio De La Plata*.

²¹ GADELHA, R. M. A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial. Séculos XVI e XVII* p. 46-7.

2.1.1 Guaicuru na mira dos portugueses

A 12 de janeiro de 1751, D. Antonio Rolim de Moura, primeiro Capitão General da Capitania do Mato Grosso uno, chegou a Cuiabá para assumir o cargo para o qual fora nomeado. Atendia aos interesses da Coroa Portuguesa em relação à ocupação, defesa, povoamento, comércio, e navegação das raias do Mato Grosso uno. Sobre os Guaicuru, Gervásio Leite Rebelo deixou o seguinte relato:

A segunda [nação indígena] é a dos cavaleiros, a que chamam assim por andarem sempre a cavalo; vivem a borda do rio Paraguai, da parte do poente, e vizinham com as povoações dos castelhanos, que experimentam deles alguns insultos, [...] Pelo tempo que os rios estão baixos, vem buscar o Taquari; e atravessando-o, vão fazer guerra ao gentio das várzeas [paiaguá]. As armas de que usam são lanças compridas e laços; porém nunca nos rios e podem servir tão bem delas, pois não os ajuda aí a ligeirezas dos cavalos. Nos pousos também não há receios deles, porque estes se fazem em matos em que eles perdem a vantagem dos cavalos, em que consiste sua maior força²².

Francisco Rodrigues do Prado comandou o Forte de Coimbra de 1792 a 1797, era Ajudante do Terço Auxiliar²³ de Voluntários da Vila do Bom senhor Jesus de Cuiabá, natural de São João Del Rey-Minas Gerais, comandante do forte, procurou fazer alianças e amizades com os Guaicuru. Escreveu um Dicionário Guaicuru e importantes relatos sobre esses nativos na primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, intitulada *História dos índios Cavaleiros ou Nação Guaicurus*, onde descreveu seus hábitos e *ethos* guerreiro.

[...] cavaleiros de uma cor mais escura que a do cobre e de estatura alta, tanto que entre eles há homens de seis pés²⁴ e meio de altura, bem feitos, envoltos em carnes capazes de resistir a fome e a sede, e endurecidos pelo trabalho de uma maneira inefável; e são notáveis pelos costumes de arrancarem as sobrancelhas e pestanas. Nos gestos de todos respira robustez e um estado de saúde perfeito²⁵.

²² REBELO, G. L. *Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo as minas do Cuiabá o Exmº Sr. Rodrigo César de Menezes*, governados e Capitão-general da capitania de São Paulo as suas minas... In: Taunay, Alfredo E. *História das Bandeiras Paulistas*. p. 208-9.

²³ O Terço de Infantaria, Companhia de Cavalaria e Troços de Artilharia, foram companhias criadas pelo Exército Português no Plano de Organização Militar de D. Sebastião.

²⁴ Pés - Medida linear inglesa usada nos meios marítimos ainda hoje em uso. Tem 12 polegadas e equivale aproximadamente a 30,5 cm.verificar

²⁵ PRADO, F. R. do. *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. p. 21-44. p. 24.

O português Luiz D'Alincourt²⁶, situado na historiografia mato-grossense como memorialista militar, refletiu sobre o sistema de defesa a ser adotado contra os Guaicuru e as explorações feitas desde a Fazenda Camapuã até Cuiabá, onde também teceu considerações sobre sua atuação bélica.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na *Viagem filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* entre 1783 e 1792, colheu informações sobre o modo de vida e a belicosidade dos Guaicuru. Da viagem que fez ao Presídio de Coimbra, encontrou com os indígenas e observou a devoção que tinham para com os cavalos e suas armas, sobretudo, a lança comprida, apreço que lhes ajudou a impor sua vontade aos colonizadores ibéricos durante algum tempo²⁷.

2.1.2 Os Kadiwéu

O missionário espanhol Sanchez Labrador²⁸, os militares a serviço de Portugal, Francisco Rodrigues do Prado²⁹ e Ricardo Franco de Almeida Serra³⁰, relataram o modo de vida e os costumes dos Guaicuru, e entre suas tribos, destacaram os Kadiwéu. Conhecidos como "índios cavaleiros", por sua destreza na montaria, guardam em sua mitologia, na arte e em seus rituais o modo de ser de uma sociedade hierarquizada entre senhores e cativos.

Segundo Ricardo Franco, andavam vestidos com grandes panos bem tecidos nas cores vermelho, negro e branco, com largas listas. Usavam colares no pescoço, brincos e anéis de prata. A utilização da prata em seus ornamentos revela a proximidade que tinham com os espanhóis, com os quais mantinham relações de trocas, entre elas, trocavam prata por cavalos. Tinham costume de tatuarem o corpo, com urucum e jenipapo.

²⁶ D'ALINCOURT, L. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da provincia de Mato-Grosso* por Luiz d'Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma provincia – Cuiabá, 1828.

²⁷ FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Conselho Federal de Cultura, p. 54; Sobre a expedição de Alexandre RODRIGUES Ferreira em Mato Grosso, ver: COSTA, M. F.. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a Capitania de Mato Grosso: imagens do interior. História, ciência, saúde – Manguinhos*, p. 993-1014.

²⁸ SANCHEZ LABRADOR, J. *El Paraguai Católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni y Hermanos.

²⁹ PRADO, F. R do. *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

³⁰ ALMEIDA SERRA, R. F. *Parecer sobre aldeamento dos índios Guaicurus e Guanás, com descrição de seus usos, religião, estabilidades e costumes*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. p. 204-12 p. 348- 95.

Os Guaicuru não foram catequizados pelos portugueses, mas participaram da Guerra do Paraguai, aspecto que explica sua função histórica na formação do Estado Nacional Brasileiro. O historiador Claudio Alves de Vasconcelos ressaltou que:

Durante esse período, [Guerra do Paraguai] a importância do índio na defesa e expansão do território nacional ficou mais uma vez evidenciada: tanto os Guaná como os Mbayá-Guaicuru, Kadiwéu, atuaram ativamente ao lado do exército brasileiro durante o conflito. O seu recrutamento e engajamento na tropa não se deu apenas pela força do exército, mas também pela própria necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios³¹.

Durante muito tempo, os Kadiwéu estiveram sob o jugo da política de aldeamento, projetada pelo governo imperial nas regiões fronteiriças, com objetivos de garantir a posse em áreas de litígio com os espanhóis, e após a guerra, os nativos passaram uma fase de total desarticulação grupal, sem garantias de permanecerem livres e seguros em suas terras. Segundo Vasconcelos, “[...] com o fim do conflito, intensificou-se a apropriação das áreas indígenas por fazendeiros da região e por antigos soldados envolvidos da guerra [...]”. A constituição de famílias errantes foi uma das grandes consequências da guerra do Paraguai, um triste resultado para os propósitos de ‘catequese e civilização’³².

2.1.2.1 Levi-Strauss e os Kadiwéu

Recuando no tempo, viajando através da documentação histórica, vasculhando as clássicas páginas amareladas do conjunto documental sobre a memória do lugar, tecemos algumas considerações sobre o passado colonial de Bonito, por onde distintos segmentos divididos em nações indígenas e colonizadores assuncenhos/castelhanos, deixaram indícios sobre a história do lugar.

No século 19, Francisco Rodrigues do Prado³³ ocupou o comando do Forte de Coimbra, manteve contato com os Guaicuru e suas tribos, e fez interessantes observações a respeito das tatuagens usadas pelas mulheres Kadiwéu:

³¹ VASCONCELOS, C. de A. A Questão Indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade. p. 86-7.

³² *Idem*, p. 95.

³³ PRADO, F. R. do. História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. p. 24.

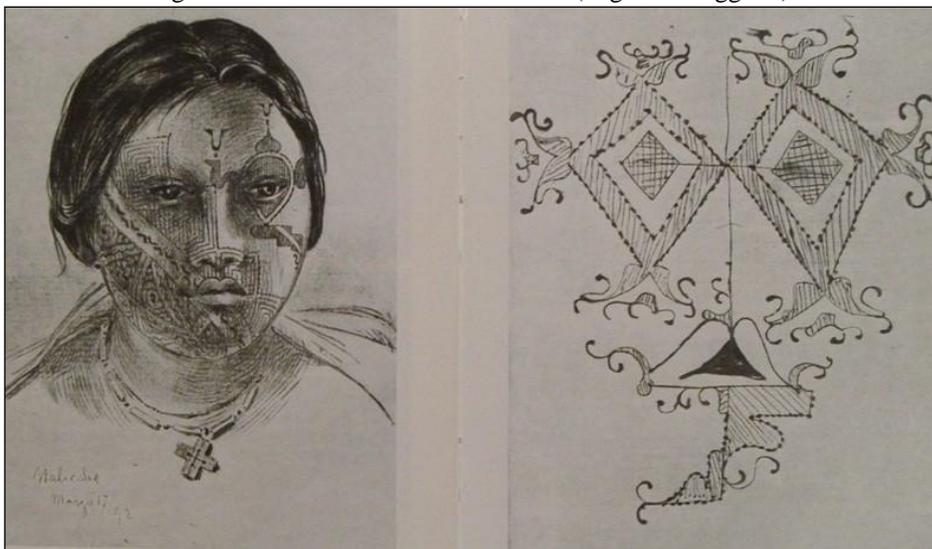
Pintam o corpo com duas frutas silvestres urucum e jenipapo e na pintura guardam bastante simetria [...] mandam picar com espinhos na testa, formando linhas que principiam na raiz do cabelo e vem acabar sobre a pálpebra dos olhos, na face e na barba, onde formam um xadrez, e dão logo com tinta de jenipapo, com o que se conservam toda a vida pintada de cor cinzenta, e as donas também fazem nos braços uns quadrados sofrendo com todas essas ocasiões cruéis dores.

Quase cem anos depois, essa mesma observação foi feita pelo antropólogo e observador francês Claude Lévi-Strauss, em viagens de estudos, no livro *Tristes Trópicos*, escrito à década de 1930, quando o antropólogo realizou marcantes viagens pelas regiões brasileiras. Indispensável àquele que se dedica aos estudos brasileiros, a obra de Levi-Strauss traz enfoque especial aos índios Kadiwéu, suas relações cotidianas e modos de vida:

[...] viviam nas terras baixas da margem esquerda do rio Paraguai, separadas da Fazenda Francesa pelas colinas da serra Bodoquena. De acordo com o antropólogo, eram julgados preguiçosos e degenerados, ladrões e bêbados, pelos colonizadores, que os expulsaram de maneira rude dos pastos quando ali tentaram penetrar³⁴.

Nesse contato, Levi-Strauss observou e explicou que a pintura da face era conferida à dignidade humana, assim o ato de arrancar pestanas e sobrancelhas explicava-se pelo fato de não serem cavalos para terem pêlos.

Figura 3 - Uma bela Kadiwéu em 1895 (Segundo Boggiani).



Fonte: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (pranchas esboçadas entre as páginas 160-161).

Lévi-Strauss expõe ainda o conflito aberto entre os habitantes primeiros dessas terras, e os exploradores europeus que, segundo o autor, trouxe a disputa de terras e riquezas em um vasto território, que hoje compreende a região do estado de Mato Grosso do Sul, incluindo

Bonito. Os modos de vida tão distintos entre eles, infelizmente deram vazão a discursos e ações discriminatórias típicas da concepção eurocentrista de homem.

Os finos desenhos corporais dos Kadiweu, descendentes dos *Mbaya-Guaicuru*, eram marcas identitárias muito fortes do grupo que expressavam sua arte com obras no rosto das jovens e mulheres, com tinta que era uma espécie de mistura de suco de jenipapo com pó de carvão, aplicada com uma fina lasca de madeira ou taquara que tinha como simbolismo marcar a diferença entre nobres, guerreiros e cativos, numa menção à forte estratificação social presente nesta etnia indígena.

Outras obras significativas fizeram os registros desta cultura, entre elas os livros de Guido Boggiani, *Os Caduveus*³⁵ e de Darcy Ribeiro, *A arte dos índios Kadiweu*³⁶.

2.1.2.2 Os Kadiwéu da Bodoquena atualmente

A cidade de Bonito foi palco de conflitos entre os nativos Guaicuru e os lusocastelhanos no passado colonial sul mato-grossense, que contribuíram na sua formação ainda no período colonial, e nos eventos subsequentes como a implantação das fazendas de gado, na Guerra do Paraguai. Considerando os critérios definidores de identidade como simbólicos, situar Santiago de Xerez como marco inicial deste território denominado Bonito, é fixar o limite de sua história, cultura, costumes, crenças e *modus vivendi* dos Kadiwéu, como limites de sua identidade cultural.

Atualmente os Kadiwéu vivem na Serra da Bodoquena, nas Terras Indígenas Kadiwéu, no município de Porto Murtinho. Bodoquena é a cidade mais próxima da aldeia maior (60 km), seguida de Miranda, Bonito e Aquidauana. Campo Grande (310 km) é o centro urbano de maior importância estratégico-administrativa para os Kadiwéu. Ali está sediada a administração da FUNAI que os jurisdiciona, como também a associação dos fazendeiros arrendatários (ACRIVAN - Associação dos Criadores do Vale do Aquidaban e Nabileque) e a ACIRK (Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu)³⁷.

A área vizinha a Bonito, de denominação jurídica *Reserva Indígena Kadiwéu*, foi oficialmente homologada por decreto presidencial nº 89.578, de 24 de abril de 1984. Segundo

³⁴ LEVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. p. 156.

³⁵ BOGGIANI, G. Os Caduveos.

³⁶ RIBEIRO, D. A arte dos índios Kadiwéu. p. 147-90.

³⁷ Segundo dados da ONG Socioambiental, disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu/262>

o Censo de 1998, a população da época era de 1.348 indivíduos distribuídos em aldeias denominadas Campina, São João, Tomazia, Barro Preto e Bodoquena. São observados também outros grupos indígenas neste mesmo território, a exemplo dos Terena e dos Kinikinau³⁸.

As suas atividades principais consistem na criação de gado, roça de subsistência, caça, pesca e trabalhos manuais, em especial com barro onde decoram suas peças com motivos geométricos e pinturas com cores vibrantes, como o vermelho, preto, ocre, amarelo, verde e branco.

As reflexões de Edward Said, exibidas na obra *Cultura e Imperialismo*³⁹ sobre os métodos institucionais e culturais empregados para estabelecer fronteiras hierárquicas entre o Oriente e o Ocidente, ajudam a interpretar as narrativas relativas ao Mato Grosso uno e aos povos indígenas, como parte do vasto conjunto de representações arbitrárias, construídas pelos europeus para impor a identidade cultural e garantir as vastas possessões coloniais nas Américas. As terras pertencentes aos povos originais, como os Kadiwéu, das quais foram expropriados e por onde transitavam ciosos do seu *ethos*, ainda hoje geram conflitos, como o relatado na obra de Levi-Strauss.

O principal produto das reflexões de Said sobre a exterioridade é a representação, constituída de estilos, figuras de linguagem, argumentos discursivos, cenários, mecanismos narrativos, circunstâncias históricas e sociais.

Essas representações traçam um imaginário dos povos indígenas como preguiçosos, degenerados, ladrões, bêbados e violentos. Suas redes de relações, costumes, *ethos* e vida material foram determinadas pelos interesses dos grupos que as forjaram; no passado colonial, os assuncenhos/castelhanos e luso/brasileiros e, atualmente, posseiros e latifundiários no seu *apetite* por terras. Elas nos ajudam a pensar a identidade ou assimilação cultural como construção de um discurso sobre a comunidade nativa imaginada pelo colonizador e posseiros.

Elaborados em sua maioria pelo ditos *pioneiros* que se apossaram das terras pertencentes aos povos originários, entre eles os Kadiwéu, estes discursos exercem no comportamento coletivo, uma sanha preconceituosa e uma imagem radical desses povos. Nessa imagem, abundam expressões pejorativas como as estampadas no discurso dos anfitriões de Levi-Strauss.

³⁸ SOUZA, J. L. de. A (in) visibilidade dos lugares Kadiwéu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas. p. 55. Disponível em http://www.nepec.com.br/SOUZA_Espaco_e_cultura23.pdf. Acessado em 10/01/2010.

³⁹ SAID, E. Cultura e Imperialismo. p. 95.

A historiadora Lyliá Galetti⁴⁰, ancorada nos estudos de Mark Bassim, o *Outro Geográfico*, representou esforçada compreensão de como a Europa enxergava o mundo para além de suas fronteiras, defendendo que estes *estabeleceram sua própria identidade e justificaram seu próprio e arrogante senso de superioridade intelectual*; essa superioridade permeou os discursos sobre as comunidades indígenas, tanto do europeu quanto dos participantes das frentes migratórias que ocuparam as terras mato-grossenses no período colonial e imperial.

Os discursos apologéticos aos ditos pioneiros do século 19 comungam da mesma matriz evolucionista e etnocêntrica que organizam as representações sobre o mundo não europeu. Estes discursos contribuem ainda na contemporaneidade, como representação negativa sobre os naturais da terra.

Na obra de Miguel Von Behr, *Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza*, encontramos uma narrativa apologética sobre a violência cometida contra os colonos em Bonito, refletindo um conflito entre os nativos e os fazendeiros que se instalavam na região: “Os proprietários dessa área eram uma família mineira e que foi dizimada por ataque de indígenas chamados de ‘índios debaixo da Serra da Bodoquena’, sobrando apenas o Eusébio, que continuou pela região”⁴¹.

Para Cláudio Vasconcelos, os conflitos entre nativos colonizados e colonizadores, durante o século 19, marcou e deixou profundas cicatrizes no processo histórico mato-grossense, tornando-se rotineiros, como o exemplo estampado na obra de Miguel Von Behr, que espelha a resistência indígena contra a expropriação de suas terras. A pesquisadora Rosemere de Almeida Agüero, também refletiu sobre a resistência como fenômeno inerente ao homem expropriado, nas suas práticas cotidianas, revela nessas lutas um processo contra a dominação e assujeitamento. A resistência acontece em todas as áreas da sociedade e em todos os segmentos sociais, a partir de lutas pontuais que acontecem, por vezes, de maneira inesperada.

Contemporaneamente, identificamos na sociedade diversas formas de resistência, articuladas em torno de ações criativas, de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. São movimentos que se organizam em favor da ecologia, do feminismo, da democracia, que questionam os limites éticos das conquistas científicas, que lutam contra o racismo, o sexismo, a pobreza, a exclusão, a discriminação, todas as formas de violência. Essas lutas acontecem por todo o espaço da vida cotidiana, em uma tarefa política incessante na qual todos estão envolvidos⁴².

⁴⁰ GALETTI, L. da S. G. Nos confins da civilização, sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso. p. 141.

⁴¹ VON BEHR M. Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza.

⁴² AGÜERO, R. de A. A construção do discurso sobre o trabalho infantil, mídia: imagens e poder.. p. 102.

Para Agüero, o campo de luta é onde o indivíduo se encontra, pois é ali que o poder se faz sentir, e por estarem na mesma relação de forças, no caso específico colonos e indígenas, as possibilidades de sucesso face às estratégias de luta organizadas pela resistência, tornam-se reais⁴³.

A violência, descrita por Von Behr entre os Kadiwéu e posseiros, foi um fenômeno intrínseco, entre colonizador e colonizado, desde o período colonial. A guerra de extermínio, a submissão e o quase aniquilamento dos Guarani, pelas incursões de Raposo Tavares ao Guairá, nas palavras de John Manoel Monteiro, foi atingida através da violência nua e crua⁴⁴. Portanto, os conflitos ensejados por disputas de terras, refletem o caráter violento da ocupação e colonização portuguesa na América Meridional.

Ainda hoje as mulheres produzem a cerâmica, como vasos, pratos, animais, enfeites de parede entre outras peças utilitárias ou decorativas que produzem com o barro da consistência e tonalidade ideal para a cerâmica durável. Os pigmentos para sua pintura são conseguidos de areias de variados tons e algumas peças envernizadas com a resina do pau-santo⁴⁵. Este trabalho continua sendo um poder simbólico forte que ajuda este grupo a manter suas raízes com a cultura ancestral e também proporciona um modo de geração de emprego e renda.

Apesar da arte *Kadiwéu* ser reconhecida como patrimônio material por parte comunidade científica, o que vemos em Bonito são relações de comércio local entre as mulheres nativas e moradores, que pouco valorizam o trabalho destas indígenas.

Até bem pouco tempo, as peças de cerâmica eram trocadas por pequenas quantias de alimentos ou peças de roupas usadas, mas este fenômeno vem sendo superado graças trabalho da Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu. Esta orienta o grupo no sentido de rever os modos de comercialização local, incentivando um comércio mais justo e digno. A cultura material esta ligada à arqueologia, incluindo um conjunto de objetos que moldam determinadas comunidades, definindo sua identidade cultural, entendido por elas como legado de sua memória.

Para o estudioso do tema, José Luiz de Souza, “[...] os lugares são continuamente modificados e a identidade com o lugar, adjacente às modificações, pode ser perdida. No

⁴³ AGÜERO, R. de A. A construção do discurso sobre o trabalho infantil, mídia: imagens e poder.. p. 102. p. 78-9.

⁴⁴ MONTEIRO, J. M. Negros da Terra e bandeirantes nas origens de São Paulo.. p. 73.

⁴⁵ Disponível no site <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu/266>. Acessado em 03/03/2010.

entanto, nas sociedades tradicionais, verifica-se um caráter simbólico que aumenta o poder do laço territorial, enfatizando os aspectos espirituais, éticos e afetivos”⁴⁶.

Desta maneira, alguns traços culturais são perdidos, outros são construídos ao longo do tempo, dos espaços modificados e a identidade cultural indígena vai sendo ressignificada, em interação com outras culturas que passam a se comunicar cada vez mais no mundo moderno e contemporâneo.

Segundo estudos da arquiteta Maria Lucia Franco Pardi⁴⁷, são necessárias ações de recuperação de hábitos destes povos tradicionais, para que possam ser retomados alguns elementos identitários como meio de valorização dos mesmos pela comunidade local, mas especialmente pelos próprios indígenas, incluindo os mais jovens, que não tiveram contato com alguns costumes mais antigos. As representações das redes de relações e vida material dos nativos Guaicuru foram determinadas pelos interesses dos grupos que as forjaram e esta constatação nos ajuda a pensar a assimilação cultural como construção de um discurso imaginado pelo colonizador sobre esta comunidade.

2.2. O presídio de Miranda

O apagamento da presença espanhola deixou livre o caminho rumo às minas de Cuiabá. Como resultado das *expedições apresadoras*, os bandeirantes, ao navegarem o Coxipó-Cuiabá, em 1719, encontraram os primeiros indícios da existência de ouro na região. A partir daí, várias *expedições prospectoras* singraram os rios mato-grossenses. Desse movimento bandeirante, Cuiabá transformou-se no pólo de atração da gente de Piratininga e “Uma das pedras angulares da unidade nacional”⁴⁸.

A descoberta do ouro em Cuiabá, não se constituía mais em esperança – mas na realidade, cujas minas mereceriam tratamento especial e submetidas a uma rigorosa disciplina⁴⁹. Dessa forma, o estado português precisava marcar presença nas minas e na região, impondo seu domínio e fiscalismo. Enviou homens para representar a Coroa e lhe

⁴⁶ SOUZA, J. L. de, A (in) visibilidade dos lugares Kadiwéu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas. p. 55. Disponível em http://www.nepec.com.br/SOUZA_Espaco_e_cultura23.pdf. Acessado em 10/01/2010. p. 55

⁴⁷ PARDI, M. L. F. A importância da arquitetura pré-histórica e indígena como referência dentro de um processo integrado de resgate cultural.

⁴⁸ MOURA, P. Bacia do Alto Paraguai. Revista Brasileira de Geografia. p. 29.

⁴⁹ PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil.

enviar parte do seu quinhão em forma de impostos. Através da Carta Régia de 30 de junho de 1723, a coroa ordenou a Rodrigo César de Menezes, Governador da Capitania de São Paulo, que seguisse para Cuiabá (Cuiabá pertencia àquela capitania), a fim de fundar uma povoação no lugar mais conveniente.

Em 7 de junho de 1726, o governador partiu para o novo eldorado para organizar o aparato administrativo, organizar a cobrança de impostos e a administração pública⁵⁰. A monção do governador chegou a Cuiabá em 15 de novembro de 1727, e em primeiro de janeiro de 1727, criou a Vila do Bom Senhor Jesus. Logo em seguida, o governador elegeu os oficiais da Câmara, como procurador, juízes e almocatóis. Como símbolo da possessão portuguesa, o Governador cravou estandarte no solo mato-grossense e à praça mandou levantar pelourinho, símbolo da autoridade e do núcleo legal de uma cidade colonial.

Para Fernando Novais, a providência primeira dos Estados Colonizadores foi a de resguardar seu império colonial, onde “a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo”⁵¹. Conforme reflexões de Caio Prado Junior, vilas, arraiais e câmaras municipais⁵² ganharam importância porque representavam o prolongamento do poder do estado metropolitano e o instrumento político das classes dominantes locais, “[...] o poder das Câmaras é, pois o dos proprietários. E seu raio de ação é muito grande, muito maior que os estabelecido nas leis”⁵³.

O cronista Joseph Barbosa de Sá, advertiu sobre a excessiva cobrança de impostos, como também a miséria, as perseguições, as intrigas, as execuções e os conflitos, que marcaram a presença de Rodrigo César de Menezes em Cuiabá e o resultado desses desmandos, aliado à miséria reinante na vila, que levou ao abandono de Cuiabá em 1728:

[...] em canoas seguiram viagem para povoados uns outros para Goiás navegando até onde pudessem por não experimentar tanta miséria, trabalhos, calamidades, pragas, enredos, miscelâneas, excomunhões, maldições, que tudo por um tempo e por todos os modos experimentavam, dando por bem empregada as propriedades que deixavam fabricadas com tanta dores e fadigas⁵⁴.

⁵⁰ Sobre a monção de Rodrigo César de Menezes as minas de Cuiabá, e os percalços de uma expedição dessa magnitude, consultar: REBELO, G. L. *Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo as minas do Cuiabá o Exm^o Sr. Rodrigo César de Menezes*, governados e Capitão-general da capitania de São Paulo as suas minas... In: Taunay, A. E. *História das Bandeiras Paulistas. Relatos Monçoeiros*. p. 111-23.

⁵¹ NOVAIS, F. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: MOTA, C. G. *Brasil em Perspectiva*. p. 51.

⁵² Sobre o poder das Câmaras Municipais na administração colonial portuguesa, consultar: BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*.

⁵³ PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. p.28-9.

⁵⁴ BARBOSA DE SÁ, J. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios the os prezentes tempos*. p. 21

Em setembro de 1728, César de Menezes retornou para São Paulo, deixando a vila nas mãos do Senado da Câmara de Cuiabá. Para Barbosa de Sá, “com a partida do general melhorou tudo, cessaram as excomunhões, execuções, lágrimas, gemidos, pragas e fome. A produção de ouro e mantimentos aumentou e os enfermos melhoraram”⁵⁵. A relativa tranquilidade era ameaçada pelos índios Paiaguá, resultando em várias expedições contra esses gentios como a bandeira dos emboabas em 1730 e a dos paisanos em 1731.

A resistência dos Paiaguá foi incansavelmente descrita nos seus pormenores por vários viajantes monçoeiros, que se dirigiam de Porto Feliz a região das minas como Joseph Barbosa de Sá, Antonio Pires de Campos, João Antonio Cabral Camello, Francisco Rodrigues do Prado, Antonio Rolim de Moura, Beaurepaire Roham e outros. Desses relatos, podemos inferir o esforço do colonizador em manter a posse da região, frente ao *ethos* guerreiro paiaguá, na defesa do seu espaço territorial e cultural, onde sempre manteve postura nada resignada diante do domínio do colonizador⁵⁶. Essa não sujeição às regras da sociedade branca, que impunha a política da *guerra justa*, é destacada por Cláudio Alves Vasconcelos, como o maior entrave à efetiva ocupação e colonização do Mato Grosso uno⁵⁷.

Em 1734, os Irmãos Arthur e Fernando Paes de Barros, procurando índios para capturar, encontraram ouro no Vale do Rio Guaporé, na Bacia Amazônica. Com essa nova descoberta, a população de Cuiabá, que já era pequena em relação ao início da exploração aurífera, se dirigiu para o Guaporé, formando núcleos luso-brasileiros na região amazônica.

O avanço português rumo ao Vale Amazônico, Guaporé (atual Rondônia), colocou os espanhóis em estado de alerta, pois os lusos estavam estabelecendo redução nas duas margens do rio Guaporé. Os limites nessa região ainda não se haviam fixado. Tanto os portugueses quanto os espanhóis, no contato uns com os outros, procuravam espionar as atividades que cada país fazia. Em 1742, Manuel Feliz de Lima, fugindo de dívidas em Cuiabá, seguiu o Rio Guaporé, atingiu o Rio Madeira e assim estabeleceu a primeira ligação entre Mato Grosso e Belém. Os espanhóis, no entanto, para impedir o controle total dos portugueses do Rio Guaporé, fundaram reduções jesuíticas na parte oriental do rio, com o objetivo de impedir o avanço luso.

⁵⁵ BARBOSA DE SÁ, J. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios the os presentes tempos*. p. 21

⁵⁶ MAGALHÃES, M. L. *A História dos Payaguá*. Fronteiras: Revista de História, p. 55-76, p. 63.

⁵⁷ VASCONCELOS, C. A. de. *A Questão Indígena na Província de Mato Grosso*.

Diante dessa nova disputa territorial, os portugueses resolveram criar a Capitania de Mato Grosso a 9 de maio de 1748, desmembrando-a de Goiás e São Paulo. O primeiro Capitão General nomeado para a nova capitania, foi Antonio Rolim de Moura Tavares⁵⁸.

O Forte Nossa Senhora da Conceição⁵⁹ e a Flotilha de Canoas Artilhadas⁶⁰ foram empreendimentos de Rolim de Moura. O Capitão-General ocupou a antiga aldeia de Santa Rosa em 1753, que havia sido restituída aos portugueses pela demarcação do Tratado de Madri e nesse local, estabeleceu um pequeno posto de vigilância - Guarda de Santa Rosa. Esse posto fortificado visava o estrito cumprimento das *Instruções*⁶¹ recebidas por Rolim de Moura, a ocupação da margem direita do Rio Guaporé.

Em Carta de 11 de dezembro de 1756 a Diogo de Mendonça Corte Real, Rolim de Moura dá notícia da entrada do Padre espanhol Raimundo Laines em terras portuguesas, com objetivo de buscar nativo e colher cacau⁶². Como estratégia de ocupação, os espanhóis fundaram a partir de 1675, missões jesuítas nas províncias de Moxos e Chiquitos. O estabelecimento de missões espanholas, a oeste de Mato Grosso, sobretudo, ao longo do Rio Guaporé, foi motivo de conflitos entre as duas coroas ibéricas. A fundação da Missão de Santa Rosa, em 1743, à margem direita do Rio Guaporé, causou preocupação entre as autoridades portuguesas. Através dela os espanhóis poderiam ter acesso às minas de ouro do Vale do Guaporé.

A fim de *embaraçar a repetição desses atos*, Rolim de Moura aparelhou duas canoas de guerra, guarnecidas por soldados dragões, sertanistas e pedestres armadas com duas peçinhas de amiudar, bacamartes e farta munição. As medidas defensivas adotadas pelo Capitão General contiveram as investidas dos castelhanos.

A retirada definitiva das tropas espanholas em direção a Santa Cruz ocorreu no dia 3 de novembro de 1763, e os luso-brasileiros retiraram o grosso das tropas do Forte Nossa Senhora da Conceição de volta à Vila Bela no dia 3 de janeiro de 1764. A ocupação dos pontos lindeiros em Mato Grosso, de um extremo a outro, entre eles, a Barra do Jauru e a

⁵⁸ ESSELIN, P. M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-matogrossense (1830-1910)*. p. 116-7.

⁵⁹ Ver: BORZACOV, Y. M. P. Forte Príncipe da Beira. Governo de Rondônia/secretaria de Educação e Cultura. Calendário Cultural 1981/1985. p. 65-72; CORRÊA FILHO, V. *As raias de Mato Grosso*. p. 46-8.

⁶⁰ Sobre a Flotilha de Canoas Artilhadas consultar: MELLO, S. Á. de. O Arsenal de Marinha em Mato Grosso. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873); MOURA, C. F. *A Contribuição Naval à Formação Territorial do Extremo Oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul)*. _____. D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja.

⁶¹ INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas, número 27. Cuiabá: IHGB, 2001. p. 30-58.

⁶² Carta de Antonio Rolim de Moura, a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. In: PAIVA, A. M. M. de. et al. *Antonio Rolim de Moura. Correspondências*. p. 40-3.

fundação do Forte de Coimbra, na margem oriental do Paraguai, possibilitaram o cerco às pretensões castelhanas.

O período Albuquerqueino (1772-1789) foi de fundamental importância para a consolidação territorial da Capitânia de Mato Grosso e para a efetivação da conquista do Rio Paraguai. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi o quarto Capitão General da Capitânia de Mato Grosso, assumindo o governo a 13 de dezembro de 1772. Enquanto as *Instruções* a Rolim de Moura tinham uma projeção essencialmente amazônica, as de Luiz de Albuquerque projetavam a ocupação da margem oriental do Rio Paraguai e a construção de linha de defesa às margens dos rios. Isso se concretizou na construção do Forte Príncipe da Beira, no médio Guaporé e dos fortes de Nova Coimbra e Miranda, no Alto e Médio Paraguai⁶³.

Da vontade em deter os constantes assaltos da comunidade indígena paiaguá e obstruir a navegação aos espanhóis, emergiu a iniciativa de Luiz de Albuquerque de construir redutos militares para policiar a fronteira.

[...] era o início da fundação dos povoados albuquerqueiros com a intenção de impedir o acesso dos castelhanos às partes vulneráveis da fronteira e de consolidar a posse lusitana na Colônia. Na visão do falecido historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho, o capitão-general Luiz de Albuquerque '*forcejava por dilatar a margem direita do rio Paraguai*'⁶⁴.

A localização do forte permitiria que os castelhanos avançassem até a montante através do Rio Miranda, ou penetrando por um furo à margem esquerda do Rio Paraguai, no Nabileque, possibilitando que fosse contornado e atacado pela retaguarda.

Pesando bem tais inconvenientes, percebeu clarividente governador que, para remediá-lo, fazia-se mister a instalação de um posto fortificado nas imediações na barra do Mbotetéi, a cobrir a retaguarda de Coimbra e frustrar o intento de qualquer manobra visando a surpresa pelo lado setentrional. Além disso, a medida teria a finalidade também de desenvolver a pecuária nos excelentes campos ao norte e ao sul do Taquari, bem como na margem esquerda do Paraguai⁶⁵.

Essa medida assinalou a construção do Presídio de Miranda, e as futuras vilas e povoados por todas as terras de Mato Grosso. As fortificações militares *semeadas* por Luiz de

63 BRAZIL, M. do C. Corumbá, Cidade Fortificada. Contribuições para o ensino de história em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

64 BRAZIL, M. do C. *Rio Paraguai: o "mar interno" brasileiro*.

65 *Idem*, p. 19.

Albuquerque criaram um efeito psicológico nos espanhóis, expressando a presença lusitana, naquelas importantes, ainda que remotas paragens⁶⁶.

A Dissertação de Mestrado, *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa Portuguesa (O caso de Pernambuco-1654-1701)*, defendida por Bruno Romero Ferreira Miranda, na Universidade Federal de Pernambuco, em 2006, demonstra as razões que levaram Portugal a construir fortificações militares como estratégia de defesa do seu Império Colonial. Essa nova política de *resguardo* e os meios necessários ao seu financiamento acabaram por afetar sua política colonial, inclusive, no Brasil. As estratégias de *combate de sítio e resguardo do inimigo*, até então utilizadas, assumiram outras proporções do século 15 ao 18, utilizadas também como forças de ataque⁶⁷.

O Capitão General, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao projetar e construir fortificações militares como linhas de defesa das fronteiras de Mato Grosso, estava atento às técnicas de construções militares utilizadas em Portugal, entre elas: *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel (1680); *Verdadeiro Método para Fortificar de Mr. Vauban*; e *O Engenheiro Português*, de Manoel de Azevedo Fortes, procedimentos esses utilizados na construção de fortes e praças fortificadas.

Gilberto Freyre, ao pesquisar a formação científica de Luiz de Albuquerque, sugere que seu aprendizado foi através de preceptores, simultaneamente capelães da casa da família, até entrar no exército. Conforme demonstrado, Luiz de Albuquerque recebeu influência desse reordenamento militar português – *combate de sítio e resguardo do inimigo*. Esse conhecimento de fortificações militares, recebido na Academia Militar de Almeida, foi decisivo para o estabelecimento dos Fortes Príncipe da Beira, Coimbra e Presídio de Miranda.

Os alunos de fortificações deveriam ser instruídos de modo a estarem aptos para as funções da guerra daquele período: ataque e defesa de praças, obras de fortificação (novas, acréscimos, reparos, inspeção de estado), construção de alojamentos, entrancheamentos, aproches, fiscalização de obras nas praças e obras civis que obliterassem as atividades militares⁶⁸.

⁶⁶ Carta de Luiz de Albuquerque para a metrópole, de 4 de janeiro de 1785. In: Freyre, Documentários, p. 139.

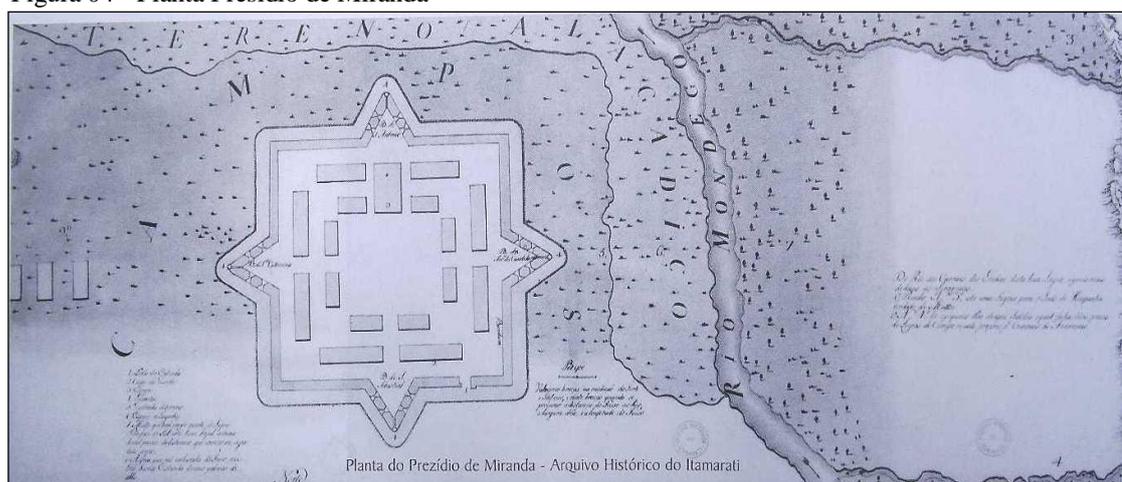
⁶⁷ D'ALINCOURT, p. 114.

⁶⁸ MIRANDA, B. R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa Portuguesa (O caso de Pernambuco-1654-1701)*. p. 119.

Coube ao sucessor de Luiz de Albuquerque, Caetano Pinto de Miranda Montenegro lançar em 16 de julho de 1796 as bases do Presídio Nossa Senhora do Carmo do Mondego, mais tarde popularmente chamado de Presídio de Miranda.

Em 1797, Francisco Rodrigues do Prado foi enviado para fundar um reduto militar a Foz do Rio Miranda, a fim de embaraçar possíveis incursões castelhanas ao Sítio de Camapuã e à fundação do Forte Borbon, que sinalizava o interesse espanhol em retomar o território Mato-grossense. O Presídio de Miranda (figura 3) portanto, tinha como um dos objetivos proteger o interior de Mato Grosso, sobretudo, Cuiabá e o Sítio de Camapuã, das incursões castelhanas. Em 26 de agosto de 1835, deu origem a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, e em 30 de maio de 1857 foi elevada à categoria de Vila, de simples paliçada construída de peroba, com casas de pau a pique cobertas de folha de acuri.

Figura 04 - Planta Presídio de Miranda



Fonte: MARQUES, R. M. da C. Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense, 2007.

O Engenheiro militar Luiz D'Alincourt, durante os trabalhos estatísticos sobre a Província de Mato Grosso, descreveu a situação da guarnição, instalações e armamentos do presídio. Para ele, os armazéns foram construídos com pouca estabilidade e próximos à trincheira, não dando mobilidade aos combatentes. Possuía à época armazéns, capela, quartel do comando, redente⁶⁹, fosso, cinco bocas de fogo. Para D'alincourt, a posição do forte era

⁶⁹ Redente, na arquitetura militar, é uma obra de fortificação com dois lados, sem flancos, formando um ângulo saliente voltado para o lado de um possível ataque.

vantajosa, pois cobria a comunicação com o interior da província e Cuiabá, e defendia as campanhas do Mondego, Taquari e São Lourenço⁷⁰.

O naturalista francês Francis Castelnau, na sua viagem exploratória pela América Meridional a 28 de Março de 1845, chegou a Miranda, onde descreveu o forte nos seus apontamentos de viagem.

O forte é constituído de um cercado feito de estacas, dito de pau a pique. As estacas são fincadas no chão pela ponta aguda, uma ao lado das outras, de maneira a formar uma paliçada de 2 a 3 metros de altura [...] Hoje não agüentaria a investida de qualquer inimigo; as estacas caíram quase todas, o fosso esta cheio de terra e o espaldão⁷¹ quase inteiramente destruído⁷².

Castelnau citou ainda a existência de alojamento para a guarnição, capela, duas peças de artilharia, grande número de fuzis, sabres e cerca de 40 homens para proteger a paliçada. Chama-nos a atenção o comentário de Castelnau acerca do presídio. Segundo ele, o mesmo *não teve nunca nenhuma utilidade*. Ora, para Luiz de Albuquerque, responsável por projetar essas fortificações militares, do Guaporé ao Baixo Paraguai, o objeto era persuasório e criava um efeito psicológico nos espanhóis, conforme já descrito.

Aos poucos, moradores foram se instalando no entorno do presídio, dedicando-se à lavoura e criação de gado⁷³. O apagamento da presença espanhola de Santiago de Xerez e a destruição das reduções jesuíticas do Itatim provocaram o abandono do gado *vacum* e cavalos que se espalharam pelos campos.

Para a historiadora Elaine Cancián, a disponibilidade de extensas terras devolutas, nas cercanias de Miranda, e a existência de manadas de gado alçado, ofereciam grandes expectativas e oportunidades de enriquecimento.

Mario Monteiro de Almeida, ao refletir sobre o povoamento do sul de Mato Grosso, assevera que as regiões do Taquari e Miranda, outrora Campos de Xerez, haviam permanecido desde 1797 sob o estado natural, sem uma atividade econômica capaz de promover o adensamento humano. Após 1829, “[...] às margens do Paranaíba, e nos vales

⁷⁰ D’ALINCOURT, L. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da provincia de Mato-Grosso* por Luiz d’Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma provincia – Cuiabá, 1828.p. 118.

⁷¹ Em [arquitetura militar](#), um espaldão é um anteparo de uma [trincheira](#) ou [fortificação](#), servindo para proteger a [artilharia](#) e a guarnição que lá se encontra. Um espaldão pode ser feito de [alvenaria](#), [terra](#), [sacos de areia](#), [betão](#) ou outros materiais. Também são utilizados espaldões nas carreiras de tiro, com intuito de evitar que balas perdidas saiam para o seu exterior.

⁷² CASTELNAU, F.. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. p. 292.

tributários do Paraguai, teve início o povoamento dessas vastas terras insuladas no recesso do Brasil”⁷⁴. Para Monteiro, no Morro do Azeite, João Leme do Prado e irmãos haviam se fixado em 1776, como resultado das explorações que deram origem a Coimbra e Albuquerque.

Assim, fica evidenciada a origem do território e do município de Miranda, na antiga província de Mato Grosso, com a ocupação das áreas à margem dos rios Miranda e Aquidauana, após a fundação do Presídio Nossa Senhora do Carmo do Mondego.

2.2.1 Frentes mineiras e cuiabanas na formação de Bonito

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, nas primeiras décadas do comércio fluvial com a região das minas de Cuiabá (1720), os paulistas promoveram a adequação do aproveitamento interno das canoas monóxilas para o transporte de mercadorias⁷⁵. Naquele momento, as vias navegáveis e a utilização de canoas eram o único meio de se chegar às Minas de Cuiabá. Vencer os incontáveis perigos das rotas monçoeiras era tarefa árdua que envolvia *distintos segmentos subalternizados*, como pilotos, remeiros e carregadores. Além dos acidentes naturais ao longo dos rios, havia o também o penoso transporte nos ombros dos remeiros-carregadores, das canoas e cargas por longos trechos, como no varadouro Camapuã.

Embora tenha sido notável a importância das vias navegáveis às minas de Mato Grosso, havia a necessidade de rotas alternativas, sobretudo a abertura de uma via terrestre que ligasse São Paulo a Cuiabá, cujo acesso até o século 18 feito exclusivamente pelos rios.

Várias correspondências dos agentes metropolitanos dão conta da necessidade urgente de um caminho terrestre de Goiás a Mato Grosso. O Senado da Câmara de Cuiabá, por diversas vezes, convocou *Autos de Junta* para discutir a abertura de um caminho até Goiás. O segundo Auto de Junta de 1736, por exemplo, discutiu as dificuldades para aquisição de cavalos e a conveniência da abertura de uma picada até Goiás. Conforme os camaristas (vereadores), era conveniente a abertura de um caminho de Goiás a Mato Grosso, facilitando a cobrança dos quintos, a entrada de fazendas secas e escravizados para abastecer Cuiabá⁷⁶.

⁷³ AYALA, S. C.; SIMON, F.. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. p. 404.

⁷⁴ ALMEIDA, M. M. Episódios Históricos da Formação Geográfica do Brasil. Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai. p. 227.

⁷⁵ HOLANDA, S. B. de. *Monções*. p. 222.

⁷⁶ MORGADO, E. M. O, *et. all.* Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). p. 83.

No sexto Auto de junta, de Primeiro de maio de 1736, os camaristas decidiram pela abertura do caminho das Minas de Cuiabá até Goiás. Os trabalhos ficaram sob a responsabilidade do Capitão Antonio de Pinho de Azevedo, devendo receber pelo serviço três oitavas de ouro, “Será obrigado a abrir o dito caminho, marcando e pondo sinais nas chapadas e onde houver mato abrirá picada capaz der passar um negro com carga. O gado que venha de Goiás virá pela parte que for mais conveniente para a brevidade [do percurso até Cuiabá]”⁷⁷.

A partir dos caminhos de Goiás, uma nova rota de penetração via Capitania de Goiás foi aberta, integrando Mato Grosso ao *Complexo da Mineração*. Para Alcir Lenharo, dois fatores contribuíram para esse evento: a interligação da capitânia com outras áreas de mineração, e o avanço das correntes migratórias flutuantes à procura de novos sítios. Houve uma reorientação migratória para as Minas de Goiás, em virtude da queda da produção das Minas Gerais e novas descobertas em Mato Grosso. Mas a extração do ouro cuiabano também teve curta duração (1720-1800).

A extração predatória determinou a falência dos principais núcleos extrativos brasileiros (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) e, no caso de Mato Grosso, particularmente, ensejou o deslocamento dos capitais utilizados na mineração para outras atividades, entre elas a pecuária. Logo, pelas suas potencialidades naturais, o sertão mato-grossense transformou-se num centro atrativo para quem buscava adquirir a posse de imensos terrenos devolutos propícios à criação bovina. É dentro desse contexto migratório que se fez a abertura dos caminhos de Goiás⁷⁸.

Para a pesquisadora Maria do Carmo Brazil, a corrente migratória originária de Minas Gerais, mais especificamente do Triângulo Mineiro, e interior de São Paulo, penetrou na Província através de Santana de Paranaíba (sertão dos Garcia)⁷⁹. O gado responsável pelo melhoramento dos rebanhos de Mato Grosso, em parte, era oriundo do *Sertão da Farinha Podre*⁸⁰, um dos arraiais Santo Antonio de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Após o esgotamento da mineração, esta região se tornou uma importante região de criação de gado. A estrada da *farinha podre* ligava São Paulo, Goiás e Cuiabá.

A abertura das fazendas de gado no sul de Mato Grosso no século XIX, segundo Armen Mamigonian, esteve ligada a três regiões: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio

⁷⁷ MORGADO, E. M. O, *et. all.* Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). p. 90.

⁷⁸ LENHARO, A. Crise e mudança na frente oeste de colonização. p. 19.

⁷⁹ BRAZIL, M. do C. Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações sobre terra escravidão (1830-1889). In: MESTRI, M.; BRAZIL, M. do C. (org.). Peões, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. p. 219-50.

⁸⁰ Sobre o Sertão e estrada da Farinha Podre, ver: LOURENÇO. L. A. B. *A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*.

Grande do Sul. Diferente da produção agrícola e artesanal, as quais não podiam exceder os limites de consumo, os rebanhos bovinos, pertencentes aos grandes fazendeiros, não precisavam ser vendidos na sua totalidade. Com o crescimento acelerado do rebanho, os criadores passaram a se interessar pela abertura do caminho do Piquiri. Este caminho interessava aos criadores do norte, por apresentarem um “[...] percurso mais curto entre Cuiabá o Rio de Janeiro e São Paulo, transpondo o alto-piquiri e rumando em direção às cabeceiras do Sucuriu e ao Paranaíba nas proximidades de sua confluência com o rio grande, sem passar por Goiás”⁸¹.

A Estrada do Piquiri começou a ser aberta em 1808 e concluída em 1836, de Cuiabá até o Rio Paranaíba. A conjugação de esforços da corrente migratória oriunda de Minas Gerais, capitaneada pelos Garcia Leal e Irmãos Lopes, estendeu a picada do Rio Paranaíba até encontrar a estrada que vinha de Cuiabá. Conforme levantamentos do Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno, a Estrada do Piquiri de Cuiabá até o rio Piquiri possuía uma extensão de 475 quilômetros, e deste até o rio Paranaíba, 676 quilômetros.

Essas estradas carroçáveis, representadas pelos caminhos de Goiás e estrada do Piquiri, contribuíram para a penetração da frente mineira, na ocupação e colonização de Santana do Paranaíba e o contato com o interior e a capital da província Cuiabá.

Entre os entrantes mineiros estava Joaquim Francisco Lopes, cujas entradas em Mato Grosso se deram a partir de 1829. Lopes, nesse mesmo ano, caçando no Triângulo Mineiro conheceu José Garcia Leal⁸², possuidor de fazendas nas imediações dos rios Grande (Paraná) e Paranaíba. Com o objetivo de abrir fazendas na região, se aliaram numa empreitada a Mato Grosso. Partiram de Franca, juntamente com camaradas e cativos, chegando, em setembro do mesmo ano, à Fazenda Monte Alto do Capitão José Garcia Leal⁸³. Essas entradas tinham como um dos objetivos o estabelecimento de posses para os moradores de Franca-SP, mediante pagamento pelos serviços prestados, compra de aviamentos e animais. Joaquim Francisco Lopes e Januário José de Souza fundaram duas fazendas, uma para Ignácio Furtado e outra para Domingues Rodrigues, “ambos moradores de Franca [SP], posses essas no rio que denominaram Pântano, afluente do Paraná”⁸⁴.

⁸¹ Revista do Departamento de Geociências da UFSC, p. 39-53. p. 45-7.

⁸² Sobre José Garcia Leal, consultar: CAMPESTRINI, H. *Santana de Paranaíba* (de 1700 a 2002).

⁸³ SÁ CARVALHO, J. R. de. Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes. O povoamento do Sul de Mato Grosso centenário em Mato Grosso dos Barbosas, dos Lopes dos Garcias (1829-1929).

⁸⁴ *Idem*.

Mario Monteiro de Almeida, na obra *Episódios da formação geográfica do Brasil*, discorreu sobre a epopeia desses entrantes na região de Santana.

José Garcia Leal, ainda naquele ano [1829], abriu as fazendas do *Coqueiro e Serra*, e terras escolhidas de Santana, tributário do Paranaíba. Às margens deste, também estabeleceu situação em trato propício a cereais. Contígua à última gleba, Justino José de Souza, cunhado de José Garcia, fundou a fazenda *Cuspius*. Instalou depois a fazenda *Barreiro*, em águas do rio homônimo. Ainda em 1829, nas cabeceiras do Pântano, afluentes do Paraná, foram fundadas mais duas fazendas, uma para Inácio Furtado e outra para Domingos Rodrigues. Estranhos à família Garcia Leal eram os primeiros povoadores dos sertões locais. No ano seguinte, José Coelho de Souza, sogro de José Garcia, fixou-se na fazenda Arerê, onde iria falecer⁸⁵.

Após essas entradas, outros ocupantes chegaram à região.

Em 1831, intensificou-se o povoamento. No dia 10 de julho desse ano, chegava ao porto do rio Paranaíba, aberto por José Garcia Leal, nos fundos de sua gleba já firmada de roças, a primeira e numerosa turma de povoadores, convocados pelo dinâmico mineiro. Esses povoadores espalharam-se pelas terras de Santa Ana, do Paranaíba, do córrego Barreiro, do Quitéria e no vale do Sucuriú. Alguns deles se agruparam nas imediações da límpida corrente, sob as inspirações de José Garcia, sementeando a futura povoação e vila de Santa Ana⁸⁶.

De acordo com as memórias de Joaquim Francisco Lopes, em 1836 o mesmo organizou juntamente com Alexandre Barbosa, Ignácio Barbosa e Antonio Barbosa uma nova entrada até Santana, a fim de plantar roças e firmar novas posses. No final desse ano, realizou nova empresa, após construir canoas desceu o Rio Paraná até o Rio Quitéria, juntamente com seu pai, irmãos, camaradas e cativos. Nessa empreitada, usando a malha fluvial como estradas móveis, navegaram até o rio Miranda, para conhecer o comandante do forte. Assim descreveu o forte:

[...] tinha 4 frentes, 2 de casas arruadas com cercas de taquarussú e as outras só a frente e o forte no meio cercado de madeira em pé apontado de 4 quinas com aterrado para dentro, com sentinela viva noite e dia. Os índios Guaicuru e Guaina

⁸⁵ ALMEIDA, M. M de. *Episódios da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. p. 237.

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*.

eram aldeados em volta, com suas lavouras e engenhos. Era comandante do forte o capitão João José Gomes [...] ⁸⁷.

Como sertanista, foi contratado pelo Barão de Antonina para abrir uma estrada, ligando sua propriedade no Porto de Antonina até Cuiabá. O relato de Lopes, narrando estas entradas, se tornou um dos documentos mais importantes sobre a ocupação e povoamento de Santana do Paranaíba até Miranda. Trata-se de um material contendo o itinerário das viagens empreendidas entre os anos de 1844 e 1847 por Lopes a mando do Barão de Antonina, com objetivo de descobrir uma via de comunicação entre o Porto de Antonina no Paraná, e Baixo Paraguai. O documento foi assinado pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes e o mapista inglês João Henrique Elliot⁸⁸.

Esse caminho de terra, de Miranda até Santana do Paranaíba, aberto com o concurso dos Lopes, Garcia Leal e o Barão de Antonina, passou a ser o caminho mais importante para se chegar até Franca-SP. Margeava o rio Paraná, atravessando o rio Paranaíba, passando por Minas Gerais, daí até São Paulo e Rio de Janeiro⁸⁹. Para Monteiro de Almeida, o Barão de Antonina, a exemplo da aristocracia rural possuidora de cabedais necessários à ocupação e posse de imensas áreas, convocou o sertanista Joaquim Francisco Lopes e o piloto e mapista inglês João Henrique Elliot, para ocupar terras, descobrir glebas e fundar desconumais fazendas⁹⁰. O *tênue limite entre o público e o privado* possibilitou que o Barão de Antonina, com o concurso de Joaquim Francisco Lopes, amealhasse grandes áreas. Segundo Virgílio Corrêa Filho, as terras amealhadas compreendiam “entre o Paraná, Amambai, Ivinhema, Dourados, Serra de Maracaju, estendendo-se pelo Apa e outros afluentes do Paraguai”⁹¹. Eram vastíssimas áreas, onde o Barão nunca exerceu domínio sobre elas, abandonando-as pela incapacidade de provar serem de sua propriedade.

Para o historiador Nelson Werneck Sodré, as famílias *pioneiras* que migraram para o oeste brasileiro, entre elas os entrantes mineiros que abriram picadas até Miranda e lá fundaram posses, possuíam glebas imensas. Estes homens, porém, possuíam poucas posses,

⁸⁷ SÁ CARVALHO, J. R. de. Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes. O povoamento do Sul de Mato Grosso centenário em Mato Grosso dos Barbosas, dos Lopes dos Garcias (1829-1929).

⁸⁸ ITINERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto de Vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feita nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. p. 153-77.

⁸⁹ CASTELNAU, F.. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. 1949.

⁹⁰ ALMEIDA, M. M de. *Episódios da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. p. 264.

⁹¹ CORREA FILHO, V. *Questão de Terras*. p. 23.

não passando dos aviamentos necessários à instalação de suas fazendas e se organizavam segundo a tradição portuguesa de família patriarcal.

Para Mario Monteiro de Almeida, essas posses eram feitas a olho e estacas.

Os devassadores penetravam nos sertões bravios. Descortinavam trechos territoriais desde logo delimitados por acidentes visíveis: a foz ou a corrente de um córrego, de um ribeiro ou de um rio; uma protuberância de terra; a vizinhança de uma serra; a existência de uma árvore de maior porte; a particularidade de determinada qualidade de vegetação local. E a olho a posse ficava demarcada pela ocorrência de tais acidentes. Habitualmente, os devassadores assinalavam também a existência de posse e procediam à sua demarcação mediante a fixação, no solo, estacas, obtidas no próprio local da gleba⁹².

A demarcação sem muitos critérios levou a um fluxo migratório proveniente de Minas Gerais e São Paulo, com escala no “Sertão dos Garcia”, a se espalharem pelos tributários do rio Miranda e Aquidauana, como Taquarussú, Ariranha, Feio, Desbarrancado, Canindé e Nioaque. Entre esses entrantes, alistaram-se Jacinto José Ferreira, João José Pereira, Francelino Rodrigues Soares, Hipólito Jose Machado, Joaquim Felizardo Corrêa, Manoel Francisco Machado e outros que permaneceram anônimos⁹³. Esse fluxo migratório mineiro se encontrou com os povoadores oriundos de Cuiabá, após os eventos da Revolução Cuiabana – *Rusga*.

Foi no Vale do Miranda e dos tributários de sua margem direita, a sudeste do presídio, que se verificou por volta de 1844, o encontro das duas correntes de povoadores, a procedente de Cuiabá, que antecederá, e a subsequente, originária de Minas e das terras paulistas limítrofes das mineiras, em especial de Franca, vila próxima dos sertões da *Farinha Podre*⁹⁴.

No período regencial (1831-1840), o processo da emancipação política do Brasil, as questões econômicas, a crise do escravismo, e a centralização administrativa resultaram na falta de recursos e na insatisfação entre as províncias. Dessa conjunção de fatores, surgiram revoltas populares em várias províncias contra a ação do governo imperial. Para Maria do

⁹² ALMEIDA, M. M de. *Episódios da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. p. 238.

⁹³ *Idem*, p. 230.

Carmo Brazil, a rusga contribuiu para acelerar o processo de ocupação do sul do Antigo Mato Grosso.

Em Mato Grosso, a rebelião decorrente da crise ficou conhecida como Rusga. Deflagrada na noite de 30 de maio de 1834, a Rusga durou alguns meses e marcou o triunfo do movimento liberal e federativo nativo local e a completa desarticulação das forças tradicionais, representadas pelos comerciantes lusos portugueses. [o episódio] da Rusga trouxe significativos desdobramentos para a Província. Expressivo número de revoltosos rumou para o sul de Mato Grosso, foragidos da justiça por crimes praticados contra portugueses em várias cidades da Província e arredores de Cuiabá. Alguns se internaram pela região ao longo do rio Paraguai, povoando as margens dos rios Taboco e Nioaque, avançando para os vales dos rios Miranda, Aquidauana e Negro, chegando até as proximidades do rio Apa (fronteira com o Paraguai)⁹⁵.

Segundo Paulo Marcos Esselin, nas proximidades do forte de Miranda, em 1836, já havia se estabelecido Salvador Luiz dos Santos, um dos insurretos da Rusga que, além da criação do gado bovino, equino e outros menores, mantinha lavouras e fundou uma salina rudimentar onde apurava o sal para vendê-lo na região circunvizinha⁹⁶.

Alguns dos entrantes mineiros se deslocaram de Santana do Paranaíba para Miranda, Bonito e seus arredores, entre eles: Antonio de Arruda Fialho, Joaquim Alves Fialho, João da Costa Lima. O Major João José Gomes em 1834 já havia fundado a *Fazenda Forquilha*, e em 1843 fundou outra fazenda, com o nome de *Fazenda Rodrigo*. No vale setentrional (norte) do rio Miranda, em 1846, Benedito Pedro Duarte, fundou a Fazenda Curral da Taquara, e José Alves de Arruda, em 1847, a *Fazenda São José do Jatobá*⁹⁷. A ocupação das terras localizadas no futuro território de Bonito foi mais lenta em relação ao adensamento humano no Vale do rio Miranda principalmente após a confluência das frentes mineira e cuiabana de ocupação.

Os migrantes da frente cuiabana, que ocuparam o sul de Mato Grosso, reproduziram nesse microcosmo os mesmos processos políticos a que estavam afeiçoados no norte da província, “[...] trataram logo de tomar posse de grandes áreas, herança da consciência do Brasil colonial, onde quem dispunha de terra era considerado rico, poderoso, respeitado e

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ BRAZIL, M. do C. Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, M.; BRAZIL, M. do C. Peões, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. p. 219-250. p. 233.

⁹⁶ ESSELIN, P. M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-matogrossense (1830-1910)*. p. 165.

⁹⁷ ALMEIDA, M. M. de. *Episódios da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. 1951, p. 229.

gozava do prestígio social”⁹⁸. Ao tomar posse de uma gleba, uma das primeiras medidas adotadas por esses entrantes foi reunir o gado alçado espalhado por todo o Pantanal Sul – era a “bagualeação”. Em noites de lua cheia, recolhiam o gado disperso pelos pantanais e sertões brutos: “Saíam sobre o lombo de cavalos para recolher os animais descendentes dos rebanhos introduzidos, séculos antes, por jesuítas e colonos espanhóis, como também aqueles que os índios Guaicuru, devido aos seus rápidos deslocamentos, abandonaram Pantanal afora”⁹⁹.

Permanecendo nessas áreas ocupadas do Vale do Rio Miranda, a partir das entradas de Joaquim Francisco Lopes, a atividade pastoril exerceu papel de relevo na sua expansão, condensação humana e formação de latifúndios, exercida pelas frentes de ocupação (mineira e cuiabana). O marco administrativo dessa ocupação foi alcançado em 30 de maio de 1857, quando foi criada a Vila de Miranda. Entretanto, um dos momentos mais dramáticos da história mato-grossense afetou a expansão da atividade pastoril e cultivo de roças de subsistência na recém criada vila – a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A antiga fortaleza de Miranda, fundada ainda no período colonial, foi fustigada pelas tropas de Lopez durante a ocupação paraguaia, obrigando seus moradores a se refugiarem na embocadura do Rio Salobra, um dos afluentes do Rio Miranda, e nas recônditas brenhas, os mesmos se viram isolados de tudo. Miranda, assim como o restante da província, não resistiu à *marcha triunfante da cavalaria lopezina*¹⁰⁰, famílias inteiras vagaram de mata em mata, velhos, mulheres e crianças¹⁰¹.

As tropas brasileiras que compunham a Força Expedicionária de Mato Grosso tinham por missão alcançar a Vila de Miranda de acordo com decisão do alto comando. Para Taunay, em suas *Memórias*, essa decisão não agradava aos expedicionários, pois a Vila de Miranda, arrasada pelos paraguaios, não oferecia segurança e nem possibilidade de sucesso diante de um ataque paraguaio, já que não possuíam cavalaria para enfrentá-los devido à *peste das cadeiras*, doença que assolou o rebanho cavalari, impedindo ações bélicas com a utilização de cavalos¹⁰².

De acordo com Taunay, praticamente todos os moradores da Vila de Miranda, entre brancos, indígenas e trabalhadores escravizados, se refugiaram nos morros a salvo dos paraguaios. Nas brenhas das matas, aguardavam a saída das forças de Lopez, “nos múltiplos

⁹⁸ ESSELIN, . M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. p. 172

⁹⁹ ESSELIN, . M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. p. 172.

¹⁰⁰ CORREA FILHO, Virgílio. Augusto Leverger - O Bretão Cuiabanizado. Fundação Cultural de Mato Grosso. p. 55.

¹⁰¹ TAUNAY, A. D'Escragnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. p. 185.

pontos da Serra de Maracajú, em que havia moradores, mais ou menos aglomerados, e que tomaram nome de acampamentos, construíram-se ranchos vastos e cômodos, e pouco a pouco se regularizou o modo de viver”¹⁰³. A espera dos moradores do Vale do Rio Miranda, para poderem voltar às suas fazendas e sítios, demoraria um pouco e as tropas brasileiras se retiraram de Miranda no início de 1867, seguindo para Nioaque e depois Concepción, no Paraguai. A entrada das tropas brasileiras no Paraguai e em seu retorno foi celebrizada na obra de Taunay, *A Retirada da Laguna*¹⁰⁴.

¹⁰² *Idem*, p. 139.

¹⁰³ TAUNAY, A. D’Escragnolle. *Memórias do Visconde de Taunay* p. 192.

¹⁰⁴ TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. *A Retirada da Laguna*. —. *Memórias do Visconde de Taunay*.

CAPITULO III – CONTANDO A HISTÓRIA DO LUGAR

3.1. As terras de Luis da Costa Leite Falcão

Luiz da Costa Leite Falcão nasceu em 1844 em Paris, onde morou até completar 12 anos. Em 1856, Falcão deslocou-se de Paris para São Paulo, na qual residiu até os 25 anos e mudou-se para a cidade de Miranda, maior núcleo de população existente no baixo-paraguai. À época, essa vila ainda era denominada Mondego. Corria o ano de 1869 quando chegou à região de Miranda e, em contato com sesmeiros¹ da região, logo adquiriu a posse de terras na região de Bonito.

Em Miranda, Luiz da Costa Leite Falcão exerceu cargos públicos como vereador e fez parte do Clube Social, associação cujo objetivo era de fazer compras, transferências e cartas de alforrias aos escravizados locais; que só em Miranda eram 132 registrados. Fez também parte da Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil. Suas representações através de fotografias são sempre muito emblemáticas e demonstram o esforço para representar o homem forte que a história eternizou como líder militar, que adquiriu as terras, constituindo a gênese e invenção do município de Bonito que, desde as primeiras narrativas sobre a história da fundação, prevalece no discurso de natureza positivista, balizado pela ordem política vigente da região.

Durante a realização do Projeto *Na Luz de Bonito*, conseguimos algumas informações através do Sr. Elinor Nolasco, neto de Luiz da Costa Leite Falcão. Segundo este informante, ele casou-se com Maria Xavier Ribeiro e teve uma prole numerosa: Luiz da Costa Leite Falcão Filho, Arthur da Costa Leite Falcão (pai do Sr. Amartino Leite); Argemiro da Costa Leite Falcão (Pai de Antônia Leite Gaúna); Armando da Costa Leite Falcão (Pai de Eva Ribeiro Leite); José da Costa Leite Falcão (pai de Gordolina Leite Jara, mãe de Antônio Jará). As filhas mulheres foram: Honorina Falcão Farias (mãe de Nito Farias); Arlinda Falcão Serra (mãe de Antônio Leite Serra, um dos fundadores do Cartório registro Civil, denominado Cartório Serra de Campo Grande); Amália Falcão Nogueira (mãe de Cassilda Nogueira da Cruz, Avó de Edmirson Ribeiro); Maria Jorgina Falcão de Castro.

A época da chegada de Luiz Falcão na região vigorava a lei 601 de 1850, regulamentada em 1854, que garantia direitos aos primeiros ocupantes ou sucessores que detivessem escritura particular. Assim, rezava esse o referido Regulamento:

¹ Sesmeiro era quem tinha direito a uma Sesmaria, que era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Ao mesmo tempo, servia a povoar o território e a recompensar nobres, navegadores ou militares por serviços prestados à coroa portuguesa.

Estão sujeitas à revalidação as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial que, estando ainda no domínio dos primeiros sesmeiros, ou concessionário, se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro, ou concessionário ou de quem o represente, e que não tiverem sido medidas e demarcadas².

Infelizmente, não tivemos acesso a documentos capazes de fornecer dados precisos sobre o primeiro ocupante ou sobre a forma como se deu a referida aquisição, como o inventário *post-mortem* ou testamento. Tudo o que se sabe a respeito está baseado na tradição oral, e refere-se a um posseiro oriundo de Minas Gerais, o qual teria vendido suas posses a Luiz da Costa Leite Falcão.

Alguns detalhes fornecidos por Firmino de Barros, jornalista de Bonito, conhecido como Cabeça de Leitoa, numa publicação intitulada *Meandros da Vida*, onde relata que em 1869 Falcão conhece o posseiro conhecido simplesmente por Euzébio, herdeiro das terras denominadas Rincão Bonito. De acordo com moradores mais antigos de Bonito, os primeiros posseiros dessa área foram mortos por nativos que ocupavam a costa da serra da Bodoquena. Euzébio teria sobrevivido à tragédia ao fugir e se refugiar em Miranda, onde conheceu Falcão e logo tornou-se seu amigo e acabou vendendo o direito de suas posses. Conforme esclarece Helen Ortiz, o passeiro não se referia apenas ao segmento subalternizado que se dedicava à produção de subsistência, mas se estendia “aquele que ocupava a terra sem precisar de doação ou concessão prévia e que não possuía um título legal referente à sua posse”³.

Conforme os relatos orais do Sr. Elinor Nolasco Falcão⁴, Euzébio lhe vendeu 56 léguas de campo, e assim vindo a residir na região, na época um distrito pertencente a Miranda, onde se estabeleceu e formou a Fazenda Rincão Bonito, que deu origem à cidade de Bonito.

A despeito da carência de material empírico sobre as origens de Bonito, encontramos um material que mereceu nossa redobrada atenção. Referimo-nos a um mapa sobre o quarto Distrito de Miranda, onde se localizavam as posses denominadas São Luis, Figueira e Bonito pertencentes ao Capitão Luiz da Costa Leite Falcão.

² Regulamento de 1854.

³ ORTIZ, Helen Scorsatto. O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889). *Op. cit.*, p. 9-25.

⁴FALCÃO, Elinor Nolasco. Relato oral prestado 16/07/2010 na cidade de Bonito.

3.1.1. O mapa das posses que deram origem a Bonito

Segundo a responsável pelo acervo da biblioteca, o mapa foi encontrado a poucos meses por ela, embaixo de uma escada, no interior da biblioteca.

Figura 05 - Mapa das posses que deram origem ao Município de Bonito.



Fonte: Acervo da Biblioteca municipal Simplicio de Assis, de Bonito.

O mapa das posses de Luis da Costa Leite Falcão foi confeccionado em 1869, quando o mesmo solicitou a um agrimensor que fizesse a medição de toda a área da *Fazenda Rincão Bonito*, e foi mais tarde doado para o município na década de 1959. Atualmente encontra-se

na biblioteca municipal Simplício de Assis, além de uma reprodução no *Museu de História Natural e Casa de Memória Kadiwéu*, espaço cultural local, de propriedade de José Wanderlei Engel. O referido museu foi criado, mas ainda não está estruturado e nem tão pouco aberto à visitação, contando com acervo de origens diversas, inclusive com reprodução de alguns documentos da família Falcão.

Para analisar o mapa, contamos com a colaboração de Luis Trelha Falcão, bisneto do capitão Falcão, o qual nos forneceu informações, baseado naquilo que lhe foi transmitido através da história oral e da memória coletiva dos seus familiares. Ao se referir ao mapa encontrado, ele nos informou que as terras foram adquiridas do senhor Euzébio por Luis da Costa Falcão, que mais tarde, após casamento de sua filha, passou a pertencer a seu genro, Manoel Inácio de Farias.

Procuramos saber em que período ele poderia ter sido elaborado, porém Luis Falcão não soube indicar, mas esclareceu que as terras demarcadas ali eram da fazenda original, adquirida em época bem remota, provavelmente no período logo após a Guerra do Paraguai. A prática refletia o processo de reordenação política local, pois era comum o imperador conferir privilégios, doar terras e títulos de coronel ou capitão àqueles que comandavam alguma milícia local ou àqueles que participaram do episódio da guerra.

O referido mapa esta atualmente em uma moldura de vidro bem resistente e fixa medindo 40 x 50 centímetros, e seu material parece ser de uma espécie de tecido, que se encontra em avançado estado de decomposição, com manchas amareladas e alguns grânulos de cor preta, bem finos. A ilustração em manuscrito foi feita nas cores preta e azul.

No mapa pode-se visualizar linhas de orientação na posição vertical, acompanhadas de letras do alfabeto, indo do A ao Z, ao longo das três posses, e além disto, viu-se quatro marcos feitos com sinais em forma de um pequeno quadrado de cor preta e com a indicação de “quadrantes” sinalizados com do alfabeto. Estas áreas estavam destacadas, de modo a visualizá-las em separado, através de linhas pontilhadas. No sentido centro e sul, estava a *Posse São Luis*, com 8.475 hectares; no sentido sul, a *Posse Bonito*, com a maior área, de 8.492,3750 hectares; e na área do extremo Oeste estava a *Posse Figueira*, com 7.858,1875 hectares.

A *Posse Bonito* correspondia ao que hoje se considera a área urbana e mais central do município, e foi a partir dela, onde encontrava-se a casa ou sede da fazenda, que se estabeleceu a ocupação territorial mais recente de Bonito e a ordenação deste espaço, inicialmente caracterizado pelas terras pouco habitadas, em área rural, típicas de fazendas de pecuária naquela região na época. Hoje esta área pertence a Dilene Pereira Barbosa.

As margens externas das três posses eram cortadas por alguns córregos e rios e provavelmente estes rios serviram de marco delimitador destas áreas. Segundo o mapa, na Posse Figueira existia o *Ribeirão Divisa ou das Anhumas*, observado deste o marco II no sentido oeste desta posse e correndo até as terras da *Posse Bonito*. Ali naquela posse avistava-se também o Rio Formoso e o Córrego Barreiro. Nesta porção das terras, também avistamos o Retiro Anhumas e a estrada da Pitangueiras, sendo esta, provavelmente uma via de acesso a fazenda de mesmo nome.

Já na *Posse São Luis*, visualizamos, através do mapa, o Retiro da posse e o Capão do Retiro, ambos bem ao centro, além do Morrinho das Águas e a Estrada do Capeiro. O córrego da Ponte passa junto ao retiro desta posse. Ao Norte, tem-se o rio Mimoso, que percorre também esta área.

Na *Posse Bonito* ficava localizada a Casa da Fazenda, o Largo do José Pereira, o Capitão João Maria, identificados com um ponto escuro, além do Poso Ariticum, o Largo do Caetaninho, a Morraria Bocayuva e a Estrada do Capoeiro. Ali viu-se o Córrego do Bonito e o Corrego do Barreirinho, todos afluentes do Rio Formoso, que corria nas proximidades. Esta área parecia ser a melhor abastecida de córregos e rios, provável indicação de uma grande atividade produtiva no local, que dependia de recursos hídricos para se desenvolver, e a utilização de equipamentos como o monjolo que socava o pilão a partir da força da água, moendo a cana e triturando o milho.

Quadro 3 – Posses pertencentes a Luis da Costa Leite Falcão

Terras pertencentes a Luis da Costa Leite Falcão		
Localidade de medida	Posses	Área
Quarto Distrito de Medição de Miranda	São Luis	8.475,0000 ha
	Bonito	8.492,3750 ha
	Figueira	7.858,1875 ha
Total		24.568,0625 ha

Fonte: Mapa de posses denominadas São Luís, Figueira e Bonito pertencentes ao Capitão Luis da Costa Leite Falcão na década 1890, obviamente posterior ao Regulamento n. 38, de 15 de fevereiro de 1893. Biblioteca Municipal de Bonito.

As terras que vieram a pertencer a Luiz da Costa Falcão foram adquiridas a partir da obtenção de posses dos primeiros ocupantes, cuja regulamentação se deu na segunda metade do século 19, pelos preceitos do Regulamento instituído em 30 de janeiro de 1854. Por esse decreto, o governo imperial mandava executar a Lei de Terras através de seus nove capítulos e 108 artigos, contemplando questões de a medição, a revalidação e a legitimação de

domínios públicos e particulares, a venda e a conservação das terras devolutas e determinação de procedimentos de registro das terras possuídas. O órgão responsável pela execução era a *Repartição Geral das Terras Públicas*, órgão subordinado ao Ministério e Secretário de Estado dos Negócios do Império, sendo chefiada por um Diretor Geral das Terras Públicas.⁵

Para as Províncias, o governo imperial nomeava um Inspetor Geral das medições e cada um desses distritos era auxiliado por outros funcionários como escreventes e agrimensores. Responsável pela exatidão das medições em sua jurisdição, o Inspetor Geral deveria produzir mapas de cada um dos terrenos anteriormente medidos pelos agrimensores. Cópias desses mapas seguiriam para a Repartição Geral das Terras Públicas e para o delegado da província respectiva. Ao final, era tarefa do Inspetor montar um mapa geral de seu distrito e com isso, um grande poder sobre a medição das terras devolutas estava depositado em suas mãos.

Esse aspecto é flagrante no mapa das posses pertencentes a Luiz da Costa Leite Falcão, onde se evidenciam alguns dados gerais: no alto, na margem superior, aparece o título do documento *Mappa das posses denominadas São Luis, Figueira e Bonito. Pertencente ao cidadão Luis da Costa Leite Falcão*, e logo mais a baixo, em destaque, vê-se a inscrição *Quarto districto de Medição de Miranda*. Na margem inferior, do lado extremo à direita, há a assinatura do agrimensor Arthur Cavalcanti Livramento, sem nenhuma referência a datas nesta face do mapa. Entretanto, deduzimos que se trata de um material produzido posteriormente ao governo imperial traduzido no Regulamento nº 38, de 15 de fevereiro de 1893.

O mapa de posses do Capitão Falcão (figura 3) evidencia, portanto, o cuidado empenhado em legalizar seus títulos de terras junto ao governo da Província, à época Manuel José Murtinho, e em providenciar a medição e a demarcação das posses referente ao 4º Distrito de Miranda.

Segundo Helen Ortiz, os processos de revalidação e legitimação das terras eram também controlados pelos juízes comissários, cargo criado com o regulamento de 1854. Explica ainda a historiadora, que os presidentes das províncias nomeavam esses funcionários, os quais, posteriormente, deviam encaminhar-lhes os requerimentos dos sesmeiros e posseiros de sua região, dentro do prazo estabelecido⁶. Assim, aos juízes comissários, cabiam proceder à medição e demarcação das sesmarias e outras concessões, e também liberar documento de

⁵ ORTIZ, Helen Scorsatto. O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889). p. 9-25

⁶ *Idem, Ibidem.*

legitimação das posses. Ou seja, aos próprios juízes era delegada a autonomia de formar sua equipe, nomeando escrivães e agrimensores.

No caso de Luiz da Costa Leite Falcão, observamos que o processo de medição e legitimação de suas terras contou com um pormenor importante: ele próprio teria sido escrivão e tabelião, portanto, uma das figuras-chave no processo. Como parte da equipe do juiz comissário da região, ele podia acompanhar as medições e os juízes, por sua vez, tinham a competência de marcar o dia para efetuar a medida das terras, torná-las públicas por editais, verificar a cultura efetiva e a morada habitual nas terras em questão.

A época, era condição essencial que as terras estivessem cultivadas ou com princípio de cultura, comprada à morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o representasse, “não sendo considerado como tais”, conforme observou Virgílio Correa filho, “os simples roçados, derrubadas ou queimadas de mattas ou campos, levantamento de ranchos e outros actos de semelhante natureza”⁷.

Embora com amplos poderes, as decisões dos juízes comissários estavam sujeitas a recursos dirigidos junto ao presidente da província, cabendo a este o poder para nomear funcionários, prorrogar prazos, aprovar ou não as medições feitas e assinar ou não a finalização dos processos concedendo títulos de propriedade⁸.

3.2. Nova onda migratória alcança a região

Cabe esclarecer, que parte das informações utilizadas para compor a história da ocupação dessa parte do sul de Mato Grosso uno, baseou-se em relatos de moradores locais, na tradição oral e nos escritos de Pedro Ângelo Rosa, conhecido por sua obra de cunho memorialístico, intitulada *Resenha Histórica de Mato Grosso*, publicado no *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, IHGMS. A partir da utilização de um referencial crítico de análise, procuramos ponderar suas colocações apaixonadas e comprometidas em perpetuar a memória da elite dominante sul mato-grossense.

⁷ DECRETO Nº 1.318 - DE 30 DE JANEIRO DE 1854. Manda executar a Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850 através do Regulamento para execução da Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850.(Art.6 da lei). Disponível em domínio público no site <http://arisp.files.wordpress.com/2009/07/decreto-nc2ba-1854.pdf>.

⁸ORTIZ, Helen Scorsatto. O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889). p. 9-25.

Não é por acaso que seu livro *Resenha Histórica de Mato Grosso*, escrito na década de 1960, foi reeditado e disponibilizado ao público através da biblioteca eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, instituição criada no ano de 1978, logo depois da divisão do estado de Mato Grosso em 1977, momento em que as elites iniciaram a construção de uma história focada para a história política, portanto para o segmento que veio ocupar o papel de mando na sociedade sul mato-grossense. As palavras de Hildebrando Campestrini, presidente da instituição, para apresentação da obra, são emblemáticas:

[...] surge este trabalho, sem dúvida indispensável para se conhecer melhor determinados acontecimentos, principalmente em Ponta Porã e, por extensão, na fronteira. Escrito em linguagem simples, direta, quase depoimento, o livro traz o testemunho de quem assistiu a muitas daquelas ocorrências ou delas participou ou, ainda, teve a oportunidade de colher as informações junto aos que foram atores, justamente de um trato muito importante da história da fronteira, que vai do povoamento até o Território de Ponta Porã⁹.

Historicamente, os institutos históricos foram criados para assegurar a construção da identidade brasileira, e estiveram, ao longo dos anos, atrelados aos jogos de poder político, dando-lhes, principalmente, legitimidade. No caso do IHGMS, não foi diferente, pois ele foi gestado no contexto da divisão do estado de Mato Grosso, com os mesmos propósitos dos demais: construir uma história vista de cima, conforme destacou a historiadora Ana Paula Squinelo:

Ressalte-se que à época [1978] todos os membros do IHGMS faziam parte da elite que dominava o cenário político e econômico estadual, e que ao mesmo tempo não havia nenhuma cadeira ocupada por um historiador de ofício. As obras que foram produzidas naquele momento histórico, privilegiaram alguns fatos históricos comuns ao antigo Mato Grosso, um dos mais significativos foi, portanto a Guerra do Paraguai, e mais especificamente no interior do conflito platino o episódio denominado A retirada da Laguna¹⁰

A obra *Resenha Histórica de Mato Grosso*, de Pedro Ângelo da Rosa, adequava-se aos interesses do IHGMS, senão vejamos:

⁹ ROSA, P. A. da. *Resenha histórica de Mato Grosso (divisa com Paraguai)*. p. 3.

Para a confecção deste modesto trabalho, ampliei algo do meu opúsculo anteriormente publicado, intitulado *Anais Ponta-Porenses*, para cujo fim, aproveitei muito das informações que ouvi, desde menino, de meu avô, capitão João Antônio da Trindade, veterano da guerra de 1870, e um dos heróis da Retirada da Laguna, vindo do Rio de Janeiro para Mato Grosso, ainda nos tempos do Império. No decorrer de vários anos, procurei pessoas idôneas, velhos moradores no Estado, e que tomaram parte, muitas delas, nos acontecimentos aqui relatados, as quais me prestaram seus valiosos depoimentos. Consultei também algumas obras que versam sobre a história de Mato Grosso, e particularmente desta região fronteiriça. A partir de 1921, época em que me alistei nas fileiras do Partido Republicano Conservador, já caído em Mato Grosso, passei a tomar parte nos acontecimentos políticos do Estado, hipotecando minhas simpatias a vários movimentos que agitaram o país e tiveram repercussão em nosso ambiente.¹¹

Embora a obra de Pedro Ângelo da Rosa se caracterize pela reprodução do tradicional culto aos segmentos dominantes do passado, ainda tão comum na região, ela não deixa de ser significativa para nossas análises, desde que recorramos sempre aos métodos narrativos pautados, sobretudo, na objetividade.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) revelou aos gaúchos as potencialidades econômicas do sul de Mato Grosso, como espaço semelhante às paisagens da região sul do Brasil, sendo que muitos daqueles que retornaram à sua província natal do Rio Grande do Sul, após a guerra, levaram a notícia da existência de imensos campos devolutos, propícios à atividade criatória, e grande quantidade de matas virgens, onde se encontrava a erva-mate nativa.

A estes fatos somou-se o advento da República (1889) gerou insatisfações em inúmeros pontos do país, envolvendo, principalmente, federalistas e republicanos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, foi palco de renhidos combates, traduzidos na revolução federalista, ocorrida entre os anos de 1892 e 1895.

Em Mato Grosso não foi diferente, conforme relata Pedro Ângelo Rosa: “em 1892, houve a revolução que depôs o presidente Manuel José Murinho. A contra-revolução, no norte, foi comandada por Generoso Ponce (que afastou do poder os revolucionários) e, no sul (a partir de Nioaque), por Jango Mascarenhas”¹².

¹⁰ SQUINELO, A. P. A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003).

¹¹ ROSA, P. Â.. *Resenha Histórica de Mato Grosso*. Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2004, p.29-33. (Disponível em domínio público pelo site <http://www.ihgms.com.br/upload/livros/Resenha%20Historica%20de%20Mato%20Grosso%201-40.pdf>. p. 5.

¹² ROSA, P. Â.. *Resenha Histórica de Mato Grosso*. Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2004.

A vitória dos republicanos resultou numa onda migratória iniciada no sul brasileiro, motivada por questões políticas e econômicas, alcançou o Mato Grosso, principalmente, em sua parte sulina:

Em quase todos os municípios do Rio Grande do Sul e principalmente em São Luís Gonzaga e São Borja, organizavam-se as comitivas, compostas de cinquenta, cem e mais pessoas, onde vinham famílias inteiras, conduzidas por carretas puxadas a bois, e às quais se agregavam cavaleiros e até gente que, desprovida de outros recursos, viajava a pé. Aqueles que possuíam casa, terras e outros bens vendiam-nos, invertendo tudo na compra de animais cavалares e formando tropas de mulas, que conduziam através de longa e penosa jornada, atravessando territórios da República Argentina e Paraguai, para entrar em Mato Grosso¹³.

Segundo a narrativa de Pedro Angêlo Rosa, os migrantes seguiam o seguinte itinerário: atravessavam o rio Uruguai; entravam na Argentina, pela província de Corrientes; seguiam pelo território de Misiones, e alcançavam a capital Posadas. Desse ponto, transpunham o rio Paraná e entravam no Paraguai, em Vila Encarnação. Partindo daí, alguns subiam o rio Paraná e desembarcavam no porto Adela, para entrar em Mato Grosso. Ou então ainda:

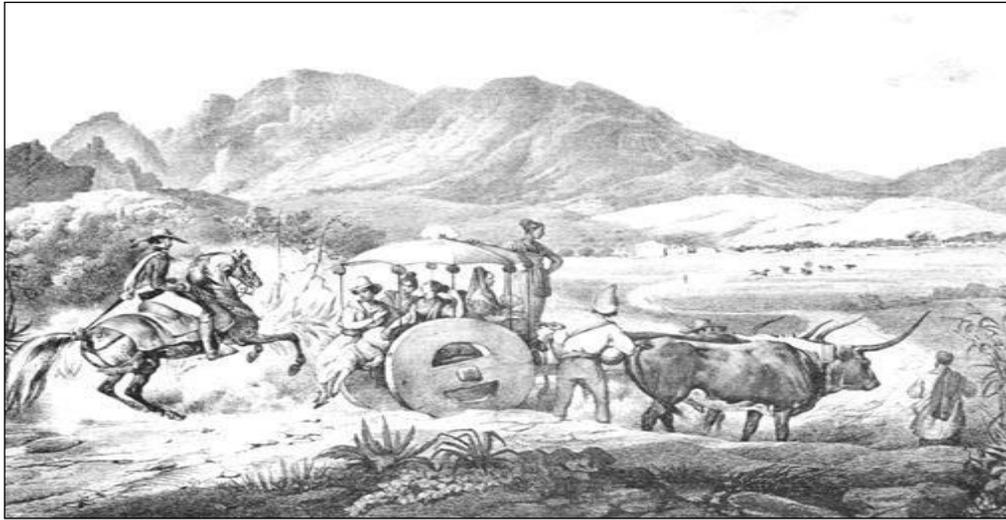
A grande maioria, porém, seguia por terra, fazendo a travessia do território paraguaio, passando por Vila Rica e São Pedro, para entrar no Brasil por Ipeum (hoje Paranhos). Outros seguiam por Assunção e Conceição, às margens do rio Paraguai, e dali se-guiam por terra até Horqueta, dirigindo-se pela picada do Chirigüelo até Ponta Porã, e ainda alguns seguiam para Bela Vista, que foi o caminho de Bento Xavier e seus companheiros. Ao entrar em Mato Grosso, contavam os itinerantes com os poucos recursos que lhes sobravam daquela longa e penosa viagem e, valendo-se tam bém da ajuda dos que já estavam radicados na terra, estabeleciam residência nas margens do Amambáí, Iguatemi, em Ponta Porã e Dourados; seguindo outros mais adiante, penetravam nas zonas de Aquidauana, Campo Grande e Miranda.¹⁴

Antigos moradores da região de Bonito relataram que essa viagem durava meses, pois precisavam parar muitas vezes para descansar a tropa, cuidar de alguém doente, ou mesmo para a realização de partos, já que muitos nasceram nessa viagem. Alguns vinham a pé acompanhando a carreta, já que enjoavam se nela andassem.

¹³ ROSA, P. Â.. Resenha Histórica de Mato Grosso. Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2004.

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

Figura 06 - Famílias de fazendeiros (Rugendas-1820-1825).

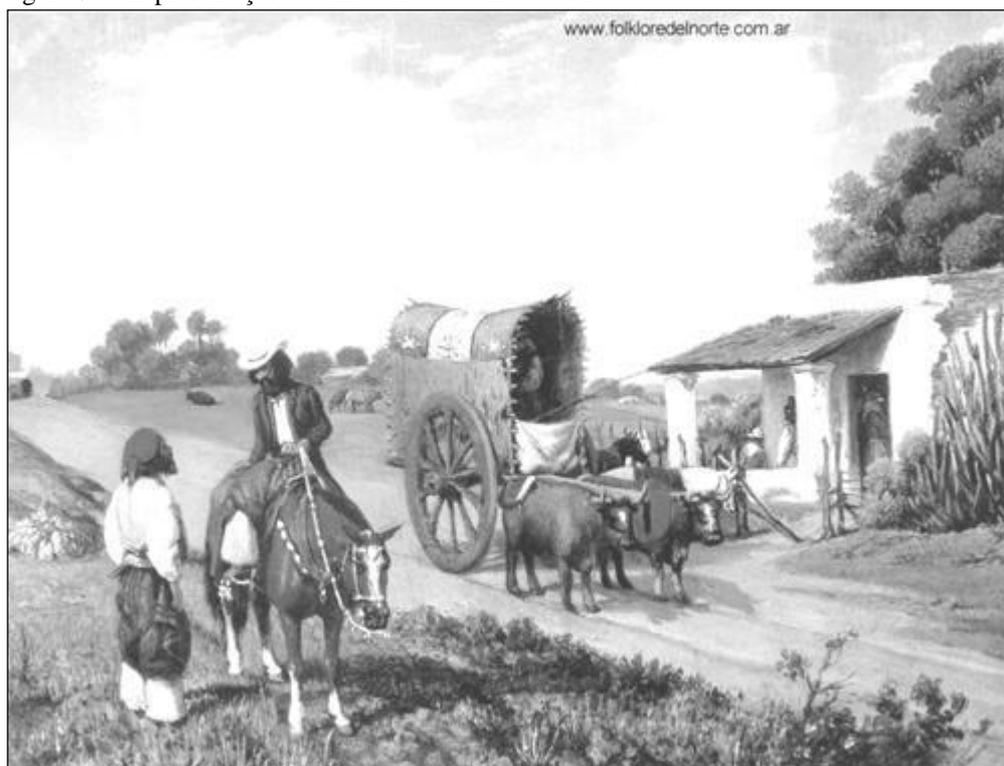


Fonte: Esboçado por D'Alincourt, Luiz., Memória sobre a *Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. 1975.

Constatamos, portanto que um grande fator de ocupação do espaço de Miranda foi o processo migratório da região sul do país, com significativa mobilidade a partir de 1893, ligada à Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, período em que inúmeros sul-riograndenses se viram oprimidos pela política de repressão do governo em seu estado, observada pelas perseguições e execuções de chamados rebeldes 'maragatos'.

O acesso a terra na região dependia do custeio da posse, por isso requeriam ao Governo Federal as terras devolutas, passando a dividir os interesses com as comunidades indígenas que ainda se mantinham em suas terras originais, como os nativos Kadiwéu e com a Companhia Erva-Mate Laranjeira, a qual detinha grande parte das terras como arrendatária.

Figura 07 - Representação de uma venda à beira da estrada.



Fonte: PUEYRREDON, P. Un alto em la pulpería. Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

Apesar da presença do trabalho dos índios Kadiwéu, foi atribuída aos adventícios mineiros, paulistas e rio-grandenses a imagem de *pioneiros*, de primeiros ocupantes, de desbravadores, ocupantes que chegavam para instalar-se no “*desabitado*” espaço mato-grossense. Ao longo do século 19, sobretudo a partir da década de 1830, a região de Miranda foi alcançada pelo movimento de expansão demográfica, promovido pelo dito *pioneiro colonizador*. Nesse quadro, inúmeras famílias que ocuparam o lugar onde mais tarde surgiria Bonito, como detentores de poder econômico, transformaram-se em referência política de seu tempo. E aqueles que estiveram sob seu poder, com destaque para os Kadiwéu e homens pobres e livres, permaneceram invisíveis no cenário historiográfico regional¹⁵.

Apesar disto, não se pode negar o papel dos entrantes, oriundos de distintos pontos do país, para a modificação do espaço e ampliação da diversidade cultural regional, já que traziam consigo seu patrimônio material e imaterial, traduzidos nos objetos pessoais (roupas, enfeites); objetos de trabalho (apêros, selas, laços, bem como peças para a agricultura); sua culinária, crenças e costumes; no gosto pelo chimarrão e vinho; na música e dança típica; na sua arte impressa em objetos de decoração, nos bordados e crochês estampados nas bombachas, nos vestidos, xales e mantas para o frio.

¹⁵ BRAZIL, M.C., *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*, p. 232.

3.3. Bonito, distrito de Miranda

A partir da passagem dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, NOB, em 31 de dezembro de 1912, Miranda (figura 8), o município-mãe de Bonito, experimenta uma fase de prosperidade nunca vista, desde antes da Guerra do Paraguai, e a partir daí, Mato Grosso como um todo, foi alcançado por essa prosperidade.

Figura 08 - Estação da NOB em Miranda, Mato Grosso.



Fonte: MARQUES, R. M. da C. Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense, 2007.

Nesse mesmo período foi fundada em 1916, a primeira agência do Banco do Brasil na cidade de Corumbá e a segunda em 1922 em Cuiabá, com previsão de instalação de outras agências nas cidades de Campo Grande e Três Lagoas¹⁶.

O Senhor Aude Leite, antes de se dedicar ao comércio, foi agente local dos correios. Deixou a agência dos correios para se dedicar na administração da Casa Brilhante de sua propriedade, onde comercializava bebidas finas, fazendas secas e miudezas em geral.

Miranda constituía-se administrativamente por alguns distritos, sendo Bonito o principal, e fazia divisa com o Córrego da Pitangueira, desde sua mais alta nascente, na Serra da Bodoquena, até a Foz no Ribeirão das Onças; deste Ribeirão, até a Barra, no Rio Miranda. Como distrito de Miranda, Bonito não recebeu a devida atenção, a exemplo da única estrada que ligava o distrito ao município mãe num total de vinte duas léguas¹⁷, que se encontrava

¹⁶ RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. Pedro Celestino Corrêa da Costa. Apresentado à Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 13 de maio de 1922. Cuiabá, [S.e], 1922. p. 58-9.

¹⁷ Léguas era a denominação de várias unidades de medidas itinerárias (de comprimentos longos) utilizadas em [Portugal](#), [Brasil](#) e em outros países até à introdução do [Sistema Métrico](#). As várias unidades com esta denominação tinham valores que variavam entre os atuais 4 e 7 [quilômetros](#). Em Portugal, durante o período

sempre em mal estado de conservação. Alguns moradores, a fim de não percorrerem a referida estrada de chão, preferiam vencer as trinta e cinco léguas até Aquidauana e depois ir de trem até Miranda.

O distrito de Bonito se manteve sem sede até 24 de fevereiro de 1927, quando da inauguração da Escola Mista de Bonito, com a colaboração do Coronel Pilad Rebuá, então prefeito de Miranda, do Capitão Manoel Ignácio de Farias, genro do Capitão Luiz Falcão, os quais fundaram o Distrito de Paz de Bonito, vinculado ao município de Miranda, de acordo com o Decreto 761 de 14 de junho de 1927, do Presidente do Estado de Mato Grosso, Mario Corrêa da Costa. Em troca das terras, foi doada ao Sr. Luiz da Costa Leite Falcão uma área na região do cerrado¹⁸.

DECRETO 761

O Presidente do Estado de Mato Grosso, atendendo a necessidade de ser reservado para povoação de “BONITO” uma área de terras devolutas destinadas ao seu patrimônio, dando ao seu crescente desenvolvimento e, usando da autorização que lhe confere o Artigo 90 do Decreto 130, DE 4 DE JUNHO DE 1902.

Decreta:

Artigo Único – Fica desde já reservada no Município de Miranda, a sobra de terras da Fazenda Bonita, de 256 hectares destinados ao patrimônio da povoação do mesmo nome.

Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 14 de junho de 1927.

Mario Correa da Costa.

Após a desapropriação da área da Fazenda Bonito, conforme decreto, começou o processo de loteamento, com a derrubada da mata, a medição e o arruamento. O farmacêutico Aldo Bongiovanni, registrou esse momento histórico da gênese do Município Bonito (figura 9).

de transição das [antigas unidades de medida](#) para o [sistema métrico](#), por Decreto de 2 de Maio de 1855, foi estabelecida a Léguas métrica, equivalente a 5.000 metros. No Norderste brasileiro, utilizava-se uma légua, como equivalente as seis quilômetros.

¹⁸ VARGAS, I. A. de. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (Org.). Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. p. 65.

Figura 09 - Medição dos lotes de Bonito – 1927

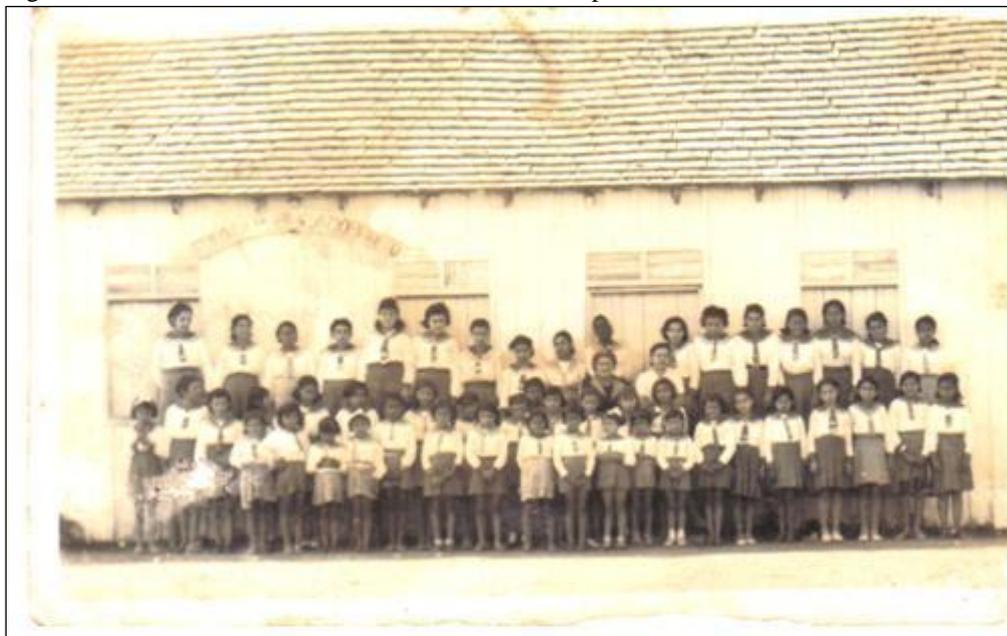


Fonte: Anuário do oeste brasileiro, 1943.

Em análises realizadas nos documentos históricos disponíveis no acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Bonito, tivemos acesso à *Ata da Inauguração da Sede do Distrito de Bonito e instalação da Escola Mista*, ocorrida nas próprias dependências da escola, contando com a presença, dentre tantos, o presidente da Câmara Municipal de Miranda, Rafael Candia; Ângelo Rebuá, do diretório de Miranda; o subdelegado de Polícia, Coronel Julião Soares; os Juízes de Paz Augusto de Aquino Teixeira, Claudionor Trelha e Bonifácio Gomes. Na presença de todos, Pilad Rebuá declarou ser a educação alicerce básico da prosperidade de um povo¹⁹ e em seguida convidou dona Durvalina Dorneles Teixeira, professora nomeada para tomar posse, a sentar à mesa ladeada pelas autoridades e membros da diretoria do Distrito.

¹⁹ ATA DA INSTALAÇÃO DO DISTRITO DE BONITO. Bonito, 27 de fevereiro de 1927. In: Câmara Municipal de Bonito.

Figura 10 - Primeira Escola de Bonito: seus alunos e a professora



Fonte: Fotografia de autor desconhecido, 1927.

A professora Durvalina Dorneles Teixeira, natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, nascida em 13 de novembro de 1891, chegou a Mato Grosso em 1920. Foi nomeada professora da Escola Mixta pela Portaria 79 de 15 de fevereiro de 1927 e lecionou até março de 1931. Segundo a professora, em carta enviada a Theodorico de Goes Falcão, Sr Bijo, ela ensinou a ler e escrever a mais de cem crianças, somente em um dia chegou a matricular setenta alunos, “[...] desdobrei a aula em dois horários para dar conta”²⁰. Porém, após passar a sofrer perseguições políticas e ameaças, por parte de políticos locais, deixou a escola, “levando profunda mágoa e lágrima de seus alunos”²¹.

Este episódio de perseguição foi pouco explicitado pelo professora, mas de acordo com carta que escrevera a Theodorico de Góes Falcão, por caprichos de Aniceto Coelho e Pilad Rebuá, abandonou um trabalho que lhe rendia grande satisfação, ao ensinar crianças a ler, escrever e contar. De acordo com informações do Anuário do Oeste Brasileiro, de 1943, existiam no Patrimônio de Bonito aproximadamente cem crianças em idade escolar que estavam fora da escola, “[...] aí está, pois, uma necessidade local a exigir solução”²². A situação se normalizou, com a criação de mais turmas e contratação de mais uma professora,

²⁰ FALCÃO, T. de G. Bonito o gigante adormecido: cidade turística.

²¹ FALCÃO, T. de G. Bonito o gigante adormecido: cidade turística.

²² ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO, p. 225.

Dona Conceição Interlando Neto. Bonito precisava com urgência de um correspondente do Banco do Brasil, *para melhorar a situação dos negócios* e uma agência telegráfica. Os serviços telefônicos utilizados pelo Município Mãe e seus distritos pertenciam à Rede Telefônica da *The Miranda Estância & Cia Ltda*²³.

3.3.1. Bonito e a marcha para oeste

Importa-nos aqui discutir processos não só locais e regionais mais remotos, mas também movimentos em nível nacional e mundial mais recente, como a industrialização brasileira no pós II Guerra mundial e a implementação da política varguista, conhecida como a *Marcha para o Oeste*, um imponente programa de integração territorial, com objetivo de livrar o país da exclusiva dependência do mar, ligando-o ao resto do país²⁴.

A política desenvolvimentista do período do governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, estimulou o avanço da fronteira agrícola dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e São Paulo rumo ao Mato Grosso uno e a criação de colônias agrícolas, mantidas em áreas de grande potencial agrícola, como foi o caso da *Colônia Agrícola de Dourados* e a de *Bodoquena*. Conforme a pesquisadora Luciana Figueiredo, “essa política gerou, no início do Estado Novo (1937-1945), a Marcha para Oeste, projeto político criado com objetivo de promover a migração do centro sul para o centro brasileiro, áreas concebidas como ‘vazias’ do ponto de vista demográfico”²⁵. Foi nesse cenário que emergiram, na década de 1940, as frentes de ocupação que alcançaram significativa parte sulina do Mato Grosso uno, incluindo Miranda e o seu distrito de Bonito e iniciaram nova onda de desenvolvimento local.

A exemplo de novos empreendimentos, citamos a Casa São Pedro, casa comercial de propriedade do senhor Saul Monteiro, onde encontravam-se bons sortimentos de secos e molhados, fazendas e armarinhos, ferragens, perfumarias, miudezas, etc²⁶.

²³ BENEVIDES, C.; LEONZO, N. *Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense*.

²⁴ BRAZIL, M. do C. Rio Paraguai: *O mar interno brasileiro. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*.

²⁵ FIGUEIREDO, L. A. A criança negra na literatura brasileira: uma leitura educativa, p. 4.

²⁶ ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO, 1943, p. 225.

Figura 11– Casa São Pedro, anúncio comercial



Fonte: anuário do oeste brasileiro. [S.e.], 1943.

Além de comerciante, o Sr. Saul Monteiro, era proprietário da *Fazenda São Carlos*, a 14 quilômetros do centro de Bonito, com 2.400 hectares. A fazenda possuía campo de pastos, 1.400 cabeças de gado e mata nativa, onde encontra-se árvores de cedro, angelim e castelo.

A Fazenda Bom Retiro da Baraúna era outra importante propriedade rural de Bonito, pertencente ao Sr. Francisco Jacques, distante aproximadamente 42 quilômetros do centro da cidade, com 7.130 hectares, campos de pastos e 2.000 cabeças de gado, onde o Rio da Prata margeava a fazenda. Na figura 11, vemos o Sr. Francisco Jacques, a esposa e as filhas, Fanny e Edra.

Figura 12- Sr. Francisco Jacques e família



Fonte: Anuário do oeste brasileiro. [S.e.], 1943.

O médico Nestor Simões Pires, formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, convidado a colaborar com a edição do Anuário em 1943, escreveu artigo intitulado

Distrito do Bonito e sua Nosografia, onde descreveu as condições de salubridade do distrito e as principais doenças que acometiam seus moradores. O distrito não dispunha de um laboratorista, muito menos um “[...] posto sanitário para coleccionar as notificações compulsórias ou voluntárias de doenças de males endêmicos e esporádicos do distrito”²⁷. Para Nestor Simões, a maioria dos óbitos se dava pelo abandono do paciente sem medicação própria, ou falta da assistência médica.

É considerável o número de doentes atacados, por exemplo, de paludismo, verminose, picados de cobras venenosas, de gripe e até leishmaniose, que medicam em domicílio por pessoas de família, que recorrem à farmácia em busca de medicação específica. [...] Na minha modestíssima clínica geral, em 10 anos que aqui resido, orçam em 14 os casos para os quais fui chamado, não para medicar os doentes e sim trazer os dados para lavrar o atestado de óbito²⁸.

Em janeiro de 1939, durante o cerco das tropas federais ao bando de Silvino Jacques²⁹, o comandante das operações sitiou o distrito de Bonito, não permitindo que ninguém saísse dali. Durante o cerco, que durou aproximadamente um mês, cerca de vinte pessoas pereceram sem cuidados médicos ou por falta de remédios.

Nestor Simões elaborou um quadro com as doenças mais comuns no distrito, tratadas por ele.

Quadro 4 - Doenças mais comuns no Distrito de Bonito entre os anos de 1931 a 1941.

Discriminação das doenças	Total de casos
Tuberculose	05
Beribéri ³⁰	01
Leishmaniose	03
Varíola	01
Difteria	05
Fogo Selvagem	02
Ofidismo ³¹	02
Meningite Intercorrente	01
Meningite cérebro-espinhal	01
Total Geral de casos	21

Fonte: Anuário do oeste brasileiro. 1943.

Ao publicar informações preciosas sobre o distrito de Bonito, o *Anuário do Oeste Brasileiro* possibilitou que pudéssemos conhecer algumas das condições de vida de seus

²⁷ PIRES, N. S. *Distrito do Bonito e sua Nosografia*. In: ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO. 226-7.

²⁸ *Idem, Ibidem*.

²⁹ IBANHES, B. S. J: o ultimo dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense.

³⁰ Doença por deficiência vitamínica, causada pela falta de vitamina B1 (tiamina). As manifestações mais significativas são dano ao coração e sistema nervoso.

³¹ Acidentes com animais peçonhentos, especialmente com serpentes.

primeiros moradores, e os fatos descritos contribuíram no sentido de nortear a comunidade locais para uma assimilação de valores que a partir dali começaram a ser reforçados em nome de certa uma identidade bonitense.

Finalmente a Lei Estadual nº 145, de 2 de outubro de 1948, elevou o distrito à categoria de Município, tendo por sede, a partir daí, a cidade de Bonito, constituindo termo judiciário da Comarca de Aquidauana, e com um único Distrito, o da sede municipal. A Situação foi mantida pelo Decreto nº 1.738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro territorial administrativo-judiciário do Estado, para vigorar no quinquênio de 1954-1958, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, segundo divulgado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso³². A comarca judiciária seria em Aquidauana.

O fato da criação do novo município de Bonito não representou somente a vontade de renovação e autonomia, mas vinha ao encontro de um projeto do governo federal, que tentou minimizar questões polêmicas do país, como a ‘grandeza territorial, desigual e insuficiente povoamento, a agressividade do meio físico, as endemias reinantes, a deseducação e a morbidade da população brasileira’. Conforme o relatório do IBGE - *Problemas de base do Brasil*³³, divulgado em 1945, na gestão do presidente Getúlio Vargas. O plano político objetivava estabelecer:

a) equilíbrio e equidade na divisão territorial política; b) valorização do homem rural pela saúde, pela educação e pelo trabalho, utilizando-se esse efeito as Colônias-escolas; c) os centros de propulsão suficientemente numerosos e adequados a sua missão, localizados de modo a constituir uma rede de malhas uniformes; d) forças construtivas distribuídas segundo os critérios de equidade e solidariedade e unificação nacional, isto é, na razão inversa do grau de civilização, já conseguido em cada ponto do país, e na razão direta do vulto que oferecer a obra fundamental de ocupação territorial e de organização a ser realizada em cada região;

Assim passou-se a ocorrer algumas ações de *pioneirismo*, que tomaram fôlego em regiões do Mato Grosso uno, inspiradas por esta aura desenvolvimentista positivista. Contudo, o fato de haver uma vontade política nem sempre fomentava um crescimento articulado aos programas e metas do governo, acabando por forçar a penetração e a posse de áreas desconhecidas pelos migrantes.

³² MATO GROSSO. Diário oficial do estado de Mato Grosso nº 10557, de 09 de outubro de 1948. Dispõe sobre a criação do município de Bonito. Arquivo Público de Mato Grosso, 2009.

³³ BRASIL. Resolução nº 279 de 19 julho de 1945. Assembléia geral do conselho nacional de estatística. Problemas de base no Brasil. p. 40.

Para que visualizássemos o nascimento da nova cidade de Bonito e sua repercussão no imaginário e na identidade local, estabelecemos alguns marcos históricos, desde a fase da criação do município em 1948, o período que fez nascer o sentido de cidade nos moradores.

Segundo a *Ata da Sessão Solene Inaugural do Quadro Territorial da República*, no quinquênio de 1948 a 1953, lavrada em primeiro de janeiro de 1949, na cidade de Bonito, reuniram-se, em sessão solene, autoridades e pessoas gratas, sob a presidência do senhor Olympio Vargas, juiz de Paz da cidade, a fim de declarar em vigor, a partir desta data e até trinta e um de dezembro de 1953, o novo quadro territorial da República, fixado para o estado de Mato Grosso uno, através do decreto acima citado, em conformidade com as normas da lei orgânica nacional. O presidente da sessão declarou

Na forma da lei, e de acordo com o ritmo previsto, tendo em vista a salvaguarda jurídica dos interesses do povo, o resguardo da tradição histórica da nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores de uma pátria uma e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade de seus filhos, eu Olympio Vargas, juiz de Paz do distrito da cidade de Bonito, em nome do governo do Estado, declaro para todos os efeitos confirmado o quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira [...] ³⁴.

Na ocasião, foi empossado o prefeito Hipólito Cunha Monteiro, primeiro prefeito, nomeado pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo. Ao abrir a sessão, cantou-se o hino nacional, seguido de forte salva de palmas.

Figura 13 - Posse do primeiro prefeito de Bonito, em 1948.



Fonte: Acervo particular da Família Castilho, s. d.

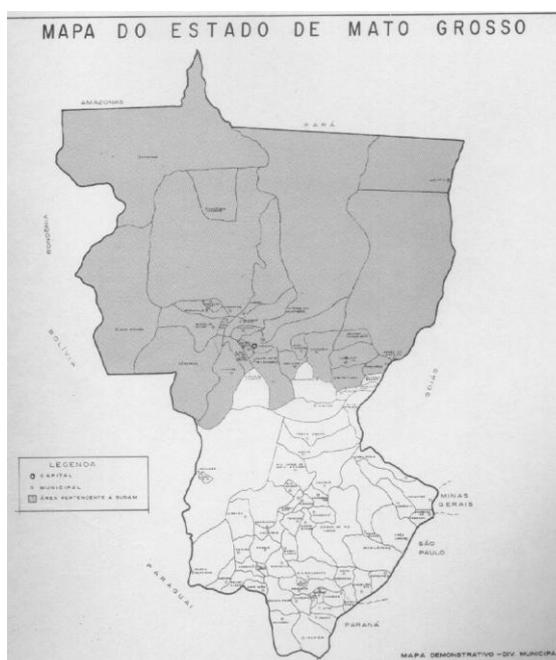
A ideia de unidade e de pertencimento eram valores desejados pela parcela mais empoderada da região, e revelou o esforço de determinados segmentos sociais na construção

³⁴ BONITO. Câmara Municipal de Bonito. Livro de Registro de posse de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e sessões solenes. Ata de Sessão Solene inaugural do Quadro Territorial da República, de 1º de janeiro de 1949. p. 02.

de um conceito específico de nação brasileira; e no caso de Bonito, uma concepção de bonitense.

3.4. Construções identitárias em Mato Grosso do Sul e em Bonito

Figura 14- Mapa do Estado de Mato Grosso uno, antes da divisão em 1977



Fonte: www.anuario.seplan.mt.gov.br. s. d.

A divisão do Mato Grosso uno em duas unidades federativas, ocorrida no ano de 1977, através da Lei Complementar nº 31, assinada pelo Presidente da República Ernesto Geisel, que dividiu o então Mato Grosso em duas unidades federativas, contribuiu para a renovação de valores culturais no espaço reordenado. Nascia um estado, Mato Grosso do Sul.

No ano de 2006, o historiador Paulo Roberto Cimó escreveu um ensaio intitulado “*Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul*”³⁵, no qual apresenta uma reflexão detida sobre os estudos realizados nos últimos anos em Mato Grosso do Sul acerca da suposta “identidade sul-mato-grossense”. Segundo o historiador, essa questão permanece como tema privilegiado nos debates regionais, fora e dentro da academia. Como suporte para suas reflexões, Cimó recorreu às observações de estudiosos, como Eric

Hobsbawm³⁶ e Pierre Bourdieu³⁷, a respeito de temas como o regionalismo e as identidades regionais ou nacionais. São temas que imbricam funções sociais e políticas e, por isso mesmo, exige cautela do historiador na abordagem de seu objeto. Além disso, para o autor, há que se preocupar com as observações de Bourdieu a respeito do conceito de região, pois esta “é uma ‘realidade’ que é ‘em primeiro lugar, representação’”:

[...] as lutas a respeito da identidade étnica ou regional’ são ‘um caso particular das lutas das classificações’, ‘lutas pelo monopólio de [...] impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. [...] Em tal contexto, a justa e conveniente posição dos pesquisadores consistiria em ‘incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações’ (‘no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais’)³⁸.

O balanço realizado por Cimó contribui para nossa abordagem na medida em que aponta caminhos já percorridos a respeito dessa problemática regional. Entre os autores que participam desse debate encontram-se primeiramente o historiador Osvaldo Zorzato e Lylia Galetti³⁹, em estudos realizados em 1998 e 2000, respectivamente. Estes trabalhos dão conta de que nas duas primeiras décadas do século XX iniciou-se o processo de construção identitária mato-grossense, cujos esforços de construção da memória local foram acentuados entre os anos de 1918-1922 com a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 1919.

Seguindo a trilha sinalizada por Cimó em *Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul*, consultamos os trabalhos de Antônio Lopes Lins⁴⁰, publicado em 1976, sob o título *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*; Demosthenes Martins, sobre *História de Mato Grosso*; Maria Manuela R. de Novis Neves,⁴¹ intitulado de *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral* (caso de Mato Grosso).

São reflexões a respeito da construção de uma “identidade mato-grossense” encetadas por segmentos da elite local no Estado, no século XX, estreitamente vinculados às esferas do

³⁵ CIMÓ, P. R. “Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul”.

³⁶ HOBBSAWM, E. RANGER, T. A Invenção das Tradições.

³⁷ BOURDIEU, P. “O poder simbólico”.

³⁸ CIMÓ, P. R. “Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul”. p. 113-122.

³⁹ GALETTI, L. S. G. “Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso”. ZORZATO, O. “Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso”. ZORZATO, O. “Alicerces da identidade mato-grossense”.

⁴⁰ LINS, A. L. Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo.

⁴¹ NEVES, M. M. R. de N. Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso).

poder. Dotados de força de mando político, estes grupos teriam influenciado o restante da população a partir da inserção permanente de valores, conceitos e imagens, em nome da “identidade mato-grossense”. Cimó se posiciona a respeito da produção historiográfica pautado nessa problemática:

Limito-me a registrar os esforços de intelectuais mato-grossenses com vistas à construção dessa ‘identidade’ foram, como assinalou Galetti, uma reação às imagens negativas sobre Mato Grosso (o ‘estigma da barbárie’), elaboradas e veiculadas por viajantes estrangeiros e brasileiros ‘do litoral’, e representaram também, conforme escreveu Zorzato, uma forma de as elites locais manterem a ‘primazia do mando’, em face da ‘ameaça’ representada pela possível e iminente chegada de novos grupos (os ‘capitais’ e ‘braços’ com os quais se esperava promover o desenvolvimento do estado). [...].⁴²

Algumas nuances da construção dessa “identidade”, apontadas por Zorzato e analisadas por Cimó, referem-se à conquista do território explicada a partir de uma “luta ferrenha entre o homem e o meio”⁴³ e do “heroísmo dos desbravadores do sertão inóspito”⁴⁴. Para o apossamento das terras mato-grossenses, destacava-se o *pioneirismo* como seu principal fator legitimador e, também, como “elemento de distinção social por parte de seus proprietários e herdeiros de várias gerações”. Em detrimento da presença de inúmeras comunidades indígenas, construía-se o alicerce onde se assentaram os ditos pioneiros, aspecto que ainda hoje serve como “critério determinante na primazia do mando”⁴⁵.

Tratando dos componentes dessa identidade, Zorzato destaca inicialmente a elaboração de uma ‘memória de consenso’ (onde ‘todos são apresentados como pertencendo a uma ‘mesma família’, ‘filhos do mesmo solo’), com vistas a ‘forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo’ – sentimento esse ‘útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais, em torno de um mesmo projeto’. Como nota o autor, ‘somente a união dos naturais ‘da terra’ poderia garantir-lhes a primazia do mando’ (Zorzato, 1998:15). Havia que enfrentar, ademais, as imagens negativas associadas a Mato Grosso: ‘um estado ‘atrasado’, ‘incivilizado’ e ‘selvagem’, dotado de uma gente ‘sanguinária’, ‘vingativa’, ‘preguiçosa’ e ‘ignorante’’. Para tanto, intelectuais mato-grossenses ‘buscam construir imagens e representações através das quais querem ser vistos’ – representações essas que constituiriam a identidade mato-grossense.⁴⁶

⁴² CIMÓ, P. R. “Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul”. p. 139.

⁴³ ZORZATO, O. Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso. 1998, p. 35

⁴⁴ *Idem, Ibidem.* p. 36.

⁴⁵ *Idem, Ibidem.* p. 37

⁴⁶ CIMÓ, P. R. Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. p. 139.

Apoiado na produção dos autores elencados inicialmente, Cimó assinala que o processo de construção identitária foi influenciado pelas singularidades regionais existentes no vasto espaço do antigo estado de Mato Grosso.

3.4.1. Desdobramentos da divisão do Estado

O historiador Virgílio Corrêa Filho dedicou-se a projetar Mato Grosso como espaço importante na história da nação brasileira e assegurar a identidade mato-grossense ligada ao passado bandeirante, aos combatentes da Guerra do Paraguai, etc. Sua obra *Mato Grosso*, ilustra bem a questão:

[...] muito nos importa conhecer o que fizeram nossos avós, na luta sustentada em dois séculos, com os mais díspares elementos. De tal linhagem não há motivo de nos envergonharmos de proceder. Antes, sobejam-nos razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas, que integraram a base física da nacionalidade brasileira, e dos continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par a que devemos o devassamento de nossos sertões⁴⁷.

Toda essa construção realizada tradicionalmente pelos intelectuais do norte mato-grossense, voltada ao culto aos heróis e aos grandes personagens, já era algo cristalizado no imaginário regional quando da divisão da unidade federativa ocorrida em 1977 e ao longo dos anos, o mato-grossense acabou incorporando o discurso de intelectuais como Corrêa Filho, apesar das profundas contradições sociais e étnicas existentes na sociedade como um todo.

Ana Paula Squinelo⁴⁸, em texto dedicado à Guerra do Paraguai, teceu considerações sobre a questão da construção identitária mato-grossense, ancorada nas observações do historiador Osvaldo Zorzato e nas orientações metodológicas do historiador francês Jacques Le Goff. A historiadora sustentou que na década de 1980, graças aos desdobramentos da situação política crucial, pelo qual passou a região, muitos intelectuais passaram a chamar para si “a tarefa de criar e registrar uma história e uma memória que sintetizasse o espírito sul-mato-grossense e delineasse uma identidade capaz de unificar essa elite⁴⁹”.

⁴⁷ CORREA FILHO, V. *Mato Grosso*.

⁴⁸ SQUINELO, A. P. Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). <http://nuevomundo.revues.org/index49752.html>

⁴⁹ *Idem, Ibidem*.

Os historiadores que se dedicam aos estudos sobre a questão da construção da identidade sul mato-grossense têm insistido em ressaltar a sensação de *orfandade* histórica vivenciada pela elite regional, depois da divisão do Estado. O suposto abandono residia no fato de que Cuiabá teria ficado com grande parte do aparato jurídico, político, administrativo, arquivísticos, entre outros. Nas palavras da historiadora Ana Paula Squinelo (2009), a impressão passada pela elite através da imprensa e dos discursos políticos era de que a cisão teria deixado a sociedade sulina “órfã” de sua história:

todo aparato jurídico, político, administrativo, arquivos etc, ficaram em Cuiabá, logo os documentos oficiais, a memória registrada ao longo dos anos pela imprensa local, como também os escritos de estudiosos consolidados como foi o caso de Virgílio Correa Filho, ficaram de posse da elite intelectual cuiabana⁵⁰.

Segundo Squinelo, a postura adotada para construção do discurso oficial identitário sul mato-grossense, partiu dos desígnios do segmento dominante da sociedade, o qual “galgou e se apossou do poder estadual; logo uma história e uma memória que privilegiou determinados fatos históricos, nomes, heróis, episódios, acontecimentos, famílias, etc”⁵¹.

Em relação a Bonito, essas escolhas não destoavam do propósito idealizado no âmbito estadual, já que o espaço local era parte de uma engrenagem maior capaz de legitimar as construções históricas que estavam se processando em nível estadual e cujos agentes locais estavam articulando-se no sentido de gerar uma identidade para o “povo” sul-mato-grossense e assim, para Bonito.

À luz do referencial de Stuart Hall (2003), observamos que ali também foi criado um conjunto de símbolos (História, hino, bandeira, brasão, discursos e alegorias) para representar as características vivenciadas ou partilhadas pelos moradores do lugar, onde elementos do passado recente e do passado remoto foram arrolados pela história local e regional para conduzir o conjunto de caracteres a serem incorporados coletivamente, fossem eles do passado, ou do ideal de modernidade, que no caso de Bonito ligou-se às perspectivas turísticas na região.

3.5. Personagens, lugares e símbolos tradicionais

⁵⁰ SQUINELO, A. P. A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003). p. 70.

Conforme pontuou Squinelo, “o discurso histórico, com fortes conotações memorialistas, construído ao longo do século 20 pelos intelectuais mato-grossenses, esteve sempre, atrelado aos grupos que disputavam e partilhavam o poder, dando-lhes principalmente, legitimidade⁵²” Em Bonito isso não foi muito diferente.

Algumas produções, despojadas de pesquisa empírica, tem considerado relatos e crônicas do bonitense Theodorico de Goes Falcão. o Sr. Bijo, a única prova incontestável dos acontecimentos, sem portanto perscrutar cuidadosamente as fontes, dialogar com elas e ponderar sua essência, acabando na armadilha da memória. Ignoram que, os relatos do Sr. Bijo, embora aspirem o discurso fundado no “real”, são, como diria Roger Chartier, representação do mundo social ou da cultura local, construídas a partir de interesses de grupos que as forjam⁵³

Segundo Elinor Nolasco Falcão, Theodorico de Goes teve uma infância feliz, até os 12 anos, quando a sua mãe, Barbara de Goes Falcão “entregou para Thiago de Goes todo o gado e parte da fazenda, com a promessa de juros altos; e isso tudo foi um grande golpe. Mas Deus foi bom e ensinou Bijo a trabalhar e se transformar num dos maiores perfuradores de poços de Bonito”.

A sua vida foi marcada pelo gosto de pesquisar e de contar histórias, gosto que aprimorou quando passou a vender, a partir de 1950, o *Almanaque Pensamento*, para a editora de mesmo nome, hoje atual editora Cultrix, com sede no Rio de Janeiro. Segundo Elinor, Sr. Bijo vendia sempre boa remessa destes livros e foi assim que despertou o interesse em escrever:

Com paciência, arrecadava fotos antigas, documentos, e foi fazendo um acervo para depois, com recursos próprios e com ajuda do prefeito Padre Roosweelt Sá Medeiros, escrever e editar seu primeiro livro *Histórias de Bonito*. Nesta obra, ele descreveu a folclórica história de Senhorzinho e de seu cunhado, capitão Silvino Jacques. Este foi casado com sua irmã Raída Almerinda de Goes Falcão.⁵⁴

Após longos anos, começou a escrever sobre a história da família e, em especial, sobre o aspecto da fundação, e para isso foi várias vezes a Miranda requer inúmeros documentos nos cartórios daquela cidade e em 1978 concluiu seu primeiro livro.

As ideias de seu Bijo em relação a Bonito, sempre foram de transformação permanente e crença numa nova força econômica, que iria se desenvolver ainda mais na cidade após a

⁵¹ *Idem*. Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). <http://nuevomundo.revues.org/index49752.html>

⁵² SQUINELO A. P. Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). <http://nuevomundo.revues.org/index49752.html>

⁵³ CHARTIER, R. A História cultural: entre práticas e representações. p. 17.

⁵⁴ Relato de Elinor Nolasco, concedido em 16/08/2010.

chegada de estudiosos de Goiânia, que passaram a fazer pesquisas referentes às riquezas minerais da região. Ao se achegar a estes visitantes, os mesmos lhes confidenciaram que no subsolo de Bonito havia jazidas de ouro, ferro e cristais de diversas cores, além de enorme jazida de mármore, que mais tarde foi efetivamente explorada. Com isso, ele passou a acreditar “na virada do município, da pecuária para o extrativismo e depois para o turismo”.

3.5.1. O busto de um desbravador

Segundo relato de moradores, o busto de Luiz da Costa Leite Falcão foi motivo de orgulho e de desavenças, referente a figura reconhecida por muitos como o desbravador de Bonito. A história da família só pode ser contada, segundo palavras de bisneto de Luiz da Costa Leite Falcão, Elinor Nolasco Falcão, graças ao apoio

Dos mais fortes (economicamente) eram muito ricos, e estes ajudaram a preservar o nome em com apoio de todos fizeram ate mesmo o busto que se encontra implantado na Praça da Liberdade, e este feito devemos muito ao tio Francisco Serra e tia Arlinda Falcão Serra, que não mediram esforços para homenagear seu pai e seu sogro.⁵⁵

A iniciativa da homenagem através do monumento mobilizou a família Falcão, que deixou a cargo de Francisco Serra, cartorário na época, a encomenda do monumento ao artista plástico Hélio Capriata, residente em Campo Grande. O monumento foi descerrado no ano de 1953, com a presença do prefeito na época, Candido Luiz Braga e a cerimônia seguida de um grande churrasco para todos, na fazenda Poção, de Arhur da Costa Leite.

Figura 15 - Busto de Luiz da Costa Leite Falcão

⁵⁵ Relato de Elinor Nolasco, concedido em 16/08/2010.



Fonte: Arquivo pessoal Gressler. 2009.

Figura 16 – Placa ao Desbravador



Fonte: Arquivo pessoal Gressler. 2009.

Conforme os relatos de Elinor , houve um momento em que o poder público decidiu retirar o busto da praça, mas a família se mobilizou, e Theodorico, o neto do desbravador, juntamente com seus irmãos, “foram até o 9º Batalhão de Artilharia em Nioaque, conversar com o comandante, quando o coronel da época deu ordem para que, em quarenta e oito horas fosse reinstalado o monumento no local de origem, como foi feito em seguida pelo prefeito da época”.

3.5.2. Odes ao *desbravador*

A paisagem e a função histórica do espaço onde se assentou o povoado de Bonito, como elementos que vinculam o homem e sua terra natal, também estimularam a imaginação de cronistas e de poetas bonitenses, notadamente Theodorico de Góes Falcão, que lhe dedicou preciosos instantes de seus poemas. *Homenagem ao Desbravador de Bonito*, escrito em 1971,

foi uma homenagem prestada pelo descendente cioso e orgulhoso de suas raízes e um protesto de veneração e respeito ao segmento dominante ligado ao mito fundador da cidade.

Quadro 5 - Homenagem ao Desbravador de Bonito
 HOMENAGEM AO DESBRAVADOR DE BONITO
 Theodorico de Góes Falcão (Neto do desbravador)

I	III	V
Aqui eu faço esta moda Com pouca habilitação Do tempo que foi formado Este nosso belo rincão, Sendo o primeiro habitante Luís da Costa Leite Falcão. Não posso explicar direito Porque de ninguém fui informado: O princípio deste lugar já é caso bem passado. Eu não era ainda nascido Quando aqui já foi formado II Mas o primeiro habitante, Luís da Costa Leite Falcão, Que levantou sua fazenda Neste terrível sertão Que tomou o nome de Bonito Foi nesta ocasião A fazenda ainda existe. Estes tristes sinaís, Como também ainda tem As tronqueiras dos currais Onde sempre encerrava As quantidades de animais.	Era uma fazenda grande E com bastante movimento, Que ficou de recordação Daqueles passados tempos. Quem morreu, agora voltou Só não tem o pensamento. Mas nada no mundo se acaba, Sempre fica a recordação Ficou o nome de Bonito Para uma recordação, Posto pelo proprietário Luís da Costa Leite Falcão. IV Ainda existem aqui nesta terra Neste nosso amado rincão Filhos, filhas, netos e sobrinhos De Luís da Costa Leite Falcão Que ainda sentem saudades E grande recordação. Existe uma filha amada Que de seu pai vai ter a bênção Arlinda e Francisco Serra Que tem bom coração, Lembrando de seus pais queridos Que de Deus vai ter a bênção	A prova está aqui pertinho: Digo e conto a verdade O busto que aqui plantou Na Praça da Liberdade Para todos os parentes Vem chamar grandes saudades. Isto ficará para exemplo E uma grande recordação De Arlinda e Francisco Serra Por serem uns filhos bons, Ficar sempre gravado No pensamento e coração. VI Arlinda e Francisco Serra, O casal de bom coração, Regressa nesta cidade. Só deixa recordação do busto que plantou de Luís da Costa Leite Falcão, Que plantou em nossa praça Aqui em nosso jardim Numa flor das mais mimosas Que nunca mais vai ter fim Que nunca mais vai ter fim Que para mim até representa Um grande buquê de jasmim.

Fonte: FALCÃO, Theodorico de Góes. Bonito o gigante adormecido: cidade turística. Miranda: Jornal da cidade Ltda., 1980. 34p. Impresso em offset.

No poema o autor consagrou sua terra, seus antepassados diretos, com tanta emoção e imprimiu em seus versos os múltiplos aspectos do apossamento da região, pelos ditos pioneiros: “Mas o primeiro habitante, Luis da Costa Falcão, que levantou sua fazenda neste terrível sertão”.

Incorporado às coisas e situações concretas observadas, o poeta realçou a origem da cidade, a partir de Fazenda Rincão Bonito, como também as angústias do cotidiano, os dramas vividos pelo “desbravador de Bonito”, silenciando-se, porém, em relação aos demais moradores locais que anonimamente também ajudaram na construção daquele espaço:

A fazenda ainda existe, estes tristes sinais, como também ainda têm as tronqueiras dos currais, onde sempre encerrava as quantidades de animais. Era uma fazenda grande e com bastante movimento, que ficou de recordação daqueles passados tempos.⁵⁶

Neste poema o poeta deixou entrever fragmentos do cotidiano mato-grossense entre o campo e a cidade. O trecho inicial é dedicado ao nome da cidade, recordação da antiga fazenda Rincão Bonito e o passado pastoril, traduzido no verso “Onde sempre encerrava as quantidades de animais nas tronqueiras dos currais”, enquanto atividade econômica dominante na localidade. Os currais representam a paisagem modificada pelas condições determinadas pelo homem, em tempo e espaço diferenciados da história mato-grossense. A filha do capitão Falcão, Arlinda, aparece de modo carinhoso no poema de Theodorico, inclusive por ter sido a idealizadora da homenagem ao pai, o desbravador de Bonito, através do busto em praça pública.

Theodorico faz muitas referências à história da origem do município, com versos sobre o lugar de sertão onde Luiz da Costa Leite Falcão iniciou um povoamento. Em seguida, vai levando o leitor a contemplar a paisagem imaginada, de belo rincão onde a família Falcão construiu o seu patrimônio e deixou seu legado, como também marcas da ocupação e do trabalho, lembrando dos filhos, sobrinhos e netos. Ele fala do seu antepassado, como sendo o primeiro homem de Bonito, quando quer dizer “pioneiro”. E assim, ele também acaba desconsiderando os ocupantes primeiros do espaço, quando se refere ao primeiro morador Luis da Costa Leite Falcão, como desbravador, e não os indígenas, cuja presença foi marcante na história da região.

Como poeta popular, Sr. Bijo apresentou linguagem singela, com elementos da realidade, instantes de sensibilidades e práticas de identidades intencionalmente construídas.

3.5. 3. O brasão de Bonito

⁵⁶FALCÃO, Theodorico de Góes. Homenagem ao desbravador de Bonito. *In*: Bonito o gigante adormecido: cidade turística. Miranda: Jornal da cidade Ltda., 1980. 34p. Impresso em offset.

A adoção de uma simbologia para o brasão de Bonito foi fruto de um concurso para confecção do mesmo em 14 de dezembro de 1978, um ano após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, evento voltado a construção da identidade local, , que nos remete a idéia, em meio ao nascimento do novo estado, de tentativa de fortalecimento, criação e recriação das identidades locais e representações sobre a região.

A inspiração artística foi de Sergio Ferreira Gonzáles, profissional em desenho artístico, nascido em Aquidauana em 1956, que procurou representar os símbolos da cidade a partir de valores considerados importantes e justificados em um escala de importância (Ver figura 15).

Figura 17 - Brasão de Bonito



Fonte: Câmara municipal de Bonito. 2009.

Ao observar o símbolo, podemos visualizar ícones relativos às atividades econômicas e as riquezas do lugar. Em primeiro lugar, estaria a agricultura; em segundo, a pecuária da região; em terceiro, a indústria de calcário e mármore; em quarto, os minerais do subsolo; em quinto, o turismo representado pela gruta (Gruta do Lago Azul) e os rios; e, em sexto, a cruz que representa a imagem do Cristo redentor na Fazenda Loma.

Os ícones observados concorrem para a imagem de uma cidade basicamente agrária, que tinha nas atividades agrícola e pecuária, da época, seu grande sustentáculo econômico e o turismo em lugar de menor importância.

A investigação sobre este símbolo ainda requer futuras investigações que possibilitem entender como a população o concebeu, já que de modo geral constamos um desconhecimento geral sobre a história e o significado do brasão e da bandeira do município.

3.5.4. Cânticos de veneração

Em pesquisas sobre o hino, meio mais difundido de simbolismo de uma cidade e escolhido pelos moradores para representação máxima de sentimento de pertencimento local, encontramos a obra *Serra da Bodoquena: história, cultura e natureza*, do arquiteto Miguel von Behr, onde o mesmo faz o registro de um hino de Bonito, de autoria de Otavio Gonçalves Gomes.

Do mesmo modo que o brasão, não foram encontradas referências em documentos diversos que revelassem a popularidade do hino, poema que estabelece um todo, que parece muito coeso, e destaca determinados valores interessantes para aqueles que fizeram parte da produção do tempo histórico referido no poema, em tempos que ainda chamavam Bonito de Rincão Bonito, e dá novo sentido identitário de pertencimento, de esperança, de saudade, de amor a terra e, principalmente, de encantamento pelas suas belezas naturais, como a fauna e a flora típicas da região. O hino, também um símbolo oficial do município, não é divulgado entre os moradores nem tão pouco executado em eventos e solenidades.

Quadro 6 - Hino a Bonito I
Autor: Otavio Gonçalves Gomes

<i>I</i>	<i>IV</i>
<i>Verde infinito, Rincão Bonito</i>	<i>Águas verdes, águas prateadas</i>
<i>Morro azulado, ensolarado,</i>	<i>A clorofila das matas em cascatas</i>
<i>O verde das matas ensombradas</i>	<i>Os lambaris piquiras, piraçanjubas</i>
<i>O verde dos campos tão bonito</i>	<i>Sob as águas flinando, desfilando.</i>
<i>II</i>	<i>V</i>
<i>Ribeirão formoso remansoso</i>	<i>Rincão Bonito, rincão poético</i>
<i>Deslizando em lanços e remansos</i>	<i>Natureza linda de encantamentos</i>
<i>Águas claras cristalinas</i>	<i>O verde da esperança e refulgente</i>
<i>De areias brancas apapetado.</i>	<i>Mas a saudade é azul, azul pungente.</i>
<i>III</i>	
<i>Voando aos ninhos os passarinhos</i>	
<i>Os buritis cacheados fartalhantes</i>	
<i>A cachoeira branca flutuante</i>	
<i>Cantam uma canção com emoção</i>	

Fonte: FALCÃO, Theodorico de Góes. Bonito o gigante adormecido: cidade turística. Miranda: Jornal da cidade Ltda., 1980. 34p. Impresso em offset.

Em nossas buscas na Câmara de Vereadores, encontramos outro hino, de outro autor, que foi instituído pela lei ordinária municipal nº 424 de 21 de setembro 1987, durante a gestão do prefeito João Darcy Bigaton. A poesia e a música são de autoria de Nelson Biasoli, e contém o seguinte conteúdo:

Quadro 7 - Hino de Bonito II
Letra e música: Nelson Biasoli

<i>I</i>	<i>IV</i>
<i>Terra bela, livre amada</i>	<i>Sim, cidade do Mato Grosso do Sul</i>
<i>Família, luz, cor e gratidão</i>	<i>Vive do aroma a perfumar entre araíso</i>
<i>Rio formoso de águas abençoadas</i>	<i>Tens pureza na gruta do Lago Azul</i>
<i>O progresso é atua redenção.</i>	<i>Vive da fé, tem crença entre os fieis.</i>
<i>II</i>	<i>V</i>
<i>Vejo alvorada e o luar da cor de prata</i>	<i>Oh! Bonito, botão em flor</i>
<i>As estrelas no orvalho descortinam os véus</i>	<i>Os teus filhos te veneram com amor</i>
<i>As flores são aves que pousam nas matas</i>	<i>Terra tão fértil de belezas mil</i>
<i>As aves são flores que voam nos céus.</i>	<i>Orgulho do meu Brasil!</i>
<i>III</i>	<i>VI</i>
<i>Rincão Bonito, cheio de tradições</i>	<i>araíso terrestre, recanto gentil</i>
<i>a maravilha de gloria e conquista</i>	<i>Tua gente hospitaleira é teu porvir</i>
<i>No trabalho harmonia e devoção</i>	<i>Teu futuro será cheio de gloria</i>
<i>Tua alma heróica de bravo sertanista</i>	<i>Desabrochando em teu perfil!</i>

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE BONITO. Lei ordinária municipal nº 424 de 21 de setembro 1987.

A poética do texto leva o leitor a conhecer um pouco do lugar, como se contasse a sua história, e faz referência ao Rio Formoso, ao Rincão Bonito, à Gruta do Lago Azul, ao Mato Grosso do Sul. O conceito de paraíso também prescreve a representação posta em evidência no poema. O forte sentimento e desejo de um futuro cheio de glória fica explícito, a partir da sua gente hospitaleira, das suas riquezas, da terra fértil e do lugar denominado de paraíso.

O símbolo não é popular também nas escolas, nem tão pouco executado ou cantado em solenidades publicas, o que nos leva a perceber sua pouca influência efetiva na identidade local.

3.5.5. Vias públicas e nomes para se lembrar

Analisando outros símbolos da cultural local, temos o conjunto arquitetônico urbano, a organização da área central, com destaque a rua principal, suas ruas paralelas e perpendiculares, que centralizam maior número de casas comerciais e órgãos públicos. Mas afinal, o que estes nomes representam? A escolha deles não é aleatória e conta um pouco da história do lugar.

Alguns nomes marcantes da história política de Bonito foram dados às ruas de acesso principal da cidade, como: Aniceto Coelho, Das Flores, Geraldo Leite, Luis da Costa, Nestor Fernandes, Pérsio Shamamn, Pilad Rebuá e Vicente. Estes nomes foram de algum modo representativos de algum segmento social.

Ao procurar a justificativa de indicação dos nomes de ruas na câmara de municipal, descobrimos que este procedimento de escolha ocorre de forma aleatória e não está

documentado na referida casa de leis. As indicações não esclarecem dados sobre os homenageados nem tão pouco fazem menção ao motivo de escolha e isso dificultou o levantamento de maiores informações.

Sobre a rua Pilad Rebuá, buscamos referências da atuação da família *Rebua* e descobrimos que no início do século 20, em Miranda, Pilad já era procurador de Geasone Rebuá, proprietário da Fazenda Catepa, constituída pelas posses conhecidas por Catepa, Olho d'Água e Corcunda. Estas posses foram vendidas à *The Miranda Estancia Company Limited*, em 1912.

Geasone Rebua foi figura emblemática na região, nascido na Itália, se deslocou para o Brasil com onze anos, chegando ao Brasil em meados do século 19, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Residindo na vila de Coxim, foi um navegador que procurou navegar o rio Taquari, porém logo constatou que seria impossível navegá-lo, devido às características do rio.

Responsável pela fabricação de um barco que desceu por vários rios até encontrar Miranda, afluente do Paraguai, encomendou outros barcos na Itália, dentre eles um que denominou *Dom Pedro II*, ato patriótico na época que fez chegar ao conhecimento do líder político português na época, com quem estabeleceu laços de amizade mais tarde, recebendo de Dom Pedro o título de cidadania, pelas mãos do coronel Floriano Peixoto. Ganhou prestígio e amealhou recursos para instalar a navegação em Miranda. Possuía uma serraria que explorava madeira de lei para navegação e construção e transportava gado do Paraguai nas chatas que eram rebocadas pela força das lanchas a vapor já existentes em fins do século 19.

Na época, ele comercializava também produtos da Europa, Montevidéu e Buenos Aires, às margens do Rio Prata, trazendo produtos de difícil acesso no Brasil, como: casimiras da Inglaterra, vinhos da Itália e Portugal, sardinhas da Espanha e joias da França. Antonio Rebuá, seu filho, nasceu em Miranda casou-se com Henriqueta Ferreira e tiveram Wellington, Washington e Gladston.

Lembram os historiadores Cezar Benevides e Nanci Leonzo, na obra *Miranda Estância – Ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense*, publicada em 1999, que Geasone Rebuá “constituiu no Brasil um patrimônio considerável, que lhe permitiu retornar para a Itália em 1909, após o falecimento de sua esposa, Hernriqueta Mendes Rebuá⁵⁷ .

⁵⁷ BENEVIDES, C. LEONZO, N. *Miranda Estancia ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense* p. 28.

Para se ter uma ideia da importância político-econômica dos Rebuá na região, basta contabilizar a quantidade de posses de terras concentradas nas mãos dessa família, quando da venda das mesmas aos ingleses. Segundo os dados de Benevides e Leonzo, a Fazenda Catepa, já referida, nas mãos de Geasone Rebuá, constituía-se numa área correspondente a 63.173 hectares; já a fazenda Barranco Vermelho, com 59.675 hectares, estava sob domínio de Juvenal Alves Corrêa, sua mulher Ester Augusta do Prado Corrêa e filhos e João Batista Alves Corrêa e sua mulher Chesira Rebuá Corrêa. A atual cidade de Bonito mantém o nome da rua principal dias de hoje, onde se concentram algumas casas e a maior parte do comércio local.

A Fazenda Bahia, constituída pelas posses denominadas Fazendinha, Carandá Fechado, Bahia, São Domingos, Mutum, Retiro do Cervo e Serradão, num total de 86.290 hectares, estava nas mãos de Diógenes Alves Corrêa e sua mulher Hermínia Rebuá Corrêa⁵⁸. A Fazenda Delfina, com 6.543 hectares, concentrava-se nas mãos de Odorico Alves Corrêa. Observamos que todas essas posses pertenciam a duas famílias mandatárias da região: Os Rebuá e os Alves Corrêa.

Pilad de Rebuá, como procurador de Geasone Rebuá, próspero comerciante e poderoso posseiro regional, também ganhou prestígio, vindo a conquistar o cargo de prefeito em meados da década de 1920 e de garantir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, como Deputado Estadual, durante o processo de emancipação de Bonito. Sobre ele, não encontramos nenhum documento que nos trouxesse novas informações.

Foi homenageado em Bonito através de uma toponímia dada à rua principal da cidade, constituindo-se em forte marca identitária de Bonito, pois, segundo os moradores que nos concederam entrevistas, “foi ali que tudo começou...”. De fato, inúmeras fotos que analisamos destacam a rua em seu passado agreste, rústico, ainda despovoado (Figuras 16, 17, e 18).

Algumas imagens selecionadas por nós retratam a cidade de Bonito em período entre 1950 e 1960 e estabelecem uma identificação com costumes do campo, práticas de criação de gado, costumes estes que eram percebidos facilmente na área central do nascente núcleo urbano.

Figura 18: Rua Pilad Rebuá: em frente à Igreja

⁵⁸ BENEVIDES, C. LEONZO, N. Miranda Estancia nglese, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense p. 28.



Fonte: Acervo: Foto Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares

Na figura 18, podemos observar a rua Pilad Rebuá, com uma carreta puxada por bois, meio de transporte preponderante no local. Ao fundo, à esquerda, vemos a paróquia de São Pedro, hoje conhecida como Capela Sagrada Família, uma edificação de alvenaria delimitada com um muro baixo e grade de madeira. A igreja era ladeada por uma edificação de madeira que ficava na esquina da rua, de frente à praça. A rua não era pavimentada, como todas as demais vias públicas da época, e apresentava um aspecto de terreno arenoso.

Na figura 19, vemos, no primeiro plano a esquerda, em meio à rua Pilad Rebuá, uma espécie de bomba, que abastecia os moradores com a gasolina necessária, que ficava desabrigada e livre de qualquer cuidado de vigia especial. Visualizamos, logo em seguida, alguns bois, que naquela época, esta rua já era uma via de circulação importante da cidade, possuía uma movimentação de gado no local, inclusive, com um espaço para estes serem enlaçados.

Figura 19: Rua Pilad Rebuá: em frente à Praça da Liberdade



Fonte: Foto Wadim. Bonito e Antonio Carlos Silveira Soares. 1950.

A imagem deixa a vista no segundo plano, um cavalo com apetrechos de montaria, típico animal para uso na locomoção da época. E à direita, vemos parte da Praça da Liberdade com sua área limitada por cercas de palanques e arame, e ao fundo avistamos uma edificação que, segundo relatos de moradores antigos, era o clube social do município e ao fundo ainda, podemos visualizar farta vegetação.

No lado esquerdo, avistamos ainda uma edificação em alvenaria que refere-se à *Casa Monteiro*, popularmente chamada *venda*, empreendimento onde eram adquiridos secos e molhados. Ali supria-se algumas necesssidades, já que outros produtos são encontrados nos comércios de Miranda e de Aquidauana.

Na figura 20, vê-se o garoto cuidando da sua novilha com naturalidade, tendo como cenário ao fundo um imenso campo e uma morraria ao longe, e a imagem denota que tudo ali ainda era voltado à vida rural. A cerca de palanques vista do lado esquerdo colabora de modo a resguardar alguma criação de gado, o que contribui para fortalecer este aspecto rural do lugar.

Nesta época, as vias públicas ainda eram trechos que davam fácil acesso às propriedades em meio rural, situação comprovada ao se avistar, ao longe, à esquerda, cercas de arame, típicas de áreas com criação de animais.

Figura 20: Morador passeando em Bonito, com uma novilha: área predominante rural.



Fonte: Arquivo pessoal família Castilho. 1958.

Ao longe, à direita, podemos ver algumas poucas casas onde em volta a vegetação é típica de campos e área de pastagem. Essa característica da atividade de criação de gado é predominantemente voltada para atividades do campo, e mantiveram-se até início da década de 1990, mas sem desaparecimento da pecuária de corte e da cultura da soja.

Outras personagens foram igualmente escolhidas para serem lembradas nas toponímias, honra considerada de grande importância até hoje, e que remete ao sentido de grande valorização e reconhecimento público ou apenas uma menção honrosa, algumas vezes com motivações e interesses pouco conhecidos.

A Rua Geraldo Leite homenageia o senhor Geraldo Coelho Leite, que saíra de São Vicente, no Rio Grande do Sul, com Almerinda Monteiro Leite, chegando à região em 1905, de carreta de boi com os pais e irmãos e adquirindo uma fazenda às margens do Rio da Prata, dedicando-se à pecuária e em 1930 mudando para Bonito, na época um pequeno povoado. Tiveram Janes Leite, seu único filho.

A Rua Filinto Strubing Müller faz referência ao político mato-grossense, que nasceu em Cuiabá, em 1900, pertencente a uma família de tradição na política matogrossense. Filho de Júlio Frederico Müller, prefeito de Cuiabá por várias vezes, durante a República Velha. Seus irmãos Fenelon e Júlio Müller foram interventores federais no Estado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas⁵⁹. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói e em 1947,

⁵⁹Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

conquistou uma cadeira no Senado pelo estado do Mato Grosso uno e em 1950, disputou a eleição para o governo daquele estado ,sendo derrotado.

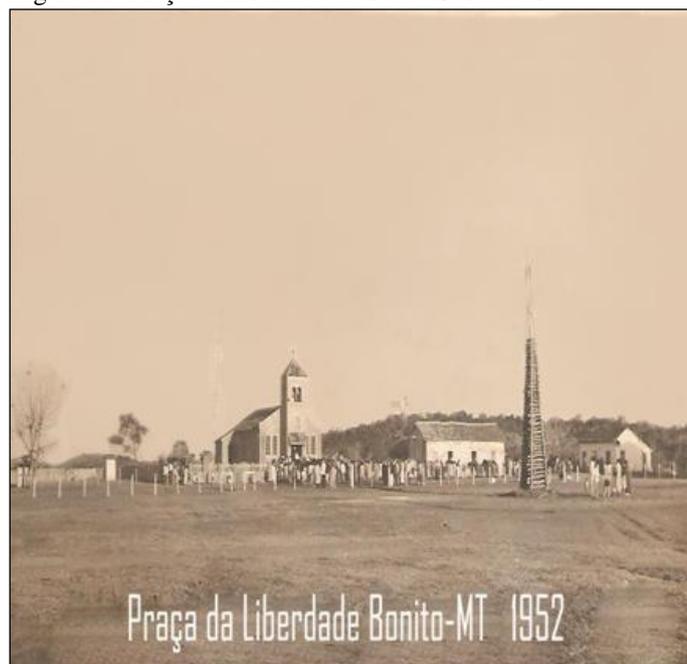
Na década de 1960, o então prefeito de Bonito, João Alves de Arruda, recebeu um cartão de Natal manuscrito, com felicitações do senador Fillinto Müller, com seguintes dizeres: “Ao jovem, brilhante, dinâmico prefeito João Alves de Arruda e aos valorosos amigos de Bonito os votos de Boas Festas e feliz natal do amigo Filinto Muller”.

Em 1973, assumiu a presidência do Senado e em 1973 morreu num acidente aéreo em Paris.

3.5.6. Praças bonitenses

Destacamos a Praça da Liberdade, espaço histórico, onde reuniam-se inúmeros moradores em eventos periódicos tradicionalmente ali realizados.

Figura 21: Praça da Liberdade:Festa de São Pedro



Fonte: Foto Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares. 1952.

A área foi desde a década de 1950 um local de constante movimentação, que segundo relatos, tinha um aspecto de pastagem, com extensa área onde as pessoas se encontravam no ir e vir do caminho entre uma área rural e outra, já que ali ao redor ficavam algumas poucas casas comerciais da cidade.

Este espaço historicamente freqüentado pela comunidade, foi evoluindo para a formação de uma praça e em dois de agosto de 1980 foi inaugurada pela primeira vez, na gestão do prefeito Roosevelt de Sá Medeiros, popularmente conhecido como padre Roosevelt, com uma cobertura de piso em pedras retiradas das difundidas jazidas de mármore locais e uma com uma fonte iluminada e um coreto. Mais tarde, a fonte passou a ser um lugar descuidados, gerando descontentamento do poder público local, que resultou em uma revitalização e destruição da referida fonte em 2006.

Hoje a praça permanece localizada em área também central da cidade, apesar do avanço do processo de urbanização, do desenvolvimento e ocupação do espaço. Ali ainda se vê, em frente a praça, a Capela Sagrada Família, da Igreja Católica, além de inúmeros empreendimentos comerciais como banco, supermercado, escola e lojas de artesanatos.

Em 2007, em meio a polêmica em que alguns afirmaram ser a antiga praça um local decadente, um lugar de lembranças e tempos decadentes, representação do atraso, foram realizadas as obras de reforma. Outra parte da comunidade sentiu-se afrontada com o ato de destruição da fonte original, além da retirada do piso original em mármore, promovendo um tímido mas promissor debate em torno do tema patrimônio local. A antiga fonte deu lugar a um novo monumento também em forma de fonte, denominado *As Piraputangas*.

Creemos que os idealizadores do projeto, durante a gestão pública municipal de José Arthur Soares de Figueiredo, procuraram mostraram ao visitante da praça, principalmente ao turista, a forte marca identitária atual de Bonito, referência ao contato com a natureza e aos peixes típicos dos rios bonitenses: as piraputangas. No capítulo seguinte estes e outros aspectos serão abordados.

CAPITULO IV
A INVENÇÃO DO TURISMO EM BONITO:
NOVAS CONSTRUÇÕES

4.1. A natureza ganha espaço nos discursos e nas sensibilidades

Este capítulo foi destinado à discussão do processo de mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil, como um todo, e em Bonito, em particular, a partir da década de 1980, determinando a recriação de identidades locais dentro do referencial do turismo. Entre as principais indagações a respeito estavam: a) desde quando Bonito foi descoberto como local de refúgio e lazer, como lugar *paradísico*? A partir de quando as atividades turísticas se transformam no centro das preocupações políticas regionais? Em que contexto a cidade se tornou alternativa prioritária para nortear as políticas de desenvolvimento regional? Como foi o processo de construção de uma cultura voltada para o turismo, considerando o perfil pastoril da cidade? Em que contexto podemos visualizar os fatores que determinaram a descoberta de Bonito como patrimônio da humanidade, desencadeando o fenômeno da *invenção do turismo* para o lugar?

Duas obras servem de referencial para nossas reflexões sobre a descoberta do mundo natural, como espaço de descanso e de lazer: A obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, escrita pelo inglês Keith Thomas, e a obra *Território do vazio* do historiador francês Alain Corbin, publicado em Paris no ano de 1988.

As análises empreendidas por Keith Thomas tratam da relação entre o homem e o mundo natural, acreditando que nessa intrincada trama, o homem poderia ser percebido em sentido mais completo. Para tanto, lançou mão de fontes como literatura, relatos de viajantes e discursos de líderes religiosos da época. A Igreja fazia sua interpretação do texto de Gênese I, 28, que dava ao homem plenos poderes sobre a natureza, afirmando que a ele caberia encher a terra e submetê-la, aceitando e aprovando atitudes de “derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos²¹⁵”.

Com este olhar, Thomas colocou luz em passagens da história de urbanização e desenvolvimento industrial inglês, desvelando o mito de que os homens já foram mais respeitosos com a natureza, com a floresta e com os animais, e que hoje não praticam mais estas ‘boas ações’. Ao contrário disso, Thomas perseguiu a ideia de que as sociedades que viveram entre os séculos 16 e 19 promoveram os horrores em relação à

²¹⁵ THOMAS, K.. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. p. 18.

natureza e ao próprio homem. Porém, os modos de vida transformaram-se nos últimos cem anos, dando lugar a certa nostalgia, tanto para a elite como para o homem simples; mudanças estas que Thomas chamou de sensibilidades.

Com sua obra, o autor conseguiu expor as percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, pássaros, vegetação e paisagem física, em cujo meio eles passavam a vida, muitas vezes numa proximidade que hoje mal podemos imaginar²¹⁶.

Baseado nas doutrinas teológicas, o homem era visto como o centro do plano divino e as demais criaturas lhe serviam, para seu prazer e benefício. Durante a Reforma protestante, ocorreram debates sobre a domesticação e crueldade humana para com os animais e sua justificativa, como sendo, na verdade, uma forma de amenizar combates de animais entre seus predadores e evitar sofrimento nas distintas fases de vida, denotando uma autoridade ilimitada do homem sobre eles, segundo Thomas.

Desde os tempos dos anglo-saxões, a Igreja cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e dos rios. As divindades pagãs do bosque, da corrente e da montanha foram expulsas, deixando, assim, desencantado o mundo, e pronto para ser formado, moldado e dominado.

As críticas a este período foram inúmeras e de diferentes proporções. Encontramos alguns historiadores, como o americano Lynn White Jr. que afirmou, em 1967, ter sido o cristianismo a religião mais antropocêntrica de todos os tempos, culpando-a pelos horrores da poluição moderna. Mas encontramos críticos que contestam sua tese, dizendo que os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, e ocorreram também nas civilizações maias, chinesas e nos povos do oriente próximo²¹⁷.

Essa complexa relação entre o homem e o mundo também fez parte das reflexões empreendidas por Alain Corbin, já referidas. Com base em textos poéticos, romances, pinturas, correspondências, diários, tratados de medicina e obras religiosas, Alain Corbin mostrou o nascimento do desejo da beira-mar, marcando o momento da invenção das praias de veraneio e, conseqüentemente, da invenção do turismo.

O recorte temporal de Corbin envolve o período entre 1750 e 1840, quando os europeus de classes abastadas elegeram o mar como cenário nutriente de emoções,

²¹⁶ THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). p. 19.

²¹⁷ *Idem, Ibidem.* p. 31.

deleites e sensibilidades. A partir daí, a praia e o mar transformaram-se nos cenários de visitação, destinado aos banhos, às apreciações, às viagens de lazer, às leituras, às escritas, às inspirações, às pinturas e aos tratamentos medicinais. Antes disso, ignorava-se “o encanto das praias de mar, a emoção do banhista que enfrenta as ondas, os prazeres da vilegiatura marítima”²¹⁸. Segundo Corbin, com raras exceções, o mar e as praias eram espaços de repulsa: “Antes disso, a visão dominante sobre o mar era marcada pela interpretação bíblica do oceano primordial, caótico, abissal, incompreensível, demoníaco, e pela lembrança do dilúvio como invasão, catástrofe, punição”²¹⁹.

Os estudos contemporâneos, como o de Keith Thomas e de Alain Corbin, evidenciaram que o mundo da natureza pode ser tomado como atraente objeto de análise histórica. Percebe-se também que a natureza, enquanto objeto de investigação, tem a própria temporalidade própria estabelecida principalmente pelas mudanças apresentadas pela sociedade humana em sua relação com plantas e animais.

Essa maneira de pensar a relação homem/natureza, cidade/campo, acentuou-se a partir da década de 1980, quando se registraram transformações significativas no campo da pesquisa histórica, abrindo, entre os canteiros mais recentes da história, condições para se refletir sobre o presente, a cultura e as relações humanas.

As significativas contribuições interpretativas de Thomas e Corbin, a respeito da natureza, servem como um bom referencial de análise para pensarmos nosso objeto em suas singularidades.

4.2. Surgimento do turismo

De acordo com Mario Beni²²⁰, hoje o turismo é entendido, na sociedade moderna, como um sistema ou conjunto de diversas atividades econômicas incluindo transportes, hospedagens, agenciamento de viagens e práticas de lazer, além de outras ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos para muitas regiões e países. É reconhecidamente a indústria que mais emprega no mundo, aproximadamente

²¹⁸ CORBIN, A. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves, p. 224. p. 11.

²¹⁹ *Idem, Ibidem.*

²²⁰ BENI, M. C. Análise estrutural do turismo.

duzentos e quarenta milhões de pessoas ou dez por cento da força de trabalho global, demandando diversificada gama de profissões e especialidades necessárias para a produção e para o desenvolvimento econômico global. A função estratégica do turismo, como fonte de divisas, é de especial relevância em países que estão em processo de desenvolvimento, ou que têm recursos naturais e matérias-primas limitadas, contribuindo para diversificação das atividades econômicas locais.

Para abordarmos as questões referentes à cidade de Bonito, consideramos em grande proporção a tese de doutorado de Roswithia Weber, defendida em 2006, sob o título *Mosaico identitário: História, Identidade e Turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*, como estudo de caso a indicar caminhos de pesquisa para outras regiões do país. À esteira desse trabalho, procuramos abordar categorias de análises para nosso objeto.

Segundo Weber, no âmbito nacional, as ações governamentais voltadas ao turismo, bem como a preocupação de preservação do patrimônio eram iniciativas isoladas, pois “só na década de 1950 é que tais esferas passaram a ter uma preocupação sistemática com o turismo”²²¹.

Entre os temas iniciais debatidos durante o processo de institucionalização dessa atividade, estava o sistema nacional de turismo e a estruturação dos órgãos do turismo. Entretanto, conforme a autora, o “Rio Grande do Sul é tido como pioneiro, considerando-se o desenvolvimento do turismo em âmbito nacional. Ele foi o primeiro estado do Brasil a ter um órgão oficial de fomento ao turismo – trata-se do Conselho Estadual de Turismo (CET) e do Serviço Estadual de Turismo (SETUR), criados em 1950”²²².

Mas foi no fim da década de 1980, que ocorreu, segundo Weber, o reconhecimento, na Constituição Nacional de 1988, da atividade turística como um fator de desenvolvimento econômico: “A União, os estados e os municípios são colocados como incentivo ao turismo interno e articulação entre o setor público e privado, seguindo a tendência do cenário neoliberal [...]”. Observamos, por essa constatação da autora, que com o advento do turismo foi potencializado pelo poder municipal, apoiado por cooperadores técnicos²²³.

²²¹ WEBER, R. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica - RS*, p.31.

²²² *Ibidem, Ibidem.*

²²³ *Idem, Ibidem, p. 32*

Ancorada nas pesquisas desenvolvidas por Antonio Carlos Diegues²²⁴, a historiadora Maria do Carmo Brazil (1999)²²⁵, ressalta que essa ideia de santuários ambientais desenvolveu-se na segunda metade do século 19, quando foram criados os grandes *parques nacionais norte-americanos*, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*), transformando imensas áreas consideradas “intocadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador”. Diegues revela que os “nichos selvagens” seriam abertos às populações urbanas norte-americanas que poderiam, assim, contemplar ou reverenciar a essência pura da natureza²²⁶.

Essa forma de conservação denominada *moderna* e seus suportes ideológicos contagiaram o mundo²²⁷. Foi assim que o mito moderno, grande emissor das *visões do paraíso*, passou a constituir-se, no final do século 20, numa complexa gama de representações defendidas por uma forte corrente de conservacionismo ambiental. Portanto, também numa “concepção biocêntrica das relações homem/natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano”²²⁸. Brazil salienta que o fundamento desse propagado mito moderno foi buscado nos princípios das grandes religiões, especificamente no cristianismo, que acabou promovendo, de forma bastante forte, a visão do “*paraíso perdido*”²²⁹.

Grande parte dos princípios das *visões do paraíso* justifica hoje o desenvolvimento do turismo contemplativo, atividade que se transformou numa das bases da economia na região de Bonito, o chamado Ecoturismo. Segundo Magdalena Fernandes da Silva, “o termo ecoturismo, com seus diferentes equivalentes, refere-se a modalidades diversificadas de turismo em que a natureza é objeto de atração, incluindo ainda como requisitos a sustentabilidade ecológica, a conservação da biodiversidade e o respeito aos valores da comunidade local.”

4.3. Nasce a cidade das águas

²²⁴ DIEGUES, A. C. - *O Mito da Natureza Intocada*. p. 13.

²²⁵ BRAZIL, M. do C. O rio Paraguai entre o “paraíso” e a “maldição de Adão”, p.38.

²²⁶ DIEGUES, A. C. - *O Mito da Natureza Intocada*. p. 15.

²²⁷ *Idem, Ibidem*. p. 40.

²²⁸ *Idem, Ibidem*. p. 53.

²²⁹ *Idem, Ibidem*. p. 55.

O desafio de nosso trabalho reside em superar as análises economicistas sobre o município de Bonito e enxergar as construções identitárias vinculadas ao *neomito* do paraíso das águas, para distinguir não somente a cidade imaginada, mas a vivida no cotidiano, revivida na memória e na prática cotidiana.

A denominação de *Paraíso das águas cristalinas*, dada ao município de Bonito, refere-se ao *neomito* e matriz identitária fortemente presente no imaginário e no cotidiano da cidade contemporânea, fruto da produção material reinventada a partir do turismo, como uma tradição econômica reinventada predominante em Bonito a partir dos anos de 1980, resultado de um esforço em reverter uma crise econômica nos setores da pecuária e extração vegetal, com novas bases no sistema turístico.

Conforme os estudos de Margarita Barreto e Alvaro Banducci Junior:

No pensamento pós-moderno, a identidade é vista como algo móvel, sempre em construção, que vai sendo moldado no contato com o outro e na releitura permanente do universo circundante. O contato entre turistas e residentes, entre a cultura do turista e a cultura do residente, desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos, mas que sincrônica e diacronicamente, provoca o fortalecimento da cultura e da identidade dos indivíduos e da sociedade receptora, e muitas vezes do próprio turista que, na alteridade, se redescobre.²³⁰

Mecanismos de redirecionamento e de reconstrução econômica vinham sendo delineados já no final da década de 1970, quando áreas rurais de beleza natural ímpar já eram visitadas em escala local, como a *Gruta do Lago Azul* e da *Ilha do Padre*. Porém, foi necessário um longo período até a consolidação destes produtos e estabelecimento de um projeto de exploração do turismo.

Em 1980 foi lançado o livreto *Bonito: o gigante adormecido: cidade turística*²³¹, contendo pequenos ensaios de pessoas da comunidade local, organizado por Theodorico de Góes Falcão, seu Bijo. Na primeira parte da obra, o organizador dos ensaios fez referência ao potencial econômico local como a existência de atividades como extração do calcário, a existência de olaria, serraria, de cem estabelecimentos comerciais e duas agências bancárias, Banco Financial S.A. e Banco do Brasil S. A.

Escreveu ainda um artigo intitulado *Durvalina Dorneles Teixeira*, homenageando a antiga professora da região, já referida no capítulo anterior. Esta fonte

²³⁰ BANDUCCI JR. A.; BARRETO, M. (org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. p. 19.

²³¹ FALCÃO, T. de G. Bonito o gigante adormecido: cidade turística.

documental oferece grande contribuição a respeito da memória e da cultura escolar de Bonito e poderá ser melhor analisada futuramente.

Os folhetos encontrados no acervo da Biblioteca Municipal Simplício de Assis trazem aspectos históricos acerca do município, além de artigos sobre o potencial turístico de Bonito, ainda incipiente à época (Figura 20).

Figura 22: Capa original do livreto Bonito, o gigante adormecido



Fonte: Arquivo do acervo da Biblioteca Municipal Simplício de Assis. Bonito, MS.

Quadro 8: Texto informativo e promocional sobre Bonito na década de 1980

POTENCIAL TURÍSTICO DE BONITO APRESENTADO POR FALCÃO EM 1980	
Grutas, rios e cascatas	<ul style="list-style-type: none">- Há projeto de instalação de um camping clube;- Bonito é muito visitado por turistas, vindos de todas as partes do Brasil por causa do seu rico potencial turístico que consiste em grutas onde se encontram estalactites, estalagmites e areia colorida.- Das grutas, duas merecem maior destaque: a do Lago azul com 10 hectares

	de extensão, 116 metros de profundidade e com um belíssimo lago no seu interior, e a Gruta Nossa Senhora Aparecida, na Fazenda Anhumas. Além das grutas, Bonito conta com o rio Formoso, com águas límpidas e diversas cachoeiras.
Paredões da Bodoquena	Bonito dá acesso ao Pantanal do Nabileque (150 Km) que é muito visitado por turistas, caçadores e pescadores.
Festas:	Comemoração da Semana Santa; Carnaval. As festas tradicionais do povo são as juninas que tem início 23 de junho culminando a 29 de junho, dia de São Pedro, padroeiro da cidade. Nestas festas tem-se a oportunidade de participar de procissões, barraquinhas, bailes, leilões e fogueiras.
Folclore	À época que antecem as festas juninas, saem as bandeiras de São Pedro visitando os lares, acompanhadas de várias pessoas, tocando e cantando. Há ainda a procissão de São Paulo apóstolo e São Pedro, onde só os homens a cavalo participam levando bandeiras.
Hotéis:	Hotéis: Canaã com três apartamentos, dois quartos e um restaurante. Hotel Bonanza com quinze quartos e Hotel Alvorada com treze quartos. Churrascaria Camboriú.
Igreja:	Igreja matriz de São Pedro (católica), na sede; capela de São Paulo Apóstolo, também na sede e outras quatro na zona rural. As obras da nova matriz já foram iniciadas. Existem também três igrejas evangélicas.
Empresas de transportes	Viação Cruzeiro do Sul, de Bonito para Jardim (diário), saída às 06h00 e às 13h30. De Jardim para Bonito: saída às 10h00 e às 15h00 (diário) Saída de Bonito para Aquidauana: (diário) saída às 06h00 e às 08h00. De Aquidauana para Bonito (diário): saída às 12h00 e às 16h00. Expresso Nossa Senhora Aparecida, para região de Bodoquena. Expresso Real (de cargas).
Rodovias:	Bonito-Aquidauana: 126 km. Bonito-Jardim: 46 km. Bonito-Miranda: 115 km. Estradas de penetração: 563 km de estradas municipais. Há postos de gasolina e cinco oficinas mecânicas.
Sistema energético	Mantido pela Enersul, sistemas este vindo do conjunto de Urubupunga, com trezentas ligações. Bonito está incluído no projeto POLOCENTRO e já se acha integrado nesta cidade o sistema Enersul

Fonte: Bonito: o gigante adormecido: cidade turística: Arquivo do acervo da Biblioteca Municipal Simplício de Assis. Bonito, MS.

Em outro folheto, intitulado *Bonito: a terra prometida*, do mesmo autor, os textos enaltecem as belezas naturais e trazem forte apelo turístico, de referencial conservacionista para a região:

O que é bonito é pra se preservar. Bonito de se ver, de se admirar é pra conservar. O município de Bonito, paraíso natural de grutas misteriosas, águas transparentes como a alma de seu povo e riquezas inesgotáveis como a generosidade de seus filhos, confia na solução definitiva de seus problemas e nas respostas aos desafios do futuro.²³²

De fato, depois de minucioso mapeamento geológico realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ao final da década de 1970, a serra da Bodoquena foi apontada uma das mais promissoras de Mato Grosso do Sul em potencial

²³² FALCÃO, T de G. Bonito: a terra prometida. Folheto comemorativo ao aniversário de Bonito. Contracapa.

mineral. Esse levantamento, segundo os estudiosos da área, criou expectativas na região:

A presença de inúmeros geólogos com seus aparatos, o movimento de caminhonetes e até helicópteros criaram expectativa do progresso e que a mineração finalmente iria trazer a prosperidade que todos esperavam para a região para a região, até então isolada e com atividades econômicas restritas à pecuária e à extração de madeira, além de uma incipiente agricultura cafeeira²³³.

Os pesquisadores Lino, Boggiani, Cortesão, Godoy e Karmann, em meados dos anos de 1980, desenvolveram o Projeto Grutas de Bonito (MS) – Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico. O Relatório denominado *Bonito-Diretrizes para um manejo turístico*²³⁴ foi fruto de investigações em Bonito, sobre o potencial espeleológico da região, realizadas pela SEMA/IMAP²³⁵, onde consta que foram mapeados dezoito cavernas em Bonito.

Neste período, as grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida foram adquiridas pelo governo estadual para posteriores estudos de visitação e de impacto ambiental gerado por esta atividade para o local. As cavernas são vistas pelos estudiosos como testemunhas das atividades remotamente desenvolvidas na região onde elas estão localizadas, além de serem ricos registros paleontológicos e arqueológicos. Além disso, os elementos repositórios possibilitam a reconstituição da fauna e da flora da região e oferecem pistas valiosas sobre a vida da espécie humana.

Desta maneira, as grutas funcionam como banco de dados à espera de analistas e, por isso, o uso destas para fins variados colocou este bem natural no rol de patrimônios naturais sob a salvaguarda do governo federal enquanto bem da União, segundo o inciso X do artigo 20 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Segundo a pesquisadora Roswithia Weber, o termo “patrimônio” pode ser usado não apenas para peça material, “no sentido de bem comum em si, mas também como sua representação”. Weber explica que a ampliação do termo ocorreu a partir dos anos de 1980, “quando a idéia de patrimônio deixa de ser somente associada ao setor

²³³ BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo. In: BANDUCCI JR, A. (Org). Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito. p.152.

²³⁴ LINO, C.F.; BOGGIANI, P.C.; CORTESÃO, J; GODOY, N.M. & KARMANN, I, 1984. Projeto Grutas de Bonito (MS) - Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico.

²³⁵ A sigla SEMA significa Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, e IMAP significa Instituto de Meio Ambiente Pantanal.

tradicional dos monumentos históricos, passando a levar em conta, especialmente, as políticas do patrimônio”²³⁶.

Começava a se propagar a ideia de desenvolvimento do turismo em Bonito, como uma alternativa à crise regional nos setores da pecuária e extração mineral e vegetal, principalmente a diminuição de extração de madeira de lei da região. As visitas esporádicas as Grutas do Lago Azul, Nossa Senhora Aparecida, Ilha do Padre e à Cachoeira do Hormíneo geraram uma mobilização com relação à melhoria da estrutura, divulgação e comercialização destes atrativos.

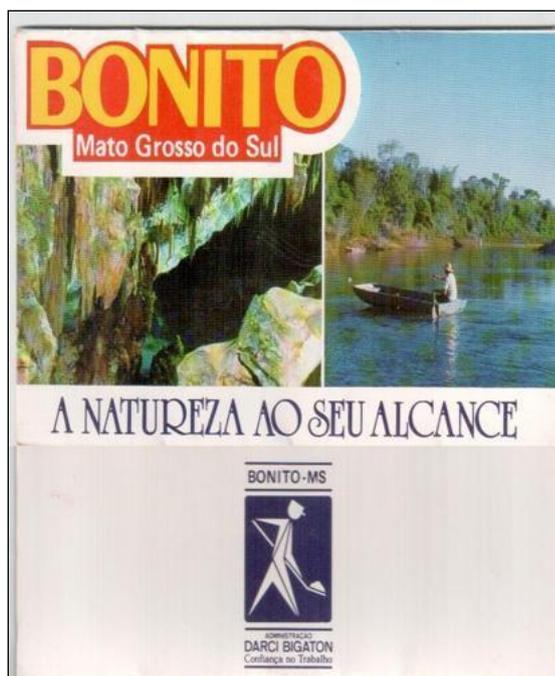
No entanto, a cidade não apresentava ainda, a mínima infraestrutura para o turismo, contando com poucos hotéis voltados a viajantes e proprietários rurais da região, com estradas de difícil acesso à área urbana e aos atrativos, localizados em sua maioria, nas áreas rurais do município. Contudo, os planos de impacto ambiental passaram a ser quesitos obrigatórios em Bonito, desde o estudo iniciado por Lino.²³⁷

Um material publicitário produzido à época (Figura 21) demonstra o intento da gestão do prefeito Darcy Bigaton (1983-1989) em alavancar a atividade econômica do turismo no município, com a imagem da Gruta do Lago Azul impressa no folheto, demonstrando que a propaganda e a publicidade referentes aos atrativos já existentes em Bonito passam a ser utilizadas como forte meio de divulgação destes.

Figura 23: Folheto publicitário da Prefeitura Municipal de Bonito de 1980.

236 WEBER, R. Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica.p. 38.

237 LINO, C.F.; BOGGIANI, P.C.; CORTESÃO, J.; GODOY, N.M. & KARMANN, I. Projeto Grutas de Bonito (MS) - Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico.



Fonte: Acervo do arquivo privado de Maria Leopoldina Almeida Campos.

Segundo relato oral de Maria Leopoldina de Almeida Campos,²³⁸ “[...] foi o Darcy (prefeito de Bonito na época) que divulgou Bonito fora. Já tinha a questão das cavernas, a gruta do Lago Azul, que é nosso cartão postal, e a de Nossa Senhora Aparecida que na época a gente já visitava”²³⁹. É nesse sentido que a imprensa, os impressos promocionais e outras produções textuais ajudam no processo de constituição e de formalização das memórias.

Maria Leopoldina de Almeida Campos, natural de Bonito, guia de turismo e proprietária da agência de turismo *Big Tour*, é um exemplo da forma como a sociedade foi aos poucos incorporando, formalizando e difundindo memórias: “O turismo já estava na nossa mente, mas a gente não sabia que a palavra era turismo. Onde é o Balneário, as pessoas invadiam para ir tomar banho lá, e o Darcy [o Prefeito] viu isso e desapropriou aquela área e criou o Balneário, que tinha um projeto muito lindo, não era nada daquilo que tem”²⁴⁰. O ato de os moradores extrapolarem os limites da área particular naquela época fez do local um refúgio proibido e ao mesmo tempo muito disputado.

²³⁸ Maria Leopoldina de Almeida Campos colaborou com esta pesquisa concedendo entrevista, cujo objetivo foi colher relatos do período referente ao surgimento do turismo e seu desenvolvimento até os dias atuais. CAMPOS, Maria Leopoldina de Almeida. *Depoimento oral sobre Bonito*. Bonito, MS, 2010.

²³⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁰ CAMPOS, M. L. de A. *Depoimento oral sobre Bonito*. Bonito, MS, 2010..

Conforme discute Eric Hobsbawm²⁴¹, a escrita do passado não é monopólio do historiador, cabe a este estar atento para reconhecer, nas narrativas não profissionais, as intencionalidades políticas e sociais ali presentes.

Roswithia Weber lembra que Hobsbawm, ao estudar os movimentos que se dão no âmbito do que ele denomina de “fabricação de nações”, utiliza a ideia de “tradições inventadas”. Essa noção orienta os historiadores no sentido de identificar como a história pode ser utilizada para legitimar determinadas ações. Estas são buscadas nas tradições a partir da coesão de determinados grupos: “[...] Busca-se estar atento à forma de ‘invenção das tradições’, à institucionalização de práticas tradicionais recriadas [...]”²⁴². Esse aspecto está presente no processo de patrimonialização de Bonito, preparando-o para servir de referencial turístico regional.

A década de 1980 representou um divisor de águas na história da região de Bonito, pois, na esteira do novo impulso econômico do turismo, a cidade passou a contar com esforço de líderes políticos estaduais. Estes elaboraram indicações de projetos de lei, como a do deputado Sérgio Cruz, em 1983, declarando a cidade área especial de interesse turístico, título que justifica inclusive sua toponímia, Bonito; lembrando que “o potencial agropastoril que ostenta e da grande reserva de calcário que abriga, é, fora de dúvida, área das mais acessíveis à exploração de turismo o lazer”. Ele justifica inclusive sua indicação com as seguintes palavras:

Valho-me de um texto, publicado na Revista Interior (nº 48) do Ministério do Interior, para melhor caracterizar a expressão de Bonito no cenário turístico brasileiro. Um espetáculo com duração de pouco mais de 30 minutos compensa plenamente os esforços dos que, decididos a se aventurarem pelo Oeste de Mato Grosso do Sul, chegam até à região de Bonito, quase ao pé da Serra de Bodoquena. Passando pela cidade, 22 quilômetros depois, a natureza reserva um espetáculo que se renova entre 7 a 8 horas, no interior do Lago Azul: é que nesse horário a luz do sol penetra no interior da gruta, incidindo diretamente nas plácidas águas do lago subterrâneo [...].

A indicação fez com que olhares se voltassem para a região possibilitando que as belezas naturais e as águas cristalinas se fortalecessem como elementos identitários do lugar.

Em 1980, realizou-se em Bonito um estudo sobre o potencial espeleológico da região, denominado *Bonito-Diretrizes para um manejo turístico*, através da Secretaria

²⁴¹ HOBBSAWM E. e RANGER T. (Org.) *A invenção das tradições*.

²⁴² WEBER, Roswithia, *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica* p. 40/41.

Estadual do Meio Ambiente (SEMA), cujo objetivo era inventariar as cavidades naturais do solo, como grutas, cavernas, fontes. Esse órgão do governo estadual mapeou dezoito sítios, destacando-se os estudos sobre a Gruta do Lago azul e a Nossa Senhora Aparecida, áreas que foram então adquiridas pelo governo estadual para posterior estudo de visitação e impacto ambiental desta atividade para o local.

Na década de 1990 contemplou-se a possibilidade de instalação de uma indústria extrativista de cimento em Bonito; entretanto a idéia não prosperou, já que a população se mobilizou no sentido de impedir a instalação da referida indústria.

Como meio de ampliar a conscientização, surgiram estudos sobre o impacto ambiental gerado pela instalação de empresas de mineração de calcário, nas proximidades do rio Perdido, a vinte quilômetros de Bonito. A detonação de material explosivo durante o trabalho da indústria poderia acarretar prejuízo às cavernas, e este foi o fator principal de impedimento da sua instalação. Com isso, o projeto em Bonito não se concretizou²⁴³. Porém, a mesma indústria acabou instalando-se no município de Bodoquena, vizinho 70 quilômetros de Bonito, recebida com grande expectativa de geração de emprego e renda pela comunidade local.

Abandonando a ideia de se transformar em pólo de extração mineral, como havia sido cogitado anos antes, parte dos atrativos turísticos de Bonito passou a funcionar a partir do licenciamento ambiental, regulamentado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o que incluía limitação do número de visitantes.

No ano de 1992, esteve em Bonito a *Expedição Franco-brasileira Bonito 92*, com Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, que visitou grutas da região, com destacado estudo de exploração da *Gruta do Lago Azul* e os achados de fósseis de mamíferos já extintos, demarcando a sua profundidade até então desconhecida por especialistas. O fato desencadeou intensa divulgação da cidade na imprensa e despertou interesse pelo potencial turístico local.

Ainda no ano de 1992, iniciou-se um projeto de realização do primeiro curso de Guia de Turismo em Bonito, sob forte polêmica referente ao modo como vinham sendo tratadas as questões ambientais, incertezas sobre o futuro das belezas naturais e o dilema de promover o desenvolvimento econômico com destruição ambiental ou estagnar a economia com o advento da preservação ambiental. Paulo César Boggiani, geólogo, à época professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi o coordenador do

²⁴³BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JR, Á.; MORETTI, E. Qual paraíso?: Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. p. 155.

primeiro curso de formação de guias de turismo de Bonito. O curso foi oferecido em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul, CODEMS; esta responsável pela vinda da expedição Franco-brasileira à região.

A Prefeitura municipal desapropriou uma área às margens do rio Formoso, distante oito quilômetros do centro da cidade e criou em 1988 o Balneário Municipal Rio Formoso autorizando, em 1992 o prefeito a pagar a indenização do imóvel a Janes Monteiro Leite. O atrativo não possuía inicialmente limitação de visitantes, nem orientação quanto ao uso correto de seus recursos naturais, o que acarretou na redução de algumas formações de tufas calcárias existentes ao longo do rio Formoso.

Em 1995, estabeleceu-se pela lei municipal nº 695/95 a criação do *Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo*²⁴⁴, ligado à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Bonito, como órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil, capaz de promover o turismo como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural. A referida Lei deu suporte legal a ações que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito da academia e no setor empresarial, e deste modo passou a ser um marco na história do turismo em Bonito.

Em 1999, foi proposto e promovido em Bonito o *1º Festival de Inverno de Bonito*, uma iniciativa do governo estadual da época, com grande parte dos recursos financeiros advindos da Petrobrás, também com apoio institucional da prefeitura municipal de Bonito e de empresários locais. O evento teve grande importância no que concerne à difusão e promoção da cultura regional. Hoje ele já se encontra na sua 11ª edição.

No ano de 2000, foi elaborado o artigo *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS*, o qual foi publicado pela primeira vez na Revista acadêmica *Gestion turística* do Chile. Este objetivou subsidiar e apoiar o planejamento e ações locais na medida em que são apontados os pontos críticos ao desenvolvimento e amadurecimento da cadeia produtiva relacionada ao turismo; demonstrar a importância sócio-econômica do ecoturismo para o município de Bonito

244 BONITO. P. Mun. de Bonito. Lei nº 695/95, que criou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, e da Outras Providências. Disponível em http://www.portalpublicobonitoms.com.br/index.php?p=ver_leis&&lei=ord.

além de identificar os principais desafios para do ecoturismo na região e propor estratégias para sua superação.

José Roberto da Silva Lunas escreveu, em 2000, um artigo sobre *a Implantação, Descrição e Avaliação do Sistema de Gestão do Turismo em Bonito*, sendo a sua produção científica no mestrado e no doutorado também foi voltada à temática do turismo em Bonito.

De acordo com o decreto de 21 de setembro de 2000, o Ministério do Meio Ambiente criou o *Parque Nacional da Serra da Bodoquena*, localizado em área que abrange também Bonito. Esse fato gerou a necessidade de construir escritos sobre a região. Na obra *Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza*²⁴⁵, lançada em 2001 pelo pesquisador, ambientalista e fotógrafo Miguel Von Behr, encontramos narrativas sobre a história de Bonito.

O livro contempla um inventário da região, com informações sobre tradições, revisando de modo geral o processo de formação da região da Serra da Bodoquena especialmente dos municípios de Bonito, Bodoquena, Guia Lopes, Jardim e Porto Murtinho, contemplando, assim, área de demarcação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena²⁴⁶.

A região foi representada nesta obra através de fotos da natureza, animais pré-históricos, da cultura dos índios Kadiwéu - um dos poucos índios cavaleiros da América do Sul – de manifestações culturais e atrativos turísticos, como também da história da fundação das cidades até aspectos recentes ligados à história da chegada do turismo na região, como o primeiro Curso de Formação de Guias de Turismo e o personagem Sérgio da Gruta, o primeiro guia.

Dentre outros assuntos, são destacados o poeta de Jardim; os mitos: “Senhorzinho” e Selvino Jacques, a tradição do chá mate tererê; os laçadores dos Clubes do Laço, uma espécie de Lampião do sul do Brasil; O Zé da verdade. A natureza da Serra da Bodoquena é mostrada por meio da sua geologia, as cavernas, como a Gruta do Lago Azul, a fauna, a flora, revelando o calcário que torna as águas sempre verdes e azuladas, mesmo em época de chuva, e as cachoeiras que aumentam de tamanho. Por fim, apresenta o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em processo de implantação, com 76,4 mil hectares, assegurando uma nova forma de desenvolvimento turístico para a região.

²⁴⁵ VON BEHR M. Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza.

²⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

No ano seguinte, grande contribuição foi dada para o avanço dos estudos sobre Bonito pela geógrafa Icléia Albuquerque de Vargas em artigo escrito em 2001, sob o título *A gênese do turismo em Bonito*, como parte da obra *Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*²⁴⁷. Esta obra baseou-se em pesquisas na área de Educação, com ênfase em Geografia Escolar e Disciplinas Escolares, em que foram contemplados temas referentes à educação ambiental, geografia cultural, pantanal, meio ambiente, turismo e percepção ambiental.

Icléia produziu uma cronologia da atividade turística em Bonito, com grande contribuição para uma sistematização e ordenação de fatos marcantes desta fase da história local, com ênfase às ações relativas à estruturação dos atrativos, discussões nas áreas da Ecologia, Economia do Turismo e educação para o turismo, com formação profissional.

No artigo *Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo?* de Paulo Boggiani, também como parte do livro *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*, visualizamos detalhes de um período importante da gênese do turismo em Bonito. Momento em que a atividade, em meados da década de oitenta, estava ainda restrita a visitas esporádicas à Gruta do Lago Azul, à Ilha do Padre, um rudimentar balneário no Rio Formoso, e à Cachoeira do Hormíneo.

Ainda na obra *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*, os autores Álvaro Banducci Junior, Edvaldo Moretti entre outros, tratam dos municípios de Bonito e Bodoquena, os quais são marcados pela presença de inúmeras grutas, cavernas e águas cristalinas que definem a singularidade de um dos principais *paraísos* do ecoturismo brasileiro. A transformação da região em Reserva Natural da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, somada ao atual interesse da opinião pública por temas ecológicos e à gradativa facilidade de acesso e qualificação dos serviços turísticos deve incrementar ainda mais sua visitação.

A Capacidade de carga em Bonito foi objeto de análise de Ana Cristina Trevelin e Janaina Couto Mainchein em 2003²⁴⁸, quando elaboraram artigo solicitado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), sobre o tema. Além deste estudo destacado, foram desenvolvidos inúmeros outros trabalhos referentes aos impactos da atividade no ambiente natural. Um grande número de estudos desta natureza foi

²⁴⁷ BANDUCCI JR, Álvaro; Moretti, Edvaldo (org.). *Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*.

²⁴⁸ TREVELIN, A. C., MAINCHEIN, J. C. *Capacidade de Carga*. Texto desenvolvido para o site do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. (www.bonito-ms.com.br).

reconhecido pela comunidade acadêmica e nós tivemos acesso a eles, apesar de não representarem diretamente o tema por nós pesquisado. O que nos levou à leitura destes trabalhos foi nossa compreensão quanto à extensão destes estudos na área por nós abordada, o turismo, e o reconhecimento de grande lacuna na temática relativa à questão da construção das identidades em Bonito.

Cabe salientar que o processo de institucionalização do turismo em Bonito coincide com uma fase mais recente de ampliação da gestão do setor em nível nacional, com ações da Embratur, como a criação do macro *Programa de Regionalização do turismo* em 2004, estabelecendo diretrizes em âmbito nacional que orientaram gestores públicos e empresários de Bonito.

Recentemente, em 2005, verificamos a elaboração do projeto no Instituto de Ensino Superior da Funlec, IESF, intitulado *Na Luz de Bonito*, em parceria com o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro, SEBRAE, a Secretaria municipal de Turismo, Indústria e Comércio e com mobilização da sociedade civil, com objetivos de reunir informações sobre a história local. Um exemplo foi um concurso organizado com objetivo de descobrir dados sobre o beato “Senhorzinho”, figura mítica, que apareceu na região por volta de 1944, sendo considerado santo por seus seguidores. Sobre ele, os alunos da rede escolar foram mobilizados para coletar dados a respeito.

Também foi realizado em 2005 um evento para as crianças da rede escolar, intitulado *Torneio mirim de laço comprido: boi parado*, para recuperar costumes e lazer de épocas remotas de Bonito, a pedidos de participantes da iniciativa. A prova era laçar um boi de madeira com um laço de medidas compatíveis com o porte das crianças e adolescentes em fase inicial de aprendizado da técnica de laçada, conhecida também prova do *Boi parado*. A brincadeira envolvendo o boi faz parte do referencial do passado pastoril de Bonito.

Turismo cultural: orientações básicas foi documento apresentado pelo Ministério do Turismo, em 2006, que se propunha contribuir para o desenvolvimento e a oferta de produtos de Turismo Cultural autênticos e, principalmente, para a promoção da diversidade cultural brasileira, da participação e do bem-estar das comunidades, contando com estudos desde a década de 1970 quando o turismo passou a ser apontado como alternativa para o desenvolvimento mundial, inclusive no Brasil, embora de forma incipiente.

Em 2007, a Fundação Cândido Rondon apresentou o *Diagnóstico ecosocioambiental de Bonito*, com amplo estudo sobre a cidade, contemplando

inúmeros elementos do contexto local, como as características físicas, bióticas e socioeconômicas e culturais.

A Fundação Cândido Rondon, FCR, é uma instituição com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter científico e cultural, instituída por escritura pública e regida por Estatuto aprovado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. É credenciada como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)²⁴⁹.

O documento inicia com um alerta para o modo como a atividade turística foi implementada em muitos lugares revelando-se danosa ao patrimônio cultural ou ineficaz como estratégia de promoção, quer pela falta de recursos humanos especializados, pela visitação descontrolada, pelo desrespeito em relação à identidade cultural local, pela imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades, quer ainda pelo despreparo do próprio turista para a experiência turística cultural:

Esse contexto sinalizou para a necessidade de se implementar ações conjuntas, planejadas e geridas entre as áreas de turismo e de cultura, e de se contemplar o respeito à identidade cultural e à memória das comunidades na atividade turística. O patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado.²⁵⁰

O Programa de Regionalização do Turismo produziu em 2007 um texto técnico denominado *Roteiros do Brasil. Sustentabilidade ambiental. Princípio fundamental*²⁵¹, com orientações que visavam disseminar e estimular o respeito às diretrizes básicas dos órgãos ambientais, em todas as suas instâncias, além de valorizar, entre outros aspectos, a conservação e a preservação da fauna, flora e belezas cênicas e a correta utilização dos recursos naturais.

Ainda em 2007, a Fundação de Turismo de MS propôs a elaboração das *Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul* para o período 2009-2020 compreendendo as 10 (dez) Regiões Turísticas do estado. Gestora oficial do

²⁴⁹ Fundada em julho de 2000, a FCR detém competência estatutária para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e institucional, bem como a transferência de conhecimento no campo do ensino, pesquisa, consultoria e capacitação.

²⁵⁰ BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Turismo cultural: orientações básicas. p. 9.

²⁵¹ BRASIL. Programa de regionalização do turismo: Roteiros do Brasil. Sustentabilidade ambiental. Princípio fundamental.

turismo no estado, a Fundação de Turismo de MS é responsável pela viabilização da exploração econômica dos seus recursos, promoção e divulgação do destino Mato Grosso do Sul. Segundo a Lei n°. 2.307 de 09/10/2001, a fundação tem como finalidades: fomentar, incentivar e promover a exploração do turismo no Estado; identificar, selecionar e divulgar oportunidades de investimentos turísticos no território estadual; viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos; induzir o desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico, e dar assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

Em 2008, a Fundação Neotrópica do Brasil promoveu o curso *Inclusão verde*, no qual ofereceu cursos de iniciação à monitoria ambiental a jovens em situação de vulnerabilidade social do município de Bodoquena. Algumas ações foram realizadas em Bodoquena e outras em Bonito, com objetivo de oferecer aos alunos o grande espaço de “laboratório a céu aberto” que Bonito tinha nas áreas de Ecologia e Turismo. Criada em 1993, a fundação é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, sediada em Bonito, com a missão de promover e praticar a conservação da natureza; é associada à Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, integra o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, a Plataforma de Diálogo entre segundo e terceiro setores: Pantanal/Pólo Mineral-Industrial de Corumbá/MS²⁵².

A lei federal 11.771 de 17 de setembro de 2008, conhecida como *Lei geral do turismo*, promulgada em 2008, estabeleceu normas sobre a *Política Nacional de Turismo* e definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e ainda disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

No mesmo ano, de 2008, veio a lume o artigo *Conhecendo o Município de Bonito/MS através do Olhar de seus habitantes: paisagens, lugares e a valorização da experiência*, de Karina Basílio Cerdoura, envolvendo o campo da geografia, da história e do turismo. A partir de um levantamento baseado em relatos orais, a autora destacou a importância do material como fonte de análise sobre a representação da cidade, fundamentada no olhar e no imaginário dos moradores locais. O artigo foi escrito com base nos dados da sua pesquisa inicial, que resultou em sua dissertação, desenvolvida no

²⁵² A ONG participou de três edições do Programa “Trainee em Meio Ambiente” da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Liderou a campanha, que durou 10 anos, para a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, área que abriga a maior extensão de florestas do Estado, com 76.481 hectares, inúmeras espécies da fauna e flora ainda desconhecidas e muitas ameaçadas de extinção.

mesmo período e que defendeu em 2009 com mesmo tema. Sobre a dissertação, discorreremos em item seguinte, em que elencamos os principais trabalhos de dissertações e teses que tomaram Bonito como objeto de pesquisa.

Todo esse material arrolado serviu de suporte para redefinição da economia local, e, conseqüentemente, para a reconstrução identitária de Bonito. As pesquisas nos campos da ecologia, do turismo e da economia colaboraram para que um projeto político fosse pensado na esfera governamental e empresarial, assim como também para a viabilização de estratégias de implementação e de gestão deste projeto de turismo para Bonito.

Foram mobilizados, sobretudo, a partir de 1990, os atores que tinham determinado poder econômico, científico e político para realizar esta empreita, além de alocação crescente de recursos financeiros, provenientes basicamente de programas de gestão pública federal e estadual. Porém, infelizmente, parece que foi esquecido de lançar luz em dimensões sociais e culturais do novo movimento de turismo e de dispor de recursos, estudos, políticas específicas e análises.

4.4. Novos símbolos e lugares da memória

Neste esforço de pensar sobre a memória e realizar a escrita sobre as construções identitárias de Bonito, tornou-se fundamental recorrer às ideias de Maurice Halbwachs elaboradas desde 1925, presentes na obra *A memória Coletiva*²⁵³. Nessa verdadeira “sociologia da memória coletiva,” Halbwachs iniciou significativas reflexões em torno da relação história/memória, conforme destacou a pesquisadora Marileize Brasil: “Trabalhos importantes como *Les Lieux de Mémoire* do historiador Pierre Nora de 1984 e *Memória, Esquecimento, Silêncio e Memória e Identidade Social*, do historiador Pollak (publicados respectivamente em 1989 e 1992) encontram-se em constante diálogo com a obra de Halbwachs”²⁵⁴.

No artigo *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*, de 1984, publicado no Brasil em 1993, na *Revista Projeto História*, Nora caracterizou a situação

253 HALBWACHS, M. *A memória Coletiva*.

254 BRASIL, M. *Cidades e povos: considerações acerca das migrações européias através da bacia do prata: O caso dos italianos em corumbá*, ms (1870–1950).

em que o passado aos poucos acaba cedendo “seu lugar para a idéia do eterno presente através do uso da expressão aceleração da história”, conforme observou Renilson Rosa Ribeiro²⁵⁵. Para evitar o efeito destruidor da “rapidez contemporânea, a saída é perscrutar e recolher “traços e vestígios” do passado.

Pierre Nora²⁵⁶ (1993), no contexto de “aceleração da história”, difunde aquilo que ele chamou de “lugares da memória”, os quais, conforme observou Roswithia Weber, servem de espaços para se ancorar a memória: “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”²⁵⁷.

Roswithia Weber, estudando a história, a identidade e o turismo, nos municípios da Rota Romântica do Rio Grande do Sul, apresentou contribuições basilares para a discussão da constituição das identidades locais, referindo-se ao pressuposto de que a identidade local é construída “a partir de um conjunto de representações estruturadas por políticos, clérigos, industriais, comerciantes e intelectuais, ou seja, diferentes segmentos que buscaram brechas para a inclusão de seus símbolos, para a defesa de interesses pessoais ou institucionais”²⁵⁸.

Conforme Weber, os lugares da memória representam “um momento de celebração de grupos e do passado, onde memória e identidade se articulam”²⁵⁹, e nesse sentido, a iniciativa dos segmentos manifesta-se através de elaboração de projetos, construções de monumentos e organização de festas, traduzida como novas construções que passam a ter função simbólica e ritual para a cidade. São momentos em que a população local empreende esforços no sentido de construir uma nova memória para o município, buscando na memória coletiva, imagens de um passado diferente daquele que foi construído, ou seja, “não só foram criadas novas imagens, como também as anteriores substituídas e imbuídas de outro sentido. Não se tratava, então, de conservar e transmitir a história dos “avoengos”²⁶⁰.

Figura 24: Anúncio sobre o Balneário Municipal publicado em 1986 no Jornal

255 RIBEIRO, R. R. Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora.

256 NORA, P. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares” [1984].

257 WEBER R. Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica p. 40/41.

258 *Idem, Ibidem.* 46.

259 *Idem, Ibidem,* p. 45.

260 *Idem, Ibidem,* p. 61



Fonte: Acervo do arquivo privado de Dorival conde.

É possível inferir que o processo de “invenção da memória”, em Bonito, também se “constituiu numa apropriação de formas materiais de comemoração nacional, novos monumentos na cidade, dedicados a heróis nacionais, mudança do nome de praças, entre outras medidas”²⁶¹. Parte destas novas construções contou com significativo papel da imprensa local e de outros veículos de convencimento, como jornais, rádio, televisão e material publicitário em geral.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, em meados da década de 1990, com a exposição de Bonito na mídia televisiva do país, houve a preocupação dos proprietários de atrativos turísticos com os possíveis impactos ambientais a serem causados pelos visitantes, fruto do turismo de massa e a destruição dos recursos naturais (cachoeiras, nascentes e grutas).

Como medida de bom-senso, procurou-se desenvolver um limite de visitação, onde os sítios turísticos iniciaram seu controle de forma empírica, sem estudo científico, usando como balizadores a vivência, a experiência e o bom-senso, atendendo grupos com números variados. No início eram atendidos grupos de visitantes de tamanho indiscriminado, mas sempre com acompanhamento do guia de turismo local ou até mesmo do proprietário do atrativo.

Com o tempo, baseado na experiência adquirida com o senso-comum e em estudos científicos iniciais, ficou ainda mais importante limitar o fluxo de turistas ao dia, do contrário haveria prejuízo à qualidade dos serviços oferecidos e, principalmente, grandes impactos ao meio ambiente.

²⁶¹ WEBER, R. Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica. p. 62.

Neste processo, surgem atores importantes no cenário turístico local, que passam a atuar em vários setores, como moradores, empresários, organizações não-governamentais, guias de turismo e gestores públicos que; todos sensíveis aos impactos que o fluxo turístico pode causar. Segundo Trevelin & Mainchein:

Acredita-se que a partir de agora novos sítios turísticos criados, que passem a operar, respeitem o contexto local e legal e, que aos poucos todos os empresários envolvidos no processo percebam a importância de estudos de impacto ambiental e de medidas mitigadoras que visem melhorar o sistema turístico local e o adequado uso dos recursos naturais. Sabe-se que não se trata ainda da situação ideal, porém em análise crítica poder-se-á notar mais pontos fortes do que fracos no sistema adotado. Trata-se de um trabalho formado por uma cadeia de elos, entre os parceiros envolvidos, onde é fundamental o respeito ao meio ambiente - buscando conciliar o desenvolvimento econômico-social e a preservação ambiental.²⁶²

Com o passar dos anos, a visão que se tinha da atividade turística em Bonito foi ampliando o seu viés conservacionista, com grande inclinação à promoção do chamado Ecoturismo ou Turismo de Natureza, que busca promover a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade receptora. Foi reconhecido, portanto, que as potencialidades naturais, envolvendo paisagem, fauna e flora e todos os elementos culturais existentes no lugar, constituíam-se em atração ao turista. Portanto, reconhecer isto requeria uma postura de administração, numa perspectiva interdisciplinar, com planejamento cuidadoso que contemplasse análises dos impactos ao ambiente natural.

Mas infelizmente a mobilização se restringiu a luta pela conservação dos recursos naturais, sem nenhuma abordagem referente aos impactos culturais da atividade.

As atividades da Expedição Franco-brasileira em Bonito no ano de 1992 objetivaram mapear a exploração da Gruta do Lago azul e dos achados de fósseis de mamíferos já extintos, desencadearam atos de protesto em relação à degradação dos rios pelas atividades agrícolas e extração vegetal, em áreas próximas as margens de rios considerados os ícones da beleza de Bonito, até então com águas transparentes, que davam o título de *Paraíso das Águas*. Houve, por isso, certo mal estar entre produtores rurais e ambientalistas, gerado pela discussão de qual seria o melhor caminho a ser

²⁶² TREVELIN, A. C.; MAINCHEIN, J. C. Capacidade de carga em Bonito. Bonito. COMTUR, 2003. Disponível em: <http://www.bonito-ms.com.br/>. Acesso em 15 de março de 2009.

seguido na economia, e qual solução seria dada a problemas como o turvamento das águas dos rios, ao esgoto na área urbana, o destino do lixo e a má conservação do solo com o uso de agrotóxicos na atividade agrícola.

Talvez por isso, algumas posturas assumidas em Bonito foram tão comentadas e discutidas, pois ousaram buscar um uso recursos naturais, seguindo conceitos preservacionistas e sustentáveis, em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade. Daí em diante, questionou-se ainda mais o modelo utilizado pelo município para a limitação de visitantes em sítios turísticos

Em meio a polêmicas, iniciou-se em 1992 o projeto de realização de primeiro *Curso de Guia de Turismo em Bonito*, sob forte polêmica com relação ao modo como vinham sendo tratadas as questões ambientais, as incertezas sobre o futuro das belezas naturais e o dilema de se promover o desenvolvimento econômico com destruição ambiental ou estagnar econômica com a preservação ambiental. O curso foi oferecido em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul, Codems, esta última responsável pela vinda da expedição franco-brasileira.

Algumas lideranças locais foram contrárias à realização do curso, justificando que não era necessário que os guias fossem qualificados para a prestação dos serviços nos atrativos visitados²⁶³, conforme conta Maria Leopoldina de Almeida Campos:

O lançamento dele (curso de guias) foi em 15 de novembro de 1992, na administração do Mimito (prefeito na época), e o Tó foi quem me chamou para fazer o curso. Foi apaixonante, porque desde a primeira aula foi geologia. Na época nós já começamos a trabalhar, mas eu não fiz estagio com ninguém, fui trabalhar com cara e coragem. Hoje em dia não, cada grupo que faz o curso faz o estágio com os antigos. Foi muito gostoso e gratificante poder estar transmitindo para as pessoas aquilo que você aprendeu e passar com carinho. Quando eu vou falar de turismo eu sinto uma paixão tão grande, parece um vício, você não consegue sair dele. Mas porque? Porque você cuida da natureza, você consegue transmitir para as pessoas aquilo que elas procuram, por exemplo, um sonho? Conhecer Bonito, estar em contato com a natureza, ver a nossa cultura. Nós estamos bem equilibrados ambientalmente, e as pessoas virem até Bonito, participarem de tudo isso é uma grande satisfação. Em 1993 foi o curso de guia, daí eu comecei a trabalhar na secretaria de turismo, na gestão Zé Arthur. E quando eu percebi que, sábado e domingo, trabalhando como guia, eu ganhava muito mais do que trabalhando no mês inteiro, eu pedi as contas, saí e montei a minha agência em 1994²⁶⁴.

²⁶³ BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JR, Á; MORETTI, E. Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. p. 158.

²⁶⁴ CAMPOS, M. L. de A. *Depoimento oral sobre Bonito*. Bonito, MS, 2010

O fluxo de turistas em Bonito aumentou após a transmissão, em rede nacional, de diversos documentários sobre a região, o que ampliou também o número de atrativos disponíveis, observando-se que a disponibilidade de passeios no início da década de noventa, e no final do ano de 2000 saltou de 6 para 29.

O jornal *O Machete*²⁶⁵, veículo de comunicação dirigido na época por Firmino de Barros, conhecido como o Cabeça de Leitoa, mostrava o descaso do governo em relação a uma cidade que se projetava para o turismo regional:

Pelo visual da cidade, com ruas esburacadas e esgoto de privada escorrendo pela via pública, é fácil deduzir que alguma coisa não vai bem... a incompatibilidade de políticos vem prejudicando o desenvolvimento e, a olhos vistos, estamos perdendo campo para as cidades vizinhas. Até quando vão perdurar esses desacertos?

No frontispício do jornal (figura 25), publicado em 1986, uma manchete destacou notícia sobre a “Política bonitense incompatível com o povo”, com conteúdo recheado de críticas aos poderes constituído, denunciando as péssimas condições da estrutura física da cidade:

Figura 25 - Primeira tiragem do Jornal *O Machete*

²⁶⁵ BARROS.D F. de B. “Política bonitense incompatível com o povo”. Jornal *O Machete*, Bonito, MS, 1984.

O MACHETE
JORNAL

«AS ATITUDES VALEM PELAS INTENÇÕES E CADA QUAL RECEBERÁ
CONFORME SUA MENTE»

O MACHETE Jornal e Revista Dir. Proprietário: FIRMINO DE BARROS BONITO - MS EDIÇÃO N.º 9

POLITICA BONITENSE INCOMPATÍVEL COM O POVO



O QUE QUERES, PEDRO?

O governador Wilson Barbosa Martins está sendo em Bonito o melhor trabalho eleitoral de Ludovico Coelho e Pedromian, porque até hoje não registrou sua presença no município, com qualquer foto que chamasse a atenção do eleitorado. Muitas promessas foram feitas ao prefeito Darci Bigaton e só resta esperar para ver.

Por outro lado, Pedro que foi governador duas vezes, e senador, reaparece no cenário político praticando uma vaguetude no Senado.

O que queres, desta vez, Pedro?

Pelo visual da cidade, com ruas esburacadas e espaço de privada escorrendo pela via pública, é fácil deduzir que alguma coisa não vai bem. Quem testemunha os acontecimentos do cotidiano, sabe de histórias incríveis, impróprias para menores de 90 anos e que fariam Lombroso se perder em suas teias.

Bonito conta com imensuráveis riquezas minerais, terra fértil para qualquer plantio e uma gente humilde e hospitaleira, sendo a maioria crioula da região.

As belezas naturais que formam as mais lindas atrações turísticas do Sudoeste, tem atraído visitantes de varias partes do mundo e eles saem daqui empolgados.

A natureza fez de Bonito um jardim em flor só depende de um pouco de carinho e dedicação.

Mas, a incompatibilidade de políticos vem prejudicando o desenvolvimento e, a olhos vistos, estamos perdendo campo para as cidades vizinhas. Até quando vai perdurar essa desatenção?

A luta mais santificada é dizer uma verdade justa a um governante arbitrário.

•Não se envergonhe do próximo pelos seus atos; Envergonhe-se de si-Mesmo.

OUÇA

Rádio Difusora de Aquidauana Ondas Média Tropical
Transmissões Diretas de Bonito - Aos Sábados, às 8:30 horas
•CRIME NÃO COMPENSA•
Com Firmino de Barros (Cabeça de Leitão)

FOTO ESPLENDOR COLOR

Fonte: Acervo de particular de Dorival conde.
Jornal circulado em 22 de março de 1986, em Bonito.

Em meio às críticas, o jornalista também apontava o potencial econômico da cidade e destacava o perfil anfitrião da comunidade local: “Bonito conta com imensuráveis riquezas minerais, terra fértil para qualquer plantio e uma gente humilde e hospitaleira, sendo a maioria crioula da região”. (Figura 25) Mostrava também o intenso apelo do jornalista em favor do desenvolvimento econômico local, sobretudo com aportes no turismo: “As belezas naturais que formam as mais lindas atrações turísticas do Sudoeste, tem atraído visitantes de varias partes do mundo e eles saem daqui empolgados. A natureza fez de Bonito um jardim em flor só depende de um pouco de carinho e dedicação”.

Nesse jornal, evidenciavam-se também homenagens à cidade, por ocasião de seu aniversário de fundação, momento em que os moradores, principalmente, políticos e comerciantes registravam frases de gratidão, elogios à cidade e ao seu povo.

Deste modo, imprensa local contribuiu para construir um diagnóstico das potencialidades locais, através do registro de alguns fatos históricos e manifestações sociais.

4.5. E o turismo avança...

Em 1995 foram criados pela lei municipal nº 695/95, o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo²⁶⁶, órgãos ligados à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, com função deliberativa, consultiva e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil, para promover o turismo como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural. Segundo o texto da lei, o “COMTUR tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do município de Bonito - MS.”

Em 1996, foi criada Associação de Atrativos Turísticos de Bonito, a ATRATUR, constituída em 23 de maio como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e não econômicos. Esta associação tem como objetivos incentivar, estimular, promover a sustentabilidade da atividade turística e ecológica, de forma íntegra e harmônica, defendendo a preservação e a conservação do meio ambiente, promovendo assim o desenvolvimento sustentável e a humanização do trabalho como função social junto à coletividade. A associação passou a realizar o arranjo local de gestão do sistema turístico juntamente com o Conselho municipal de Turismo.

Estudos realizados no final da década de 1990, sobre os impactos da atividade turística em Bonito para a fauna, flora e o bioma como um todo, resultaram em uma considerável produção técnico-científica e entres estas, podemos citar o relatório técnico *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS*²⁶⁷, elaborado em 2000 pelo IPEA²⁶⁸.

Segundo Barbosa e Zamboni, um *cluster* representa uma ‘concentração geográfica e setorial de empresas e instituições, que em sua interação, geram capacidade

²⁶⁶ BONITO. Prefeitura Municipal de Bonito. Lei nº 695/95, que criou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, e da Outras Providências. Disponível em http://www.portalpublicobonitoms.com.br/index.php?p=ver_leis&&lei=ord.

²⁶⁷ BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. (2000) Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS. (versão para workshop). Revista acadêmica Gestion turística do Chile.

²⁶⁸ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ver mais site <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>.

de inovação e conhecimento especializado'²⁶⁹. O relatório pontuou inúmeros aspectos de Bonito no período analisado, entre as dimensões do setor do turismo na região: histórica, econômica do sistema turístico ou *trade*, instâncias de apoio; infraestrutura; fatores externos; estágio em que o setor se encontra e as conclusões a que chegaram. O aspecto histórico dizia respeito ao surgimento do turismo e foi apresentado de forma sucinta.

Descreve e dimensiona as atividades de um 'cluster' em formação fundado na exploração do turismo de natureza na região de Bonito - MS, e identifica os principais desafios e estratégias para a consolidação desse 'cluster'. Propõe também a adoção de um novo padrão de turismo como forma de assegurar a sustentabilidade ambiental e do próprio desenvolvimento socioeconômico de uma região cuja riqueza cênica é associada a um frágil ecossistema²⁷⁰.

Entre as considerações pertinentes do relatório, estão os resultados obtidos em atrativos turísticos no ano de 1999, que estavam divididos nas modalidades: Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo de Lazer, entre as quais a modalidade Ecoturismo concentrou 73% do total dos 124.527 *vouchers* emitidos, em Turismo de Aventura e Especializado chegou-se a 21% o número dos *vouchers* emitidos, e a modalidade Turismo de Lazer obteve 5,7%. As três modalidades totalizaram 170.449 *vouchers* emitidos durante o ano.

Esta fase foi um marco importante na idealização de um projeto para o turismo em Bonito e fez parte do processo que chamamos de “reinvenção da tradição”, onde começava um novo período da economia local, assentado na proposta de tornar o município um pólo do turismo regional, na esteira do turismo que já vinha sendo desenvolvido em regiões como o Pantanal, a Amazônia e movida pela atividade econômica do turismo, tendo em toda parte ícones que provocam questionamentos sobre o ritmo das variações abruptas do território da cidade, contestado e recriado a todo o momento.

4.6. Novos ícones da identidade local

²⁶⁹ *Idem, Ibidem.* p.4.

²⁷⁰ BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. (2000) Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS. (versão para workshop). Revista acadêmica *Gestion turística do Chile*.

Entre os monumentos e ícones eleitos, construídos ou transformados em elementos identitários no período mais recente da história de Bonito, destacamos: a) os espaços naturais: a Gruta do Lago Azul, o Monumento natural Rio Formoso, popularmente denominado de Ilha do Padre, o Balneário Municipal; b) os telefones públicos com motivos da fauna local criados na década de 2000; c) as festas locais: a Festa do Clube do Laço, o Festival de Inverno de Bonito, iniciado em 1999, o Festival da Guavira, criado em 2005; d) o Projeto “Na Luz de Bonito”, com início em 2005; e) a Praça da Liberdade, revitalizada em 2007, quando também ganhou novo monumento *As Piraputangas* em homenagem à espécie de peixes de mesmo nome, típicos da região, este que foi inaugurado em 1º de agosto de 2007, durante a noite de abertura do 8º Festival de Inverno de Bonito; f) o monumento *O desbravador de Bonito*.

O conjunto de patrimônio natural de Bonito é composto atualmente de unidades de conservação de gestão federal, estadual e municipal, contando com estruturas e planos de uso diversificados, como o parque Nacional da Serra da Bodoquena, este sob a gestão direta do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio. Funciona em uma área que abrange os municípios de Bonito, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho.

O *Monumento Natural do Rio Formoso* e o *Monumento Natural da Gruta do Lago Azul* são também unidades de conservação estaduais que estão sob a gestão direta do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, IMASUL.

O *Monumento Natural da Gruta do Lago Azul* foi criado em 2001 para garantir a integridade das grutas Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, localizadas no município de Bonito. Parte do complexo de cavernas da Serra da Bodoquena, as grutas que compõem essa unidade de conservação têm significativa beleza cênica e conservam um conjunto patrimonial e científico de relevância multidisciplinar, devido a seus registros geológicos, geomorfológicos, paleontológicos e biológicos.

Figura 26: Monumento natural Gruta do Lago Azul



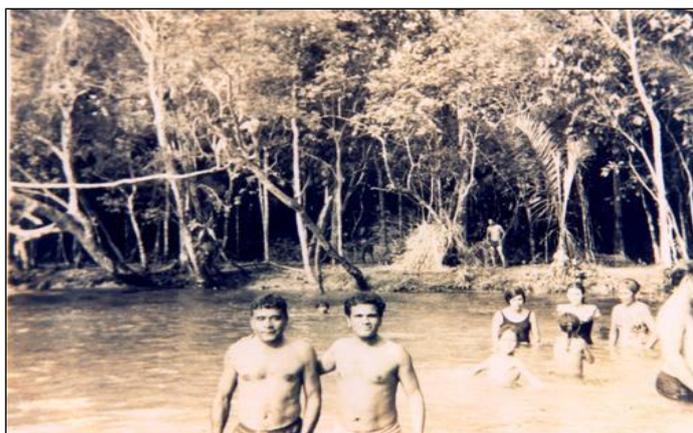
Fonte: Site Albergue da juventude. Bonito.

O *Monumento Natural do Rio Formoso* era conhecido como *Ilha do Padre* e foi criado em 2003 para garantir a integridade de um sítio natural de grande relevância por sua singularidade e beleza, uma vez que se encontrava ameaçado e exigia algum mecanismo de proteção. O local está, atualmente, em situação de impasse no que refere-se à efetiva instalação do monumento natural, já que o governo estadual ainda não realizou todos os trâmites legais para que o processo de desapropriação se efetive.

O Balneário Municipal Rio Formoso é um sítio turístico que fora desapropriado em 1988, e tornou-se propriedade pública, administrado e mantido pela Prefeitura Municipal de Bonito. Localizado a 7 km do centro da cidade, tem como acesso uma via rodoviária pavimentada de entrada principal da cidade, que proporciona ao visitante facilidade de acesso e está aberto a visitas o ano todo, com entrada gratuita aos bonitenses. É considerado o atrativo mais popular em meio a natureza.

As formações naturais de tufas calcárias ao longo do Rio Formoso formam barramentos naturais que configuram uma sequência de lagos interligados, sendo uma das principais atrações turísticas de Bonito. Além disso, as tufas calcárias apresentam um grande interesse científico, pois possibilitam que se obtenham informações sobre as variações climáticas pretéritas e porque mantém boas impressões fósseis de folhas, o que permite identificar como era a flora da região no passado geológico.

Figura 27: Família bonitense tomando banho no Rio Formoso: atual balneário municipal

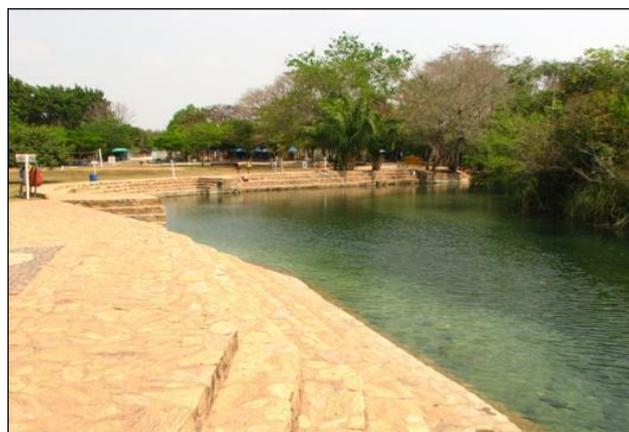


Fonte: Acervo pessoal de Simara Xavier, da década de 1960.

O *Balneário Municipal Rio Formoso* já vem há tempos sendo o principal lugar de lazer da comunidade local. As famílias costumavam fazer piqueniques entre amigos e parentes, no rio Formoso, este local é um dos mais disputados no local (figura27). Segundo relatos, a época data do verão em final da década de 1960. Na imagem, aparece o senhor Leomano de Andrade, e ao seu lado um visitante, vindo da Índia, que era amigo do senhor Castelo, gerente do Banco Financeiro de Bonito. As senhoras ao fundo membros da família e procuravam no lugar o lazer e o frescor para o calor intenso do verão em Bonito.

O hábito de fazer churrascos às margens do rio já era muito comum, e o dia de maior intensidade de movimento era o domingo, em que muitos tomavam banho de rio, nas fazendas próximas à cidade. Na época, estes lugares não contavam com nenhuma estrutura específica de suporte à atividade de lazer.

Figura 28: Decks de concreto ao longo do Balneário municipal Rio Formoso



Fonte: Acervo pessoal Gressler.

Figura 29: As piraputangas no Rio Formoso



Fonte: Acervo pessoal Gressler.

As pessoas se dizem muito satisfeitas com a possibilidade de terem um “clube” de águas cristalinas, onde as belezas naturais são conservadas de modo sustentável.

Atualmente o balneário recebe visitantes de outras partes do Brasil e do mundo e a prefeitura, gestora do sítio turístico, criou estratégias de uso e conservação, para dar preferência aos moradores. Estes, portanto, podem frequentá-lo sem que haja nenhuma cobrança de ingresso, somente necessitando apresentar documento comprobatório de residência em Bonito. Entretanto, nos dias de grande fluxo, a entrada é limitada a mil pessoas.

Para reforçar o referencial do turismo na região foi fixada, junto aos aparelhos de telefones públicos, uma série de ornamentos trazendo imagens da fauna local (Figura 28). Animais, como onça, tucano, dourado, piraputangas são representados como forma de vincular a cidade à política de valorização da natureza em Mato Grosso do Sul.

Figura 30: Telefones públicos na rua Pilad Rebuga: motivos da fauna e flora regional



Fonte: Acervo pessoal Gressler. As obras em fibra de vidro são tidas como ícones da fauna local e apreciadas pelo turista no passeio público. 2009. Fonte: Patrícia Gressler.

Na última década do século 20, a municipalidade fez alguns investimentos em eventos culturais de cunho mercadológico, além de melhorar ruas, praças e jardins,

criando novas paisagens para o lugar, atraentes para os turistas contemplativos; ações que visavam criar uma paisagem urbana peculiar.

Entre as festas realizadas periodicamente na cidade, destacamos a festa de São Pedro, a Festa do Clube do Laço e os Festivais de Inverno e da Guavira. São festas de referencial regional, mas de alcance nacional.

Segundo Sr. Luis Trelha Falcão, bisneto de Luis da Costa Leite, nascido em 10 de setembro de 1944, a Festa de São Pedro sempre contou com a participação da comunidade, além do estreito envolvimento do prefeito Candido Luis Braga, o seu *Candinho*, que governou a cidade entre 1949 e 1953. “À época, esse prefeito participava diretamente dos preparativos da festa que se realizava acompanhada de churrasco e bebidas fartas.”

A festa de São Pedro é ainda hoje realizada pela comunidade católica local, e tem como objetivos resgatar e manter as tradições religiosas e culturais da região. Conta com a apresentação de quadrilhas de dança caipira, venda de bebidas, doces e salgados típicos e realização de baile. Os valores arrecadados são direcionados à Paróquia de São Pedro, ocorrendo sempre na última semana de junho, geralmente, com início dia 24 e encerramento dia 29 de junho, com a comemoração do dia de São Pedro.

A festa do Clube do Laço é também muito citada como momento de grande sinergia com as coisas do campo, que povoa a memória dos mais antigos e também faz parte do lazer e do dia-a-dia da geração mais jovem, entre 14 e 24 anos. A pesquisadora Lilian da Silva Paiva, que estudou o fenômeno pelo olhar da geografia, entende as festas de clubes de laço fazem parte da cultura de Mato Grosso do Sul. Seus estudos revelam que a festa envolve um conjunto característico de elementos identitários, envolvendo culinária regional, música, dança, religiosidade e na prática da utilização do laço. Segundo Paiva, o laço, denominado também de “laço comprido”, vincula-se aos instrumentos de trabalho utilizados desde tempos remotos trabalhadores e propriedades pastoris rurais durante a lida com o gado.

Por tanto, nos primeiros momentos do desenvolvimento das atividades de pecuária em Mato Grosso do sul, foi necessária a fabricação de um utensílio que facilitasse a atividade no campo e que até hoje é utilizado, e tido de grande importância. A pesquisadora ressalta ainda que nas grandes propriedades, quando da realização das lides pastoril, como marcação, castração, rodeio, havia uma prática entre os fazendeiros

da vizinhança, acompanhado de peões, agregados e familiares para participar do evento²⁷¹.

Figura 31: O jovem laçador fazendo seu treino no Clube de Laço Nabileque em Bonito.



Fonte: Arquivo pessoal Pedro Rodrigues. Bonito. 2009.

Em pesquisa realizada por Clarissa Martins e Valdemir Martins²⁷², no ano de 2006, a respeito do fenômeno no Clube Laço Nabileque de Bonito, verificamos que a comunidade local vê as realizações do evento como algo de suma importância para a cultura e para o turismo na região, já que o visitante passa a conhecer um pouco dos costumes e valores do povo bonitense.

Outra festa que mobiliza boa parte da população local é o Festival da Guavira, que está, de acordo com dados da pesquisadora Karina Basílio Cerdoura, entre os principais eventos culturais de Bonito, consolidados como grande acontecimento do município, tanto para a maior parte da comunidade, como para o calendário turístico:

O Festival da Guavira, por sua vez, é um evento que tem como principal característica a valorização de aspectos da cultura regional. Tem como elemento agregador dessa valorização a guavira, fruto de um arbusto típico dos cerrados, muito apreciado pelos 98 moradores da região. A festa ocorre sempre na última semana do mês de novembro, quando a guavira madura já

²⁷¹ PAIVA, L da S. As festas de clubes do laço de Mato Grosso do Sul. p. 14-15.

²⁷² MARTINS, C; MARTINS, V. A importância dos eventos realizados no clube do laço Nabileque para a cultura e o turismo no município de Bonito, MS.

foi colhida por membros da própria comunidade, que vendem grande parte dos frutos aos restaurantes e lanchonetes da cidade.²⁷³

No ano de 1995, o historiador britânico Simon Schama publicou a obra *Paisagem e Memória*, cuja discussão privilegia três elementos constitutivos das paisagens agrestes – as árvores, a água e as rochas, os quais apresentam conteúdo mítico, para culturas distintas. Segundo o autor, cada um desses elementos possui “resíduos de um passado agreste” que vão emergindo “aqui e ali, na paisagem urbana de nossas cidades”. Suas discussões sobre as significações atribuídas à paisagem natural em diversas épocas e lugares nos inspiraram a refletir sobre o significado dos guavirais para a paisagem e a memória sul mato-grossense.

Os guavirais têm raízes fincadas na cultura regional e a sua fruta, a guavira, foi escolhida como toponímia de um dos eventos culturais de Bonito, o Festival da Guavira, ocorrido no mês de novembro, como apelo à necessidade de se conservar os recursos naturais, já que a planta, nativa do serrado, a guavira, ao longo dos anos, vinha sendo abatida para o aproveitamento do terreno para plantações de pastagens para o gado.

O fato mobilizou alguns moradores que se organizaram e realizaram, a duras penas, o primeiro festival em 2005, e com o intento de preservar e valorizar a cultura local que os guavirais transformaram-se num dos ícones identitários de Bonito e assim surgiu a idéia, de se promover, todos os anos o Festival da Guavira no mês de novembro.

Esse evento já contou com o apoio da Organização não governamental *Ambiental Expedições*, do comércio local, do Sindicato Rural, em parceria com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Assistência Social, além da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer. O evento tem duração média de três dias, envolvendo apresentações musicais, danças, teatros, palestras com temas acerca da conservação de recursos naturais e inclusão social em localidades turísticas. Durante sua realização, são colocados à venda uma série de produtos locais, como artesanato, exposição de artes plásticas, etc. Na praça de alimentação, os participantes da festa podem consumir comidas regionais e os mais diversos produtos derivados da guavira²⁷⁴.

²⁷³ CERDOURA, Karina Basílio. Conhecendo o município de Bonito/MS através do olhar de seus habitantes: paisagem, lugares e valorização da experiência. p. 112.

²⁷⁴ Cf site da A Comunidade Ambiental. . <http://ambiental.netguestdns.com.br/site/frontend/>

A paisagem e o papel dos guavirais também estimularam a imaginação do poeta sul mato-grossense Ulisses Serra, que os cantou em prosa intitulada *Camalotes e Guavirais*, texto publicado no ano de 1971. Ulisses Serra não só prestou louvores ao fruto dos guavirais, a guavira, como também enalteceu suas flores: “sentindo o aroma suave e inebriante dos guavirais em flor, bem perto, e ouvindo a algazarra das comitivas boiadeiras [...]”²⁷⁵.

As homenagens de Ulisses Serra referendam as reflexões de Shama, que vê a natureza não como algo anterior à cultura, mas como parte articulada da história de cada povo. Vejamos o que diz o poeta sul mato-grossense ao falar sobre cenas e lembranças de sua terra natal:

Adolescente galguei os altiplanos da serra de Maracaju e aqui me fiquei indiferente aos cantos de sereia que por vezes ouvi soar lá fora. A cidade me foi aconchegante. Deu-me muito, ofereceu mais. Meu primeiro clube de futebol, meus idílios, minhas excursões pelas estâncias vizinhas, a cata buliçosa das guaviras, a minha gente generosa e acolhedora, a Rua 14, os troles puxados a dois cavalos com japonês na boléia, as batalhas de confetes e serpentinas são laços que me prenderam à terra galharda e dadivosa.

Além destas festividades, ocorre também o Festival de Inverno de Bonito, já presente na comunidade há onze anos, já incorporado como modo de promoção da cultura e de incremento da economia:

Entre a comunidade bonitense, há os que aguardam o momento dos festivais para sua diversão e entretenimento. Há, também, aqueles que dependem dos recursos financeiros trazidos pelos visitantes (especialmente em relação ao Festival de Inverno): proprietários dos pequenos estabelecimentos comerciais, restaurantes e lanchonetes; homens e mulheres que trabalham nos hotéis e lavanderias através do sistema de diárias; guias de turismo, que intensificam suas atividades; moradores que alugam suas casas ou cômodos para os turistas. O Festival de Inverno é um evento de maior porte, especialmente no que diz respeito à estrutura necessária (instalada na Praça da Liberdade e imediações, com destaque para a Grande Tenda, montada em um espaço livre que há próximo ao córrego Bonito) e ao aporte de turistas, que nos principais dias da festividade (quintas-feiras, sextas-feiras e sábados) ocupam todos os leitos disponíveis na cidade.²⁷⁶

Através de entrevistas, Karina Basilio Cerdoura colheu alguns depoimentos dos moradores, nos quais estes discorreram sobre a experiência de participar dos festivais em Bonito. Em relação à sua própria vivência no local, afirmou que:

²⁷⁵ SERRA, U. *Camalotes e Guavirais*. Obra reeditada em 1989, na Série Historiográfica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem*. p. 113.

Participar das atividades oferecidas durante os festivais de Inverno e da Guavira foi muito importante, pois promoveu uma grande aproximação entre mim e a realidade dos demais moradores de Bonito. Compartilhamos, naqueles dias, as mesmas experiências. Destaco a oportunidade que tive de observar os moradores no dia da reinauguração da Praça da Liberdade, quando também foi inaugurada a nova fonte, denominada 'Monumento às Piraputangas'.²⁷⁷

O Festival de Inverno de Bonito, realizado anualmente, é um dos maiores eventos da cidade e costuma ser aguardado com ansiedade pelos moradores da região, pois nesse período a demanda do turismo receptivo, em nível doméstico, nacional e internacional aumenta. Os atrativos são também um motivo para que os visitantes participem do festival de inverno, que tem ocorrido sempre no final do mês de julho.

No ano de 2010, realizou-se a 11ª edição deste evento²⁷⁸, com ênfase às atrações culturais, com ênfase nas atrações culturais e nos produtos do circuito local de Ecoturismo, apresentando Bonito como a maior cidade turística da região da Serra da Bodoquena. Através desse evento, a cidade projetou-se como cidade de grande beleza natural, dotada de cachoeiras, grutas, cavernas, piscinas e mata atlântica, povoada pela fauna e pela flora, elementos da paisagens que fascinam turistas do mundo todo.

Entre os atrativos turísticos naturais divulgados no site oficial do Festival estão o Balneário Municipal Rio Formoso, a Praia da Figueira, a Ilha do padre, as Cachoeiras do Aquidaban, as Cachoeiras do Rio do Peixe, o Parque das Cachoeiras, o Parque Ecológico Rio Formoso, o Parque Ecológico Baía Bonita (Aquário Natural), a Barra do Sucuri, o Parque Ecológico Rio da Prata, o Rio Sucuri, a Gruta do Lago Azul, as Grutas de São Miguel, a Reserva Natural Parque Ecológico Vale Anhumas, o Buraco das Araras e o Abismo Anhumas. Além das inúmeras opções de lazer e diversão, o município oferece condições para prática do ecoturismo e de esportes radicais, entre eles boia cross, rapel, escalada, vários tipos de mergulho, trilhas e arvorismo.

Em 2010, o festival abriu um espaço especial para apresentar a galeria de homenageados, com personagens de destaque em Mato Grosso do Sul, entre estes estavam Clarice Maciel Chaves, musicista; David Rogério Ojeda, artesão e os professores pesquisadores, doutor Gilson Rodolfo Martins, historiador, a doutora Lori Alice Gressler, pedagoga e a doutora Neiva Guedes, bióloga.

²⁷⁷ SERRA, U. *Camalotes e Guavirais*. Obra reeditada em 1989, na Série Historiográfica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, p. 113.

²⁷⁸ Disponível em <http://www.festinbonito.com.br/>. Acessado em 03/08/2010.

Nesse evento, foram apresentadas atrações em diversas modalidades da arte, entre elas: música clássica, instrumental e popular; teatro de bonecos, mímica, teatro infantil e clássico; dança nas modalidades de bale clássico, sapateado, street dance; danças típicas do Rio Grande do Sul; cinema, com mostra de filmes brasileiros, contando com alguns cineastas convidados. Além destas atrações, ocorreu o lançamento do documentário *Retalhos do Taquaril*, 70 minutos, de classificação livre, que tratou sobre as mulheres e seus sonhos, sons, desejos, necessidades, enquanto habitantes de uma região na periferia de Belo Horizonte. Contemplaram-se também o artesanato regional e nacional, as expressões das artes plásticas locais e nacionais.

Ainda durante o festival, foi realizado o 1º Encontro Estadual do *Geopark Bodoquena Pantanal*, com finalidade de divulgar o decreto que criou o Geopark em 2009, nos moldes da UNESCO. O evento pretendeu democratizar o conceito aos universitários, jornalistas, ambientalistas e pesquisadores a respeito de todos os aspectos que envolvem o projeto de sua estruturação em Mato Grosso do Sul e suas ações.

Outra ação social representativa da cultura local foi o projeto “Na Luz de Bonito”, que iniciou suas atividades em 2005, como um projeto demonstrativo do Fórum Mundial de Turismo, tendo como órgão gestor o Ministério do Turismo no Brasil. O movimento ocorreu em algumas cidades turísticas brasileiras e trabalhou no sentido de despertar nos moradores destas cidades o interesse pela questão do turismo aliado à cultura. Em Bonito, foi encampado inicialmente pela Secretaria Municipal de Turismo, mas logo em seguida o Instituto de Ensino Superior da FUNLEC, IESF deu continuidade ao projeto, transformando-o em uma atividade de extensão, como forma de não deixar a mobilização inicial da comunidade, extinguir-se.

A ação objetivou o “resgate” da história a partir dos chamados “pioneiros”, numa iniciativa inédita de inventariar relatos capazes de servir de referências futuras a trabalhos de sistematização da história regional e local sobre Bonito e contou com o apoio da sociedade civil, da Prefeitura Municipal de Bonito, Secretaria Estadual de Turismo, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, MS), Instituto de Hospitalidade e do Ministério do Turismo.

A coordenação geral ficou a cargo do curso de graduação em Turismo e Administração, no Instituto de Ensino Superior da FUNLEC²⁷⁹, cujas atividades foram desenvolvidas nos anos de 2005 e 2006.²⁸⁰

O trabalho resultou numa coletânea de relatos escritos de moradores, descendentes de famílias chegadas em Bonito no período da formação do primeiro núcleo urbano, entre os períodos de 1835 e 1960. Antigos cidadãos bonitenses se prontificaram a fazer um apanhado de dados sobre a chegada do patriarca ou da matriarca nas terras que na época pertenciam a Miranda, cidade do Mato Grosso uno que dera origem a Bonito (ver capítulo 1).

Juntamente com os relatos, foi feita uma pequena campanha para coleta de fotografias daqueles que possuíam acervo pessoal das famílias. Esse material foi conseguido, portanto, com objetivo de compor um registro histórico destas famílias e promover a conservação de parte da história local. A campanha teve boa repercussão e culminou no evento denominado *Encontro das famílias pioneiras de Bonito*, realizado nos anos de 2005, 2006 e 2007 consecutivamente.

Figura 32: II Encontro das famílias pioneiras de Bonito, ocorrido no Salão Paroquial da Acácia Branca em Bonito. Sr. Taica, 2006.



Fonte: Arquivo pessoal Gressler, 2006.

Alguns membros colaboradores do projeto nacional foram convidados a participar de seminários de demonstração de experiências, no Fórum Mundial de

²⁷⁹ FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação e Cultura localizada em Bonito, MS. A atividade de extensão foi proposta pela professora Patricia Gressler Groenel, que na época lecionava nos cursos de Administração e Turismo.

²⁸⁰ O projeto foi coordenado por mim neste período.

Turismo, ocorrido no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, além da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Bonito.

Em 24 de novembro de 2007, o projeto local *Na luz de Bonito*, juntamente com artistas, gestores, representantes de entidades e manifestantes culturais, reuniram-se durante a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Bonito, nas dependências do Instituto de Ensino Superior da (Funlec/IESF). O evento foi promovido em parceria com a Prefeitura Municipal, através da Divisão de Cultura, com apoio da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, do Fórum Estadual de Cultura e do Fórum Municipal de Cultura. A reunião resultou na elaboração da *Carta aberta pela cultura de Bonito*, que propôs, entre vários assuntos:

Ampliar e fortalecer as ações da Divisão de Cultura da Funceb (Fundação de Cultura e esportes de Bonito), capacitando-a para tornar-se efetivamente uma Fundação de Cultura; Constituir o Conselho Municipal de Cultura com funções deliberativas e representação paritária, da sociedade civil e da administração municipal, após necessárias alterações na Lei Municipal n. 995, de 17 de dezembro de 2003; Constituir um Fundo Municipal de Cultura com o objetivo de prover as necessidades operacionais do setor, viabilizando suas ações.²⁸¹

Outra expressão levantada e identificada como ícone atual da cultura local é a Praça da Liberdade, que foi, desde as décadas de 1950, um local de constante movimentação social. Segundo relatos de moradores antigos, a esta época a praça tinha um aspecto de uma pastagem, com extensa área onde as pessoas se encontravam no ir e vir do caminho entre uma área rural e outra, principalmente, pois ali ao redor, ficavam algumas casas comerciais da cidade.

Em 2007, foram realizadas obras de reforma, que contentaram parte da população, que dizia ser a antiga praça um local decadente, e que a antiga fonte era um empreendimento que representava o passado, “o atraso”. Porém, outra parte da comunidade se viu contrariada com a destruição da fonte original, a retirada de escritos do piso original em referência aos responsáveis pelas obras em 1980, a supressão da fonte luminosa antiga e a construção do novo monumento “As piraputangas”, provocando um tímido, mas promissor debate em torno do tema do patrimônio da cidade.

²⁸¹ CARTA aberta pela cultura de Bonito. Fórum municipal de Cultura. 2007.

Entendemos que os idealizadores desse monumento queriam mostrar ao turista as imagens que expressam o “novo potencial econômico” que a cidade tem para oferecer.

Figura 33: Monumento ‘As piraputangas’, construído no período da reforma na Praça da Liberdade em 2008, que deu lugar a fonte luminosa construída em 1980



Fonte: Acervo pessoal Gressler. 2009.

Identificamos outras praças na cidade como: a Praça da Liberdade, no centro da cidade; a Praça Homero Antunes da Silva; a Praça Vicente Ignácio Flores; a Praça Florestinha, na vila Recreio, e a Praça Hipólito Cunha Monteiro, no Bairro Rincão Bonito, vila Marambaia. Dentre as praças mais importantes de Bonito,

As análises de Simon Schama acerca da *paisagem* e da *memória* apontam para a tendência em mantermos viva algumas permanências míticas:

Passamos a enxergar velhos cenários com novos olhos e a reconhecer quanta memória pode estar oculta na paisagem mais trivial. Comprendemos então, a força do mito, sua capacidade de permanecer vivo na cultura sob os mais variados disfarces e de nos fascinar constantemente sem que nos demos conta desse fascínio. Mesmo hoje, num mundo urbano invadido pela ciência e pela técnica, podemos constatar a sobrevivência de mitos que, vez por outra, emergem com toda a força primitiva no cotidiano das pessoas.²⁸²

²⁸² SCHAMA, S. Paisagem e Memória. Tradução Hildegard Feist. (Orelha do Livro).

Essa visão, tão comum na cultura europeia e em algumas cidades brasileiras, de investir no turismo voltado para o patrimônio histórico, ainda não captou a questão de que muitas das representações identitárias criadas no passado, não anulam as intencionalidades das novas construções.

Outro ícone atual é o monumento *O desbravador de Bonito*, descerrado no ano de 1953, na gestão do prefeito na época, Candido Luiz Braga, que conforme relatou Elinor Nolasco Falcão, foi retirado da praça, mas a família se mobilizou e o monumento voltou ao local de origem²⁸³. Hoje o mesmo encontra-se em local destacado na Praça da Liberdade, onde visitantes costumam conhecê-lo e retratá-lo; já os moradores não têm muito conhecimento de sua história, salvo alguns estudantes que a conhecem através de pesquisas escolares.

A respeito de todos estes monumentos descritos, procuramos ouvir alguns moradores locais, como professores, alunos, entre outros, com objetivo de identificar o que significa, para eles, “ser bonitense”. Logo que iniciamos nossas indagações já percebemos que com o advento do turismo ocorreu uma tendência de rejeição do passado. Questões levantadas por Roswithia Weber²⁸⁴, apoiada em Eric Hobsbawm, acerca da rejeição do passado: ponderam que “[...] o problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa ‘Progresso’ [...]”²⁸⁵. Cabe indagar, como a inovação em si é identificada e legitimada.

A sociedade bonitense, como outros agrupamentos sociais urbanos de Mato Grosso do Sul, constituí-se de diversos atores sociais, de cultura e valores distintos, os quais buscam, segundo o modelo interpretativo do escritor jamaicano Stuart Hall, construir “uma vida em comum”, ao mesmo tempo em que procuram reter “algo de sua identidade original”²⁸⁶, o que não deixa de ser uma ilusão, porque, conforme o próprio Hall, há sempre mecanismos político-administrativos utilizados para controlar a diversidade.

²⁸³ FALCÃO, Elinor Nolasco. Relato oral prestado em 16/07/2010, referente a família Falcão e demais temas relevantes, na cidade de Bonito.

²⁸⁴ WEBER, R. Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica - RS”. p.124-126.

²⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁸⁶ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade.

Diante das mudanças vivenciadas por essa sociedade a partir de 1980, com o advento do turismo, essa multiculturalidade passou a ser conduzida através de novos referenciais. Independente de qualquer mudança, há sempre uma intenção do governo municipal, da imprensa ou de outros poderes constituídos na sociedade, em construir discursos capazes de unificar sensibilidades, homogeneizar pertencimentos sociais e de promover a coesão social ou a convergência da multiplicidade cultural, própria de qualquer sociedade. São questões insistentemente explicadas por Stuart Hall, acerca da multiculturalidade, cuja essência se traduz no fragmento comum em textos acadêmicos:

Multicultural é um termo qualitativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original. Em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais²⁸⁷.

Stuart Hall definiu alguns tipos de multiculturalismo presentes na sociedade, destacando-se o conservador, o liberal, o pluralista, o comercial, o corporativo e o crítico. Para Hall, todos eles contêm situações conflitantes, ou seja, encerram o desenvolvimento de processos gerados por oposições entre relações de poder e desigualdades entre os grupos. Alguns tipos de multiculturalismo, delineados por Stuart Hall, são recorrentes para o caso de Bonito, enquanto espaço organizado para o turismo. Entretanto, esse quadro não é homogêneo, conforme ressaltou Hall, ao defender o modelo crítico do multiculturalismo, o qual *descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabados*.

A diversidade de comunidades dotadas de valores e costumes distintos enseja constantes desafios de governabilidade e, conseqüentemente, de diversas estratégias e ações no sentido de gerenciar os conflitos decorrentes dos chamados “mosaicos culturais”.

Os discursos pautados no referencial de progresso alcançam e convencem até mesmo os moradores vinculados às famílias tradicionais da cidade, como o caso do Sr.

²⁸⁷ *Idem, Ibidem.* p. 50.

Elinor Nolasco, bisneto de Luis da Costa Leite Falcão e filho de Thoedorico de Goes Falcão, o seu Bijo. Em depoimento, Elinor Nolasco expressou seu sentimento em relação às mudanças ocorridas na cidade nestes últimos anos:

Eu particularmente sinto que sou realizado, podendo dizer que moro em uma cidade de forte potencial e ricamente conhecida por todo o mundo, como a principal rota de turismo do Brasil. Sinto orgulho por ser bonitense. Não vejo aspecto negativo, não sou pessimista e acredito no futuro do meu município. Como disse, é maravilhoso podermos sentir o contato com a natureza, com a biodiversidade. É lindo e gostoso morar em uma cidade que oferece varias opções de lazer e entretenimento. Como é bom ser nato de Bonito²⁸⁸.

Certamente que a negação ou emudecimento a respeito do passado, por alguns moradores de Bonito, faz parte do conjunto de elementos identitários novos, incorporados num contexto em que as mudanças históricas se deram num ritmo acelerado, aspecto que, conforme Hobsbawm (1998), faz com que o passado deixe de ser o padrão do presente.

Na expressão “sou realizado, podendo dizer que moro numa cidade de forte potencial e ricamente conhecida por todo o mundo”, é visível a apropriação de alguns aspectos da redefinição identitária dos bonitenses.

Para reforçar a identidade local voltada para o turismo, enquanto referencial de progresso, os agentes do campo do turismo, a imprensa, a própria escola, conforme veremos em item específico a seguir, exercem papel fundamental na propagação dessas identidades locais.

Nesse sentido, frente às situações ímpares, impõem-se as diversas estratégias para acomodar as relações sociais, envolvendo política de inclusão e de reconhecimento de direitos, entre outras. Mas essas estratégias de acomodação, aparentemente homogeneadoras, reúnem discursos apologéticos de amor à terra natal, progressos para a cidade, mas, não raro, escondem exclusões e silenciamentos.

4. 7. Escola e identidade local

²⁸⁸ NOLASCO, E. Depoimento oral prestado na cidade de Bonito em 16 de julho de 2010.

A Constituição brasileira de 1988 prevê que o ensino deveria ser ministrado com base em princípios de igualdade de condições, liberdade de aprender e pluralismo de ideias, entre outros. As leis, que se seguiram, passaram a aplicar estes princípios tão complexos sem muito sucesso, como exemplos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, com seu volume sobre a Pluralidade Cultural.²⁸⁹

As categorias de globalização e identidade justapostas nos dão condições de analisar as relações de poder que envolvem o currículo escolar; a representação dos seus interesses e as identidades individuais e sociais que reforçam estas relações. Cabe aqui perguntar sobre quais forças fazem com que o currículo oficial seja predominantemente hegemônico ou plural, procurando identificá-las.

Consideramos o mercado global composto de lugares, estilos, mídia e o próprio sistema de comunicação que torna os indivíduos globalmente interligados, em que as identidades se desvinculam de tempos e lugares determinados e parecem flutuar livremente.

Ao analisarmos alguns traços da realidade histórica brasileira, das políticas e programas voltados ao ensino na Pluralidade Cultural, é necessário considerarmos, à luz de Stuart Hall²⁹⁰, certos elementos determinantes da cultura contemporânea.

Acreditamos, contudo que, juntamente com o impacto do *global*, há um novo interesse pelo *local*, que possibilita não a anulação de um em função do outro, mas a articulação entre os dois. Apesar disso, é preciso considerar as diferenças como sendo também desencadeadoras de efeitos desiguais ao redor do mundo. Considerando que a globalização não ocorre de modo homogêneo em diferentes partes do mundo, ela gera tensão de poder cultural em fronteiras e nações imbricadas.

A história do início da formação do povo brasileiro traduz um legado pluriétnico, de notável diversidade cultural, herdada dos nossos nativos americanos, seguida dos europeus e africanos, os quais vieram compor o mosaico de cultura que costumamos chamar de nação brasileira.

²⁸⁹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Temas transversais: Pluralidade cultural.

²⁹⁰ HALL, S. Identidades Culturais na Pós-modernidade, trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, p. 75.

Interessa-nos saber como esta dinâmica da constituição das identidades culturais se concretiza no fazer cotidiano nas escolas em especial em Bonito, cidade construída sob diversas influências.

O nacionalismo exacerbado dos períodos autoritários, em diferentes momentos da história, valeu-se da ação homogeneizadora veiculada na escola. Na década de 30, quando a política oficial buscou ‘assimilar’ a população imigrada de diferentes origens, documentos de autoridades educacionais explicitavam grande preocupação com a nacionalização do filho do imigrante, implicando a marginalização do negro e a aculturação do índio. As ações oficiais buscavam interpretar o Brasil na perspectiva da homogeneidade cultural e do ‘mito da democracia racial brasileira.’²⁹¹

Iniciamos uma discussão sobre a tese da educação pautada em um projeto político-pedagógico, para além da homogeneização cultural, fazendo referência aos PCNs, no livro que contempla os chamados *Temas Transversais para Pluralidade Cultural*: “Na escola, onde a diversidade está presente diretamente naqueles que constituem a comunidade, essa presença tem sido ignorada, silenciada ou minimizada. São múltiplas as origens da omissão com relação à Pluralidade Cultural”.²⁹²

A educação escolar brasileira, entendida como um dos ‘campos de batalha’ destas discussões, ajuda na formação, sistematização, promoção e recriação de um imaginário cultural específico, a partir de princípios pré-estabelecidos em diferentes práticas e representações, como no Projeto Político Pedagógico das instituições escolares, documento este atravessado de relações e arranjos de poder.

Aspectos tidos como ‘naturais’ nestes documentos, precisam ser analisados para que tenhamos um retrato das profundas relações entre currículo e produção das identidades e de como ele pode reforçar desigualdades da estrutura social vigente.

Faz-se necessário promovermos a reconstrução da trajetória da História enquanto disciplina do currículo escolar em questão e identificar agentes das culturas, negados e/ou aceitos no processo e na prática pedagógica, como é o caso dos afro-descendentes, e esclarecer a contribuição destes diferentes agentes presentes na história, partindo do paradigma da diferença e da alteridade²⁹³. Sugerimos portanto que estas questões sejam aprofundadas em pesquisas futuras. Pensamos sobre a forma como a

²⁹¹ *Idem, Ibidem.*

²⁹² BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Temas transversais: Pluralidade cultural.

²⁹³ BAHABHA, H. O local da cultura.

escola e o professor tem entendido e absorvido o conceito de pluralidade cultural. Pensamos, também, o modo como escola e professor vêm agindo sobre os impactos do turismo na cultura local, mas essencialmente sobre o olhar do bonitense sobre sua própria identidade, ao questioná-lo sobre “o que significa ser bonitense”.

Eronдина Mancuelho Peralta, nascida em 1960, em Bonito, e técnica responsável pela educação continuada na Secretaria Municipal de Bonito, afirmou em depoimento oral, que para ela ser bonitense é “um grande orgulho, no país, no mundo, porque a cidade é referência no país e no mundo. O que é importante em ser bonitense realmente, é que nós somos pessoas que estamos passando informações sobre a natureza, o meio que nós vivemos”²⁹⁴.

Em seu discurso, a educadora vincula Bonito ao mundo globalizado através da natureza, portanto já se evidencia um discurso engajado, sob gerenciamento da administração pública, traduzido nos conceitos de progresso e civilização, definindo comportamentos e valores. Ao abordar as mudanças no campo cultural de hoje e de 20 anos atrás em Bonito e na educação, Eronдина também apresenta um discurso sugestionado pela política local em favor do turismo:

No período de 1977 até 1985, mais ou menos, os jovens se envolviam bastante com as atividades das escolas. E o sistema educacional era normal, sem grandes inovações... Os munícipes, os legisladores, inclusive o executivo passaram a ter os olhos voltados para o turismo, deixando de lado a educação. A partir do ano de 2005/2006, a situação começou a melhorar. A gente começa perceber uma preocupação maior do poder legislativo e executivo em relação à educação, pois turismo já chegou ao *top* de linha e deixou de ser o foco exclusivo de atenção²⁹⁵.

De fato, a partir da década de 1980, começou a ser difundido na região a noção de patrimonialismo, por meio de grandes investimentos na valorização e divulgação do patrimônio natural, relacionados às construções identitárias, bem como ao turismo. Vinculados a um contexto global, alguns moradores e empreendedores locais, passaram a incorporar a ideia de patrimônio natural, cultural, imaterial, urbano.

Uma fala reveladora dos efeitos do alargamento da expansão do processo de patrimonialização junto aos moradores, e traduz-se neste fragmento referente ao tema “história local e identidade cultural”:

Bonito deveria ter um centro histórico, onde pudéssemos resgatar e preservar a história do nosso povo. Algumas pessoas mais antigas na cidade já

²⁹⁴ PERALTA, Eronдина Mancuelho. Depoimento oral concedido em fevereiro de 2009.

²⁹⁵ *Idem*.

morreram e com elas perdemos partes importantes da nossa história que ninguém sabe relatar. Talvez por isso, nossos jovens não saibam valorizar como deveriam a nossa cultura. Na verdade eles não foram trabalhados para isso. Qual a referência cultural de bonito? Qual a referência histórica? Sabemos por amadores, mas não existe um serviço profissional sobre isso. Se houvesse essa preocupação, o caminho da educação, em termos de história, poderia ser diferente para os nossos jovens²⁹⁶.

O sentimento de ameaça da perda é flagrante no seu discurso, o que legitima as ações públicas que investem na coesão de determinados grupos. Erondina está convencida de que é necessário o serviço profissional no processo de institucionalização das “tradições inventadas” ou recriadas para, no caso de Bonito, preparar os jovens para o turismo.

Eles, talvez, soubessem valorizar mais a nossa história. E até mesmo para podermos levar isso para os visitantes. Em termos de turismo é muito importante. Eu costumo incentivar os professores lá na escola a ensinar para os nossos alunos o valor da história e da cultura da nossa região. A maioria dos nossos estudantes está direta ou indiretamente envolvida com turismo, seja no comércio, nos hotéis, nas agências, entre outros serviços. E a própria comunidade bonitense não tem consciência do quanto está envolvida no turismo, e tem pouco conhecimento da história e da cultura da região. E acho que nós educadores somos responsáveis por isso. Em geral, está faltando conhecimento aos bonitenses para transmitirem com segurança a cultura da nossa região²⁹⁷.

Na discussão sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, observamos que a identidade local foi sendo construída mediante um conjunto de representações estruturadas por políticas públicas, clérigos, intelectuais, gestores e diferentes segmentos no sentido de introduzir na comunidade seus interesses específicos:

Primeiramente eu fui convidada a ajudar na elaboração do Plano Municipal de Educação que não foi feito por uma única pessoa. Inclusive, tivemos momentos com participação da comunidade de Bonito. Fizemos muitas reuniões com representantes de instituições, ouvindo o grupo do magistério da rede pública e privada. E assim, de forma conjunta, elaboramos nossas metas de acordo com as demandas da comunidade. Foi um grande aprendizado. Então, hoje nós temos o Plano Municipal de Educação que está

²⁹⁶ PERALTA, Erondina Mancuelho. Depoimento oral concedido em fevereiro de 2009.

²⁹⁷. *Idem, Ibidem.*

em tramitação para ser aprovado. Atualmente, o plano está sendo examinado pelo Executivo para elaboração de projeto de lei que será encaminhado para o legislativo, onde será votado para aprovação. O plano é uma exigência do Ministério da Educação para todos os municípios que integram o Plano de Ações articuladas do MEC, o PAR.

Por essa fala, legitimada pelo Ministério da Educação, a respeito da pluralidade prevista nos PCNs, a Escola se propõe a contribuir na construção de uma identidade local pautada em elementos que buscavam o futuro como referência, trazendo a oposição entre tradição e progresso.

Algumas ações de educação ambiental em Bonito foram desenvolvidas em Bonito já em 1980, numa iniciativa da Secretaria Estadual de Educação e do Ministério da Agricultura, para a criação junto à população de uma nova consciência ecológica, e sinalizam a importância de formar a opinião pública para evitar as crescentes ameaças ao desequilíbrio do meio-ambiente. A ação do governo estadual foi veiculada no *Jornal da Cidade*, em Bonito:

Este novo programa da Secretaria de Educação do Estado será implantada através do manual “Educação Ambiental e Conservação de Solos e Águas” para ensino 1º grau de quinta a oitava série. O referido manual será introduzido em todas as áreas e disciplinas, não como um novo conteúdo que irá enriquecer os currículos. As diretrizes deste trabalho foram sugeridas pelos próprios professores de diferentes regiões do Estado, evidenciando a flora e fauna, a fim de sensibilizar as crianças e jovens para que os mesmos possam preservar os recursos naturais.

Conforme publicado em nota do jornal, o governo iria promover a implantação do programa, viabilizando a impressão de 39 mil exemplares do manual, distribuídos tanto para os alunos como para os professores, para implantação do referido conteúdo curricular, e os professores receberiam treinamento e orientação técnico-pedagógico para o manuseio do manual.

O manual foi analisado por diversas autoridades do setor durante o III Simpósio Nacional de Ecologia, realizado no ano passado no Palácio das Artes de Belo Horizonte, tendo recebido referências elogiosas, por ser inédito e científico e pela forma como foi elaborado. Para elaboração do manual, foi considerado o fato de que não se pode preservar aquilo que não se conhece [...]

Alguns estudos sobre os impactos do turismo já comprovaram o caráter predatório da atividade, por isso a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e

educação ambiental. Em Bonito já foram desenvolvidas inúmeras destas ações na iniciativas públicas e privada, com apoio e parcerias com organizações não-governamentais. A seguir daremos alguns exemplos destas ações.

A *Fundação Neotrópica do Brasil* é uma organizações não-governamental criada em 1993, que vem oferecendo suporte técnico-científico, consultorias, treinamentos e capacitações na área da Ecologia, como a proposta e execução de importantes programas de conservação ambiental. Desenvolveu, entre muitos, o projeto *Frutificando*, que tem por objetivo diminuir os impactos sobre os recursos naturais da região do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apoiando alternativas de geração de renda e promovendo a organização comunitária e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia. Além deste projeto, promoveu o projeto *Inclusão Verde*, destacado por nós em capítulo anterior.

Outra instituição denominada *Instituto da Águas da Serra da Bodoquena*, o IASB, também desenvolve ações no campo da educação, está constituído legalmente em Bonito desde o ano de 2002, e tem a missão de gerir os recursos naturais de forma participativa e sustentável, visando recuperar, conservar e proteger o solo, as matas, os rios e a biodiversidade da Região da Serra da Bodoquena, proporcionando melhor qualidade de vida. Desde então, o Instituto consolida-se como criador e promotor de programas de educação ambiental com atendimento de toda rede de ensino local.

No âmbito de políticas públicas, voltadas ao ensino como preparação para o trabalho, foi instituída, em 11 de julho de 2006, a disciplina *Noções básicas de turismo* nas escolas da Rede Municipal de Ensino, através da lei ordinária nº 1093, que estabeleceu a disciplina inicialmente para as series do 8º ano, e mais tarde para o 8º e 9º anos.

Segundo a professora responsável pela disciplina desde sua implantação, esta experiência contribuiu para que os alunos passassem à conhecer, respeitar lugares da sua própria cidade nunca antes conhecidos; espaços que se tornaram santuários do Ecoturismo mundial, mas nem sempre esteve acessíveis ao bonitense.

Após as atividades de visitação, os alunos que estudam a disciplina, relatam algumas de suas impressões e experiências:

Tomamos banham na cachoeira do Amor e na cachoeira do Sinhozinho. Quando voltamos a recepção do Parque, fizemos um lanchinho, mais primeiramente todos que tomar banho foram tirar a roupa molhada, para

lancharmos, depois do lanche, tiramos fotos e fomos para o ônibus para irmos embora para a escola, tiramos muitos fotos dentro do ônibus, ao chegar a escola fomos para o banheiro, não sei para quê? Acha que e costume de garotas. O passeio foi ótimo, amei conhecer o parque das Cachoeiras.

A professora afirmou que “esta ação educativa é um modo de incluir as crianças e os jovens no sistema turístico, proporcionando oportunidades de conhecimento sobre lugares aprazíveis da cidade”, sobre o modo de produção material e como um meio de incentivo à valorização da atividade:

Bonito é uma cidade com inúmeros atrativos turísticos e com um grande potencial para desenvolver e obter benefícios com a prática desta atividade. Porém, são poucas as pessoas, tanto da comunidade bonitense, como de outras cidades, que conhecem e reconhecem o turismo como prática relevante para a construção da história da região. Visando transformar Bonito em uma cidade que tenha no receptivo turístico mais uma fonte de preservação da sua história e cultura, é que foi elaborada a “Disciplina Noções Básicas de Turismo”²⁹⁸.

Em seu projeto pedagógico, ela justificou a importância da disciplina como uma forma de envolver a comunidade local e torná-la consciente da importância histórica de Bonito, bem como de suas raízes, beneficiando a comunidade local. Durante seu trabalho, ela encontrou algumas dificuldades para viabilizar as atividades planejadas, pois a prefeitura nem sempre dava o devido suporte. Porém, ela constatou que pode contar com grandes parceiros, como a Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e região, a ATRATUR, e Associação de Guias de Turismo de Bonito, a AGTB, além de moradores e colegas.

Alguns dos trabalhos escolares foram desenvolvidos durante os estudos da disciplina *Noções de turismo*, e demonstram este olhar do aluno sobre o turismo em Bonito, suas alegrias, expectativas e aflições, a exemplo da redação de um aluno que tratou do tema *O turismo na minha vida*:

[...] Toda esta preocupação em levar o turismo pra dentro da escola, eu comparo com algumas ‘sementinhas plantadas’ [...] um dia podem germinar e se tornar uma grande ‘arvore frutifera’, [...] precisamos de pessoas sérias e competentes para continuar o trabalho dessas pessoas de pulsos firme que temos hoje trabalhando no turismo bonitense. Nesse ano eu tive a honra de trabalhar pela primeira vez diretamente no turismo, em um bar bem no centro de Bonito [...] servi pessoas do Brasil inteiro [...] a maioria se surpreenderam com a beleza e exuberância de nossas águas, com a educação e respeito e a hospitalidade em que são recebidos...

²⁹⁸ FAUSTINI, Adriane. Depoimento oral concedido em fevereiro de 2010, na cidade de Bonito.

A educação voltada ao turismo na rede pública de ensino de Bonito estava voltada à formação de mão-de-obra qualificada para atender a crescente demanda turística como parte de uma política nacional de economia neoliberal e reflexo de uma sociedade globalizada fundamentada no pilar econômico, que relega a um segundo plano os seus pilares culturais e da educação. Neste sentido, a coordenadora pedagógica da rede pública municipal de educação constatou que:

A partir do momento que foi inserido o turismo na cidade, a educação decaiu, pois os nossos jovens deixaram de se preocupar com a educação. Os munícipes, os legisladores, inclusive o executivo passaram a ter os olhos voltados para o turismo, deixando de lado a educação. A partir do ano de 2005/2006, a situação começou a melhorar. A gente começa perceber uma preocupação maior do poder legislativo e executivo em relação à educação, pois turismo já chegou ao top de linha e deixou de ser o foco exclusivo de atenção.²⁹⁹

É preciso considerar as diferenças como sendo também desencadeadoras de efeitos desiguais ao redor do mundo e que a globalização não ocorre de modo homogêneo em diferentes partes do mundo, ela gera tensão de poder cultural em fronteiras e nações imbricadas. Mas sabemos que juntamente com o impacto do *global* há um novo interesse pelo *local*, que possibilita não a anulação de um em função do outro, mas a articulação entre os dois. A opinião da coordenadora da rede municipal contribui para entendermos o papel do professor neste processo, em que ela aponta a cidade como sendo referência, “um grande orgulho, no país, no mundo, porque a cidade é referência no país e no mundo. O que é importante em ser bonitense realmente, é que nós somos pessoas que estamos passando informações sobre a natureza, o meio que nós vivemos³⁰⁰”.

Postulamos que a educação escolar brasileira, entendida como um dos “campos de batalha” destas discussões, ajuda na formação, sistematização, promoção e recriação de um imaginário cultural específico, a partir de princípios pré-estabelecidos no Projeto Político Pedagógico das instituições, documento atravessado de relações e arranjos de poder. Aspectos tidos como “naturais” nestes discursos e documentos que servem, muitas vezes, de referência, precisam ser analisados para que tenhamos um retrato verdadeiro das profundas relações entre educação e produção das identidades, e

²⁹⁹ PERALTA, Erondina Mancuelho. Depoimento oral concedido em fevereiro de 2009.

³⁰⁰ *Idem, Ibidem.*

possamos, a partir de amplo inventário cultural, promover as diversas culturas de maneira plural e evitando reforçar desigualdades da estrutura social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos o trabalho de pesquisa *Bonito, cidade das águas: na trilha das construções identitárias de Mato Grosso do Sul (1948-2010)*, podemos afirmar que o trabalho não termina por aqui, já que o grande percurso por nós trilhado é somente parte do que deverá ser sistematizado e analisado sobre o tema das construções identitárias na interface com o Turismo.

A conotação de *trilha*, dada inicialmente no título, nos remete às adversidades que enfrentamos nos processos de busca e construção das fontes documentais, fato que se constatou ao longo do trabalho, limite imposto pelo ineditismo do objeto, que nos obrigou a urdir pistas para nossa importante análise, contando inicialmente, apenas com um pequeno acervo dos arquivos públicos da Biblioteca Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores de Bonito. Porém, os desvios da trilha nos possibilitaram adentrar no universo da história local, escondida em meio a um movimento pulsante, que é a nova economia do turismo.

Como então, após frutífera investigação, sentir tamanha sede de saber? Isso ocorre, pois a trilha escolhida não levou a respostas prontas e acabadas, pelo contrário, fez abrir uma clareira, com as mais recentes indagações sobre o inventário da história e da identidade de Bonito. Alguns aspectos do fenômeno recente estão amparados em outros pilares que não são de natureza puramente cultural, mas são múltiplos, nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, que requerem um contínuo e apurado olhar.

A exemplo disto, citamos os programas e as políticas públicas voltadas ao turismo, presentes em Bonito, em nível municipal, estadual e federal, detentores de poderes capazes de forjar uma dada identidade regional em troca de vantagens no campo econômico, com discursos e promessas bastante convincentes de propagação do “Desenvolvimento sustentável, com geração de emprego, renda e melhoria de qualidade de vida”. A crítica a estes projetos deve ser atenta e contar com apoio de completos estudos de impactos.

É por isso que lançamos aqui tema de pesquisa para futuro desdobramento: como estes programas têm pensado os impactos culturais sobre a comunidade bonitense e em que medida estes programas soterram as chances de uma preservação cultural?

Neste sentido, a Fundação Getúlio Vargas apresentou, em 2009, a pedido do Ministério do Turismo e do SEBRAE, o relatório sobre *Estudos de competitividade sobre os 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional*. Neste relatório, foi apresentada a metodologia utilizada que resultou em amplo diagnóstico sobre os municípios classificados como indutores do turismo na região, indicando Bonito, juntamente com Campo Grande e Corumbá.

Um dos valores constituintes da análise foi o de *sustentabilidade*, em uma região ou município, que remete ao conceito do modelo de governança, que prevê o planejamento e a implementação de atividades econômicas que possibilitem sua viabilidade. Porém, com garantia de direitos e melhorias nos campos ambiental, cultural e social. O diagnóstico apresentou uma dimensão de análise que denominou *Macrodimensão Sustentabilidade*, em que tratou dos aspectos sociais, ambientais e culturais. No aspecto cultural, os estudos consideraram as variáveis: Produção cultural associada ao turismo; Patrimônio histórico e cultural e Aspectos de governança.

Conforme afirma a Fundação Getúlio Vargas, para que a governança de uma cidade turística aconteça, é preciso conhecer e estudar mais do que o significado de cada movimento de uma determinada coletividade, o curso e os objetivos de uma época e seus efeitos para uma sociedade, avaliando-se diferentes propriedades, significados e sentidos.

Há também uma outra possibilidade de desdobramentos referente à recente mobilização para criação do *Geopark Serra da Bodoquena-Pantanal* na região, que poderá ter como sede Bonito e poderá fomentar assim, um profícuo espaço de discussão em torno do aspecto cultural da cidade e dos prováveis impactos da atividade turística para o patrimônio cultural material e imaterial. Mas qual será a medida do envolvimento local neste programa e quais os impactos do mesmo para o lugar?

Geoparque é um conceito recente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que une preservação e desenvolvimento, e que plica-se a áreas com relevantes testemunhos geológicos e paleontológicos da evolução da Terra e cuja preservação se associe à educação e inclusão social. Em Mato Grosso do Sul, o projeto é uma iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN) em parceria com o Governo do Estado de MS e do

Departamento Nacional de Produção de Mineral, do Serviço Geológico do Brasil, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e de prefeituras da região. Porém, vale ressaltar o empenho de Bonito (MS), onde, possivelmente, será a sede do Geoparque proposto.

Outro tema que entendemos ser um forte campo de análise no município, é o *Museu de História Natural e Casa de Memória Kadiwéu*, instituição que tem por natureza a missão de salvaguardar o patrimônio cultural da humanidade. Este museu está hoje constante no *site* do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, no Sistema Nacional de Museus, em cadastro nacional de museus. De acordo com dados deste órgão, a instituição deveria, entre tantos objetivos, “desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica e sócio-cultural em ações conjuntas com a Passeios Turísticos Miriam e Jose.”

Ainda, conforme dados do IBRAM, no ano de 2000 aproximadamente, o empresário, José Wanderlei Engel observou que existiam fósseis em situação de abandono na cidade, que representavam a história da região; então dispôs-se a compor um museu na área próxima a gruta de São Marcos, de sua propriedade, como forma também de agregar valor ao empreendimento turístico instalado nesta propriedade. Por isso, iniciaram-se as obras da criação do *Museu de História Natural e Casa de Memória Kadiwéu*. O acervo foi formado através da coleta em diversos pontos da cidade, de escavações e com a colaboração dos moradores (antigos e atuais) com seus relatos, documentos e peças representativas de temas da história local.

No entanto, as atividades no museu não foram implementadas, e ao entrarmos em contato com as agências de turismo locais, as informações fornecidas eram de total desconhecimento do local ou que o mesmo encontrava-se temporariamente desativado. Ao estabelecermos algumas tentativas de contato com o responsável legal, não obtemos sucesso, pois o mesmo não foi encontrado para obtenção de maiores informações.

Comungamos da opinião da maioria dos moradores por nós ouvidos em Bonito, de que a cidade está suscetível aos modos diversos de encaminhamento da questão da preservação cultural, e ao desinteresse em torno das perspectivas de respeito às múltiplas identidades, já que não dispõe de uma política pública na área cultural.

No que diz respeito a ação do poder público nas políticas públicas municipais de cultura, o responsável local pela Fundação de Esporte e Cultura de Bonito afirmou que é preciso eleger a cultura local em caráter de urgência nas políticas públicas, a exemplo da demanda pela criação de um conselho municipal de cultura, um fundo de cultura e

um plano estratégico também na área. Mas o que se vê na prática são iniciativas tímidas e isoladas, que contam com frágil legislação e não oferece nenhuma sustentabilidade e autonomia financeira. Esse fato resulta em precária estrutura em termos de recursos materiais, financeiros e humanos, com inexistência de orçamento próprio.

Acreditamos que com nossos encaminhamentos, promovemos um avivamento referente ao patrimônio cultural bonitoense, com estudos sobre os seus elementos constituintes, contribuindo para que iniciativas na área da educação patrimonial em Bonito sejam desenvolvidas. Insistimos na participação ativa de professores, alunos e da comunidade nesta tarefa de preservação dos seus bens naturais e culturais, por meio da implementação de ações educativas que agucem a percepção desta comunidade em relação ao seu patrimônio e o significado do mesmo para o pleno exercício da cidadania.

Finalmente, é importante enfatizar o enorme peso que os aspectos econômicos ou a base material têm tido nos projetos de formação da identidade bonitoense, em que o viés mercadológico de promoção, comercialização e divulgação do “destino” se descortinou como o grande projeto agregador de uma identidade.

As análises dos discursos de diferentes instituições e agentes sociais, deram provas de que muitos já assimilaram, representaram e incorporaram o mito da cidade das águas, um dos aspectos característicos da cidade, aspecto visto pelos gestores públicos como a “galinha dos ovos de ouro”. Porém este não é o único valor que nós destacamos, nem aceitamos como sendo a única mudança paradigmática capaz de acolher todas as questões levantadas nesta pesquisa, que entendemos serem todas pertinentes, valiosas e urgentes sobre as construções identitárias em Bonito.

Fontes e Bibliografia

1. FONTES

1.1. Fontes Impressas

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

1.1.1. Álbuns e Memórias

ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1975.

1.1.2. Atas

ATA da Câmara Municipal de Bonito. *Livro de Registro de posse de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e sessões solenes. Ata de Sessão Solene de Instalação do Distrito de Bonito, de 4 de fevereiro de 1927*. Bonito, Mato Grosso.

ATA da Câmara Municipal de Bonito. *Livro de Registro de posse de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e sessões solenes. Ata de Sessão Solene inaugural do Quadro Territorial da República, de 1º de janeiro de 1949*. p. 02.

1.1.3. Crônicas

BARROS, Firmino de. *Senhorzinho, O Profeta*. Crônicas, Bonito. s.d.

FALCÃO, Theodorico de Góes. *Bonito o gigante adormecido: cidade turística*. Miranda: Jornal da cidade Ltda., 1980. 34p. Impresso em offset.

_____. *Bonito: a terra prometida*. Prefeitura municipal de Bonito, 1980.

1.1.4. Jornais

JORNAL *O Machete*: Anúncio sobre o Balneário Municipal. *Acervo do arquivo privado de Dorival Conde*. Bonito, edição zero, de 22 de março de 1986.

JORNAL *Folha de Bonito*, de 1º a 15 de maio de 1982.

JORNAL *de Bonito*, de 03 de dezembro de 1982.

JORNAL *de Bonito. Turismo, prioridade para Bonito*, de 16 de setembro de 1983.

JORNAL *da Cidade: Miranda/Bonito. Ecologia para o 1º grau em MS: Manual Educativo. s. d.*

JORNAL *da cidade. Ainda sem solução os problemas dos limites de Miranda*, de 22 de abril de 1982.

JORNAL *da cidade de Bonito. Bonito recebeu 2 milhões do MINTER*, de 22 de abril de 1982.

ALMEIDA SERRA, R. F. Parecer sobre aldeamento dos índios Guaicurus e Guanás, com descrição de seus usos, religião, estabilidades e costumes. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BARROS. D F. de B. “Política bonitense incompatível com o povo”. Jornal O Machete, Bonito, MS, 1984.

1.1.5. Legislação

BRASIL. Decreto nº 1.318 – de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850 através do Regulamento para execução da Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850.(Art.6 da lei). Disponível em domínio público no site <http://arisp.files.wordpress.com/2009/07/decreto-nc2ba-1854.pdf>

BRASIL. *Constituição Federal*. 5a ed. São Paulo, Ed. RT, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. *Lei geral do turismo*. EMBRATUR. 2008.

BONITO. P. Mun. de Bonito. Lei nº 695/95, que criou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, e da Outras Providências. Disponível em http://www.portalpublicobonitoms.com.br/index.php?p=ver_leis&&lei=ord.

BRASIL. Resolução nº 279 de 19 julho de 1945. Assembléia geral do conselho nacional de estatística. *Problemas de base no Brasil*. Rio de Janeiro. p. 40.

MATO GROSSO. Diário oficial do estado de Mato Grosso nº 10557, de 09 de outubro de 1948. *Dispõe sobre a criação do município de Bonito*. Arquivo Público de Mato Grosso, 2009.

1.1.6. Relatórios e Discursos

ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO. [S.e.], 1943.

BONITO. *Central do ISSQN: relatório de totais por passeio*. Bonito: 01/01/2009 a 30/04/2009.

BRASIL. Resolução nº 279 de 19 julho de 1945. Assembléia geral do conselho nacional de estatística. *Problemas de base no Brasil*. Rio de Janeiro. 77p.

Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Problemasdebasedobrasil/Problemas_de_Base%20do%20Brasil_ed1_1948.pdf. Acessado em 02/09/2009.

BRASIL. *Quadros dos impostos provinciaes, organizados no Thesouro Nacional, segundo as ultimas leis de orçamento conhecidas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877. 131 p. Inspectoria Agricola do 20º Districto. Inspeccionados de 13 de julho de 1913 a 17 de maio de 1914, Rio de Janeiro: Typ. da Directoria Geral de Estatistica, Memória Estatística do Brasil. 1915. 98 p. Disponível em <http://memoria.nemesis.org.br/index.php?p=2&b=0>. Acessado em 26/02/2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Coordenação. Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf

D'ALINCOURT, Luiz. *Rezultado dos trabalhos e indagações statisticas da provincia de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma provincia – Cuiabá, 1828*. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, 1877-1878.

MATO GROSSO. *Diário oficial de Mato Grosso com lei que dispõe sobre a criação do município de Bonito em 1948*.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo. *Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2009 – 2020*. Região da Serra da Bodoquena.

PIRES, Nestor Simão. *Distrito do Bonito e sua Nosografia*. In: ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO, 1943. 226-7.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. Pedro Celestino Corrêa da Costa. Apresentado à Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 13 de maio de 1922. Cuiabá, [S.e], 1922.

SEPLAN MS, FIPLAN MS. *Governo do estado de Mato Grosso do Sul. Perfil do Município. Bonito. 1989*.

SIMON, Schwartaman (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Ed. UNB, 1982, p.21. (Arquivo Gustavo Capanema).

1.2. Fontes Iconográficas

FIGURA: Quantitativo de dissertações defendidas- temáticas. Fonte: COSTA, Patrícia G. G. da, 2010.

FIGURA: Uma bela Kadiwéu em 1895 (Segundo Boggiani).Fonte: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (pranchas esboçadas entre as páginas 160-161).

FIGURA: Planta Presídio de Miranda. Fonte: MARQUES, R. M. da C. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, 2007.

FIGURA: - Mapa das posses que deram origem ao Município de Bonito. Fonte: Acervo da Biblioteca municipal Simplicio de Assis, de Bonito.

FIGURA: Famílias de fazendeiros (Rugendas-1820-1825). Fonte: Esboçado por D'Alincourt, Luiz., Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. 1975.

FIGURA: Representação de uma venda à beira da estrada. Fonte: PUEYRREDON, P. Un alto em la pulpería. Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

FIGURA: Estação da NOB em Miranda, Mato Grosso. Fonte: MARQUES, R. M. da C. Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense, 2007.

FIGURA: Medição dos lotes de Bonito – 1927. Fonte: Anuário do oeste brasileiro, 1943.

FIGURA: Primeira Escola de Bonito: seus alunos e a professora. Fonte: Fotografia de autor desconhecido, 1927.

FIGURA: Casa São Pedro, anúncio comercial. Fonte: anuário do oeste brasileiro. [S.e.], 1943.

FIGURA: Foto do Sr. Francisco Jaques e família. Fonte: Anuário do oeste brasileiro. [S.e.], 1943.

FIGURA: Posse do primeiro prefeito eleito de Bonito, em 1948. Fonte: Acervo particular da Família Castilho, s.d.

FIGURA: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque a Bonito. Fonte: LUNAS (2000)

FIGURA: Busto de Luis da Costa Leite Falcão. Fonte: Arquivo pessoal Gressler. 2009.

FIGURA: Brasão de Bonito. Fonte: Câmara municipal de Bonito. 2009

FIGURA: Rua Pilad Rebuá: em frente a Igreja. Fonte: Acervo: Foto Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares

FIGURA: Rua Pilad Rebuá: em frente a Praça da Liberdade. Fonte: Foto Wadim. Bonito e Antonio Carlos Silveira Soares. 1950.

FIGURA: Morador passeando em Bonito, com uma novilha: área predominante rural. Fonte: Arquivo pessoal família Castilho. 1958.

FIGURA: Praça da Liberdade: Festa de São Pedro. Fonte: Foto Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares. 1952.

FIGURA: Capa original do livreto Bonito, o gigante adormecido. Fonte: Arquivo do acervo da Biblioteca Municipal Simplício de Assis. Bonito, MS.

FIGURA: Folheto publicitário da Prefeitura Municipal de Bonito de 1980. Fonte: Acervo do arquivo privado de Maria Leopoldina Almeida Campos.

FIGURA: Anúncio sobre o Balneário Municipal publicado em 1986 no Jornal. Fonte: Acervo do arquivo privado de Dorival conde.

FIGURA: Primeira tiragem do Jornal O Machete. Fonte: Acervo de particular de Dorival conde. Jornal circulado em 22 de março de 1986, em Bonito.

FIGURA: Monumento natural Gruta do Lago Azul. Fonte: Site Albergue da juventude. Bonito.

FIGURA: Família bonitense tomando banho no Rio Formoso: local do atual balneário municipal. Fonte: Arquivo do Acervo pessoal da década de 1960.

FIGURA: Decks de concreto ao longo do Balneário municipal Rio Formoso. Fonte: Acervo pessoal Gressler.

FIGURA: As piraputangas no Rio Formoso. Fonte: Acervo pessoal Gressler.

FIGURA: Telefones públicos na rua Pilad Rebuga: motivos da fauna e flora regional. Fonte: Acervo pessoal Gressler. As obras em fibra de vidro são tidas como ícones da fauna local e apreciadas pelo turista no passeio público. 2009. Fonte: Patrícia Gressler.

FIGURA: O jovem laçador fazendo seu treino no Clube de Laço Nabileque em Bonito. Fonte: Arquivo pessoal Pedro Rodrigues. Bonito. 2009.

FIGURA: I Encontro das famílias pioneiras de Bonito, ocorrido no Salão Paroquial da Igreja católica: pronunciamento Sr. Taica,. 2005. Fonte: Arquivo pessoal de Patrícia Gressler

FIGURA: Monumento ‘As piraputangas’, construído no período da reforma na Praça da Liberdade em 2008, que deu lugar a fonte luminosa construída em 1980. Fonte: Acervo pessoal Gressler. 2009.

FIGURA – Quantitativo de dissertações defendidas – temáticas. Fonte: Acervo pessoal Gressler. 2009.

FIGURA – Placa ao desbravador. Fonte: Acervo pessoal Gressler. 2009.

1.3. Fontes Orais

FAUSTINI, Adriane. Depoimento oral prestado na cidade de Bonito em fevereiro de 2010.

CAMPOS, Maria Maria Leopoldina de Almeida. *Relato oral prestado em 26/04/2010, referente a sua experiência com o turismo, na cidade de Bonito.*

FALCÃO, Elinor Nolasco. *Relato oral prestado em 16/07/2010, referente a família Falcão e demais temas relevantes, na cidade de Bonito.*

XAVIER, Simara. Relato oral prestado em 10/07/2010, referente a antigas reuniões familiares as margens do Rio Formoso, na cidade de Bonito.

FALCÃO, Luis Trelha. Relato oral prestado em 10/07/2010, *referente a família Falcão e demais temas relevantes, na cidade de Bonito.*

PERALTA, Erondina Mancuelho. Relato oral prestado em 20/02/2010, *referente a suas posições como coordenadora em relação as identidades culturais em Bonito.*

2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de Albuquerque. **O objeto em fuga: algumas reflexões sobre o conceito de região.** Rev. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n.17 jan/jun. 2008. p. 59.

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: Formadora de imagens da nação brasileira.** Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2006.

ALMEIDA, E. A. C. . **Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (sec. 19).** In: MAESTRI, Mario; BRAZIL, Maria do Carmo. (Org.). Peoes, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil.. 1 ed. Passo Fundo-RS: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009, v. 1, p. 251-289.

- ANDERSON, P. **O Fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- BHABHA, Homi (2007). **O local da cultura**. Ed. Ufmg. Belo Horizonte.
- BANDUCCI JR, Álvaro; Moretti, Edvaldo. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos; Campo Grande: UFMS, 2001.
- BANDUCCI JR. Alvaro; BARRETO, Margarita (org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001. p. 19.
- BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. (2000) **Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito/MS**. Revista acadêmica Gestion turística do Chile. (*versão para workshop*).
- BARRETTO, Margarita (Org.) ; BANDUCCI JR., A. (Org.) . **Turismo e identidade local: Uma visão antropológica**. 3a. ed. Campinas: Papirus, 2003. 208 p.
- BARRETO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sócias para o planejamento e compreensão do turismo**. Horiz. Antropol. [online]. 2003, vol. 9, nº 20. PP. 15-29.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nancy. 2 ed. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.
- BITTAR, Marisa [1997]. **Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)**. 1997. 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOGGIANI, P. C. . **Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo?** In: BANDUCCI JR, Álvaro; Moretti, Edvaldo. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos; Campo Grande: UFMS, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL, Marileize. **Cidades e povos: considerações acerca das migrações européias através da bacia do prata: O caso dos italianos em corumbá, ms (1870–1950)**. Aquidauana (MS): PPG Geografia/UFMS, 2009. (Dissertação de Mestrado)
- BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai: O mar interno brasileiro. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais**. USP, 1999. Tese de Doutorado.
- BRAZIL, M. do C. **Corumbá, Cidade Fortificada. Contribuições para o ensino de história em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Ed. UPF, 2009.
- BRAZIL, M. do C. **Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações sobre terra escravidão (1830-1889)**. In: MESTRI, M.; BRAZIL, M. do

C. (org.). Peões, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. p. 219-50. Ed. UPF, 2009.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

IBANHES, Brigido. **Silvino Jacques: o ultimo dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense.** 3ª edição. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

CAIRE-JABINET, M.-P. *Introdução à historiografia.* Bauru: EDUSC, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Estudos sobre cultura: uma alternativa latino – americana aos cultural studies.** Revista FAMECOS. Porto Alegre, n. 30, p. 8, Agosto, 2006.

_____. (2008) **Culturas híbridas.** Edusp. São Paulo.

CERDOURA, Karina Basílio. **Conhecendo o município de Bonito/MS através do olhar de seus habitantes: paisagem, lugares e valorização da experiência.** UFMS, 2008. Dissertação de Mestrado.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** In. Estudos Avançados. SP/ Instituto de Estudos Avançados/USP, 5(11), jan./abr., 1991.

CHARTIER, R. **História Cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CASTELNAU, F. **Expedições às regiões centrais da América do Sul.** Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1949. (Brasiliana, 266).

CORBIN, Alain. **O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental.** Tradução de Paulo Neves. São. Paulo: Companhia das Letras, 1989

CORREA FILHO, Virgílio. **À Sombra dos Hervaes Matogrossenses.** São Paulo, São Paulo Ed., 1924.

_____. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

_____. **Augusto Leverger - O Bretão Cuiabanizado.** Fundação Cultural De Mato Grosso. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943.** Campo Grande: Editora da UFMS, 1995.

CONTIER, Arnaldo. **Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842).** Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, M. F. **História de um País Inexistente: O Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos, 1999.

COSTA, Angyone. **Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Rio-Recife-Porto Alegre, 1938. 2ª edição.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Rev. do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história: Projeto *História*: São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. 253. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322>. Acessado em 25/06/2010.

D'ALINCOURT, L. **Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz d'Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma província** – Cuiabá, 1828.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DEMBICS, Andrzej (org). **América Latina: fragmentos de memória**. Rio de Janeiro: 7letras, 2001.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Trad. Helder Godinho. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: NUPAUB/USP, 2008.

ESSELIN, P.M. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. 2003. 86f Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

FIGUEIREDO, Alvanir de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência**. Presidente Prudente, SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1968, p. 242. (Tese Doutorado em Geografia)

FIGUEIREDO, Luciana Araujo. **A criança negra na literatura brasileira: uma leitura educativa**. Dourados, MS: UFGD, 2010, p. 4.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GADELHA, R. M. A. F. **As Missões Jesuíticas do Itatim: um modelo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

GRESSLER, L.A. VASCONCELOS, L.M. SOUZA, P. **História e Geografia do Mato Grosso do Sul**. São Paulo-SP. Editora FTD S.A, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, Rio de Janeiro. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Monções**. 3.ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990
- IBANHES, Brígido. **Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense**. 3ª edição. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.
- JESUS, N. M. de. **Disfarces e Cautelas: O Governo de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América Portuguesa**. In: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mnome. Revista de Humanidades.
- LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. **Por amor às cidades**. 1. Ed. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Trad.:Jorge Constante Pereira. Lisboa: Portugália Editora, 1955.
- LENHARO, Alcir. **Colonização; trabalho Brasil: Amazônia e Centro Oeste**. Campinas: Unicamp, 1985.
- LINO, C.F.; BOGGIANI, P.C.; CORTESÃO, J.; GODOY, N.M. & KARMANN, I., 1984. **Projeto Grutas de Bonito (MS) - Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico**. Relatório MSTUR, SPHAN e FNPM. 212p.
- LUNAS, José Roberto da Silva. **Turismo Sustentável Descrição e Avaliação da Gestão do Turismo de Bonito - MS**, Dissertação de Mestrado, Brasília/DF, 2000.
- MAESTRI, Mario (Org.) ; BRAZIL, M. C. (Org.) . **Peões, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. 1. ed. Passo Fundo: Editora de Passo Fundo, 2009. v. 1000. 450 p.
- MARTINS, Clarissa; MARTINS, Valdemir. **A importância dos eventos realizados no cube do laço Nabileque para a cultura e o turismo no município de Bonito, MS**. Monografia conclusão de curso bacharelado de Turismo, IESF, 2006.
- MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2ª edição. Campo Grande: EdUFMS.
- MATOS, M. Izilda S. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2002. v. 1.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história, interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. p. 76.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares**. "Rev. Bras. Hist.", São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: Scielo. Acessado em 28 de setembro de 2007.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, nº34, 1992
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco 1654-1701)**.

2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.2006.

MONTEIRO, C. . **A pesquisa em História e Fotografia no Brasil: Notas bibliográficas**. Anos 90 (UFRGS), v. 15, p. 169-185, 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares [1984]**. Revista Projeto História, do Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha de. **Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)**. São Paulo: IUPERJ; Ed. Vértice, 1988.

ORTIZ, Helen. **O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio do norte do RS - Soledade, 1850-1889**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, 2006.

PAIVA, L da S. **As festas de clubes do laço de Mato Grosso do Sul**. Trabalho de conclusão de curso Bacharelado em Turismo. Bonito: IESF, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul**. Raído - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, v. 1, p. 137-163, 2007.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó [1997. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora**. História e-História/ Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica . Campinas:Universidade Estadual de Campinas, 17 de agosto de 1984.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro:Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROSA, Pedro Ângelo. **Resenha Histórica de Mato Grosso**. *Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*. 2004, p.29-33. (Disponível em domínio público pelo site http://www.ihgms.com.br/_upload/livros/Resenha%20Historica%20de%20Mato%20Grosso%201-40.pdf. p. 5.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras,1996.

- SERRA, Ulisses. **Camalotes e Guavirais**. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1971. Obra reeditada em 1989, na Série Historiográfica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Disponível em domínio publico através do site: <http://www.acletrasms.com.br/revistas/camalotes.pdf>
- SIMON, F.; AYALA, S. C. **Album graphico do Estado de Matto-Grosso**. Hamburgo: {s.n.}, 1914.
- SOUZA, José Luiz de. **A (in)visibilidade dos lugares Kadiwéu: contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas**. Revista Espaço e cultura., UERJ, RJ, nº 23, JAN./JUN. de 2008. p. 55. Disponível em http://www.nepec.com.br/SOUZA_Espaco_e_cultura23.pdf. Acessado em 10/01/2010.
- SOUZA MARTINS, José de. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: 1981.
- _____. **Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1941.
- SQUINELO, A. P. . **A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003)**. Ano de Obtenção: 2006. USP.
- SQUINELO A. P. **Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil)**. <http://nuevomundo.revues.org/index49752.html>
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Edições de ouro, s.d..
- THEOBALD, William F. **Turismo Global**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- THOMAS, Keith. 1988. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Comp. das Letras, 2010. 535p.
- TORRES, Haroldo e COSTA, Heloísa (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- TREVELIN, Ana Cristina; MAINCHEIN, Janaina Couto. **Capacidade de carga em Bonito. COMTUR, 2003**. Disponível em: <http://www.bonito-ms.com.br/>. Acesso em 15 de março de 2005.
- VARGAS, I.A. **A gênese do turismo em Bonito**. In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001.
- VASCONCELOS, C. A. de. **A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade**. Campo Grande: UFMS, 1999.
- VINHA, M. **Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte**. 2004. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Tese de Doutorado.
- VON BEHR Miguel. **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza**. Campo Grande: Editora Free; 2001.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. Tese de Doutorado em História. p. 38.

WILLIAMS. R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-. 2000)**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS.

ZORZATO, Osvaldo. **Alicerces da identidade mato-grossense**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

_____. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. São Paulo: 1998, p.10. (Tese de Doutorado em História- FFLCH/USP).

ANEXOS

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de agosto de 2010.

Patricia Gressler Groenendal da Costa